

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
Departamento de Geografia

Izabel Dias de Oliveira Melo

O ESPAÇO DA POLÍTICA E AS POLÍTICAS DO ESPAÇO:

Tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.



Minas Gerais – Brasil
Agosto – 2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

IZABEL DIAS DE OLIVEIRA MELO

O ESPAÇO DA POLÍTICA E AS POLÍTICAS DO ESPAÇO:

Tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço
Orientador: Prof. Doutor Geraldo Magela Costa

Belo Horizonte
Departamento de Geografia da UFMG
2009

1. 043

MELO, IZABEL DIAS DE OLIVEIRA

M528e
2009

O espaço da política e as políticas do espaço [manuscrito] : tensões entre o programa de urbanização de favelas “Vila Viva” e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte / Izabel Dias de Oliveira Melo. - 2009.

258 f. , enc. : il.

Orientador : Geraldo Magela Costa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Geografia.

1.Espaço urbano – Teses 2. Favelas – Belo Horizonte (MG) – Teses 3. Favelas – Urbanização - Teses. I.Costa, Geraldo Magela. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título

Ao BRUNO
Pela riqueza e aprendizado
de um cotidiano compartilhado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador pela compreensão e dedicação e, principalmente, pela inspiração do trabalho.

Agradeço aos professores Cássio Hissa, pelo aprendizado de suas aulas e contribuições ao texto, e Maria de Lourdes Dolabela pelas valiosas contribuições ao trabalho na banca de qualificação.

Agradeço aos amigos da Prefeitura, especialmente à Urbel e equipe do Programa Vila Viva, pela disponibilidade das informações e pelo aprendizado de dedicação ao trabalho e à causa das favelas.

Agradeço à minha família, em especial à meu pai Laércio, pelo apoio inestimável sempre e pelas preciosas revisões. À minha mãe, Irene, pela presença forte e pelos ensinamentos do que realmente importa na vida. A meus irmãos, Gui, Bia e Nando e à minha cunhada querida, Luludi, pelos olhares atentos e sempre tão compreensivos.

Agradeço às minhas amigas queridas, Renatinha, Mari, Elisinha e Esterzinha pela compreensão nas ausências. À Quel pelas inspirações e conversas infindáveis sobre a vida.

Agradeço à minhas amigas da ORBIS, Karina, Fabiana e Carolina, pelo aprendizado nas favelas, em especial à Ju e ao Paulo Dimas que abriram esta oportunidade e com quem vivi momentos inesquecíveis.

Agradeço aos moradores do Aglomerado da Serra, em especial ao Reinaldo, pelo aprendizado do significado do cotidiano, da solidariedade e do companheirismo.

Agradeço em especial ao Bruno, pelas inspirações de leituras atentas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: ESPAÇO, FAVELA E POLÍTICA	19
1. O ESPAÇO DA POLÍTICA E AS POLÍTICAS DO ESPAÇO	27
1.1. O ESPAÇO DA POLÍTICA: PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA	30
1.1.1. <i>Espaço Público: comunicação e publicização</i>	<i>35</i>
1.1.2. <i>Espaço Público: uma abertura às políticas do espaço</i>	<i>40</i>
1.2. POLÍTICAS DO ESPAÇO: PRÁTICAS DO COTIDIANO	45
1.2.1. <i>Possibilidades da política: a enunciação do sujeito</i>	<i>45</i>
1.2.2. <i>Espaços de interação e diferenças: formas cotidianas de apropriação política.</i>	<i>51</i>
1.2.3. <i>Possibilidades e tensões do espaço: imprevisibilidades do cotidiano</i>	<i>57</i>
2. O LUGAR DA FAVELA	71
2.1. CATEGORIA FAVELA: ASPECTOS SIMBÓLICOS E DE REPRESENTAÇÃO DE ESPAÇOS DE EXCLUSÃO	73
2.1.1. <i>Categoria Favela: o mito de origem</i>	<i>74</i>
2.1.2. <i>Favela – problema: tentativas de proibição e controle urbano</i>	<i>78</i>
2.1.3. <i>Favela como ameaça política: necessidade de administração e controle</i>	<i>82</i>
2.1.4. <i>A comunidade Favela: aproximações da igreja católica</i>	<i>86</i>
2.1.5. <i>Erradicação do problema Favela: retrocessos da política remocionista</i>	<i>90</i>
2.1.6. <i>Práticas de urbanização: conhecendo e reconhecendo as Favelas</i>	<i>92</i>
2.2. REALIDADES FLEXÍVEIS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO: RECONSTRUINDO O ESPAÇO-FAVELA	96
2.2.1. <i>Reconstruindo processos de exclusão: reconhecimento político da favela</i>	<i>97</i>
2.2.2. <i>Estética das favelas: a força da desordem e da incompletude do fragmento</i>	<i>102</i>
3. O PROGRAMA VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA	109
3.1. O AGLOMERADO DA SERRA E O PROGRAMA VILA VIVA	110
3.1.1. <i>Aglomerado da Serra: perspectivas do Programa Vila Viva</i>	<i>110</i>
3.1.2. <i>Programa Vila Viva: intervenção estrutural para vilas e favelas em Belo Horizonte</i>	<i>119</i>
3.2. MUDANÇAS DE VIDA: EXPERIÊNCIAS NO AGLOMERADO DA SERRA	126
3.2.1. <i>Apropriações cotidianas do espaço: análises possíveis pelas morfologias das habitações</i>	<i>129</i>
3.2.2. <i>Lugar-favela: morfologia de fragmentos habitados</i>	<i>139</i>
3.2.3. <i>Espaços planejados: apropriação e uso de novos lugares institucionalizados</i>	<i>154</i>
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187
ANEXO A	195
ANEXO B	199
ANEXO C	203
ANEXO D	207
ANEXO E	210
ANEXO F	256

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1: Localização do Aglomerado da Serra no município de Belo Horizonte.	110
Figura 3.2: Inserção urbana do Aglomerado da Serra - modelo 3D.	111
Figura 3.3: Estrutura da metodologia do Plano Global Específico - PGE.	115
Figura 3.4: Planta geral das intervenções previstas para o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.	118
Figura 3.5: Beco na Vila Marçola, mostrando processo de demolição das casas.	126
Figura 3.6: Casa do da D. Maria: jardim lateral e área interna.	127
Figura 3.7: Casa do Seu Raimundo, no centro à direita.	128
Figura 3.8: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari).	140
Figura 3.9: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 2.	143
Figura 3.10: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 3.	146
Figura 3.11: Planta de casa na Vila N. Sra. Aparecida (Rua Falcão).	148
Figura 3.12: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 4.	150
Figura 3.13: Vista aérea de um quarteirão da Vila Cafezal.	153
Figura 3.14: Planta esquemática da tipologia de 2 quartos do Programa Vila Viva	156
Figura 3.15: Planta esquemática da tipologia de 3 quartos do Programa Vila Viva	158
Figura 3.16: Planta esquemática da tipologia em fita do Programa Vila Viva, com 2 quartos e 4 apartamentos por andar.	159
Figura 3.17: Corte esquemático da tipologia em fita do Programa Vila Viva.	159
Figura 3.18: Implantação do Conjunto Habitacional da Vila Nossa Senhora da Conceição.	161
Figura 3.19: Implantação do Conjunto Habitacional Argemiro Resende Costa.	162
Figura 3.20: Implantação de Conjuntos Habitacionais	163
Figura 3.21: Croqui da implantação de um conjunto habitacional popular no bairro de Falchera, em Turim, na Itália.	167
Figura 3.22: Croqui da seção de uma edificação em encosta, em Kauttua, na Finlândia.	169
Figura 3.23: Planta de edificação projetada por G. Pediconi	171
Figura 3.24: Vista da Av. do Cardoso, na Vila Nossa Senhora de Fátima	175
Figura 3.25: Vista da Av. do Cardoso, com a vila Santana do Cafezal no Fundo.	176
Figura 3.26: Av. do Cardoso, na Vila Nossa Senhora de Fátima.	177

LISTA DE SIGLAS

BHTRANS – Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH - Banco Nacional da Habitação

CEF - Caixa Econômica Federal

CHISBEL - Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte

CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidade

DBP - Departamento de Bairros Populares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização não governamental

OP - Orçamento Participativo

PGE – Plano Global Específico

PROAS – Programa de assentamento de famílias removidas em função de risco, calamidades ou obras públicas

PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades

PROFAVELA - Programa Municipal de Regularização de Favelas

SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais

SEPLAN/MG - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

SE-4 - Setor Especial 4

UMEI - Unidades Municipal de Educação Infantil

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte

ZEIS - Zona de Especial Interesse Social

RESUMO

A pesquisa tem como foco principal a discussão sobre as intervenções urbanas das políticas públicas e sua relação com o cotidiano das pessoas. Como são consideradas as ações cotidianas nestas intervenções e como as práticas a recontroem? Como o direito à cidade, o direito à prática da cidade, estão considerados nestas propostas?

A questão central foi pensar as práticas cotidianas, ou mais ainda, a experiência estética de vivência do espaço, como possibilidade de emancipação e participação na construção de nossas cidades, entendendo a política não apenas como um percurso para construção de consensos, mas como a renovada experiência de confrontação de desentendimentos (Rancière: 1996). Extrapolando a proposta de institucionalização de espaços participativos na estrutura do Estado, na tentativa de possibilitar maior interlocução com a sociedade civil (*o espaço da política*), a percepção da prática cotidiana como uma ação política transformadora nos permite extrapolar a esfera do discurso e da argumentação oral, que é a base destes espaços participativos, para trabalhar com a experiência estética múltipla de vivência dos espaços como uma forma de ação política (*as políticas do espaço*). O espaço entendido como sendo socialmente produzido na tensão entre as representações do espaço (concebido), a prática espacial (percebido) e o espaço de representação (vivido), como proposto na totalidade do espaço de Lefebvre (1993), nos permite extrapolar a determinação *a priori* por uma concepção atrelada às exigências do modo de produção capitalista para trabalhar com a subversão, apropriação e uso deste espaço pela prática cotidiana das pessoas, ampliando as possibilidades da política.

A pesquisa foi desenvolvida através da avaliação do programa de urbanização de favelas em implantação em Belo Horizonte, o Programa Vila Viva, a partir do qual discutimos como os estereótipos e representações em relação às favelas estão sendo tratados nestas proposições. Extrapolando os acordos e decisões firmadas nos espaços de participação estruturados pelo Programa, com representantes das comunidades participando da aprovação e acompanhamento das intervenções (*o espaço da política*), enfocamos a prática cotidiana dos moradores expressa nas formas como constroem e se apropriam dos espaços (*as políticas do espaço*).

PALAVRAS CHAVE

espaço; política; cotidiano; favela.

ABSTRACT

The main focus of this research is to discuss urban intervention of public policy and its relationship to people's everyday life. How every day practice is considered and altered by these policies? How the right to the city are considered in these proposals?

The aesthetic experience on urban space is related as a possibility of empowerment and participation on the construction of the city. Politics here is understood not just as a way to built agreement (consensus) but as an always renewed experience of confrontation, what Ranciere called "disagreement". Beyond the State proposal to institutionalization of participatory spaces in an effort to enable greater dialogue with civil society (space of policies), the perception of everyday practice as a political action allow us to go further than oral arguments that constitute these participatory spaces including the aesthetic experience as an political act (politics of space). Space is understood as Lefebvre proposal, as socially produced between tensions of representation of space (conceived), spatial practice (perceived) and space of representation (lived). This concept allow us to go beyond an idea of space defined by capitalist production and perceive subversion, uses and appropriation of this space on everyday life, expanding the possibilities of politics.

The study was conducted by evaluating the slum upgrading program in Belo Horizonte called "Vila Viva". We tried to identify which stereotypes and representations of the slums are reproduced in this program. Despite agreements of participatory spaces (space of policies) we focused on how the residents of slums express themselves on everyday appropriation of space (politics of space).

KEY WORD

space; politics; everyday life; slum.

“... uma cidade transmutante, ou metafórica, insinua-se (...) no texto claro da cidade planejada e visível.” (CERTEAU: 1994).

INTRODUÇÃO: ESPAÇO, FAVELA E POLÍTICA

O processo de produção do espaço urbano, da cidade, historicamente se desdobra na tensão entre um espaço planejado e idealizado e o uso cotidiano desse espaço; no conflito contraditório e inevitável entre as tentativas de regulação e as práticas de emancipação.

Reconhecendo no espaço contemporâneo a predominância do valor de troca e repensando as forças demandadas do uso e da apropriação, nos propomos discutir a cidade para além dos limites de sua compreensão como espaço de produção, consumo e circulação. Propomos a reflexão sobre as *formas cotidianas de apropriação dos lugares*, espaços fundamentais de conquista de autonomia baseadas em práticas e experiências da vida cotidiana, no uso do espaço.

O espaço planejado, organizado, faz emergir outro espaço que o contrapõe, que o questiona e o completa. Essa relação, a tensão entre o espaço planejado, entre a macro-política de governo, e o espaço usado, a prática do cotidiano, aponta o problema central da pesquisa: Como o planejamento e as intervenções do Estado nas cidades - ou as políticas públicas - se relacionam ou intervêm nos hábitos cotidianos, nas especificidades e uso dos lugares? E, mais ainda, como as práticas cotidianas de apropriação e uso do espaço reconstróem e questionam o que foi planejado?

Partindo de uma prática política enquanto processo de deliberação (via processos eleitorais ou participativos), relacionada às políticas públicas ou programas de governo, pensamos as possibilidades de participação no âmbito da vivência na cidade (prática do cotidiano), discutindo-se o espaço socialmente produzido na interface de um espaço abstrato e no uso desse espaço. Além do mecanismo de representação e de participação democrática relacionada ao poder de controle e coesão do Estado, reconhecemos a política na enunciação de atores sociais e políticos em suas ações cotidianas, quando se apropriam, subvertem e transformam as instituições.

A ação política do cotidiano, talvez de maneira simplificadora, mas elucidativa, pode ser percebida nas trilhas alternativas que são formadas a partir das escolhas de percursos adotados pelas pessoas em seu dia-a-dia, a despeito de trajetos construídos para tal fim. Sem que haja um ato explícito de escolha, de forma “fragmentária”, da soma de pequenas ações instituintes, se configura uma ação política de questionamento das regras. E dessa maneira, a política extrapola a idéia de acesso ao poder nos sistemas políticos decisórios, ou mais precisamente a

relação com uma deliberação formal, para se instituir¹ nas ações cotidianas, não formalizadas, mas criativas e transformadoras.

A pesquisa será conduzida a partir da reflexão sobre a atuação do Estado nas favelas, enfocando as atuais propostas de urbanização e como estas intervenções, da forma como estão sendo feitas, se relacionam com as ações cotidianas de apropriação política dos lugares. O argumento central recai sobre a proposta de urbanização de favelas em Belo Horizonte, intitulada de Programa Vila Viva, tomando como estudo de caso o Aglomerado da Serra². O Programa Vila Viva, em linhas gerais, tem como pressuposto a promoção de uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização fundiária dos assentamentos existentes, com a execução progressiva de transformações profundas nos diversos núcleos habitacionais. Duas questões serão essenciais na discussão que se pretende: 1) a garantia da participação dos moradores na aprovação e acompanhamento das intervenções, que garante um espaço de discussão e argumentação e 2) o caráter estruturante das intervenções, principalmente quanto ao porte das obras de reestruturação urbana, que indica uma interferência significativa no cotidiano de seus moradores e nas formas de apropriação e uso do espaço.

Se pensarmos o percurso institucional referente ao tratamento das favelas em Belo Horizonte, desde a criação do *Departamento de Bairros Populares* (DBP) em 1955, quando se explicita a atuação da Prefeitura, e com a instituição do PROFAVELA³ em 1983, quando se avança na percepção de sua especificidade, podemos reconhecer o Programa Vila Viva como mais um passo no sentido do reconhecimento dos direitos destas famílias⁴. A partir de experiências isoladas de urbanização de favelas, na tentativa de incorporar intervenções sociais e ações mais efetivas de regularização fundiária, o Programa prevê a reestruturação urbanística, ambiental e habitacional e “ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda”⁵. No

¹ No caso destas práticas cotidianas adotaremos o verbo “instituir” relacionando-o a um processo “instituinte” de realização das práticas, diferente dos processos de instituição ou formalização das ações relacionadas ao espaço “instituído” da política.

² O Aglomerado da Serra é um conjunto formado por seis vilas/assentamentos, configurando umas das maiores áreas de favela de Belo Horizonte.

³ PROFAVELA: Programa Municipal de Regularização de Favelas.

⁴ O percurso institucional referente ao tratamento das vilas e favelas em Belo Horizonte envolve, ainda, a instituição da *Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte* (CHISBEL) pelo Governo do Estado de 1971 a 1983 com uma política de desfavelamento; o *Programa de Desenvolvimento de Comunidades* (PRODECOM) da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MG), a partir de 1981 com uma proposta de planejamento participativo implementado junto com as associações comunitárias; o Programa Municipal Alvorada, e os ainda vigentes, *Orçamento Participativo* (OP) e os *Planos Globais Específicos* (PGE), instrumento de planejamento municipal para as vilas e favelas. No segundo e terceiro capítulo trataremos de forma mais detalhada do histórico de intervenções em favelas em Belo Horizonte e, de forma geral, no Brasil.

⁵ Trecho do texto sobre o Programa Vila Viva, retirado do site oficial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte: www.pbh.gov.br (consulta realizada em 14 de abril de 2009).

discurso, o que embasa a proposta é o reconhecimento do direito à cidade (que, em tese, diz respeito à qualidade de vida, a boas condições de moradia e ao acesso aos bens da cidade), incluindo a regularização fundiária e legalização da posse. Revendo as diversas orientações do Estado na tentativa de lidar com as favelas, o que pretendemos é avaliar como as críticas ao modelo de cidade excludente, ênfase do movimento pela reforma urbana e da discussão sobre o direito a cidade, estão sendo incorporadas nos programas de intervenção em favelas e como estão se realizando (e se estão) na prática. Extrapolando os direitos formais instituídos em legislações e expressos conceitualmente em programas de urbanização de favelas em todo o Brasil, pretendemos trabalhar com as práticas dos moradores das favelas, que muitas vezes estão descoladas do que reconhecemos como sendo o “direito à cidade”, mais relacionados com a forma modernista de concebermos a cidade.

Argumentamos que a intervenção não é apenas uma questão de reverter a precariedade dos serviços públicos; é uma decisão sobre um padrão de morar. O saneamento e a infra-estrutura, por exemplo, são essenciais de serem implantados, mas não necessariamente têm que vir acompanhados de uma urbanização com preceitos racionalistas e formalmente rígidos, que divergem dos espaços “labirínticos” da favela. Entendemos que, quando se desconsidera na urbanização da favela a complexidade formal e singularidade de seu espaço, imprimindo-se uma espacialidade racional – essa será nossa hipótese inicial para o caso estudado -, o que se dá é o não reconhecimento do espaço-favela como sendo legítimo, como sendo também feito a partir das práticas das pessoas que habitam e vivenciam esta área.

A escolha sobre determinada proposta de urbanização não é apenas uma questão técnica. É uma decisão política e ideológica que passa pelo entendimento do que é considerado correto ou errado, passa por juízos de valores e por definições de quem é considerado como legítimo na proposição de alternativas. Na situação de exclusão social, os moradores das favelas construíram (criaram, inventaram) uma alternativa singular, formal e socialmente diferente dos bairros reconhecidos da cidade, mas é legítima e deve ser considerada. A não incorporação destas formas construídas por ações cotidianas está relacionada, a nosso ver, ao não reconhecimento destas pessoas e de suas práticas.

Não se questiona a necessidade e a importância de investimentos e melhorias nas favelas. Interroga-se a forma como isto é feito, e mais ainda o que significa a escolha por esta ou aquela alternativa de intervenção. Se os avanços na democratização das políticas públicas, com a instituição de espaços de participação na estrutura do poder público, são reconhecidos, o que nos parece é que a crítica feita ainda nos anos 1970, na perspectiva da Reforma Urbana

e do Direito à Cidade, foi incorporada mais no discurso e na legislação do que na prática de intervenção na cidade. Em um contexto onde a proposta é o reconhecimento das favelas, representado na garantia de permanência e nas propostas de urbanização, e considerando-se o aumento da alocação de recursos e investimentos públicos, é necessário avaliarmos a forma como o discurso se concretiza nas alternativas adotadas. Qual o significado do “Direito à Cidade” nestas intervenções?

O ponto de partida da pesquisa foi a minha participação, entre 1999 e 2001, como arquiteta-urbanista da equipe contratada para elaboração do Plano Global Específico, instrumento de planejamento de vilas e favelas do município de Belo Horizonte, e no desenvolvimento dos projetos básicos das intervenções hoje em implementação no Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Acrescenta-se a isso, o trabalho no núcleo de Planejamento Urbano da Prefeitura de Belo Horizonte desde 2005, quando foi possível perceber a questão por seu lado institucional e a partir da perspectiva do Estado. O que de alguma forma assusta, mas também o que nos motiva, é perceber como o discurso que permeou toda a discussão de reconhecimento da favela e dos direitos de seus moradores, ouvidos nos Grupos de Referência⁶, pode ter se concretizado em uma intervenção muitas vezes distanciada das práticas e necessidades dessas pessoas. Se benefícios ocorreram – e consideramos que os avanços foram enormes – não devemos reproduzir a experiência em outros assentamentos sem que haja uma postura crítica quanto à inadequação de algumas questões e quanto ao distanciamento entre o discurso e a prática. É o risco de, limitados ao discurso da limitação de recursos e de tempo como determinantes das alternativas, ignorarmos que pode haver ainda um fosso a ser vencido no reconhecimento efetivo da população favelada.

A pesquisa de campo foi desenvolvida partindo da aproximação da vivência dos moradores com as intervenções, buscando entender como estas estão interferindo – positiva ou negativamente – em seu cotidiano, adotando-se como recorte a forma das habitações construídas pelos próprios moradores e estendendo para a forma de apropriação do espaço da rua. Trabalhamos inicialmente comparando os projetos dos apartamentos construídos para relocação das famílias removidas com casas que foram demolidas⁷, associando os espaços configurados nas habitações como tendo relação estreita com o cotidiano das famílias aí residentes.

⁶ Os Grupos de Referência são formados por representantes de moradores das diversas áreas das comunidades e participam de todas as etapas de elaboração do Plano, aprovando e validando os levantamentos e propostas e acompanhando os trabalhos de campo.

⁷ O trabalho de identificação da forma e configuração das moradias demolidas foi elaborado a partir de levantamento das plantas das casas feito por técnicos da URBEL para fim de avaliação econômica da benfeitoria. A URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte é o órgão da Prefeitura de Belo Horizonte, responsável por todos os programas e ações relacionadas às favelas do município, criada para implementação do PROFAVELA em 1986.

Especulamos que o processo de construção das casas pelos próprios moradores relaciona-se a uma prática singular que pode ser identificada nas morfologias das edificações e que tem vinculação direta com seus hábitos e com uma cultura de apropriação e uso dos espaços. A construção de uma varanda, a manutenção de um quintal ou de uma laje nas habitações da favela, enquanto espaços mínimos de quarto ou cozinha ainda não estão garantidos, podem não estar associados unicamente a uma impossibilidade financeira de ampliação da moradia, mas serem formas de apropriação do espaço que se vinculam às práticas cotidianas destes moradores (como as festas na laje ou criação de animais nos quintais, por exemplo⁸).

A análise, relacionando o espaço das moradias ao cotidiano, foi feita a partir de conversas com moradores que mudaram para os novos apartamentos e com outros que permaneceram, tentando identificar como a alteração formal do espaço de residência interferiu no cotidiano de seus habitantes⁹. O nosso foco nestas conversas - destacando que estamos apontando a limitação do discurso concretizado nas instâncias participativas institucionalizadas no Estado como expressão única do desejo e necessidade dos cidadãos - foi principalmente a rotina dos moradores e menos sua opinião explícita quanto à adequação ou inadequação das alternativas, discurso esse muitas vezes contaminado pela mídia e pelo discurso hegemônico do Estado. Apesar de a análise focar a moradia, o espaço privado¹⁰, ela extrapola para o espaço público, a cidade-favela, tanto pela rotina dos moradores que invade a rua quanto pelas conversas feitas percorrendo os becos e ruas com moradores do Aglomerado da Serra¹¹.

⁸ A criação de animais e cultivo de plantas é uma prática bastante comum nas favelas, sendo muitas vezes uma atividade de subsistência e geração de renda da família, além de importante na segurança alimentar. Apesar de não ser objeto específico da nossa pesquisa, é interessante pontuar esta questão por configurar uma prática que, na maior parte das vezes, é inviável nos apartamentos propostos pelo Programa Vila Viva, como será discutido ao longo do trabalho.

⁹ Conversamos com 31 moradores ou famílias que foram relocadas para os conjuntos habitacionais (ao todo estão previstas 856 unidades), em dias e horários diferentes. Priorizamos as conversas aos sábados na parte da manhã, abrangendo 20 do total das visitas, quando estava presente a maior parte dos moradores, inclusive aqueles que trabalham fora. No entanto, destacamos que as visitas feitas à tarde durante a semana, foram interessantes também para identificar moradores que passam a maior parte do dia em casa, alguns até com trabalhos sendo feitos na própria residência (principalmente artesanato e costura). Destaca-se, ainda, que estas entrevistas não têm qualquer intenção estatística sendo, diferente disso, uma maneira de aproximar-se intuitivamente do cotidiano dos moradores.

¹⁰ A ênfase no espaço privado, para depois extrapolar para o público, foi uma definição metodológica. Em função do momento da pesquisa, com a obra ainda em andamento, encontramos dificuldade em rastrear as formas de ocupação do espaço público, ainda em construção. A maior parte da área pesquisada configura-se, atualmente, como um grande canteiro de obras, ainda sem uma possibilidade de apropriação cotidiana. Diferente disso, os primeiros apartamentos foram construídos há dois anos, no início da obra, já estando, grande parte destes ocupados pelos moradores. Além disso, como será desenvolvido mais a frente, percebemos no caso das favelas uma maior proximidade e permeabilidade entre o espaço público e o privado, o que facilita a transposição da análise a que nos propomos.

¹¹ O principal interlocutor nas “andanças” pelo Aglomerado da Serra foi Reinaldo, morador da Vila Marçola, de aproximadamente 30 anos. No entanto, ao longo do percurso conversamos com diversos moradores, alguns conhecidos do Reinaldo, outros que encontramos na rua ou em pontos de encontro no Aglomerado da Serra.

A dissertação será desenvolvida em três capítulos, sendo:

- a) O Espaço da Política e as Políticas do Espaço: Discussão teórica sobre a relação e interação entre os espaços de participação institucionalizados na estrutura do Estado, na tentativa de garantir melhor interlocução entre o Estado e a sociedade civil, e as formas cotidianas de participação construídas na vivência do espaço (práticas cotidianas). A tensão, neste sentido, é entre políticas estruturadas pelo discurso e as experiências das pessoas relacionadas a uma representação sensível (estética) vinculadas a expressões culturais e formas singulares de apropriação do espaço. Neste capítulo trataremos dos processos de democratização da gestão pública e da conceituação do termo “espaço público”, passando para o reconhecimento das práticas cotidianas (Michel de Certeau), de processos de subjetivação da política (Jacques Rancière) e do conceito de “espaço” que permeia a discussão (Milton Santos, Doreen Massey e Henri Lefebvre).
- b) O lugar da favela: A partir da reflexão teórica, a proposta do capítulo é aproximar a discussão a um caso mais concreto: as intervenções do Estado nas favelas em tensão com as práticas cotidianas relacionadas às formas de apropriação e estruturação urbana desses lugares. Iniciaremos com uma reflexão sobre as significações e estereótipos construídos em relação às favelas ao longo do tempo e como estes interferem nas propostas e ações engendradas pelo poder público para lidar com a questão. A partir disso, enfocaremos as práticas socioespaciais das favelas, destacando suas especificidades formais e estéticas (Paola Berenstein Jacques), na tentativa de desconstruir percepções associadas simplesmente à precariedade e pobreza, que legitimam um tipo de intervenção nestas áreas.
- c) O Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra: Neste capítulo enfocaremos nosso estudo de caso. O Programa Vila Viva tem por ênfase a intervenção nas favelas de Belo Horizonte de forma intersetorial. Partiremos de uma discussão conceitual do Programa, principalmente quanto à proposta de reestruturação urbana do espaço da favela, para depois, de forma empírica, contrapormos a forma dos espaços da favela com as propostas em implementação. No trabalho empírico adotamos duas estratégias:
 - a) conversas com moradores do Aglomerado da Serra, realizadas tanto nos sábados quanto em dias de semana, tentando abranger moradores que permanecem a maior parte do tempo em casa e outros que trabalham fora;
 - b) análise comparativa da morfologia de casas e dos novos apartamentos implantados para relocar as famílias

removidas, a partir da análise das “plantas”¹² de algumas casas e dos projetos dos apartamentos. A proposta é, de maneira experimental, desconstruir a idéia de um padrão de habitação, destacando a diversidade e flexibilidade de formas das casas na favela. Tentaremos identificar formas e relações que se fazem presente nas habitações e que, pela nossa percepção técnica, poderíamos considerar como desvio devido à precariedade ou à diferença em relação ao que tecnicamente consideramos adequado.

O questionamento central da pesquisa poderia ser feito para qualquer intervenção urbana: como as formas definidas pelas ações cotidianas das pessoas são consideradas nas soluções adotadas? No entanto, nos parece ainda mais desafiador trazer essa discussão para as intervenções em favelas, onde a precariedade e pobreza reforçam o discurso legitimador de intervenções que desconsideram a prática política expressa na construção cotidiana do espaço. Desconstruir esse discurso que legitima as intervenções, que forma um véu de benevolência para qualquer melhoria que venha a ser feita nestas áreas, nos parece desafiador e necessário. Escamoteado na proposta de reconhecimento de direitos pode se esconder uma representação fundada na desvalorização e ignorância em relação aos processos e modos de vida singular nas favelas. Pode se esconder uma representação que inferioriza as práticas destas pessoas, associando-as simplesmente a limitações relacionadas à situação de pobreza e exclusão em que se encontram.

Em nosso entendimento, por trás da argumentação da falta de recursos, da urgência e da precariedade se procura legitimar um pensamento hegemônico que ignora o saber do senso comum, ignora a experiência cotidiana e as ações dos sujeitos como atos políticos de transformação. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos (2000:20): é necessário “superar o senso comum regulatório que transforma a anormalidade em que vivemos na única forma possível e desejável”.

Contra a tendência da homogeneização, engendrada pelo espaço abstrato das propostas de planificação do Estado, emergem espaços diferenciais (LEFEBVRE, 1993) de sujeitos que subvertem e transformam as impossibilidades e os padrões impostos, os qualificando, os diferenciando e os transformando em lugares. É nesta confrontação, é na construção da diferença, é na enunciação de uma presença, que discutiremos a política. É no uso, na vivência e na aproximação que discutiremos o espaço, entendendo que as *políticas do espaço*

¹² Neste caso, quando nos referimos às “plantas”, estamos falando do desenho da subdivisão da casa ou o que também é denominado como “planta baixa”.

e o *espaço da política*¹³ se justapõem e se multiplicam, interagindo entre si. E que nesta relação, se produz um espaço permeado por instituições, mas sobretudo se produz um espaço repleto de reconstruções destas instituições.

¹³ Mesmo remetendo a diversas arenas políticas, que não se limitam a formatações participativas, abrangendo inclusive a estrutura representativa e os movimentos sociais, adotaremos o termo *Espaço da Política* no singular, reforçando a idéia de um espaço institucionalizado e, conseqüentemente, mais rígido e homogêneo, se comparado às práticas cotidianas a que denominaremos *Políticas do Espaço*. De forma sutil, reconhecemos a capacidade multiplicadora das práticas cotidianas quando se apropriam e revisitam as regras institucionalizadas no *Espaço da Política*. Em linhas gerais o *Espaço da Política* se aproxima ao termo “policy” em inglês, enquanto as *Políticas do Espaço* se aproximam da noção de “politics”.

1. O ESPAÇO DA POLÍTICA E AS POLÍTICAS DO ESPAÇO

A formação de espaços institucionalizados de participação na estrutura do Estado, com o partilhamento de processos deliberativos entre atores estatais e atores sociais e o progressivo fortalecimento das políticas públicas participativas, vem sendo implementada no Brasil principalmente a partir da reforma constitucional de 1988 (AVRITZER; PEREIRA, 2005). As renovações nos instrumentos de planejamento e gestão urbana avançaram com a construção de um conjunto de formas consultivas e deliberativas de participação da população nos processos de tomada de decisão (conselhos, orçamentos participativos, conferências, etc.), na tentativa de enfrentar as desigualdades socioespaciais, consideradas, então, como intrinsecamente relacionadas às desigualdades de poder político dos diferentes grupos.

As possibilidades de exercício da política em uma democracia participativa estão centradas no fortalecimento de Estados Democráticos de Direito, a partir da construção de estruturas de interlocução entre o Estado e a Sociedade Civil. E o processo de democratização pressupõe a instituição de espaços de concertação na estrutura do Estado que são pensados, pelo menos teoricamente, como uma possibilidade de partilha de poderes e, por isso, de democratização e ampliação do *espaço da política*¹⁴.

No entanto, se a democratização das políticas públicas possibilitou a ampliação dos espaços de participação e maior interface da sociedade civil com o Estado, o que pretendemos argumentar é que estes arranjos institucionais consultivos e deliberativos, mesmo sendo de grande importância para o avanço da democracia, são insuficientes para incluir de forma efetiva a maior parte da população na discussão das alternativas para as cidades, por dois motivos:

- 1) Na escala das cidades e metrópoles contemporâneas, essas formas de participação se dão apenas a partir da multiplicação de esferas de representação¹⁵. A não ser por vias

¹⁴ Também os movimentos sociais, entendidos como processos que tensionam as políticas públicas, poderiam ser pensados na esfera do que estamos denominando como "*Espaço da Política*", mesmo que não sejam necessariamente instituídos e reconhecidos na estrutura do governo. Entendemos que a própria organização ou "aglomeração" em torno de um ideal ou o foco explícito em uma demanda por transformação, em tensão com o poder de controle e coesão do Estado os diferencia de práticas cotidianas de representação, mais relacionadas a formas estéticas de apropriação do espaço. No entanto, não enfocaremos em nosso trabalho esta questão, apesar de reconhecê-los como essenciais no tensionamento da política.

¹⁵ Marcelo Lopes de Souza (2002, p. 321-338) faz uma diferenciação entre representação e delegação, argumentando que no caso das estruturas participativas adota-se um sistema de delegação onde existem maior proximidade e convalidação das decisões tomadas, sendo esta uma "delegação executiva, não alienação relativamente ao poder de decidir" (SOUZA, 2002, p. 324). "A representação, diferente da delegação, significa alienar poder decisório em favor de outrem" (SOUZA, 2002, p. 325). No entanto, optamos por manter o termo representação, porque acreditamos que o que ocorre na maior parte dos casos, com os vícios do processo participativo, onde alguns poucos líderes dominam todas as arenas, é que estes atores passam a representar interesses próprios desvinculando-se da aproximação de seus representados e aproximando-se do modelo representativo tradicional. No entanto, vale diferenciar esta representação daquela formalizada nas estruturas dos poderes executivo e legislativo, onde a representação é reconhecida e legítima.

indiretas, não há como todos participarem de forma efetiva na estrutura política de poder e decisão relacionada ao Estado ou às instituições públicas. Os conselhos, as conferências e a maior parte dessas alternativas funcionam também dentro da lógica de reprodução da representação, mesmo que em menor escala e com maior aproximação da realidade local.

- 2) Essas instâncias de participação limitam-se, na maioria das experiências, a espaços relacionados ao discurso, à argumentação oral, tendo relação direta com o nível de alfabetização ou desenvolvimento letrado das pessoas. Neste ambiente de deliberação, os técnicos e pessoas letradas tendem a se sobrepor na argumentação, limitando a possibilidade de participação da grande maioria das pessoas, principalmente daquelas excluídas das oportunidades de educação formal, que correspondem de forma quase direta às pessoas excluídas das decisões políticas formais.

Acreditamos, então, que exista um vácuo nos sistemas participativos construídos nas propostas de democratização das políticas públicas, apesar dos avanços. E se poderíamos discuti-lo a partir da crítica aos instrumentos participativos vigentes, gostaríamos de propor uma via alternativa: as formas cotidianas de participação expressas na vivência e uso do espaço (ou a potencialidade política do espaço), que denominaremos de *políticas do espaço*.

Se reconhecermos que as definições do espaço se dão também a partir das práticas dos sujeitos que o vivenciam e que, também por este motivo, o espaço expressa a diversidade de alternativas construídas pelas múltiplas experiências dos indivíduos no mundo, estamos validando a multiplicidade dos atores pelas práticas no espaço e não apenas pelos discursos que cada um, representativamente vale dizer, apresenta no *espaço da política* instituído na estrutura do Estado. A participação pensada na prática espacial, por estar relacionada ao valor de uso do espaço, não se relaciona ao discurso, à argumentação oral, mas a uma prática, a uma experiência. Esta talvez seja a forma mais abrangente de participação, já que todos, sem exceção, e de diversas formas, vivenciam o espaço, mesmo que condicionados por situações que extrapolam suas escolhas¹⁶.

¹⁶ A proposição de destacar um espaço instituído da política e uma prática cotidiana relacionada ao uso e apropriação do espaço, onde se permite maior diversidade e aproximação das pessoas, pode ser vislumbrada na diferenciação entre cidadania e autonomia proposta por Marcelo Lopes de Souza (2002, p. 335): “A participação, assim, proporciona ou pode proporcionar melhores chances de um exercício mais pleno da cidadania, que equivale a uma maior e melhor integração na sociedade. (...) Ocorre, todavia, que a idéia de autonomia é (...) mais completa e poderosa que a cidadania, por não se prender tão fortemente ao horizonte da integração. (...). A defesa da autonomia individual e coletiva fornece fundamentos sólidos para a defesa simultânea de mecanismos e instituições propiciadores de integração, o que constitui a vocação da idéia de cidadania, e de uma margem de manobra institucional para a proteção de identidades particulares legítimas.” Assim, a idéia do *espaço da política* vincula-se principalmente às possibilidades de realização da cidadania, enquanto as *políticas do espaço* estão mais próximas do exercício da autonomia.

Pensando as simultaneidades definidoras do espaço, a discussão não se limita à organização, à proposição ou instituição de regras, mas também não escapa delas. Se o modo de produção organiza e produz um espaço, a prática neste mesmo espaço o subverte e o transforma, sendo impossível pensar a organização do espaço sem perceber como ele é usado (SANTOS, 1994), sem percebê-lo como impregnado de sujeitos ativos e por isso políticos. Mas seria ingênuo imaginar uma prática espacial descolada do modo de produção capitalista que se não a condiciona, lhe é própria.

O que pretendemos insinuar é que, além do aprofundamento em relação aos espaços de participação da estrutura do Estado, é importante reconhecermos o potencial político do espaço, pensando que a forma como o percebemos e o vivenciamos pode influenciar ou determinar a forma como pensamos a política pública. Assim, quando falamos sobre o *espaço da política*, cabe dizer: referimos-nos aos espaços institucionalizados para a participação que se multiplicam no Brasil a partir da década de 1980. Quando pensamos as *políticas do espaço*, idealizamos o potencial político do espaço¹⁷, “uma genuína multiplicidade de trajetórias e, potencialmente, de vozes” (MASSEY, 2008, p. 89), na enunciação de atores sociais em suas ações cotidianas, quando se apropriam, subvertem e transformam as regras e instituições, incorporando e transcendendo o *espaço da política*.

Dessa forma, o que se apresenta é a tensão entre o espaço planejado, entre a *política de governo*, e o espaço usado, da *prática política* do cotidiano. Quando ações de intervenção no espaço ignoram estas práticas, estas expressões ou identidades, o que se dá é a eliminação de um mote participativo legítimo que emerge da prática cotidiana. Os sujeitos sociais participam da construção das cidades nas suas vivências diárias, nos sentidos que imprimem ao espaço a partir de formas singulares de uso e apropriação.

O capítulo está dividido em duas partes: Na primeira, para delimitarmos de onde nos propomos discutir as possibilidades *políticas do espaço*, vamos esclarecer em qual contexto democrático desenvolvemos esta argumentação. E mais ainda, quais são as implicações e possibilidades dessa situação, que consideraremos como a partida: a ampliação do *espaço da política*. Na segunda parte, partindo da atuação política enquanto processo de deliberação relacionada às políticas públicas ou programas de governo, pensaremos também as possibilidades de participação política no âmbito da vivência na cidade, das práticas do cotidiano.

¹⁷ Mais ainda, na pesquisa, delimitamos a investigação da política nas práticas cotidianas de uso do espaço, não perdendo de vista que essas práticas estão imersas em estratégias maiores relacionadas ao modo de produção e às ações do Estado.

1.1. O Espaço da política: processos de democratização da gestão pública

Considerando-se uma possível “transição democrática” de extensão mundial, com o fim de sistemas ditatoriais e totalitarismos governamentais em diversas sociedades a partir do final da década de 1980, incluindo a derrocada do comunismo na antiga União Soviética, parece haver, ainda no presente momento, uma sensação de *consenso* em relação aos ganhos e alcances dos valores democráticos. É necessária, no entanto, a delimitação mais precisa deste termo e suas diversas acepções, para que não incorramos, nas palavras de Maria Célia Paoli, nas:

... políticas de destruição democrática feitas em nome da própria democracia, com a sua eficácia em encolher o mundo público feita em nome da liberdade, com a redução da cidadania aos bem-sucedidos no empreendimento privado mercantil, com o desprezo público pelas instituições universais de representação e negociação coletivas dos interesses proferido em nome da modernidade, com o constante solapar dos direitos sociais e trabalhistas feito em nome da justiça. Enfim, a perplexidade com uma forma de poder moderno que parece desistir de buscar sua universalidade em qualquer forma de igualdade aparente ou real, ao romper as regulações que, bem ou mal, ordenavam a desigualdade e a diversidade de experiências subjetivas em um mundo comum referenciado a parâmetros cidadãos, dentro dos quais se desenhavam os caminhos do conflito, das negociações, dos horizontes futuros. (PAOLI, 1999, p.10).

Ao reportar-se às “políticas de destruição democrática feitas em nome da própria democracia” Paoli refere-se a um contexto de transição democrática da segunda metade da década de 1980 onde prevaleceu, na sucessão de governos totalitaristas e ditatoriais, a democracia liberal, concebida como “ampla produção de um consenso controlável (...) e a supressão para valer dos ‘velhos’ conflitos” (PAOLI, 1999, p.7). Formatadas como uma maneira eficaz de administração dos conflitos e de otimização dos altos custos de um Estado do Bem-Estar Social estruturado na década de 1930, a concepção democrática liberal é apresentada como pressuposto para inserção em uma lógica global que prometia, via mercado, o emparelhamento dos países ditos de terceiro mundo ao modelo de desenvolvimento alcançado pelos países de capitalismo avançado. Desonerados dos custos do social e do coletivo associados ao Estado do Bem-Estar Social, credita-se ao mercado a regulação tanto dos recursos econômicos como das relações sociais, na perspectiva de um futuro que virá “pelo acesso às invenções tecnológicas e ao consumo, independente de regulações, contextos de sociabilidades, atores, culturas e populações” (PAOLI, 1999, p.9).

Neste contexto, a concepção hegemônica de democracia¹⁸ tende, em linhas gerais, para um modelo unicamente representativo, baseado na premissa de um consenso construído a partir de procedimentos eleitorais para a formação dos governos, garantindo-se principalmente a democracia via sufrágio universal. Associada a um arranjo institucional que visa aperfeiçoar

¹⁸ Para maiores detalhes sobre o processo de construção democrática e diversas tendências, ver SANTOS & AVRITZER, 2005. p. 40.

as decisões em nome da soberania popular, ancorada em procedimentos representativos e eleitorais, a concepção liberal de democracia traz consigo a idéia de eficiência administrativa, como se o consenso e a capacidade gerencial dos representantes levasse a decisões mais precisas e legítimas.

A adoção de sistemas unicamente representativos pode ter por justificativa uma suposta apatia política, ou incapacidade e falta de interesse dos cidadãos comuns de decidir quanto a seu futuro, devendo esta função ser delegada para representantes autorizados e mais capacitados para tal fim. Partindo desta premissa, a discussão sobre as possibilidades da democracia se limita ao aperfeiçoamento do processo eleitoral e dos sistemas de representação, sendo a idéia de cidadania relacionada ao “poder de eleger os próprios governantes, (...) escolhe[ndo] entre os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos” (BOBBIO, 2000, p. 21).

Nesta proposta, a doutrina democrática baseia-se em uma concepção individualista da sociedade, sendo a pluralidade social garantida pelo pluralismo partidário e a autonomia limitada à boa escolha de um representante. As decisões são tomadas pela regra de um suposto consenso, onde valem as resoluções aprovadas pela maioria daqueles autorizados a decidir. Estas são referendadas principalmente pelo respeito às regras que “estabelecem quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos” (BOBBIO, 2000, p. 30), limitando os sujeitos enquanto agentes políticos e restringindo a política às decisões institucionais. Como destacam Boaventura e Leonardo Avritzer (2005, p. 51), ao se referirem ao “procedimentalismo democrático” como definido por Bobbio:

A democracia se constitui de um conjunto de regras para a formação de maiorias, entre as quais valeria destacar o peso igual dos votos e a ausência de distinções econômicas, sociais, religiosas e étnicas na constituição do eleitorado (...). Vale a pena, portanto, perceber que a primeira via de afirmação da concepção hegemônica de democracia no pós-guerra [liberal, representativa] é uma via que leva do pluralismo valorativo à redução da soberania e, em seguida, à passagem de uma discussão ampla sobre as regras do jogo democrático à identificação da democracia com as regras do processo eleitoral. (SANTOS e AVRITZER, 2005, p. 45)

A legitimidade vincula-se de forma direta à legalidade, sendo as regras, e não os indivíduos, os detentores do direito. A idéia de poder relaciona-se à noção de um direito autorizado, limitado a uma elite pensante e percebido como um direito definido por lei, dando pouca relevância às assimetrias sociais e possibilidades diversas de acesso ao poder. De alguma forma, é como se os fins (a “melhor” decisão) justificassem os meios (a insuficiência dos debates), sem tocar em duas questões essenciais à democracia: “a questão de saber se as eleições esgotam os procedimentos de autorização por parte dos cidadãos e a questão de saber

se os procedimentos de representação esgotam a questão da representação da diferença”.
(SANTOS & AVRITZER, 2005, p.45)

Questiona-se-se, neste ponto, a capacidade de um modelo unicamente representativo abarcar a diversidade de identidades sociais, garantindo que a decisão por uma maioria contemple identidades minoritárias, mas legítimas. A proposta de democracia representativa, em um contexto neoliberal, tende ao distanciamento entre os representantes e representados e a um agravamento das situações de exclusão social em função do beneficiamento do bem público pelos interesses mercantis, se consolidando como uma prática de legitimação de governos via legalização de direitos. E a idéia de consenso parece tender mais para sobreposição de situações díspares, visando à construção da imagem de uma sociedade pautada na igualdade como um dado de partida (um falso dado, uma regra), e não como uma conquista a ser renovada a cada questionamento de sua validade. Nas palavras de Rancière, ao se referir ao discurso dominante na democracia consensual:

Idílio teórico de uma determinação filosófica do bem que a comunidade política teria por tarefa realizar; idílio político da realização do bem comum pelo governo esclarecido das elites apoiado na confiança das massas. (RANCIÈRE, 1996, p. 98)

A reação a esta proposta, suscita discussões contra-hegemônicas sobre o sentido da democracia e seu alcance, frente à impossibilidade de realização de um comum consensual. Reagindo à homogeneidade da proposta neoliberal elitista, formas alternativas de concepções democráticas se estruturam a partir do reconhecimento da pluralidade humana e do resgate da possibilidade da política baseada na cidadania deliberativa (cidadania ativa):

Não se trata apenas de se indignar com a paz imposta pelo silêncio da política, como distinguir, na aparência vazia do consenso e do “não há o que discutir”, as alternativas que se desenham nos próprios desvios desse processo, para recuperar os direitos de uma cidadania que, reinventando a si própria pela discordância e pela própria recriação, possa reinventar novos caminhos de construção democrática. (PAOLI, 1999, p.10).

Ao invés da tônica de interesses comuns e convergentes como ponto de partida, privilegia-se a democracia como um processo sócio-histórico que se constrói nas relações societárias e em sua relação com o Estado. Ancoradas no reconhecimento da diversidade cultural e social, caminha-se para a tentativa de resgate de coletividades reais construídas no confronto e convívio de interesses conflitantes, na reinvenção de direitos e questionamento de sua validade universal e no resgate da noção de espaços públicos. Neste sentido, a democracia não se limitaria a um sistema de autorização de governos, devendo incorporar a diversidade de atores também nos processos de tomada de decisão e não apenas na definição de seus representantes. Via participação ou deliberação pública, novos atores se inserem na cena

política, abrindo a possibilidade de “constituição de uma gramática social capaz de mudar as relações de gênero, de raça, de etnia e o privatismo na apropriação dos bens públicos” (SANTOS & AVRITZER, 2000, p. 54), e de uma nova relação entre sociedade civil e Estado.

Conceitualmente, a democracia participativa e deliberativa abre caminho para a influência de diversos atores sociais nas instituições públicas, sendo um espaço para questionamento de regras generalizantes e muitas vezes pouco representativas das diversidades. A definição dos direitos como um processo que se revisa infinitamente pelo questionamento de sua validade, ancora-se na percepção de que haverá sempre aqueles que o direito ignora e que, de fato, precisam reivindicar sua visibilidade e pertencimento. Reconhece-se, desta forma, uma comunidade política, onde os “excluídos são atores conflituais, que se fazem incluir como sujeitos políticos portadores de um direito antes não reconhecido.” (BRASIL, 2006, p. 105).

Por esta premissa democrática, idealmente, as políticas públicas¹⁹ resultam da atividade de discussão e concertação entre os diferentes atores sociopolíticos que, diante de demandas e pressões, procuram influir na formulação da agenda governamental (BRASIL, 2004c, p. 154). Através de processos de participação e de deliberação, institui-se a co-produção das políticas públicas com a partilha de “espaços híbridos”²⁰ entre representações estatais e entidades da sociedade. E o *espaço da política* constitui-se como arenas centrais de mediação e gestão de conflitos sociais e de formatação e discussão dos programas e projetos de governo, com a inserção da política pública em um novo contexto:

A política pública torna-se mais complexa com a multiplicação de atores e espaços de decisão e com a ampliação dos espaços de discussão e deliberação. O que preconiza um novo agir político [...]. Estas mudanças significam, portanto, a renovação dos dispositivos institucionais, administrativos e de gestão urbana sobretudo no nível local envolvendo três características principais: a territorialização, a centralidade do poder local e a deliberação pública. (AVRITZER & PEREIRA, 2005, p. 20).

¹⁹ Adotaremos para política pública o conceito mais geral e abrangente, conforme apresentado por AZEVEDO & RENNÓ & TOTTI (2001), como sendo “tudo que um governo faz, deixa de fazer e os impactos de suas ações e de suas omissões [...] com duas características gerais: primeiro a busca do consenso em torno do que se pretende fazer ou deixar de fazer. Assim, quanto maior for o consenso, melhores as condições de aprovação e implementação das políticas propostas. E, segundo, a definição de normas e o processamento de conflitos. Ou seja, as políticas públicas podem definir normas tanto para a ação como para a resolução dos eventuais conflitos entre os diversos agentes sociais.” Interessante observar como o conceito de “políticas públicas” está diretamente relacionado à atuação do Estado, à busca de um consenso e à definição de normas para processamento de conflitos. Esta conceituação será um contraponto importante para pensarmos as possibilidades das políticas do espaço quando, exatamente pela revisão e desconstrução das regras e pela riqueza do espaço do cotidiano se ampliam suas possibilidades.

²⁰ Para maior detalhamento sobre a noção de “instituições híbridas”, ver AVRITZER & PEREIRA (2005, p. 16), “como tratamento conceitual para o conjunto de formas de participação ampliada que emergem no Brasil a partir da década de 1990, dentre as quais se destaca o orçamento participativo e os conselhos. Tais experimentos democráticos denominam-se híbridos uma vez que envolvem um partilhamento de processos deliberativos entre atores estatais e atores sociais. As instituições híbridas originam-se fundamentalmente na passagem que a Constituição de 1988 marca entre um padrão de ação coletiva contestatória e anti-institucional e a formação de espaços institucionalizados para a participação ampliada”.

Neste sentido, há política, e consequentemente há democracia, se existir a possibilidade de questionamento das regras. E a democracia não se ancora na política como produtora do consenso, que visa a “governabilidade” e eficácia administrativa, baseada no controle dos conflitos e das divergências sociais, na “repetitiva obsessão com a miragem de uma modernidade homogênea e emparelhada com países de capitalismo avançado” (PAOLI, 1999, p. 9). A democracia é pensada como uma “sociabilidade real”²¹, lugar de encontros entre diferentes, onde tem lugar a publicização do debate e do dissenso. E, dessa forma,

... caberia considerar que em muitos casos não é a esfera participativa, em si, que abre como para mudanças no *status quo*, mas sim as fissuras que podem ocorrer durante esse processo de “reprodução ampliada” das coalizões existentes. (COELHO & FAVARETO, 2007, p. 122).

Alinhados com a premissa contra-hegemônica, os termos democracia e política são entendidos, além da garantia da igualdade via direitos universais, como um processo de constante reafirmação de direitos e de diferenças pautado em um espaço público feito por direitos renovados e refundados a todo tempo, a partir da pluralidade social. E neste sentido, as regras do jogo, expressas nas instituições formais, não podem ser compreendidas senão como parte do jogo social, sendo que “o Estado não pode mais tomar decisões de maneira autônoma ou tutelar. [...] e não dispõe mais, sem partilha, dos meios de ação pública.” (PEREIRA, 2007, p. 346). E se pensarmos no conflituoso jogo de interesses dos diversos atores que constroem a cidade, sendo que nem sempre os interesses daqueles que participam são os mesmos daqueles que executam as políticas e serviços, reforça-se, contraditória e necessariamente, a importância da representação política como possibilidade de fortalecimento dos espaços de participação e deliberação:

...importância de buscar-se a compatibilização entre a participação direta ou semidireta com a representação política, pois o funcionamento do conselho depende, também, da composição do poder político, o que faz com que os processos eleitorais e a escolha dos representantes executivos e legislativos seja importante para a ampliação da capacidade de efetividade e eficácia dos conselhos, sobretudo no que se refere à consecução de políticas voltadas para interesses populares. (PEREIRA, 2007, p. 347).

O espaço público, e não apenas o Estado, torna-se, necessariamente, uma instância na qual os direitos podem ser reconhecidos e reafirmados a todo tempo, a partir de uma publicização das diferenças relacionada às diversas modalidades de interação, locais de disputa e de conflito dos espaços de sociabilidade pública. E a sociabilidade democrática publicamente exercida, retorce a noção privatizada dos espaços públicos, devendo estes serem reconhecidos como espaço potencial da fala e da ação (ARENDT, 2001), como espaços legítimos da política.

²¹ Expressão usada por Maria Célia Paoli, na introdução do livro “Os sentidos da democracia”, ao se referir à aspiração democrática dos movimentos sociais na década de 1980. (PAOLI, 1999, p. 7).

1.1.1. Espaço Público: comunicação e publicização

Com o intuito de pensarmos as instâncias de participação política construídas no bojo do processo de democratização, é essencial abarcarmos a conceituação e os limites dos *espaços públicos* como instâncias nas quais os direitos e diferenças sociais podem ser reconhecidos. Mais ainda essa reflexão será importante para clarear o que estamos delimitando como o *espaço da política* e as *políticas do espaço*, pensando os espaços públicos não apenas como *espaço da política*, associados principalmente ao conceito de esfera pública e à idéia de uma arena (social) de debate e negociação, mas também, enfocando sua dimensão espacial e as possibilidades de publicização das diferenças através das *políticas do espaço*, nas diversas formas de ocupação dos espaços da cidade.

Para pensar o significado de *espaço público* vamos partir da palavra que o adjetiviza, que caracteriza determinado espaço como sendo *público*. O termo *público*, na visão de Hannah Arendt (2001, p. 62) “significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”. Neste sentido, o público não é simplesmente a extensão do privado: é a sua transformação, seu confronto, sua validação na sociedade por um coletivo multiplicado e diversificado por uma rede de encontros. Um *mundo comum* que reúne e leva a conviver indivíduos diferentes estabelecendo uma relação entre eles²².

O termo público, ainda segundo a mesma autora, pode ser entendido também no sentido de publicidade, de tornar público, sendo “que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos” (ARENDR, 2001, p. 59). A dependência do “tornar público” a uma validação ou reconhecimento por outros nos remete à primeira acepção do termo: a necessidade de compartilhamento em um *mundo comum*. E dessa forma, o tornar-se público, ou reconhecer-se perante o outro, delimita-se como uma aparência que só faz sentido quando sendo comum ou compartilhada por outros:

Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade. (...) A presença dos outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos. (ARENDR, 2001, p. 59/60).

A percepção de uma realidade relaciona-se sempre à aparição do outro, à exposição e confrontação pública dos fatos: “a presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmos”. E depende, assim, de uma exterioridade, de um processo contínuo de estranhamento e reconhecimento que torne possível a confirmação da existência resguardada da vida privada: a esfera pública. Arendt (2001, p. 212),

dessa forma, associa a esfera pública ao “espaço potencial da aparência entre homens que agem e falam”²³, ressaltando o caráter incompleto e em constante formação desta arena.

O termo espaço público na teoria social pode ser sintetizado por duas abordagens principais: a primeira caracteriza-se pela centralidade conferida aos meios de comunicação de massa na configuração de espaços públicos, estando seu conceito mais associado ao entendimento dessas arenas como espaços de publicização. A segunda tenta incorporar instâncias comunicativas além da mídia, como as organizações da sociedade civil, espaços de comunicação interpessoal e redes informais de intercâmbio, retomando as possibilidades da construção coletiva de um mundo comum e enfocando os espaços comunicativos primários relacionados às ações cotidianas (COSTA, 2002a)²⁴.

Os espaços públicos percebidos apenas como arenas de publicização dos assuntos de interesse “comum”, com centralidade conferida aos meios de comunicação de massa, aproximam-se de uma percepção destas arenas como um palco de encenação política, “não se observando comunicação efetiva, mas a mera disputa de poder entre os diferentes atores” (COSTA, 2002a, p. 17). Neste caso, o espaço público é entendido a partir de uma estrutura sistêmica autônoma que se sobrepõe e solapa as possibilidades transformadoras dos indivíduos enquanto atores sociais. De acordo com esta abordagem, dada a impossibilidade de intervenção no sistema, “o conjunto de cidadãos constitui, nas sociedades contemporâneas, massa de indivíduos atomizados e despolitizados, meros receptores das questões tratadas publicamente” (COSTA, 2002a, p. 23). A intermediação ou comunicação com a esfera societária se dá a partir da formação da opinião pública, que apenas quando assimiladas pelo sistema político se constituem como uma decisão concreta. Nesse caso, a noção de publicidade é a base do espaço público, quando o debate se pauta pela racionalidade das discussões, submetido ao princípio do melhor argumento como forma de legitimação das propostas.

O público desses espaços se transforma em mero destinatário de mensagens formadas na arena institucional (governo, partidos, grupos organizados), limitando-se a discussão àqueles que têm

²² Nas palavras da autora: “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia um dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer.” (ARENDT, 2001, p. 62)

²³ “O espaço da aparência passa a existir sempre que os homens se reúnem na modalidade do discurso e da ação, e portanto precede toda e qualquer constituição formal da esfera pública e as várias formas de governo, isto é as várias formas possíveis de organização da esfera pública. Sua peculiaridade reside no fato de que, ao contrário dos espaços fabricados por nossas mãos, não sobrevive à realidade do movimento que lhe deu origem, mas desaparece não só com a dispersão dos homens (...), mas também com o desaparecimento ou supressão das próprias atividades.” (ARENDT, 2001, p. 211)

²⁴ Outras formas de “categorização” para a abordagem do “espaço público” poderiam ser adotadas, como a definida por Benhabib (1993, citado por COSTA, 2002, p. 15), onde são identificados 3 modelos teóricos sobre o tema: um de inspiração republicana (Hannah Arendt), outro qualificado como liberal (B. Ackerman) e um último modelo discursivo (Habermas).

voz ativa na esfera pública. O esvaziamento das possibilidades discursivas e argumentativas²⁵ pode resultar, assim, em uma pauta pública que incorpora pouco a diversidade e os conflitos da sociedade, como explicitado por Sérgio Costa:

O governo procura assumir o tratamento dos problemas cujas soluções encontrem a aceitação mais ampla possível, evitando questões controversas. Nessa medida, o governo é ao mesmo tempo destinatário e co-formador ativo da esfera pública, estimulando a discussão daqueles problemas que revelem boas perspectivas de encontrar uma decisão consensual ou, ao contrário, dificultando a carreira de temas que sejam potencialmente conflitivos ou cujo tratamento ameace os interesses estabelecidos. (COSTA, 2002a, p. 18).

Nesta perspectiva, a publicização e consenso sobre uma questão dependem mais de como esta é levada a público do que do conteúdo apresentado. E neste sentido, “a esfera pública é (...) produzida antes por estratégias políticas persuasivas e de imagens que por estratégias políticas verbais e argumentativas” (BARINGHORST, 1996, p. 22, citado por COSTA, 2002a, p. 19), despolitizando-se, no nosso entender, esses espaços. Influenciados pela mídia, os debates “políticos” esvaziam-se de conteúdo e da multiplicidade de questões construídas na esfera social, configurando-se como discursos de falso consenso, embasados por uma pretensa sociedade unida em torno de um propósito comum.

Conforme apresentado por Costa (2002a), a possibilidade do espaço público ficaria limitada ao aspecto da visibilidade das questões políticas, distanciando-se da perspectiva de uma Democracia que contemple o conflito e o dissenso da sociedade. Partiremos, então, para a discussão sobre o conceito de espaço público que enfatiza as possibilidades comunicativas associadas às experiências dos sujeitos no cotidiano.

Retomando a noção de *mundo comum* apresentada por Hannah Arendt, relacionado à idéia de convivência de indivíduos diferentes, recuperamos a importância da esfera pública como arena de reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade. A abordagem do termo encaminha-se pela ênfase nos múltiplos espaços comunicativos possíveis, ancorando-se no cotidiano dos atores envolvidos. E a noção de público passa pela configuração de micro espaços alternativos no nível das ações cotidianas que retroalimentam as discussões no âmbito das instituições e sistemas políticos, retomando-se as possibilidades comunicativas efetivas desses espaços.

²⁵ A idéia da primazia da racionalidade para construção dos argumentos ancora-se na visão positivista do conhecimento, onde a razão leva à verdade e, consequentemente, à melhor decisão. Visto dessa forma, o acesso à esfera pública se limitaria aos portadores de voz nas esferas instituídas, na maioria das vezes relacionada a saberes hegemônicos que desconsideram os saberes locais construídos na vivência cotidiana dos indivíduos. A decisão deveria se limitar a uma elite detentora de uma razão crítica, representação de uma verdade universal, que filtraria a mediocridade da opinião pública, relacionada mais a superstições ou crenças das massas que a uma posição crítica perante os fatos.

O conceito de espaço público por esta perspectiva, explicita instâncias de participação relacionadas a uma pluralidade de espaços alternativos que alimentam os processos comunicativos da esfera pública instituída via, por exemplo, movimentos sociais (COSTA, 2002a). Partindo de um questionamento da força unilateral da mídia na destruição das interfaces entre a sociedade civil e o Estado, paralelamente ao crescimento da grande mídia, estruturam-se micro espaços comunicativos, de difusão de “subculturas” e revisão dos ditames da comunicação de massa, como exposto no trecho que se segue.

Persiste, para além do espaço público transformado em mercado, um leque diversificado de estruturas comunicativas e uma gama correspondente de processos sociais (de recepção e reelaboração das mensagens recebidas e de interpenetração entre os diferentes microcampos da esfera pública), cuja existência confere precisamente consistência, ressonância e sentido ao espetáculo político, ancorando-o novamente no cotidiano dos atores. (COSTA, 2002, p. 22).

A retomada do espaço público como “um leque diversificado de estruturas comunicativas”, nos remete à teoria social crítica de Jürgen Habermas (1999), central na construção de uma teoria discursiva da democracia²⁶. Em linhas gerais, o autor postula a desvinculação, decorrente da modernidade, entre os domínios interativos presentes no *mundo da vida* e os domínios sistêmicos (subsistemas econômico, do mercado, e administrativo, do Estado).

As esferas públicas assumem o papel de mediação entre os diferentes domínios, bem como de publicização e visibilidade das questões e problemas e “correspondem às estruturas comunicacionais generalizadas, como a mídia, e as instâncias mistas, não restritas à presença da sociedade civil, mas vinculadas ao Estado, por sua criação, composição e manutenção” (TEIXEIRA, 2000, citado por BRASIL, 2004, p. 37). Nos dizeres de Flávia Brasil (2004, p. 36), pela teoria de Habermas, a esfera pública possibilitaria a mediação entre os impulsos comunicacionais do *mundo da vida* e os domínios sistêmicos e institucionais: “a esfera pública opera como uma ‘caixa de ressonância’, conferindo visibilidade e amplificando as questões formuladas e endereçadas à elaboração no sistema político”.

O conceito de *mundo da vida* desenvolvido por Habermas se relaciona a atos e discussões cotidianas, sendo a cidade, e não apenas o Estado (ou a Corte, no caso da discussão sobre a esfera pública burguesa no século XVIII), o espaço original da sociabilidade pública²⁷. Ao pensar os processos de interação e comunicação nos domínios societários como espaços de

²⁶ A discussão proposta sobre as reflexões de Habermas referem-se principalmente à “Teoria da Ação Comunicativa” e à revisões das teses centrais da obra “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, apresentada em reedições da mesma.

²⁷ Segundo Costa (2002, p. 25), Habermas não desconsidera os meios de comunicação como esfera pública. Ao contrário, identifica “ambivalência constitutiva da esfera pública: nela desembocam tanto os fluxos comunicativos originados no mundo da vida – portanto gestados em relações voltadas para o entendimento – quanto os esforços de utilização dos meios de comunicação para a produção de lealdade política e para influenciar as preferências de consumo”.

formulação de questões, não se limitando aos espaços instituídos pelo Estado, o autor abre a possibilidade para a emergência de novos atores na esfera pública.

A concepção Habermasiana de mundo da vida como arena de integração social incorpora como elementos a sociedade, a cultura e a personalidade. O mundo da vida refere-se, assim, ao domínio das interações cotidianas e constitui um reservatório de tradições culturais. (BRASIL, 2004, p.33).

A teoria da ação comunicativa de Habermas (1999) extrapola a noção de racionalidade cognitiva instrumental (associadas a uma escolha racional, estratégica, impessoal) para uma racionalidade intersubjetiva relacionada às vivências dos sujeitos no mundo. Credita-se, assim, a esse espaço denominado de *mundo da vida* a redefinição de normas e de significados, a renovação da cultura política e a constituição de novas identidades fora das esferas instituídas para a política.

Por esta ótica, o espaço público como fenômeno social elementar não constitui uma estrutura normativa. Configura-se “como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões (...) onde os problemas são percebidos, tematizados e, mesmo, dramatizados” (BRASIL, 2004, p. 36). É a esfera de politização de novas questões e negociações entre atores societários, podendo incluir a formulação de proposições a serem postas em circulação na esfera pública. São espaços de reprodução de significados e de construção de identidades na interação comunicativa primária, subsidiados por problemas que ressoam do cotidiano, distendendo as fronteiras do público.

No entanto, pela demarcação de espaços de interação do sistema e do mundo da vida, podemos pensar os limites do quadro teórico de Habermas em relação às formas de influência da sociedade civil nos domínios das políticas públicas. De acordo com Brasil (2004, p. 30), “esse quadro teórico coloca em relevo a participação nos domínios da esfera pública e a possibilidade de sua influência no terreno institucional, mas não autoriza a assumir possibilidades de participação dos atores sociais nos âmbitos decisórios sistêmicos”. Questiona-se, dessa forma, como a pluralidade de instâncias societárias, que permite a expressão de identidade e de interesses compartilhados, podem articular-se às instituições governamentais que detêm legitimidade. Questiona-se o risco da multiplicidade dos espaços públicos dificultarem a coordenação para a formação de opinião e influência nos âmbitos sistêmicos. E a principal divergência da teoria social contemporânea em relação à teoria Habermasiana parece estar na forma como os processos espontâneos de formação de opinião são considerados nas instâncias decisórias, quando não incorporam a possibilidade de participação dos atores sociais diretamente nos âmbitos sistêmicos.

Mesmo reconhecendo como essencial a garantia da participação social nas instâncias decisórias, na definição das políticas públicas e na busca por uma pluralidade institucional, intuimos que a “exigência” das instâncias societárias articularem-se às instituições governamentais, mesmo através da instituição de espaços de participação e deliberação, pode ter relação com o não reconhecimento efetivo destas ações cotidianas como ações políticas efetivas. Questionamos a exigência desta “institucionalização” para que as ações cotidianas se configurem como decisões políticas. Esta será uma questão importante para se pensar as possibilidades das práticas do cotidiano no processo de transformação social.

1.1.2. Espaço Público: uma abertura às políticas do espaço

Com o intuito de pensarmos a relação entre os âmbitos decisórios sistêmicos e o espaço público de tematização das questões, ou *mundo da vida*, vamos partir da crítica à teoria habermasiana e onde consideramos que estão as principais questões que dificultariam o reconhecimento do espaço público e das ações cotidianas como espaços de deliberação política.

A teoria Habermasiana destitui as “deliberações informais” de conteúdo político ao postular que estas só se efetivariam como ação quando adentrassem os âmbitos decisórios sistêmicos. Ao destacar as duas esferas, apesar de ressaltar a primazia do *mundo da vida* na formulação das questões de interesse público, Habermas de alguma forma descarta a efetividade destas ações se não asseguradas por procedimentos legais e políticos institucionalizados. Conforme explicitado por Sérgio Costa, diferente do entendimento republicano que tem no Estado sua corporificação institucional, sem diferenciação normativa entre os planos da vida social e da vida política, Habermas delimita e separa os dois campos:

[No entendimento de Habermas] há que se manter a distinção entre esfera societária e a esfera política e o Estado, de sorte que a influência da sociedade civil se concretize de forma anônima e difusa por meio da existência de uma esfera pública transparente e porosa, permeável às questões originadas no mundo da vida. Somente através da mediação dos processos institucionais de formação da opinião e da vontade é que o poder de influência da sociedade civil deve chegar ao Estado, não mais a contraparte institucional da sociedade civil, como na concepção republicana, mas a *esfera com competências funcionais e políticas delimitadas pelo direito e a lei*. (COSTA: 2002a, p. 26, grifo nosso).

Dependendo da validação por uma “esfera com competências funcionais e políticas delimitadas pela lei”, a esfera pública relacionada ao *mundo da vida* se limitaria aos processos de aprendizagens e formação de opiniões e vontades a serem levadas ao sistema político, não se configurando por si só como atos políticos. Neste sentido, o *mundo da vida* é esvaziado de capacidade efetiva de transformação política. O espaço público se restringiria à formulação de

consensos e soluções comuns, a partir de diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa, mas delimitados em torno das regras que regem uma vida comum²⁸. Apesar da concepção de esfera pública de Habermas tentar perpassar todos os níveis da sociedade e incorporar uma diversidade e discursos, a ação política no cotidiano se limita à tematização das questões, sendo dependente de visibilidade e reconhecimento público para que seja atribuído um mérito efetivo a tal esfera.

Esta situação, tendo por base os pensamentos de Rancière (1996), poderia ser percebida como uma “encenação de um mundo comum” onde se recusa a existência de determinados sujeitos em função de uma “ordem existente das coisas”, pré-estabelecidas em um sistema jurídico e normativo instituído. Ao contrário disso, na percepção do autor, a “*demonstração do direito* ou manifestação do justo” se daria pela reconfiguração das regras a partir de uma prática, pela enunciação de diferenças que não há como serem validadas em um sistema pré-estabelecido, visto que de antemão não existem. Nas palavras de Rancière, as críticas a Habermas:

Nos termos de Juergen Habermas, essa demonstração [do direito ou manifestação do justo] é indissolavelmente um agir comunicacional que *põe em jogo as pretensões de validade* de certos enunciados e um agir estratégico que desloca a relação de forças, determinando a *admissibilidade dos enunciados* como argumentos sobre uma cena comum. É que essa comunicação escapa também às disjunções que fundam as regras supostas ‘normais’ da discussão. Juergen insiste, em ‘O discurso filosófico da modernidade’ na tensão entre dois tipos de atos de linguagem: linguagens ‘poéticas’ de abertura para o mundo e formas intramundanas de argumentação e validação. Ele reprova àqueles que criticam o fato de desconhecem essa tensão e a necessidade de que as linguagens estéticas de abertura para o mundo também se legitimem no interior da atividade comunicacional. (RANCIÈRE, 1996, p. 66, *grifos nosso*).

Dessa forma, a exigência de validação nos âmbitos decisórios sistêmicos das questões construídas no *mundo da vida* seria como “pôr em jogo a validade de certos enunciados”, sendo a “admissibilidade dos enunciados” construídos nas ações cotidianas definida a partir de um sistema normativo que supostamente representaria uma “cena comum”. A “tensão entre as linguagens poéticas de abertura para o mundo e as formas intramundanas de argumentação e validação” (relacionadas às esferas instituídas de legitimação) é questionada por Rancière como uma desqualificação das linguagens poéticas como sendo, elas mesmas, uma atividade comunicacional, desconstruindo a possibilidade única de validação somente através da argumentação. Na proposta do autor, as linguagens poéticas relacionadas às vivências práticas cotidianas são exatamente a impossibilidade do consenso, brechas abertas pelas quais

²⁸ A formulação dessa frase se deu a partir da reconstrução (desconstrução?) de uma frase de Costa (2002, p. 27), quando o autor defende o conceito de esfera pública formulado por Habermas: “É na esfera pública que os *diferentes grupos constitutivos de uma sociedade múltipla e diversa* partilham argumentos, *formulam consensos e constroem problemas e soluções comuns*. A esfera pública conforma, portanto, o contexto político comunicativo, no qual os membros de uma comunidade política plural constituem as condições de possibilidade da convivência e da tolerância mútua, além dos acordos em torno das regras que devem reger a vida comum.” (*grifos nosso*).

desabrocham mundos singulares não reconhecidos e irreconhecíveis na estrutura sistêmica. E a *demonstração* própria da política se daria exatamente por esta prática, por esta abertura de mundo, e não apenas por “momentos de exceção” construídos via reconhecimento de uma cena comum nas esferas de governo:

Mas não é apenas em momentos de exceção e pela ação de especialistas da ironia que o consenso exclusivo se desfaz. Ele se desfaz quantas vezes se abrem mundos singulares de comunidade, mundos de desentendimento e de dissensão. Há política se a comunidade da capacidade argumentativa e da capacidade metafórica é, a qualquer hora e pela ação de qualquer um, passível de ocorrer. (RANCIÈRE, 1996, p. 70).

O reconhecimento do espaço público como lugar potencial de expressão da pluralidade, constitui esferas de ação onde os acordos instituídos na esfera pública podem ser revisitados e questionados, ampliando-se as possibilidades democráticas e extrapolando a ênfase na capacidade argumentativa para relacioná-la às linguagens poéticas e percepções estéticas. A multiplicidade destes espaços aponta para a enunciação de atores sociais e políticos que em suas práticas cotidianas se apropriam, subvertem e questionam as próprias instituições. Neste ponto, podemos tatear o conceito de ação política a que se propõe esta pesquisa, não restrito às instituições de poder e de decisão relacionadas à argumentação racional e mais próximo das relações sociais e da cultura construída intersubjetivamente no cotidiano.

A noção de espaços públicos, construídos a partir de espaços comuns cujos trajetos ordenam relações e fronteiras diferenciadas (...), permite [...] que se veja a possibilidade de formas cotidianas de apropriação política dos lugares. [...] Sem reivindicar tais espaços como conceitos plenos ou fixos que se realizam sem fissuras nas relações sociais e espaciais da cidade, ele os reivindica como descobertas de lugares de conflito que, não chegando a ser movimentos sociais organizados por um princípio político, constroem públicos ativos, capazes de escolhas, simbolizações e práticas de seus espaços (PAOLI, 2004, p. 15).

O espaço público como fenômeno social e político elementar relacionado ao *mundo da vida*, não se constitui apenas como “uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, (...) onde os problemas são percebidos, tematizados e, mesmo, dramatizados”²⁹, ou simplesmente como espaço para definição das pautas políticas e formulação de proposições a serem postas em circulação na esfera pública. Constituem-se, também, como *espaços ativos* de decisão, se vistos sobre a ótica de indivíduos autônomos que na sua prática cotidiana questionam e reconstróem as regras. E a cidade, democrática e diversa, é construída não apenas pela instituição de regras, legislações e normas; a cidade é construída pela ação de todos, quando decidem, em suas práticas cotidianas, pela reconstrução das normas, por sua incoerência e inadequação, pela “construção dos territórios urbanos e dos lugares políticos que expressam as demandas de cidadania e pertencimento” (LEITE, 2004, p. 195).

²⁹ Trecho de BRASIL (2004, p. 36), citado anteriormente.

Não são os ares de uma cidade enobrecida que libertam, mas as formas cotidianas de *apropriação política dos lugares*, que publicizam e politizam as diferenças, atribuindo sentidos e qualificando os espaços da cidade como espaços públicos. (LEITE, 2004, p. 15, *grifo nosso*)

Neste ponto, o que pretendemos arriscar, e que será a linha condutora da discussão, é que o não reconhecimento das ações cotidianas como práticas de transformação, pode relacionar-se com o não reconhecimento da dimensão espacial destas práticas. Vamos com calma.

O debate contemporâneo da teoria social sobre o conceito de *espaço público*, considerando-se principalmente o embasamento teórico de Arendt e Habermas, o define como instâncias nas quais os direitos sociais possam ser reconhecidos, baseado na sociabilidade e no reconhecimento dos diferentes valores e interesses da sociedade. Refere-se a um espaço social de comunicação no qual interesses e diferenças são confrontados, e quando se delimita a vontade coletiva, não estando necessariamente relacionado a uma localização (lugar).

De modo semelhante a Hannah Arendt, Habermas reafirma o princípio da interação sobre o da localização em sua concepção de esfera pública, na qual o espaço potencial da fala e da ação não necessariamente tem lugar predeterminado: onde quer que ocorram as interações mediadas pelas relações de poder, que possibilitem a expressão da fala e do agir, existirá um espaço onde se materializaria a esfera pública. A interação, à qual Habermas se refere, é comunicativa e implica uma intersubjetividade compartilhada a partir das reivindicações discursivas: o espaço social da fala é, assim, construído pela linguagem... (LEITE, 2004, p. 198)

O termo *espaço público* entendido como espaço social ou como sociabilidade pública, vincula-se, em linhas gerais, ao conceito de *esfera pública*, sendo muitas vezes abordados como sinônimos. Alguma diferenciação entre os dois termos na teoria social de Habermas é percebida quando analisada a perspectiva de institucionalização destas arenas, estando o termo *espaço público* mais próximo da vida social onde são formuladas as questões a serem tematizadas na *esfera pública*, esta última mais relacionada aos domínios sistêmicos e institucionais. Considerando-se os dois eixos norteadores para definição do termo “público” apresentados por Arendt, a esfera pública se aproximaria mais da idéia de publicidade dos interesses e conflitos da sociedade, enquanto o espaço público nos remeteria principalmente à idéia de compartilhamento de um mundo comum.

Apesar desta diferenciação e das possibilidades atribuídas às ações comunicativas primárias relacionadas ao cotidiano da cidade, na teoria social o termo *espaço público* é deslocalizada no espaço e, conseqüentemente, não possibilita a concretização das ações. Pensado simplesmente como reivindicações discursivas, o espaço público só se realizaria efetivamente a partir de um processo de instituição e reconhecimento desta esfera nos âmbitos decisórios e na legislação. No entanto, se pensarmos que estas práticas e ações delimitam territórios e se materializam também em um espaço físico e, principalmente, que engendram

transformações expressas no espaço e são transformadas por ele, podemos repensar esta prática como uma possibilidade efetiva de transformação.

O espaço público se materializa não apenas via discurso, mas tem lugar e forma e se constrói através do espaço. As práticas interativas atribuem sentidos ao espaço que contribuem, por sua vez, para a efetivação destas ações, numa contínua construção social do espaço e espacialização das ações sociais (LEITE, 2004, p. 198). Para a apreensão do espaço público e de suas potencialidades como realização política, a tentativa será não apenas de superar uma concepção aespacial da teoria social, mas de extrapolar a noção de espaço circunscrito apenas à sua dimensão física, sendo as dimensões práticas da política estruturadas não apenas por processos discursivos, mas também por práticas que se estruturam em um lugar.

O espaço público, como local da multiplicidade e da convivência múltipla, de situações convivendo em contínuo permutar, configura não apenas um *lócus* da fala e da ação. Configura-se como a concretização da ação, como a realização das práticas cotidianas. E, dessa forma, delimitam-se lugares de construção da diferença, do embate e do conflito, lugares de idéias e ações efetivamente políticas e transformadoras, devendo ser reconhecidas não apenas quando se apresentam como discurso no *espaço da política* delimitado pelo Estado, mas como a concretude das multiplicidades de hábitos e necessidades de sua população. Esta seria a necessária abertura para o reconhecimento efetivo e completo das *políticas do espaço*. Assim,

Não se trata de negar a importância da aposta nos espaços participativos institucionalizados como forma de qualificar o projeto democrático; tampouco de abrir mão dos ganhos analíticos que a investigação desses processos tem permitido no que se refere ao avanço dos debates acadêmicos sobre a democratização. Trata-se, isso sim, de reconhecer a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve, inspirando direções de pesquisa que ampliam o seu foco, em abordagens que privilegiam as relações que se estabelecem entre a multiplicidade de sujeitos e espaços envolvidos. (DAGNINO & TATAGIBA, 2007, p. 11)

Se as instâncias de participação aumentaram o envolvimento dos atores sociais na elaboração de políticas públicas, e talvez por isso seja hoje possível falar da abertura a que estamos nos propondo, pretendemos discutir as possibilidades do espaço público como prática de participação e como caminho para a inclusão da diversidade e da diferença na construção das políticas públicas a partir do reconhecimento do potencial das *políticas do espaço*.

1.2. Políticas do espaço: práticas do cotidiano

Partindo do processo democrático que amplia as possibilidades do *espaço da política* pela multiplicação de arenas participativas na estrutura do Estado e instituições públicas, nos propomos pensar as possibilidades da participação pelo reconhecimento das *políticas do espaço* a partir de três pontos:

1. A política: reconhecimento das práticas cotidianas, relacionadas a um processo de subjetivação, construído pela experiência estética dos sujeitos no mundo como atos políticos. As linguagens poéticas, relacionadas às vivências práticas, são brechas para a abertura de mundos singulares não reconhecidos e irreconhecíveis na estrutura sistêmica;
2. O cotidiano: processos interativos, representativos e simbólicos da experiência vivida. Diferente do espaço das regras e da disciplina, o cotidiano é o espaço da imprevisibilidade, da abertura, de ações fragmentárias e incontroláveis, trazendo para a esfera do indivíduo (multiplicado em um coletivo) possibilidades de ação.
3. O espaço: A reflexão extrapola a dimensão física e estática do espaço para pensá-lo como sendo socialmente produzido, na interface entre um espaço abstrato e um espaço diferencial vivenciado, usado. O espaço não se limita ao que para ele é determinado, não é passivo, configurando uma totalidade aberta, sempre a se reconstruir nas diferentes formas de ocupação e apropriação cotidiana.

O reconhecimento da prática do cotidiano e do espaço será essencial para discutirmos as possibilidades dos lugares na reconstrução das políticas públicas: espaços de usos e apropriação diária pelas pessoas baseado em suas singularidades, valores e hábitos. E, mais a frente, a compreensão da espacialidade como construção legítima da diferença e da multiplicidade de trajetórias norteará a abertura para o reconhecimento do espaço-favela como sendo legítimo; como uma alternativa de cidade que, apesar de suas precariedades de infraestrutura que deve ser superada, possui qualidades e possibilidades relacionadas diretamente à vivência de seus moradores.

1.2.1. Possibilidades da política: a enunciação do sujeito

O que há de específico para ser pensado sob o nome de política, quando elaboramos as possibilidades da participação no âmbito da vivência das cidades, na apropriação e uso dos lugares? Nos caminhos de Rancière (1996), pensar a especificidade da política implica em

retorcer a lógica da racionalidade relacionada às estruturas sistêmicas, consolidadas em regras e leis, para reconhecer uma experiência intersubjetiva relacionada ao desentendimento, racionalidade do conflito que separa modos diversos de “estar-junto no mundo”.

Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação da palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo algum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (...) O desentendimento não é de modo algum o desconhecimento. Não é tampouco um mal entendido produzido pela imprecisão das palavras. (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

Jacques Rancière alerta para um processo de subjetivação da política, construído pela experiência, pela ação dos sujeitos no mundo. A experiência faz existir o sujeito e, dessa forma, a subjetivação política produz incessantemente um novo que não era a princípio considerado na constituição do todo. Experiência renovada como uma nova possibilidade de “estar-junto no mundo”, imprevisível nas regras e acordos instituídos. Nas palavras do autor,

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. (...) Toda subjetivação é uma desidentificação, o arrancar à naturalidade de um lugar, a abertura de um espaço de sujeito. (RANCIÈRE, 1996, p. 47 e 48)

Relacionando o processo da política ao campo da experiência, Rancière destaca que há um entrelaçamento entre o processo de compreensão e a própria experiência (divisão do sensível: “nó do *logos* e de sua consideração com a *aisthesis*”), sendo necessário para a interlocução política que se produza ao mesmo tempo a argumentação e a cena em que ela deve ser entendida. Para que haja compreensão entre as proposições (entre mundos), é necessário que haja uma manifestação de uma percepção, uma capacidade de enunciação, cuja “lógica de demonstração [...] é indissolúvelmente uma estética da manifestação” (RANCIÈRE, 1996, p. 68), não limitada a uma argumentação racional de validação. A argumentação é a própria configuração estética a partir da qual se inscreve a palavra do ser falante que não estava previsto, sendo a própria experiência considerada como um sistema de interlocução. Assim, “a demonstração própria da política é sempre, a um só tempo argumentação e abertura do mundo no qual a argumentação pode ser recebida e fazer efeito, argumentação sobre a própria existência desse mundo” (RANCIÈRE, 1996, p. 66).

A principal crítica de Rancière à Teoria da Ação Comunicativa de Habermas se dá exatamente neste sentido: na separação entre uma linguagem estética de abertura para o mundo e outra de argumentação e validação relacionada aos domínios sistêmicos. Conforme

explicitado no item anterior sobre os espaços públicos, Rancière entende que não há uma separação entre uma ordem racional de argumentação e uma ordem poética, sendo o processo político constituído simultaneamente por linguagens poéticas de abertura para o mundo e, como sendo, elas próprias, uma atividade comunicacional. Na proposta do autor, as linguagens poéticas relacionadas às vivências cotidianas configuram aberturas pelas quais enunciam mundos singulares, sendo a experiência estética “... o que coloca em comunicação regimes separados de expressão” (RANCIÈRE, 1996, p. 68). E dessa forma, desconstrói-se a exigência de que as linguagens estéticas se legitimem no interior das regras da atividade comunicacional, sendo a argumentação a própria existência deste mundo que se enuncia. Neste sentido, é porque existem percepções de mundo e campos de experiência diversos que existe a disputa (litígio) da política. E é nessa “reconfiguração do campo da experiência”, processo de desidentificação e abertura, que percebemos a enunciação do cotidiano como potencialidade política, como possibilidade de reconhecimento de uma existência (nova) na experiência ordinária, nos processos impuros de invenção e apropriação cotidiana:

... para além de sua condição sócio-política, a sociedade contemporânea pode ser descrita em suas configurações estéticas: um estado de coisas constituídos por modos de sentir, formas de visibilidade, cenas e encenações; estabelecido por aqueles que fazem parte da cena e para aqueles que precisam a ela se fazer pertencer. (BRASIL, 2006, p. 112) ³⁰

Esta é a virada de Rancière que nos interessa na pesquisa: a política entendida como uma experiência intersubjetiva, a partir da enunciação de sujeitos que não eram a princípio considerados na negociação e nas regras. A política percebida como a “esfera de aparência específica do povo”, na enunciação de uma fala que se faz ouvir: questionamento que desloca a forma como a sociedade é percebida, que *faz ver o que não cabia ser visto*, destacando que as manifestações dessa aparência, dessa subjetivação identitária:

não são [...] de forma alguma indiferentes à existências de assembleias eleitas, de garantias institucionais das liberdades de exercício da palavra e de sua manifestação, de dispositivos de controle do Estado. Elas encontram neles as condições de seu exercício e em troca os modificam. Mas não se identificam com eles. Muito menos poder-se-ia identificá-los com o modo de ser dos indivíduos. (RANCIÈRE, 1996, p. 104)

Anterior à situação de conversa e diálogo que objetiva a construção de um acordo ou de um consenso, a que estamos acostumados a entender como política (pelo menos dentro de um contexto democrático), existe um desentendimento: de quem tem direito à fala, de quem é ouvido nesta conversa e, principalmente, da forma como cada uma das partes participa do diálogo. O desentendimento diz respeito “à distância entre duas acepções de compreender”

³⁰ André Brasil, em seu texto “Sob o risco da estética” (2006) discute as potencialidades da estética como ato político trabalhando com os textos de Jacques Rancière.

(RANCIÈRE, 1996, p. 55-6), vinculado a uma experiência estética de modos distintos de sentir e experienciar o mundo. E, dessa forma, “um gesto estético (produzir uma imagem, tornar visível um acontecimento) é, indissociavelmente, um gesto político (deslocar um estado de coisas)” (BRASIL, 2006, p. 103).

Por esta percepção, a racionalidade política e sua manifestação do justo e injusto não se baseiam em compreensão e intercompreensão, ou em uma argumentação racional. A política se configura como a introdução, *no campo da experiência*, de um visível que não era antes considerado, modificando ou reconfigurando a própria realidade ou o que é percebido como realidade. Não se limita a uma argumentação racional, à busca por um consenso, sendo mais a impossibilidade deste entendimento. E a aparecência dos “sujeitos flutuantes”, não contados a princípio como parte da sociedade, como parte da divisão do social, não incluída em suas regras e leis, transtorna toda a representação instituída no corpo social. O conflito político extrapola o conflito de interesses entre diversos atores sociais, para se reconfigurar como um conflito em torno da contagem das partes que são consideradas neste conflito.

Visto dessa forma, a política não seria apenas um espaço de conciliação de conflitos, mas mais do que isso seria o questionamento sobre esse espaço de diálogo, sobre quem tem voz nesta interlocução. E a busca por um entendimento, por um consenso construído nas regras e instituições, configuraria o que Rancière define como uma “cena de argumentação”, “*como se*³¹ a cena existisse, *como se* houvesse um mundo comum de argumentação” (RANCIÈRE, 1996, p. 63), *como se* estivesse ocorrendo essa discussão entre iguais. A política seria mais que as regras, o questionamento ou transformação destas regras, dessa necessidade de padrões, a partir da enunciação de um ser falante que não estava previsto no diálogo:

A afirmação de um mundo comum efetua-se assim numa encenação paradoxal que coloca juntas a comunidade e a não comunidade. E uma tal conjunção remete sempre ao paradoxo e ao escândalo que perturba as situações legítimas de comunicação, as divisões legítimas dos mundos e das linguagens, e redistribui a maneira como os corpos falantes estão distribuídos numa articulação entre a a ordem do dizer, a ordem do fazer e a ordem do ser. (RANCIÈRE, 1996, p. 66)

Partindo do questionamento da sociedade conformada como um todo homogêneo, associado à soma perfeita de partes, Rancière elabora a idéia de política ancorada na aparição ou na enunciação de uma parte ou parcela dos sem-parcela, “situação legítima de comunicação”, que configuraria um litígio fundamental da política e da idéia de um todo fechado em si mesmo. A política se configura, então, como uma reivindicação ou questionamento da forma como são divididas as parcelas (dissenso), entre os que têm partes do todo e os que não têm nada. Dessa

³¹ O termo “como se” relaciona-se com a idéia de uma encenação (“formas de aparecer de um sujeito”), destacando a impossibilidade ou falsidade do consenso ou “entendimento”.

forma, a reflexão sobre as potencialidades da política se ancora na idéia do dissenso, da disputa e da diferença, extrapolando a noção de um “bem-comum”, de uma unidade social e de interesses convergentes.

Parece-nos emblemático e essencial para essa discussão a diferenciação de espaços de controle, organização e definição de normas e processamento de conflitos da idéia de enunciação de uma nova perspectiva³², não prevista e construída a partir de uma experiência subjetiva livre, e de “dispositivos e manifestações singulares pelos quais às vezes há uma cidadania que nunca pertence aos indivíduos como tais” (RANCIÈRE, 1996, p. 44). Dado que não existe nem ao menos a delimitação de quais conflitos conciliar, visto que novos atores sociais emergem das próprias situações de conflito, não há como deliberar sobre uma possibilidade de consenso e a questão política passa a ser sobre a constante reconstrução das partes que questionam a validade do todo. Introduce-se a noção de instabilidade e de um processo de construção e discussão de um projeto de comunidade que não está dado, e que não tem um fim em si mesmo, mas que é revisto e questionado na prática cotidiana dos sujeitos sociais no mundo da experiência. Neste sentido, a política se relaciona mais a um processo de ruptura e transformação, do que de legitimação.

As próprias ações cotidianas, relacionadas às experiências dos sujeitos no mundo, anunciam um “aparecer” de um sujeito que não estava previsto, que não cabe nas regras delimitadas como “bem comum”, sendo a “aparência política” não aquela que “esconde a realidade mas [aquela] que a duplica, que introduz nela objetos litigiosos, objetos cujo modo de apresentação não é homogêneo.” (RANCIÈRE, 1996, 107).

A política é o resultado da ação dos homens em relação a um comum que se reconfigura pela ação instituinte dos próprios indivíduos. Constrói-se pelo “deslocar um estado de coisas”, pelo questionamento e pela inserção de uma possibilidade nova. Nas palavras de Castoriadis (1982) poderíamos pensar na política como um “movimento instituinte” ou movimento de criação de significações, sendo a política apresentada como uma luta de argumentos em um movimento livre de instituição. “A ação livre é aquela mediante a qual nós nos tornamos instituintes da sociedade e responsáveis pelos nossos atos. (...) Porque apenas desta maneira o indivíduo se constitui como livre” (ROSENFELD, 1992, p.70)³³.

³² Esta diferenciação não desconsidera uma dialética e imbricação entre as duas “esferas”; ao contrário, a diferenciação possibilita perceber a imbricação. Esta questão será tratada na próxima parte.

³³ Trecho retirado de palestra do livro *A criação histórica*, referindo-se a Cornelius Castoriadis.

E assim, se pensarmos na democracia como um processo de constante reafirmação de direitos e de diferenças, a política não se limita a uma estrutura de governo ou a garantia de direitos via instituições, leis e regras. É também o questionamento destas regras, sua mutação perante a inserção de um novo, o questionamento da validade das próprias regras. É o movimento, histórico e social, instituinte, transformador, como define Castoriadis:

Não entendo por política nem as intrigas da corte, nem as tentativas de se apropriar do poder, nem as manobras dos políticos de hoje. Entendo por política a atividade coletiva, reflexiva e lúcida, que surge a partir do momento em que é colocada a questão da validade de direito das instituições. Será que as nossas leis são justas? Será que nossa constituição é justa, é boa? Mas boa em relação a quê? São precisamente essas interrogações intermináveis que constituem o objeto da verdadeira política. A que pressupõe o questionamento das instituições existentes, mesmo que possa acontecer que essas sejam confirmadas. Assim como, pela política, se ela é concebida dessa maneira, o homem põe em questão e segundo o caso, altera o seu modo de ser e seu ser enquanto homem social. (CASTORIADIS, 1992, p. 97)

Não se pretende, obviamente, uma discussão ampla das diversas possibilidades de conceituação do termo “política”. Ao contrário, intenta-se aproximar do entendimento da política que nos leva a perceber as ações cotidianas como possíveis atos políticos, mesmo quando não legitimadas no sistema político. O propósito será refletir sobre a política na perspectiva da diversidade das práticas construídas no cotidiano, que renovam e alimentam a criação permanente de direitos definidos e redefinidos a partir da enunciação de atores políticos diversos entre si, acreditando-se que um “(...) projeto de transformação radical da sociedade, (...) exige primeiro que se compreenda o que se deseja transformar, (...) que se identifique aquilo que, na sociedade, realmente contesta esta sociedade e está em luta com sua forma presente” (CASTORIADIS, 1982, p.25).

Desta forma, o que especifica a política não é sua força reguladora, mas a sua possibilidade transformadora e capacidade de enunciar um sujeito. A ação política define-se, também, pelas experiências entre sujeitos sendo, um processo de conquistas, de instituição e de reconquistas.

A democracia (...) não é um conjunto de instituições ou um tipo de regime entre outros, mas uma maneira de ser do político. A democracia não é o regime parlamentar ou o Estado de Direito. Não é mais um estado do social, o reino do individualismo ou o das massas. A democracia é, em geral, o modo de subjetivação da política – se por política entende-se coisa diferente da organização dos corpos em comunidade e da gestão dos lugares, poderes e funções. Mais precisamente, democracia é o nome de uma interrupção singular dessa ordem da distribuição dos corpos em comunidade [...]. É o nome daquilo que vem interromper o bom funcionamento dessa ordem por um dispositivo singular da subjetivação (RANCIÈRE, 1996, p. 102)³⁴.

³⁴ Interessante contrapor esta colocação de Rancière à definição de Norberto Bobbio, na apresentação do livro *O futuro da democracia*: “Por regime democrático entende-se primariamente um *conjunto de regras* de procedimento para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. (...) A democracia como método (...) é muito exigente ao solicitar o *respeito às instituições*, exatamente porque neste respeito estão apoiadas todas as vantagens do método e entre estas instituições estão os partidos políticos como os únicos sujeitos *autorizados* a funcionar como elos de ligação entre os indivíduos e o governo”. (BOBBIO, 2000, p. 22, *grifo nosso*).

Se é necessário reconhecermos a importância das garantias dos direitos amplos pelos processos de democratização da gestão pública, é também essencial vislumbrarmos as possibilidades e a prática real relacionada à revisão, adequação e reconstrução destas regras. Refletir sobre os atos políticos oriundos de ações cotidianas, sobre a emergência de sujeitos políticos que por suas práticas cotidianas interferem na ordem instituída pode ser um caminho.

1.2.2. Espaços de interação e diferenças: formas cotidianas de apropriação política.

A definição do termo “cotidiano” posta pelo dicionário Aurélio refere-se à idéia de repetição, de constância e de continuidade associada ao hábito: “*de todos os dias; diário; que sucede ou se pratica habitualmente; aquilo que se faz ou ocorre todos os dias*” (FERREIRA, 2004, p. 566). Ao contrário, o que pretendemos construir e argumentar é que o cotidiano, por estar relacionado a uma prática (ou mais ainda a práticas), e pela espacialidade onde estas ocorrem, gera um processo de interação que é a base de uma renovação originária e constante das percepções e construção de realidades pelos indivíduos. Se ocorrem por processo de repetição e pelo hábito, no processo de interação e multiplicação destas práticas coletivamente, através do espaço, as ações cotidianas se renovam e se multiplicam, geradora de processos interativos múltiplos que extrapolam as ações isoladas dos indivíduos. Assim, ao nos referir às possibilidades políticas do cotidiano, estamos falando de um processo que se constrói pelo coletivo, que se processa pela interação contínua de práticas renovadas pelas vivências e relações entre as pessoas.

O que pretendemos é pensar de forma ampla as possibilidades da política a partir de uma prática cotidiana diretamente relacionada à diversidade de experiências, interações, percepções e realidades. Mesmo não estando vinculada a uma formulação racional ou de discurso, que possam ser abordadas nas esferas de discussão pública da cidade, as ações cotidianas estão relacionados ao uso, à apropriação e aproximação das regras, das lógicas racionalizadas e das leis acordadas, para ajustá-las às práticas das pessoas. Assim, a discussão sobre a noção de cotidiano, relacionada aos processos interativos, representativos e simbólicos da experiência vivida é uma tentativa de aproximação da diversidade e da interação multiplicadora destas experiências: uma aproximação do espaço.

Duas questões serão a base para nossa discussão sobre cotidiano. A primeira está relacionada à intersubjetividade destas práticas que, apesar disto, se constituem como ações concretas e efetivas. São processos de subjetivação, se estruturam pela ação e não pela racionalidade técnica ou instrumental. Mas são intencionais por estarem relacionados a uma singularidade

ou hábito. A segunda questão, vinculada diretamente à primeira, refere-se à imprevisibilidade das práticas cotidianas, consequência de um processo de interação que se dá através do espaço, ele próprio repleto de outras ações que se realizam de formas diversas dependendo do processo de interação que o renova. O espaço, reconhecido como sendo exatamente esta possibilidade da diversidade, se constrói em um processo de interação original e passageiro, no sentido que se transforma infinitamente no próprio processo de interação, numa inconstante (no sentido de instabilidade) relação entre o homem e o mundo (ou mundos). Como a idéia de que uma mesma água não passa nunca no mesmo lugar, pois se transforma continuamente no processo constante de fluidez e troca com a paisagem com a qual interage, o espaço se renova a cada ação que age sobre ele, e sobre a qual ele reage, não sendo nunca o que era antes de ser o novo.

Certeau (1994) nos dá a pista inicial para compreensão da força política do cotidiano e da possibilidade efetiva da experiência subjetiva como realização concreta de um processo de transformação. Ao esboçar uma teoria das práticas cotidianas, o autor destaca a “liberdade gazeteira” destas práticas que, “mesmo reduzidas ao silêncio, [...] modificam ou desviam a verdade imposta” (GIARD, 1994, p. 19).

De acordo com o autor, as ações cotidianas se instituem a partir de práticas “fragmentárias”, sobrepostas, sem regras definidas a priori. Mas nem por isso se definem pela aleatoriedade, pela incoerência ou imposição. As regras são construídas no próprio agir, numa indefinida soma de ações entre sujeitos que se multiplicam em uma transformação anônima e coletiva onde não é possível precisar seu agente nem a força que as transformou, mas onde se realiza uma mudança objetiva da realidade. Sem que se delimitem ou se formalizem, as ações cotidianas se realizam nas interações cotidianas, em um coletivo que se coaduna frente a necessidades subjetivamente comuns.

Podemos pensar essa realização prática de uma vontade coletiva multiplicada por ações individuais cotidianas, talvez de maneira simplificadora mas elucidativa, nas trilhas que são formadas a partir das escolhas de percursos adotadas pelos indivíduos em seu dia-a-dia, a despeito de trajetos construídos para tal fim. De caminhos formais, pavimentados e projetados como os mais adequados para o trajeto que se propõe, novos caminhos são criados em um pisar rasteiro, cotidiano e insistente sobre a grama, que se abre em terra para configurar um novo percurso: não pavimentado, torto, estreito, mas esse sim adequado para o caminhar daquele que o instituiu – o passante. Sem que aja um ato explícito de escolha, de forma

“fragmentária”, da soma de pequenas ações instituintes, se configura uma ação política de questionamento das regras.

No processo de caminhar confirma-se o metamorfosear do agir em legibilidade, deslocando a realidade pelo uso que se faz dela, indefinidamente recriada pela diversidade destas operações enunciativas. E, assim, pelo uso das regras, pela sua transformação cotidiana, um “visível [os novos percursos] tem como efeito tornar invisível a operação que as tornou possível [o caminhar de diferentes passantes]” (CERTEAU, 1994, p. 177). Talvez por isso, em função da invisibilidade da ação isolada, as práticas cotidianas sejam desconsideradas como ação efetiva que mudam a ordem das coisas.

No entanto, se pensamos a concretude do “caminho de terra” e a efetividade na execução de sua função – a passagem - “o ato de caminhar parece [...] encontrar uma primeira definição como espaço de enunciação” (CERTEAU, 1994, p. 177), como espaço de construção e reconstrução de um número infinito de possibilidades de vivências do mundo. E dessa forma, pelo uso e adequação cotidiana das regras, a realidade se transforma indefinidamente e silenciosamente, sendo “os lugares vividos [...] como presença de ausências”(CERTEAU, 1994, p. 189) , que mostram e designam aquilo que não o são mais. E, assim, a questão do cotidiano “se refere a modos de operação ou esquemas de ação e não diretamente ao sujeito que é o seu autor e seu veículo” (CERTEAU, 1994, p. 38).

O cotidiano, a despeito de estar relacionado à uma ação não discursiva, vinculado a uma prática e desconectado de uma elaboração racional, se concretiza como uma concertação democrática, associada à vivência de sujeitos que interagem coletivamente por suas experiências diversas no mundo. “Sua síntese intelectual tem por forma não o discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a *ocasião*” (CERTEAU, 1994, p. 47), vinculadas a experiências originárias, decisivas e transformadoras (políticas). Uma experiência comum, onde “o uso define o fenômeno social pelo qual um sistema de comunicação se manifesta de fato” (CERTEAU, 1994, p. 179), vozes que não se posicionam antagonicamente à expressão institucionalizada, mas a reconstruem de forma silenciosa, como um

‘coletivo anônimo’, o humano-impessoal que preenche toda formação social dada, mas também a engloba, que insere cada sociedade entre outras e as inscreve todas em uma continuidade, onde de uma certa maneira estão presentes os que não existem mais, os que estão alhures e mesmo os que estão por nascer. É por um lado, as estruturas dadas, as instituições e obras ‘materializadas’, sejam elas materiais ou não; e por outro lado, o que estrutura, institui, materializa. Em uma palavra, é a união e a tensão da sociedade instituinte e da sociedade instituída, da história feita e da história se fazendo. (CASTORIADIS, 1982, p. 131).

Procedimentos que, mesmo não formalizados como direitos políticos, se proliferam e se instituem como regulações próprias, cotidianas. Uma “multidão anônima” *que desloca as fronteiras verdadeiras da dominação dos poderes*, agindo sobre as regras, as transformando e sendo transformado por elas. O espaço do cotidiano, diferente do espaço das regras e da disciplina, é o espaço da espontaneidade, da abertura, de ações fragmentárias e incontroláveis. É o lugar que se refaz a cada instante, que, subversivo, não se institucionaliza. É o espaço da revolução, diária e silenciosa, processual. É o lugar da política se refazendo e desfazendo a todo momento.

O cotidiano é compreendido como um espaço político, no qual pequenas batalhas são travadas no dia-a-dia e os indivíduos – retidos na malha do sistema tecnocrático e disciplinador – lutam silenciosamente. (...) Essas “maneiras de falar” possibilitam *a emergência de novas regras* para um jogo que se define pela ocasião e pelo transformar, conduzindo o sujeito a uma trajetória que tem por objetivo alcançar a alteridade, a diferença, o outro. (MARTINS, 2007, p. 77-78, *grifo nosso*)

Fascinante pensar como mesmo sem um processo de argumentação e de concertação racional converge-se, na prática cotidiana, para alternativas coletivas legítimas, “para emergência de novas regras”: uma “ação múltipla instituinte”, a partir de ações autônomas que partem de decisões ou escolhas que se multiplicam do indivíduo. Mais interessante ainda, inverter a lógica de poder e por alguns instantes imaginar que esse distanciamento e esquizofrenia no processo criador dos eventos (SANTOS, 2006, p. 80), relacionado à autonomia das práticas cotidianas, permite distinguir “um decididor e aquele que pode “escolher” o que vai ser difundido e, muito mais, aquele capaz de escolher a ação que, nesse sentido, vai se realizar” (SANTOS, 2006, p. 80). E pensar: Quem decide afinal? Quem determina (governos, organizações, empresas) ou quem executa e age a partir de hábitos cotidianos (homem comum)?

A decisão, diríamos, é múltipla e se relaciona a diferentes formas de racionalidades, de conflitos e de espaços de concertação, partindo não apenas de uma racionalidade técnica e instrumental, mas também de um “agir simbólico” relacionado a práticas subjetivas, à afetividade e à corporeidade. Milton Santos (2006), partindo de reflexões de I. Braun & B. Joerges (1992, p. 81-82)³⁵ para discutir a complexidade de ações que interagem no espaço, destaca que a ação humana não é exclusivamente uma ação racional, sendo, também, um agir simbólico. As ações formal e técnica são da ordem da razão (racional)³⁶ e o agir simbólico,

³⁵ BRAUN, Ingo & JOERGES, Bernward. *Techniques du quotidien et macrosystèmes techniques*. In: GRAS, JOERGES & SARDIGLI. *Sociologie des techniques de la vie quotidienne*. Paris, Harmattan, 1992, p. 69-86.

³⁶ “O agir técnico leva a interações formalmente requeridas pela técnica. O agir formal supõe obediência aos formalismos jurídicos, econômicos e científicos. E existe um agir simbólico, que não é regulado por cálculos e compreende formas afetivas, emotivas, rituais, determinadas pelos modos gerais de significação e de representação.” (SANTOS, 1996, p. 82).

estando mais próximo da forma como a técnica é apropriada e utilizada, está associado à idéia de uma cultura, de uma prática.

Se, por um lado, a ordem técnica e a ordem da norma impõem-se como dados, por outro lado, a força de transformação e mudança, a surpresa e a recusa ao passado, vêm do agir simbólico, onde o que é força está na afetividade, nos modelos de significação e representação. A importância do lugar na formação da consciência vem do fato de que essas formas do agir [formal, técnico e simbólico] são inseparáveis, ainda que, em cada circunstância, sua importância relativa não seja a mesma. (SANTOS, 2006, p. 82).

E, dessa forma, vinculado à idéia de uma prática, o agir simbólico, ao contrário do que insinua a princípio, está relacionado a uma transformação, a um deslocamento visível no espaço, tanto morfológicamente quanto do ponto de vista das funções e dos processos.

Milton Santos destaca, ainda, que “a escolha do homem comum, em muitas das ações que empreende é limitada”, o que não quer dizer ineficiente ou inócua. Ao contrário se é limitada é também limitante ou mais ainda mutante, no sentido de alterar aquilo que a limita. O autor continua: “Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, e não seu verdadeiro motor” destacando que também essas ações objetivas são determinadas por regras exteriores a elas. Mas brilhantemente, abre a brecha: “Mas é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação.” E a partir da categoria da corporeidade, recupera a força da decisão cotidiana do indivíduo, lembrando que a experiência do homem é um instrumento de ação, mesmo que limitado por normas, regras ou outras condicionantes.

O que nos parece interessante neste contraponto é a perspectiva dialética entre a regra e a prática, entre a ordem e a aleatoriedade criadora do cotidiano, lembrando que o cotidiano está diretamente relacionado à “atos regularizados, rotinas ou quase rotinas que participam da produção de uma ordem” (SANTOS, 2006, p. 79). O cotidiano seria assim a imbricação destas ordens, de uma lógica racional e instrumental e de um agir simbólico, afetivo. E neste ponto, se retomamos o pensamento de Certeau (1994), ponderar sua formulação quando trabalha com a idéia das práticas cotidianas como ações de micro-resistências ou considerando as “táticas de consumo [como] engenhosidades do fraco para tirar partido do forte”, configurando a “arte da guerra do cotidiano”.

O que gostaríamos de discutir, e que será um ponto crucial para pensarmos o cotidiano como possibilidade real de transformação política, é a conceituação de espaço no pensamento de Certeau, mais estática, de alguma forma esvaziada de tempo e de processos, como bem se insinua na sua conceituação de estratégia e tática (1996, p. 97-102) – as estratégias como

ausência do tempo e a tática como vitória do tempo sobre o espaço – esta última relacionada à astúcia do cotidiano³⁷.

Nas palavras de Massey (2008) referindo-se à conceituação de espaço e tempo de Certeau, podemos perceber o enfoque deste pensamento que delimita com toda a especificidade o espaço do cotidiano, sem enfatizar processos diversos de interação que ocorrem exatamente por se localizarem em um espaço que se não os unifica, os entrelaça:

Ali a formulação era em termos das pequenas táticas mais simples resistindo, de alguma forma, ao “lugar próprio” do poder. Desta forma, “poder” e “resistência”, na própria imaginação de sua separação espacial, também são constituídos separadamente. Não há possibilidade, nessa estrutura, para examinar as relações entre eles. [...] Da mesma maneira, as imaginações de “resistência” em termos de uma espacialidade das “margens” ou “interstícios” bloqueiam um compromisso político mais sério. São todas elas, de algum modo, formas de fetichismo espacial, supondo uma política a partir de uma geografia. Elas representam um romantismo de imparcialidade que se recusa a reconhecer qualquer implicação nesse “poder” ou de assumir responsabilidade por ele. E, ao assim fazê-lo, perdem um possível ponto de apoio para uma política efetiva. (MASSEY, 2008, p. 154)

Dessa forma, não se politiza as práticas cotidianas se consideramos que prevalece acima de tudo a imposição do forte, relacionado à estrutura de poder institucionalizada. As práticas se limitariam a uma resistência inócua. Ao contrário, o que pretendemos argumentar é que, apesar de não institucionalizada, não reconhecida “oficialmente”, estas práticas produzem transformações efetivas na realidade vivida e são, por isto, fortes o suficiente para alterar pela prática o que está posto pelas regras. São reais e transformadoras e invertem a lógica do forte e do fraco: que forte é esse que se transforma pelo uso do fraco?³⁸

A ação política neste caso se expressa na enunciação de atores sociais e políticos em suas ações cotidianas, quando se apropriam, subvertem e transformam os espaços planejados, organizados. Mesmo *não autorizado*, o cotidiano não se contrapõe ao que é institucionalizado, pois é repleto de instituições, sendo também o uso que se faz delas a partir de micro e múltiplas decisões. As instituições são inerentes ao ato político que as contrapõe, visto que é a partir das instituições, do que por elas está ou não garantindo, que emergem os atos que as transformam ao evidenciar outra presença.

³⁷ Parece haver mesmo uma contradição no pensamento de Certeau. Apesar de sua referência ao cotidiano como uma tática, relacionada ao tempo e desvinculado do espaço, alguns trechos deixam dúvidas quanto à possibilidade deste pensamento a-espacial. Referindo-se à colonização espanhola no seio das etnias indígenas Certeau (1994) parece se redimir quanto a essa dualidade: “Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo.” (CERTEAU, 1994, p. 95).

³⁸ A nossa ponderação quanto à argumentação de Certeau (1994) é em relação à sua conceituação de espaço e não à sua abordagem do cotidiano que é nossa principal referência para discussão de sua potencialidade política. Certeau (1994), a nosso ver, reforça as possibilidades transformadoras do cotidiano ao reconhecê-lo como ações fragmentárias dinâmicas e criadoras relacionadas a uma experiência subjetiva, mas enfatiza menos a discussão sobre o espaço.

Reconhecer o espaço nos permite lembrar que as coisas só existem simultaneamente em um processo contínuo de interação. E, neste sentido, não há como pensar a ordem separada da desordem, pois uma só se dá em relação com a outra, em um espaço de interação que, não sendo ele próprio passivo, mas repleto de ações, de ordem e desordem, reflete neste arranjo complexo de comunicação. O que nos parece interessante imaginar é como estas experiências subjetivas se relacionam entre si e, mais ainda, como interagem com as regras que, se não as determinam, lhes são o ponto de partida.

Pensadas dessa forma, com enfoque e perspectiva espacial, “ações intencionais podem conduzir a resultados não-intencionados”, produzindo efeitos não esperados ou mesmo opostos ao previsto, estando a imprevisibilidade do resultado relacionada exatamente à sua correlação e imbricação com o espaço, pelo “fato de que a ação sempre se dá sobre o meio, combinação complexa e dinâmica, que tem o poder de deformar o impacto da ação” (SANTOS, 1996, p. 95). E, dessa forma, na interação entre ações racionais, entre as regras e o agir simbólico está o espaço, entrelaçando tudo e agindo sobre eles e sendo por eles alterado.

Esta será a segunda questão através da qual vamos argumentar a potencialidade do cotidiano: sua vinculação à categoria espacial, onde se concretiza, se realiza e onde encontra e se multiplica pelas diversidades de experiências que nele interagem de forma ativa e em relação ao próprio espaço. Experiências diversas, da ordem e da desordem, do forte e do fraco que se encontram, se cruzam e se permeiam por que ocorrem simultaneamente e imbricadamente através do espaço.

1.2.3. Possibilidades e tensões do espaço: imprevisibilidades do cotidiano

Mas, enfim, que espaço é esse que nos leva a uma imprevisibilidade das ações? Espaço vivo? Dinâmico? Provocamos: “O mundo [...] é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares.” (SANTOS, 2006, p. 337, grifo do autor). Neste sentido, pensar a efetividade de algo seria creditar a realização à materialidade do espaço? O que seriam as “oportunidades” dos lugares?

Três pontos principais serão enfocados em nossa abordagem: 1) a imbricação entre objetos e ações ou entre forma e conteúdo apresentada por Milton Santos em sua formulação sobre o espaço, que nos ajuda a perceber o espaço como um processo que extrapola sua materialidade física; 2) a idéia de espaço aberto, como processo de interação contínua e relacional ou a “simultaneidade de estórias-até-agora” apresentada por Massey (1996) que

abrange a imprevisibilidade do espaço e sua possibilidade de transformação; 3) e por fim, esclarecendo as tensões e contradições do espaço em relação a momentos do modo de produção que lhe suporta, a conceituação ampla de Lefebvre de “espaço socialmente produzido” que extrapola um determinismo espacial para pensá-lo dialeticamente pela relação de forças que agem sobre ele. Vejamos.

Milton Santos (2006) propõe identificar a “natureza do espaço”, enfatizando o seu papel no processo social e partindo da proposição do espaço definido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos [materialidade] e sistemas de ações [eventos]” (SANTOS, 2006, p. 21), ou seja, como a conjunção de objetos e ações interagindo entre si, alterados e sendo alterados uns pelos outros:

De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma. (SANTOS, 2006, p. 63).

O sistema de objetos está mais próximo da idéia de materialidade e a ação mais relacionada ao sentido atribuído aos objetos pela interferência humana: “Os objetos são esse extenso, essa objetividade, isso que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida, em ambos os casos uma exterioridade” (SANTOS, 2006, p. 73). A ação, ela própria subjetiva e sem materialidade, necessariamente uma relação ou interação com outro ou com alguma coisa, só se realiza efetivamente no espaço, ele sim, passível da objetividade, de realização:

O evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa. E o evento somente se completa quando integrado no meio. Somente aí há evento, não antes. (SANTOS, 1996, p. 95).

Pensadas em conjunto, nem os objetos são estanques em sua materialidade nem as ações estão diretamente relacionadas às intenções e previsões humanas. E a imprevisibilidade do espaço se dá exatamente pela interação, pela troca nada isenta que se realiza no espaço, esta imbricação entre ação e objeto, um condicionando e se abrindo para o outro, se transformando mutuamente em uma configuração única e original.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas mas ainda presentes. Esses objetos de ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. (SANTOS, 1996, p. 109)

Da mesma forma, não é possível pensar que uma ação seria a mesma em qualquer espaço, muito menos que o espaço poderia se relacionar ou se abrir para qualquer ação. O espaço não

é apenas condicionante ou consequência, é também a própria ação, reiterando a idéia de um híbrido entre forma e conteúdo:

A cada evento a forma se recria. Assim, a forma-conteúdo não pode ser considerada, apenas, como forma, nem, apenas, como conteúdo. Ela significa que o evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada a que se realizem as funções de que é portador. Por outro lado, desde o momento em que o evento se dá, a forma, o objeto que o acolhe ganha uma outra significação, provinda desse encontro.” (SANTOS, 2006, p. 103)

Vamos adotar um exemplo que nos ajude a esclarecer a idéia do espaço como processo – como imbricação de ações e objetos, partindo, obviamente, de uma simplificação da complexidade que é o espaço. Pensemos em uma rua em poliédrico, projetada para ser uma via de trânsito local, onde três meninos jogam bola e onde tem uma casa com janelas de vidro. O que é o espaço? É um campo de futebol? Passa um carro na rua e o que é o espaço? Um carro passando na rua onde os meninos já não mais jogam bola? Um menino chuta a bola, que quebra a janela de vidro da casa que é amarela e que agora tem uma mulher na porta gritando, xingando os meninos. O espaço não é a rua, não é a casa, não é o carro, não são os meninos. O espaço é este processo dinâmico, que relaciona a rua, os meninos, com a bola, a casa, o vidro da janela, que agora está quebrado, o carro e a mulher que fazem a bola parar. E a rua, antes campo de futebol agora passagem, antes movimento agora paragem, com os meninos, sem a mulher, com ela e sem os meninos, são o espaço; que não é compartimentado no tempo, como cenas de um filme que na velocidade se tornam história. Não há como pensar em cenas cortadas. O espaço, diferente da paisagem, é um processo contínuo, prelo do tempo, de transição e de mudança. Ele é em sua essência a sua própria transformação.

Espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade. A paisagem tem permanência, e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional, e o espaço é estrutural. A paisagem é relativamente permanente, enquanto a espacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. (...) A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente. O espaço é igual à paisagem mais a vida existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. (SANTOS, 2008, p.80)

O espaço não é constituído apenas pelos objetos que lhe dão forma, mas também pelas ações que lhe dão sentido e movimento. Mas não deixa nunca a materialidade física que lhe torna real e lhe dá concretude. Materialidade física essa em processo, mutável e mutante, não sendo nunca o que era há um instante. Assim, não há como pensar a forma sem o seu conteúdo, ou o espaço sem ação, sem processo, sem tempo, sem uso. O espaço não é a soma indefinida de momentos é a interação e interrelação entre eles. “Mas o evento só é identificável quando ele é percebido, isto é, quando se perfaz e se completa” (SANTOS, 1996, p. 95), ou seja, quando deixa de ser a intenção, quando explode no espaço, ele mesmo não mais o espaço anterior à

ação, redefinindo a ação e o objeto e, dessa forma, sendo o encontro e também a reconfiguração do lugar do encontro.

Se retomarmos a proposição de Rancière, a idéia de aparência de uma parcela não prevista a partir da configuração não apenas da fala, mas da própria situação de fala ou de uma nova situação de experiência, conseguiríamos perceber a estreita relação desta proposição com a percepção do espaço, da experiência como criadora de imprevistos, ou de situações que não existiam de antemão. Uma situação de surpresas detonadas pela interação livre e incontrolável da experiência do sujeito no mundo. Nas palavras do autor, “a demonstração própria da política é sempre, a um só tempo argumentação e abertura do mundo no qual a argumentação pode ser recebida e fazer efeito, argumentação sobre a própria existência desse mundo” (RANCIÈRE, 1996, p. 66). Para que haja compreensão entre as proposições (entre mundos), é necessário que haja experiência e interação, reconstruindo dessa forma um novo lugar, imbricação de sua materialidade e dessa interação que lhe inclui e lhe altera, como uma enunciação. Na percepção de Rancière a política é exatamente esta abertura de mundo que se transforma pela experiência, pela troca e interação entre perspectivas e experiências de mundo diversas. Não se dá, assim, pela argumentação, mas pela experiência que modifica pragmática e concretamente a realidade.

De alguma forma poderíamos também tatear a importância do espaço, ou mais ainda do pensamento espacial para alcançarmos a potencialidade da política como realização do novo, do inesperado: a potencialidade da experiência subjetiva. Lembrando que “uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam” (SANTOS, 1996, p. 315), através de um processo incessante de interação e partilha de experiências. “Há sempre uma quota de imponderabilidade no resultado, devida, por um lado, à natureza humana e, por outro lado, ao caráter humano do meio” (SANTOS, 1996, p. 94). Da mesma forma, não há como pensar as astúcias das ações do cotidiano desvinculadas do espaço, como delineado no conceito de táticas de Certeau (1994) – elas se dão em relação a um espaço, que as transforma e é transformado por elas.

O espaço não é nunca neutro, é sempre praticado e alterado pelas ações diversas dos homens (e das instituições!). Lembrando que tanto a prática altera os objetos como o contrário: as práticas, se não determinadas, se dão de forma diferente em relação a diferentes objetos. O espaço é também o valor que se dá a ele, uma mesma materialidade podendo ser metamorfoseada em diferentes valorações. Diretamente vinculado ao seu uso (ações que nele

incidem e interagem) o espaço é, na verdade, o valor que a sociedade em sua prática o atribui. É também um processo de valoração, de significação.

Uma casa vazia ou um terreno baldio, um lago, uma floresta, uma montanha não participam do processo dialético senão porque lhes são atribuídos determinados valores, isto é, quando são transformados em espaço. O simples fato de existirem como formas, isto é, como paisagem, não basta. A forma já utilizada é coisa diferente, pois seu conteúdo é social. Ela se torna espaço, porque forma-conteúdo. (SANTOS, 2006, p. 109).

A partir do reconhecimento do conteúdo geográfico do cotidiano e da “força do lugar” Milton Santos (2006) ressalta “os usos contrastados do mesmo espaço segundo as diversas perspectivas que se abrem aos diferentes atores” (SANTOS, 2006, p. 26). Define-o como “contra-racionalidades” e “racionalidades paralelas”, aproximando da politização do espaço a que estamos nos referindo. A idéia de incutir a ação no espaço nos leva à perspectiva deste como sendo o uso que se faz dele e como não sendo apenas materialidade, mas também sentido (voltamos à questão da racionalidade técnica e instrumental e as ações simbólicas). A perspectiva do uso traz a possibilidade de interferência do sujeito e, mais ainda, a transformação. Esta não está centrada em materialidade ou forma pré-concebida e condicionada por um sistema fechado, mas acontece como realização das necessidades humanas, expressas em suas ações (condicionadas também por outras necessidades, expressas na ordem, nas regras, na lei e por condições físico-materiais). Fora do espaço nada se consuma: ele é o sucesso da realização e a condição para consecução. Existem brechas e surpresas essenciais à política! Vislumbra-se, pelo enfoque de Milton Santos (2006), o papel ativo do espaço, na “integração entre um enfoque centrado no curso da ação e, ao mesmo tempo, na estrutura objetiva” (SANTOS, 2006, p. 85), na intencionalidade e na realização.

O valor do espaço está relacionado às ações que ele suporta, incentiva ou restringe, pensando que os objetos (materialidade) não agem, mas podem ser tendentes a certo tipo de ação (evento), sendo o espaço essa imbricação entre o “desejo” de uma ação e a valorização desta ação pela materialidade, também esta repleta de outras ações. São as ações que dão sentidos aos objetos, mas esta ação é “valorizada” de formas diferentes em função da materialidade que a suporta (SANTOS, 2006, p. 86). Está aqui, de alguma forma, insinuada a noção do espaço como um processo (como repleto de tempos), configurado em ações que transformam a materialidade e são transformadas por ela. “O espaço são [as] formas mais a vida que as anima. [...] É a sociedade, isto é, o homem, que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida” (SANTOS, 2006, p. 103/109). O espaço é provisório, porque se refaz a cada interação que se multiplica em novos espaços e nas originárias possibilidades de novas

interações. Essa é a possibilidade do espaço: a de se renovar e realizar o novo pela interação infinita de diferentes perspectivas e experiências de mundo.

Massey (2008) discute o espaço como indissociável do tempo, devido exatamente a este processo contínuo de transformação em função dos processos de interações a ele vinculados. Mais do que destacar estas interações como produtoras de espaço, a autora abre uma perspectiva de futuro e de transformação a partir da percepção de um “espaço aberto interacional”, onde “há sempre conexões ainda por ser feitas” (MASSEY, 2008, p. 32). Espaço como produto de relações, sendo necessário que haja diferença e multiplicidade para que a abertura se realize e se multiplique em novo(s) espaço(s). E, como uma utopia política de reconhecimento da diversidade, da diferença e da construção de um projeto de futuro que permeie todas essas interações, Massey propõe extrapolar o pensamento do espaço (ou lugar) como local da unicidade e da configuração de identidades, ou como uma materialidade totalmente determinada pelo arranjo de forças existentes, para reconhecê-lo como “um espaço de resultados imprevisíveis e de ligações ausentes”, considerando que “para que o futuro seja aberto, o espaço também tem de sê-lo” (MASSEY, 2008, p. 32).

A perspectiva de um espaço aberto a se definir pelo outro se aproxima da noção de imprevisibilidade apontada pela “provisória e sempre renovada” (SANTOS, 1996, p. 107) experiência do espaço, como proposto por Milton Santos ao pensá-lo como uma interação contínua entre ações e objetos, materialidade e evento. Parece-nos que de alguma forma, o que permeia esta percepção é exatamente o necessário reconhecimento de que só existimos um em relação ao outro e, sendo diversas nossas experiências, o encontro destas é inevitavelmente um processo de negociação, mesmo que subjetivo, de formas de vivenciar e perceber o mundo e suas múltiplas realidades. Nas palavras de Massey (2008, p. 32): “justaposições ainda a desabrochar em interação (ou não, pois nem todas as conexões potenciais têm de ser estabelecidas)”.

Sendo aberto e não condicionado, abre-se alguma possibilidade às mudanças intersubjetivas do espaço, não totalmente determinado e pré-destinado pelo modo de produção capitalista que o instrumentaliza. O espaço é uma mudança contínua, um processo aberto a se (re)construir, em uma “existência coetânea de uma multiplicidade de trajetórias” ou de “uma simultaneidade de histórias-até-agora” (MASSEY 2008, p. 33). Ressalta-se, pela perspectiva da trajetória e história, elas mesmas prenas de tempo, o processo de mudança do espaço como a dimensão de uma multiplicidade de durações. Uma multiplicidade de coisas e relações,

“mentalidade aberta da subjetividade praticada” (MASSEY 2008, p. 94-5, se referindo à SPINOZA³⁹)

Massey (2008), ao propor o reconhecimento da importância da forma como pensamos o espaço para nossa construção política, se refere a um “espaço ordinário”, “lugares através dos quais, na negociação de relações dentro da multiplicidade, o social é construído” (MASSEY 2008, p. 35). Um debate para reconhecimento de características particulares de espaço e por uma política que possa ser sensível a elas. Trata-se de um “mundo sendo feito, através de relações” (MASSEY 2008, p. 37), e aí se encontra a força política do espaço. Abertura que, por sua vez, é a pré-condição da política. Ausência de determinação em um processo contínuo de negociação que revelam, por si, pela interação de experiências, a existência de outras vozes.

Conceituar o espaço como aberto, múltiplo e relacional, não acabado e em devir, é um pré-requisito para que a história seja aberta e, assim, um pré-requisito, também, para a possibilidade da política. (MASSEY, 2008, p. 95)

Ao contrapor a concepção de espaço que a autora percebe associada no projeto da modernidade, Massey destaca pontos importantes em relação à sua abertura para um projeto político. Projeto que não está posto, mas que se configura como uma reconstrução da forma como pensamos o espaço.

Na percepção de Massey (2008), a concepção contemporânea do espaço como uma seqüência temporal de uma trajetória única, inscrita na idéia de estágios de desenvolvimento, acaba por definir um não reconhecimento de outras possibilidades de trajetórias e histórias e, mais ainda, pela aceitação de uma continuidade que já está determinada e sobre a qual não há como interferirmos. Essa seria exatamente a morte da política: a impossibilidade do desvio, da transformação ou da enunciação do imprevisto. No projeto da modernidade, “lugares diferentes eram [ou são] interpretados como estágios diferentes em um único desenvolvimento temporal” (107), simplificando a heterogeneidade espacial como coexistente em uma única série temporal (o “único universal”) e eliminando outras temporalidades coexistentes:

A concepção temporal da geografia na modernidade, há muito hegemônica, impõe a repressão da possibilidade de outras trajetórias (outras, isto é, diferentes do imponente progresso em direção a modernidade / modernização / desenvolvimento no modelo ocidental europeu). (...) Além do mais, e pelos mesmos meios, a repressão do espacial foi delimitada com o estabelecimento dos universais fundantes (e vice-versa), a repressão da possibilidade de trajetórias múltiplas e a negativa da real diferença de outros. (MASSEY, 2008, p. 110).

³⁹ Massey (2008, p. 93) se refere de forma ampla à “construção relacional da subjetividade, a inseparabilidade entre individualidade e sociabilidade” discutida por Spinoza. E quando fala de uma “subjetividade praticada” propõe a espacialização desta experiência, não como “uma sucessão internalizada de sensações (pura temporalidade), mas uma multiplicidade de coisas e relações” percebendo-se uma aproximação, mesmo que não de forma explícita, com a perspectiva do espaço de Milton Santos (1996), como uma imbricação de objetos (materialidade) e ações (evento).

O espaço da modernidade é tido como recortes estáticos que, como um filme, tem a próxima cena já determinada, sem que haja a possibilidade de imprevistos ou de mudança de rumos. Não se considera esta possibilidade, por adotar-se “um padrão universal” de desenvolvimento que, em tese, seria um bem comum para todos. Não haveria, pois, alternativas melhores, ou diferentes, que de alguma forma colocaria “em xeque” o modelo que está posto. A proposta de um desenvolvimento único é a busca por uma comunidade planetária, não por seus direitos iguais. Diferente da perspectiva idealizada de um mundo sem fronteiras, é, ao contrário, a delimitação do lugar de cada um, desigualmente, em um projeto mundial desigual e excludente. Projeto único, “global”, mas onde cada qual tem um papel diferente a cumprir, uns se beneficiando e outros se subordinando em benefício de um mundo unificado abstratamente, mais para consolidar este projeto desigual do que para construir perspectivas de futuros mais justas e humanas. Ao contrário disso, na proposta de Massey, e com a qual concordamos, o espaço deveria ser pensado não como um sistema fechado e estático, pré-destinado, mas como uma produção aberta e contínua, sempre provisório e possível de novas realizações (inclusive daquilo que não estava previsto, que era impensável em determinada situação).

O reconhecimento da espacialidade envolve (poderia envolver) o reconhecimento da coetaneidade, a existência de trajetórias que tem, pelo menos, algum grau de autonomia uma em relação a outra (que não são simplesmente alinháveis em uma estória linear). (...) Nesta leitura, o espacial é, crucialmente, o reino da configuração de narrativas potencialmente dissonantes (ou concordantes). Lugares, em vez de serem localizações de coerências, tornam-se os focos do encontro e do não-encontro do previamente não-relacionado e assim essenciais para a geração do novo. (MASSEY, 2008, p. 111).

A autonomia neste sentido não é a independência ou discordância como princípio. Ao contrário disso, a autonomia é a inter-relação entre mundos e perspectivas distintas que, ao se encontrarem, têm abertura para desconstruir uma dada pré-condição ou pré-destinação para reconstruí-la ao sabor das necessidades e práticas, em um processo de concertação daqueles que interagem. Assim se constrói o novo, o imprevisto, esse sim a possibilidade de realização da autonomia. Autonomia de fazer o que não estava previsto, de rever as regras, de validar a diferença, não em torno da separação, mas em sua relação com o outro: “as multiplicidades coetâneas de outras trajetórias e a necessária mentalidade aberta de uma subjetividade espacializada” (MASSEY, 2008, p. 94). Espaço vivenciado em sua “construção relacional”, sempre em relação a outro que possivelmente o é diferente e, que independente, em sua relação se transmuta e transforma.

Autonomia relativa, se pensamos a relação dialética da produção do espaço, que não é uniforme, é desigual e cheia de contradições e relações de poder. Neste sentido, se a proposta

teórica de Milton Santos nos permite a abertura do espaço para os processos (ações) sociais, e o projeto político de Massey nos abre a esperança do espaço múltiplo e dinâmico, nos parece que a teoria do espaço social de Lefebvre, que incute e trata dialeticamente as tensões do espaço, será essencial para pensarmos com mais cuidado as possibilidades do espaço como uma prática política autônoma e transformadora, considerando o modo de produção que, se não a determina, a condiciona.

O mérito da teoria da totalidade do espaço de Lefebvre, a nosso ver, é exatamente sua abrangência e perspectiva dialética, compreendendo o espaço de forma ampla por seus diferentes campos: físico, mental e social⁴⁰. Contrapõe ao espaço instrumental que se limita à abstração mental para manutenção do modo de produção, mais relacionado ao discurso sobre o espaço do que à complexidade das práticas sociais que extrapolam e subvertem o que para o espaço foi pensado. Sua análise não se limita ao determinismo das estruturas, mas também não ignora sua força; não deposita toda a esperança nas possibilidades de subversão pela vivência do espaço, mas também não ignora suas possibilidades, mesmo que utopicamente. Diz respeito ao espaço que “fenômenos sensíveis ocupam, sem excluir o imaginário, os projetos e projeções, os símbolos, as utopias” (LEFEBVRE, 1993), enfatizando as particularidades dos processos sócio-espaciais, tanto pelos processos relacionados às macro-estruturas (sistema capitalista) quanto pelos aspectos relacionados à vida cotidiana e ao uso do espaço.

Diferente da percepção do espaço simplesmente como uma abstração formal, como um poder estabilizador porque à mercê da consolidação de um modo de produção, Lefebvre (1993 e 2000) propõe pensar o espaço como produto da sociedade, com todas as suas contradições e diferenças. Destaca que esse espaço idealizado para um modo de produção, é apenas um modo de representação de um recorte da realidade que funciona como um “filtro seletivo em relação aos seus conteúdos, eliminando tal e tal parte do “real”, preenchendo à sua maneira as lacunas do texto” (LEFEBVRE, 2000, p. 16). É este “filtro” que de alguma forma Lefebvre tenta eliminar quando fala da totalidade do espaço, lembrando que “esta filtragem vai mais longe que uma especialização ideológica (...). Ela arrisca ocultar a demanda social”, que é exatamente o que Lefebvre pretende desmascarar. O espaço não é apenas mental e instrumental, é também sua prática e realização, sua vivência e subversão. É, por fim, um produto social:

⁴⁰ Sobre o conceito de Espaço Social, Costa (1999, p. 62) destaca, citando Soja (1996): “ele é ao mesmo tempo um campo separável de espaço físico e espaço mental, e também uma aproximação para um modo abrangente de pensamento espacial”, sendo o conceito de espaço social também “uma composição transcendente de todos os espaços”.

não se trata de localizar no espaço pré-existente uma necessidade ou uma função, mas ao contrário de espacializar uma atividade social, ligada a uma prática em seu conjunto quando produzindo um espaço apropriado (LEFEBVRE, 2000, p. 12).

Pensando o processo de produção do espaço social, Lefebvre (1993) o identifica, analiticamente, em três dimensões: o espaço concebido (representação do espaço), o percebido (prática do espaço) e o vivido (espaço da representação). O primeiro é o espaço idealizado, planejado pelos técnicos, urbanistas e legisladores, correspondentes aos espaços de dominação, regulação e controle, “elaborados intelectualmente”⁴¹. Associam-se às relações de produção, “à ordem que elas impõem” (LEFEBVRE, 1993, p. 60).

O espaço percebido, diferente do primeiro, vincula-se a uma prática espacial, próximo da idéia de materialidade (base prática) e de realização do espaço concebido. “Engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão” (LEFEBVRE, 1993, p. 60). Por fim, mas não menos importante, o espaço vivido, da experiência, do uso que o habitante e usuário da cidade faz do espaço concebido que se realizou, relacionados “ao lado clandestino e subterrâneo da vida social”.

A dialética da teoria do espaço de Lefebvre se constrói a partir de uma tríade analítica que conforma o espaço social, esclarecedora em relação às tensões do espaço: aquilo que para ele se pretende (a representação do espaço), a parte concebida que se realiza ou se materializa em uma prática (o espaço percebido) e o uso e vivência desta cidade praticada, realizada, que de alguma forma se reconstrói e se revisita na adequação às práticas de seus habitantes e usuários (o espaço de representação). Cada uma dessas dimensões não se sobrepõe, ao contrário, coexistem em conflituosa relação de força que se estabiliza ou desestabiliza em função do modo de produção que lhes subjaz. E, assim, o avanço é poder pensar “a distância que separa o espaço “ideal”, dependente das categorias mentais (lógico-matemáticas), do espaço “real”, o da prática social. Enquanto cada um implica, põe e supõe o outro” (LEFEBVRE, 1993, p. 35).

Esta dialética, a forma como uma dimensão se dá em relação à outra nos dá exatamente a perspectiva de como serão incorporadas, no espaço, os diferentes interesses: entre uma cidade concebida por relações de produção, o espaço exigido para a produção e reprodução do sistema e a necessidade cotidiana dos indivíduos. Este equilíbrio, entre a prática espacial

⁴¹ Lefebvre (1993, p. 71-2) destaca que, apesar de serem de ordem ideológica, “as representações do espaço [têm] um alcance prático, [e] se inserem, modificando-as, nas texturas espaciais, emprestadas de conhecimento e de ideologias eficazes. As representações do espaço teriam assim um alcance considerável e uma influência específica na produção do espaço. Como? Pela construção, ou seja, pela arquitetura [e pelo urbanismo!] concebida não como a edificação de tal “imóvel” isolado, palácio, monumento, mas como um projeto se inserindo num contexto espacial e numa textura, o que exige “representações” que não se perdem no simbólico ou no imaginário.”

(espaço percebido), espaços de representação (concebido) e representação do espaço (vivido) é o que buscamos quando pensamos um espaço que suporte e propicie as diferenças, dentro de um projeto igualitário de sociedade.

Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modo de produção), segundo as épocas. A relação entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis, tampouco são mais “positivas”, no sentido em que esse termo opor-se-ia ao “negativo”, ao indecifrável, ao não-dito, ao interdito, ao inconsciente. Esses momentos e suas conexões cambiantes são conscientes? Sim, e contudo mal conhecidos. Pode-se declará-los “inconscientes”? Não, pois geralmente são ignorados, e a análise os retira da sombra, com risco de equívocos. (LEFEBVRE, 1993, p. 76-7).

A superação, então, é deste saber abstrato do espaço, construído primordialmente em função da manutenção do sistema de produção e distanciado das necessidades práticas das pessoas. Distanciamento que se dá, por exemplo, na inadequação de nossas legislações urbanas à prática real da cidade, expressa no alto índice de ilegalidade dos imóveis urbanos na maior parte dos municípios brasileiros. Ou mesmo, destacando o nosso estudo, na conformação das favelas à margem de qualquer melhoria de infra-estrutura das áreas centrais. O que ocorre é uma obstinação pela ordem, desconectada da “realidade”. Nas palavras de Lefebvre:

Hoje em dia o conhecimento obstina-se em reconstituir pela via conceitual [concebido] uma conexão que nada tem de uma aplicação à “realidade” de um saber preexistente [relacionado ao vivido, experienciado]. Daí a extrema dificuldade dessa reconstrução: os símbolos, que se sente e presente, escapam como tais ao nosso saber abstrato, sem corpo, sem temporalidade, sofisticado, eficaz, mas “irreal” em relação a certas “realidades”. Que houve nesse meio ou interstício, entre as representações do espaço e o espaço de representação? Uma cultura? Decerto, mas a palavra tem uma plenitude enganosa. O trabalho da arte? Certamente, mas quem e como? A imaginação? Talvez, mas por que e para quem? (LEFEBVRE, 1993, p. 73).

A cultura do tecnicismo e da ordem nos faz ignorar e querer ordenar uma realidade que insiste em se diferenciar, em desobedecer. Ao contrário, não seria mais sensato tentar aproximar estas dimensões? Não haveríamos de incorporar em nossa concepção a prática e a vivência deste espaço que, por corolário, praticaria e vivenciaria de forma mais harmônica aquilo que foi concebido, exatamente pela adequação desta concepção à diversidade do coletivo?

Se é certo que os arquitetos (e os urbanistas) têm uma representação do espaço, de onde eles a tiram? Em proveito de quem ela se operacionaliza? Se é certo que os “habitantes” têm um espaço de representação, um curioso mal-entendido começa a se elucidar. O que não quer dizer que ele desaparece na prática social e política (LEFEBVRE, 1993, p. 74).

Existe uma tensão. Mas se o espaço é produto da sociedade, há a produção do espaço, o que implica em uma história desta relação. E para cada momento do modo de produção teremos uma relação e peso entre as dimensões do espaço: como uma imposição e abstração instrumental ou mais próxima da diversidade e pluralidade que abarca as vivências cotidianas, sendo necessário pensar, historicamente, o processo de produção social do espaço. “As

transições revelarão a produção de um espaço novo” (LEFEBVRE, 1993, p.78), “seu espaço apropriado” como produto das relações sociais, de suas formas e representações. Modo de produção em constante transmutação em função das relações e de suas subversões, em função das contradições do espaço.

Lefebvre (1993, p. 80-81) discute a história do espaço partindo do espaço absoluto, composto de fragmentos da natureza, “eludidos de suas qualidades intrínsecas”, mas já “povoa[do] por forças políticas”, relacionadas aos simbolismos atribuídos a este espaço (a caverna, o rio). A este espaço de alguma forma neutro e inicial, segue-se o espaço histórico, relativizado, mas o espaço absoluto “persiste como camada ou sedimento [...], suporte de espaços de representação (simbolismos religiosos, mágicos, poéticos)”. É o espaço da cidade-estado, da “plenitude invisível do espaço político”. Mas se de início o natural se perpetua, com o fortalecimento do capitalismo o espaço absoluto é sobreposto por um espaço de acumulação, de “todas as riquezas e recursos: os conhecimentos, as técnicas, o dinheiro...”. E com o capitalismo o espaço absoluto se esvai, “se debilitando de espaços de representação” e sendo dominado por representações do espaço. Categoria distante do real, como “coisa mental” ou instrumental, o espaço abstrato “nega as diferenças que provêm da natureza [o espaço absoluto] e do tempo (histórico)”, mas que nele persistem “como sedimento e suporte”.

O espaço dominante, o dos centros da riqueza e de poder, se esforça para conduzir os espaços dominados, o das periferias. Ele reduz a si, por uma ação frequentemente violenta, os obstáculos e resistências. Quanto às diferenças, são remetidas por sua própria conta a simbolismos que tomam obrigatoriamente a forma de uma arte ela própria abstrata. (LEFEBVRE, 1993, p. 81).

A experiência sensível se objetiva no espaço abstrato, negação daquilo que lhe é externo e desnecessário – o então chamado “inconsciente”. Espaço da dominação onde “o vivido se esmaga, o concebido o assalta, o histórico se vive como nostalgia” (LEFEBVRE, 1993, p. 83). Mas permanecem as contradições do espaço histórico, que ainda permeia o novo modo de produção que o assalta. E o espaço abstrato, estático por seu distanciamento e racionalidade, tende a se desestabilizar por sua própria essência: ignorar a sociedade que lhe produz. Afinal, “uma *existência social* que se desejasse e se dissesse *real*, mas não produzisse o seu espaço, permaneceria uma entidade, [...] cairia no folclore e cedo ou tarde definharia” (LEFEBVRE, 1993, p. 86). Assim, a concepção de um espaço só existe em relação à sua prática e vivência, pela sociedade que o realiza e o contradiz. Essas contradições inerentes ao espaço abstrato, que

em razão desta negatividade, engendra um novo espaço, que terá o nome de espaço diferencial. Porque, na medida em que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou peculiaridades existentes, um novo espaço não pode nascer a não ser que ele acentue as diferenças. (LEFEBVRE, 1993, p. 52).

E, assim, o espaço diferencial subverte o espaço abstrato pelo uso que se faz dele, pela realização de um concebido instrumentalizado que atende apenas setorialmente a sociedade, como a irregularidade que se multiplica contra a inadequação das legislações urbanísticas. “Tensão entre as forças geradoras do espaço e a dinâmica social que impede seu domínio completo” (COSTA, 1999, p. 7).

O que este espaço diferencial nos parece indicar, na perspectiva utópica de Lefebvre, é que quanto mais as representações do espaço se aproximarem das práticas, mais próximos estaremos de um espaço que incorpora a diversidade e as singularidades da prática cotidiana. Utopicamente, seria uma aproximação entre a teoria e a prática, “uma linguagem comum aos habitantes, aos arquitetos, aos cientistas” e um reconhecimento da experiência subjetiva como racionalidade, como realização:

Essa elaboração implica, ela mesma, um esforço para trabalhar no paradigmático, ou seja, nas oposições essenciais, ocultas, implícitas, não-ditas, no encadeamento operatório de termos, numa palavra, nos sintagmas (a linguagem, o discurso usual, a escrita, a leitura, a literatura, etc.). (LEFEBVRE, 1993, p. 102)

Neste sentido, pensar o espaço é percebê-lo como um processo, produzido pela prática social na interação de sujeitos que se transformam e que transformam o espaço. A política do espaço emerge da prática social deliberada, espacialidade efetivamente vivida e socialmente criada, que contesta e reconstrói o espaço idealizado, organizado e planejado para atender as demandas do sistema. O espaço não é neutro, não é indiferente. É político, processual, ocupado e usado, subversivo.

A organização social humana pode ser concebida a partir de uma *práxis* espacial que interfere no espaço produzido pelo sistema que o instrumentaliza, discutindo e entendendo o espaço na perspectiva do ato político. O espaço, sendo socialmente produzido e não se limitando ao que para ele é determinado, não é passivo, configurando uma totalidade aberta, sempre a se reconstruir. Deste ponto de vista, abre-se uma possibilidade de transformação a partir da produção do espaço, da *práxis* socioespacial entendida como prática política, incorporando os sujeitos individuais e coletivos na construção e reconhecimento deste espaço.

A teoria da produção do espaço desenvolvida por Lefebvre (1993) incorpora, por meio do conceito de espaço social, “as ações sociais de sujeitos tanto individuais quanto coletivos”, ou seja, um conceito que considera a idéia de ambiente construído para produção e consumo, mas ao mesmo tempo vai além dela, incorporando as práticas socioespaciais. Assim, não há separação entre análise e *práxis* na teoria de espaço lefebvriana. (COSTA & COSTA, 2005, p. 371).

E, assim, ao discutir a possibilidade da *práxis* urbana (espaço vivenciado) como um dos elementos de construção do espaço, Lefebvre (1993) tem grande contribuição na compreensão

da natureza política da vida cotidiana. Podemos vislumbrar na interação das classes e pessoas, no cotidiano, importante possibilidade de exercício político. Deste ponto de vista, vislumbra-se a transformação a partir da práxis espacial, entendida como superação da realidade imposta através das contradições, não estando completamente determinada por uma estrutura intransponível. “Uso do espaço que resiste obstinadamente, irredutivelmente!”

A cidade ideal comportaria a obsolescência do espaço: transformação acelerada das moradias, dos locais, dos espaços preparados. Seria a *cidade efêmera*, perpétua obra dos habitantes, eles mesmos móveis e mobilizados para/por essa obra. (LEFEBVRE, 2001, p. 134, *grifos do autor*)

Partindo do “projeto da modernidade”, ainda fortemente presente nos dias de hoje e na forma como pensamos a política, podemos considerar como um projeto utópico a proposta de reconhecimento da força das práticas intersubjetivas e de uma espacialidade autônoma, relacional e transformadora. Mais do que isso é uma proposição política de mudança de perspectivas. Entendemos que o espaço, mesmo se dando pela interação e tensão de diferentes perspectivas e possibilidades, é também abarcado por assimetrias de poder e por impossibilidades de realização da diversidade que lhe subjaz. Não há como negar a força de um projeto homogenizador ou do esvaziamento dos lugares na cidade contemporânea. Não há como negar a força de uma intervenção de reestruturação de uma favela, com abertura de ruas e avenidas e construção de prédios e apartamentos no lugar de casas e lajes, frente às micro-ações cotidianas dos moradores para diferenciar esses espaços.

No entanto, entendemos que o reconhecimento de uma possibilidade, de uma utopia, é o início do processo de realização da transformação do que está de alguma forma posto e consolidado. Assim, se o espaço não é necessariamente, ou concretamente, sempre múltiplo, rico e aberto como definido em nossa proposição, potencialmente o é. E é do reconhecimento dessa potencialidade, como ponto de partida para sua realização que estamos falando. Ponto de partida para o reconhecimento de uma forma de cidade que se constrói também nas favelas, de uma multiplicidade que explode no espaço e que, insistentemente, em nosso projeto da modernidade, procuramos eliminar incluindo na trajetória de modernização e desenvolvimento a qual já estamos, supostamente, um passo a frente. Falar de um espaço diferente não é imaginá-lo como sendo sempre assim, mas é um princípio de abertura para sua realização.

2. O LUGAR DA FAVELA

“A favela não são os barracos. A favela são as pessoas da favela. São as pessoas que vieram de vários lugares e juntas fizeram sua história aqui. Para mim, essa história é a favela.” *Reinaldo Santanna, morador da Vila Marçola, no Aglomerado da Serra.*

“A favela são as pessoas da favela”. Não há como desconsiderar esta colocação quando nos propomos reconhecer politicamente a favela. Quando pretendemos entendê-la não sob o viés de nossa experiência externa às favelas, mas através das experiências renovadoras de seus moradores, pela apropriação cotidiana do espaço.

Assim, o eixo para discutirmos o *lugar-favela* será a percepção deste como uma prática relacionada à vivência de pessoas que, mesmo pelo lado da exclusão, fazem parte da construção da nossa sociedade. Espaços legítimos, ocupados por cidadãos de direito, a despeito da peculiaridade do assentamento e da aversão social ainda vigente em nossa sociedade a esta forma de ocupação. A tentativa, neste sentido, será desconstruir estereótipos e preconceitos em relação à esta forma de cidade para, não desconsiderando seus problemas e sua inserção em um processo mais amplo de desigualdade e exclusão, procurarmos entender suas singularidades e alternativas que são postas pelos hábitos e vivências de seus moradores.

De forma positiva, acreditamos que na experiência cotidiana os moradores das favelas criaram soluções relacionadas a uma forma de morar e viver, vinculadas às suas práticas e cultura. Esta percepção nos leva, então, ao necessário conhecimento destas práticas para que seja possível a construção de uma política pública que se adeque às necessidades dessa população e que efetivamente reconheça o direito à cidade para seus cidadãos.

O ponto de partida da discussão será a reflexão sobre como significações e estereótipos em relação à favela interferem, ao longo do tempo, nas propostas e ações construídas pelo poder público ou instituições atuantes nestas áreas. Iniciaremos esse capítulo retomando sucintamente o processo histórico decorrente das representações em relação às favelas, com diversas formas de expulsão e exclusão (mesmo que nem sempre explícitas). Na segunda parte desse capítulo, a proposta será de questionar alguns destes estereótipos, mais precisamente a questão da ilegalidade e o aspecto formal do *lugar-favela*. Tentaremos uma aproximação que diferencie as favelas das demais áreas de concentração de pobreza das cidades, contrapondo especificidades do espaço-favela que, vistas de forma positiva e criativa, podem nos ajudar a reconhecer sua legitimidade. Em contraposição a uma tentativa de padronização e imposição de um modelo único de cidade, onde predominam a “periferização”

da pobreza e expulsão dos pobres das áreas centrais, as favelas estrategicamente ocorrem como movimentos de apropriação de novos discursos e práticas pela comunidade.

Como se tornou hegemônica (...) uma representação tão negativa da favela e de seus moradores? Como esses espaços se tornaram tão invisíveis, sendo identificados muito mais com base nos juízos preconcebidos do que nas suas características reais? (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 24)

A percepção da favela como um ato de manifestação política é a inversão da perspectiva da exclusão, do estereótipo de *espaço de ausência* - “sem ordem”, “sem lei”, “sem moral”-, para a percepção de uma presença, da enunciação de um sujeito que não estava previsto. Formas cotidianas de apropriação dos lugares percebidas como atos políticos de adaptação, pelo uso cotidiano, de espaços organizados e planejados para atender as demandas do sistema de produção capitalista.

Neste sentido, a pergunta que norteará o capítulo será: até que ponto a singularidade das ocupações das favelas não pode ser percebida também como um ato genuinamente político, como lugares de conquistas de autonomia e de questionamento dos modelos vigentes? A hipótese é que a conformação desses assentamentos, para além de uma cidade excluída, é também a manifestação política de uma “cidade real”, que nos faz ver o *a priori* inexistente numa “cidade legal”. Acredita-se que a forma de apropriação e estruturação urbana das favelas não está associada simplesmente a uma situação de precariedade e de adversidade física, mas se relaciona também a uma percepção e vivência diferente dos espaços.

A proposta será incorporar a *práxis* socioespacial na discussão sobre a fragmentação e exclusão social. Como argumentado no capítulo anterior, acreditamos que esta ênfase pode contribuir na adequação das propostas das políticas públicas, partindo das práticas e vivências diárias de seus moradores. Mais do que uma forma espacializada da exclusão, pretende-se uma abordagem socioespacial que procure avaliar o potencial de transformação que eventualmente possa estar atrelado às práticas cotidianas da cidade. Consideramos necessário que estas práticas sejam incorporadas ou pelo menos reconhecidas como legítimas nas políticas públicas.

Apesar dos avanços positivos da atuação dos governos locais em relação às favelas, com o progressivo reconhecimento de seu direito de permanência e inclusão de práticas participativas no planejamento das ações, é necessário ainda avançar no entendimento da dinâmica socioespacial das favelas. Extrapolando as instâncias discursivas de participação, propomos o reconhecimento das práticas cotidianas das favelas como vozes, como processos de subjetivação que estão vinculados a hábitos cotidianos que devem ser incorporados nas

intervenções. É imprescindível repensar a participação do Estado no conjunto das práticas sociais voltadas para o enfrentamento das várias dimensões da exclusão, não apenas pela participação na partilha do excedente gerado pelo modelo econômico, mas também pelo reconhecimento de suas formas alternativas de relações sociais e apropriação dos espaços (COSTA, 1997).

Esta será a base para o desenvolvimento do trabalho empírico (terceiro capítulo), quando tentaremos explicitar os padrões de representação e preconceito ainda vigentes em relação às favelas e aos seus moradores. Enfim, o que se pergunta é: qual é hoje o lugar da favela?

2.1. Categoria favela: aspectos simbólicos e de representação de espaços de exclusão

O que é uma favela? A princípio essa pergunta pode parecer um tanto quanto descabida ou desnecessária, pois o uso deste termo se tornou corrente, sendo seus sentidos aparentemente partilhados e generalizados por diversos setores da sociedade. Não há como ignorar que existe um senso comum consolidado a respeito do que é uma favela. Todos parecem se sentir capazes de identificá-la claramente e diferenciá-la do seu entorno como ocupações irregulares e desordenadas, cujas casas são construídas de forma precária e onde prevalece uma situação de pobreza e precariedade de infra-estrutura. Define-se até com certa veemência:

...as favelas são um dado concreto, são observáveis, têm uma objetividade. Elas delimitam um espaço com características próprias, que as distinguem de seu entorno. São essas características físicas, suas marcas mais aparentes que, em primeiro lugar, dão base a sua identificação. (PANDOLFI; GRYSZPAN, 2003, p. 21).

No entanto, diversas nuances podem ser percebidas nas representações do termo, assumindo sentidos construídos tanto cotidianamente quanto na sua midiaticização. Nuances que acabam por justificar as ações do poder público nos diferentes espaços que genericamente são denominados “favelas” e, em última instância, estabelecem as relações dos moradores destes locais com os “não-moradores” ou habitantes da dita cidade formal. A argumentação que vamos desenvolver nesta primeira parte é uma tentativa de entender as diversas significações adotadas para o termo favela ao longo do tempo, que acabam por fortalecer um consenso sobre umas poucas características desses assentamentos; verdadeiros “dogmas” ou estereótipos ligados às favelas (VALLADARES, 2005) que desconsideram, na maior parte das vezes, sua complexidade formal e social.

Como hipótese contestatória aos “dogmas”, consideramos que o processo de favelização não se explica completamente a partir de aspectos econômicos. Mais do que isso, a favela é

resultado de processos simbólicos de significação e ressignificação que desconsideram a perseverança de uma classe social colocada à margem da sociedade para se estabelecer como habitantes da cidade (CRUZ, 2007, p. 1) ⁴².

2.1.1. Categoria Favela: o mito de origem

Silva & Barbosa (2005:24) associam o início do processo de construção das definições hegemônicas sobre as favelas ao momento em que essas começam a figurar como um problema higiênico para as autoridades e grupos dominantes. Dessa forma, o marco inaugural seria não o aparecimento das primeiras habitações populares na paisagem dos morros das cidades, não raros desde o século XIX⁴³, mas a sua tematização como problema e, principalmente, como foco de atenções do poder público. “Assim é que a “descoberta” do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade” (BURGOS, 1998, p. 27).

Talvez de forma mais auspiciosa, Valladares (2005) identifica a gênese do processo de construção das representações sociais da favela nas descrições e reportagens apresentadas por jornalistas e escritores do início do século XX. Aponta como “mito de origem” do termo favela a imagem de Canudos descrita por Euclides da Cunha em *Os Sertões* (1902).

A autora destaca que, mais do que a possível associação ao fato de antigos combatentes da Guerra de Canudos terem se estabelecido no Morro da Providência (aonde vem a ser o “Morro da Favella”)⁴⁴, a principal relação são os próprios relatos de Euclides da Cunha que, de alguma forma, são apropriados na descrição desse “mundo diferente que emergia na paisagem carioca em contracorrente à ordem urbana e social estabelecida” (VALLADARES: 2005, p. 21). A dualidade “sertão *versus* litoral” – marcante na obra de Euclides da Cunha –

⁴² Em sua maioria, a bibliografia sobre o termo favela relaciona-se à história do Rio de Janeiro. Acredita-se, entretanto, que de maneira geral essas significações têm origem exatamente neste Estado, de onde se estendeu para o restante do território nacional, a despeito da diversidade e especificidades de cada um desses assentamentos. Partiremos, então, de forma genérica quanto aos aspectos simbólicos e de significação do termo favela neste Estado para tratarmos, em paralelo, das especificidades de Belo Horizonte, nos permitindo destacar fatos e definições que interessam para o nosso trabalho.

⁴³ Conforme Maurício e Abreu (1994), citado por SILVA & BARBOSA (2005), alguns relatórios de 1865 já citavam as habitações populares ou “barracões” situados nos morros do Rio de Janeiro. “No entanto, tais habitações ainda não faziam parte das preocupações da sociedade, mais assustada com os cortiços e casas de cômodos que não paravam de crescer na cidade, principalmente no centro.” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 25). Em Belo Horizonte, as favelas surgem com a construção da cidade. As primeiras favelas são as “do Córrego do Leitão” e “do Alto da Estação”, nas quais viviam cerca de 3 mil pessoas já em 1895 (GUIMARÃES, 1992, p. 12).

⁴⁴ A origem do termo, de acordo com Valladares (2005), é o “Morro da Favella”, localizado no Morro da Providência no Rio de Janeiro e primeiro foco das atenções higienistas; nome que será então generalizado “a qualquer conjunto de barracos aglomerados sem traçado de ruas nem acesso aos serviços públicos, sobre terrenos públicos ou privados invadidos” (VALLADARES, 2005, p. 26). Destaca-se, no entanto, que em Belo Horizonte, também no final do século XIX, dois anos antes de ser inaugurada, já existia uma área de invasão denominada “Córrego da Favela”, provavelmente também remetendo ao Morro da Favela do Arraial de Canudos (MONTE-MÓR & PAULA, 2000, p. 31).

foi reinterpretada como “favela *versus* cidade”, dando início à significação de um processo de exclusão que extrapola, como dito, as desigualdades sociais e econômicas.

A fonte inspiradora é realmente bastante evidente nos textos de Euclides da Cunha, tanto na geografia dos morros quanto na forma de apresentar suas populações, conforme explicitado em alguns trechos citados pela autora, onde podemos mesmo imaginar que se trata da descrição de uma favela carioca do século XX.

[...] inesperado quadro esperava o viandante que subia, depois dessa travessia em que supõe pisar escombros de terremotos, as ondulações mais próximas de Canudos. [...] E no primeiro momento, antes que o olhar pudesse acomodar-se àquele *montão de casebres*, presos em *rede inextricável de becos estreitíssimos* e dizendo em parte para a grande praça onde se fronteavam as igrejas, o observador tinha a impressão exata de topar, *inesperadamente, uma cidade vasta*. [...] E contavam: uma, duas, três, quatro mil, cinco mil casas! Cinco mil casas ou mais! Seis mil casas talvez! Quinze ou vinte mil almas – encafurnadas naquela tapera babilônica... E invisíveis. (GALVÃO, 1985, citado por VALLADARES, 2005, p. 32, *grifo nosso*)⁴⁵.

Lugares invisíveis que se debruçam sobre as cidades, ocultos para quem observa de baixo, mas “inesperadamente vastos”. Assim como a vila de Canudos, a presença das favelas surpreende os jornalistas do Rio de Janeiro, como bem exemplifica um trecho do conhecido artigo de João do Rio, publicado na *Gazeta de Notícias*, em 1908, com os relatos de sua visita ao Morro de Santo Antônio por ocasião de uma festa musical:

Como se criou ali aquela curiosa vila de miséria indolente? O certo é que hoje há, talvez, mais de mil e quinhentas pessoas abrigadas lá por cima. As casas não se alugam, vendem-se [...]. Todas são feitas sobre o chão, sem importar as depressões do terreno, com caixões de madeira, folhas-de-flandres, taquaras. [...] Tinha-se, na treva luminosa da noite estrelada, a impressão lida da entrada do arraial de Canudos ou a funambulesca idéia de um vasto galinheiro multiforme. (MARTINS, 1971, p. 54-55, citado por VALLADARES, 2005, p. 30).

Licia de Prado Valladares argumenta que, apesar da obra *Os Sertões* ser posterior ao reconhecimento do *Morro da Favella*, o termo “favela” não teria alcançado a projeção que obteve, denominando uma diversidade de ocupações populares em âmbito nacional, se não fossem as descrições marcantes apresentadas por Euclides da Cunha, que “permitir[am] aos intelectuais brasileiros compreender e interpretar a favela emergente” (VALLADARES, 2005, p. 30).

A autora apresenta diversos exemplos para demonstrar a influência do livro nos primeiros relatos sobre as favelas e pontua algumas características de Canudos que reforçam essa associação⁴⁶: a) a especificidade de um processo de crescimento urbano rápido, desordenado e

⁴⁵ Essa citação foi retirada originalmente do livro “Edições críticas de Os Sertões”, de Walnice Nogueira Galvão (São Paulo: Brasiliense, 1985), conforme referências de VALLADARES (2005).

⁴⁶ Para maiores detalhes sobre a influência dos textos de Euclides da Cunha para conformação da representação sobre a favela, ver VALLADARES (2005, p. 33-36).

precário; b) a topografia de uma região de morros que faz dela um verdadeiro bastião⁴⁷, de acesso muito difícil; c) a ausência do domínio do Estado e das instituições públicas; d) um espaço capaz de condicionar o comportamento dos indivíduos, com uma identidade coletiva homogênea e uniforme; e) um perigo para a ordem social.

A matriz das representações sobre a favela estava dessa forma constituída, estruturando todo o argumento que permitiria associá-la a um mundo bárbaro que deveria ser extirpado para o bem da comunidade, para possibilitar a entrada da cidade na modernidade.

Universo exótico, em meio a uma pobreza originalmente concentrada no Centro da cidade, em cortiços e outras modalidades de habitações coletivas, prolongava-se agora, morro acima, ameaçando o restante da cidade. Estava descoberta a favela e lançadas as bases necessárias para sua transformação em problema (VALLADARES, 2005, p. 36).

Os primeiros estudiosos da cena urbana brasileira, e mais especificamente da pobreza urbana e seus personagens populares, concentraram seus esforços nos cortiços do Rio de Janeiro, considerados *locus* da pobreza no século XIX. Parece consenso entre os diversos autores que vêm discutindo a representação da favela no Brasil (VALLADARES, 2005; SILVA & BARBOSA, 2005; BURGOS, 1998), o reconhecimento de que a origem do incômodo com as habitações populares se deu em relação aos cortiços e casas de cômodos que não paravam de crescer no centro da capital na segunda metade do século XIX.

Além de perigosos, os cortiços e casas de cômodos eram considerados ambientes insalubres, anti-higiênicos e focos de doenças (...) que assolaram a cidade a partir de 1850. Também vistos como uma ameaça à própria ordem urbana, uma vez que seus moradores eram identificados como “capoeiras, ladrões, meretrizes de baixa classe e assassinos” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 24).

No processo de expansão das favelas pela cidade, elas passaram a ocupar o lugar do cortiço no imaginário dos intelectuais, redirecionando-se o discurso higienista e os riscos das habitações precárias para a saúde pública. No entanto, extrapolando a perspectiva histórica de uma possível e pertinente associação entre as demolições dos cortiços no centro da cidade e a ocupação ilegal dos morros no início do século XX, nos interessa destacar o embrião de um pensamento higienista em relação às classes pobres e de uma forma específica de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade quanto ao direcionamento dos benefícios das iniciativas das administrações públicas. Chalhoub (1996), em seu detalhado e precioso relato sobre os cortiços na Corte Imperial, faz uma crítica conveniente neste sentido, ao discorrer sobre uma suposta racionalidade técnica das políticas públicas, extrínsecas às desigualdades urbanas, de caráter “eficiente” e com critérios unicamente científicos.

⁴⁷ “Parte da fortificação que avança e forma ângulo saliente, permitindo vigiar a face externa da muralha e atirar contra os assaltantes que tentam escalá-la; baluarte” (AULETE, 2004, p. 237).

Neste sentido, a moderna prática da “gestão científica” da cidade escolhia cuidadosamente seus beneficiários – isto é tomava suas decisões políticas – e entendia que o saneamento e as suas transformações urbanas não precisavam ter grandes compromissos com a melhoria das condições de vida de uma massa enorme de pessoas (CHALHOUB, 1996, p.58).

O problema dos cortiços, e em decorrência das favelas, não parecia ser exatamente a situação de precariedade habitacional a que estava exposta uma parcela da população, mas a forma como esta precariedade se relacionava com as partes “nobres” da cidade. “A favela era permitida (...) desde que obedecesse a uma condição fundamental: ser invisível aos olhos burgueses ofuscados (...) pelo modo de vida moderno” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 27). E dessa forma, as ações do poder público tinham um foco mais preciso na eliminação da pobreza das áreas de interesse do capital e dos grupos dominantes do que na superação do problema e da desigualdade social (o que fica claro quando pensamos a formação das favelas a partir da ocupação dos morros pela população expulsa dos cortiços demolidos pelo poder público). Também em Belo Horizonte, na construção da cidade no final do século XIX, com preceitos racionalistas e dentro dos ideais republicanos, observa-se a ênfase na preocupação com a pobreza nas favelas localizadas na área nobre da cidade, prevista para abrigar apenas o funcionalismo público e as elites econômicas de Ouro Preto. As ocupações irregulares em áreas distantes da zona urbana não eram pauta das ações do poder público, neste momento.

As áreas centrais da cidade, onde se concentravam os equipamentos urbanos e serviços fundamentais, como ainda hoje ocorre na maior parte das cidades brasileiras, não eram de direito dos pobres, constituindo-se os locais de moradia popular como “outra cidade”, a margem das riquezas e progressos trazidos pela modernidade. A passagem de Chalhoub (1996), ao discorrer sobre a fundamentação das intervenções nos cortiços, pontua com brilhantismo a ênfase das preocupações, que não são prioritariamente com as condições de moradia e sim com a localização das mesmas na cidade:

Estavam se engendrando os instrumentos legais para a guerra do extermínio contra os cortiços ou – o que dá no mesmo – para as políticas de expulsão das “classes pobres” / “classes perigosas” das áreas centrais da cidade (CHALHOUB, 1996, p. 34).

Vale destacar que, apesar da precariedade, a localização dos cortiços era uma vantagem fundamental para os trabalhadores, em função da proximidade dos locais de trabalho. Da mesma forma, as favelas vieram suprir esta demanda, ocupando os morros e áreas da cidade consideradas até então como inabitáveis. Em Belo Horizonte, as favelas foram se apropriando de áreas no entorno da Avenida do Contorno, próximo ao *locus* de construção da Capital e, conseqüentemente, de seus locais de trabalho.

A categoria favela, posterior ao fenômeno de conformação das mesmas no Rio de Janeiro, se apresentava assim como um novo território da pobreza, em substituição aos cortiços dos quais herda um “punhado” de representações e significações que são incorporados ao termo *favela*. Independente de um conhecimento ou de uma preocupação real com os moradores destas áreas, inicia-se um processo de exclusão e preconceito que deslegitima estas ocupações. A representação, desta forma constituída, é descolada de uma percepção real dos problemas e benesses da favela, sendo o início de um processo de ofuscamento e preconceito, a nosso ver ainda hoje não desvelado.

2.1.2. Favela – problema: tentativas de proibição e controle urbano

Aparentemente superado pelos escritores e jornalistas, a caracterização e identificação da categoria favela (“o que é a favela?”), a partir do início do século XX o debate, incluindo de forma mais incisiva médicos e engenheiros preocupados com o futuro da cidade, passa a girar em torno de “o que fazer da favela?”, tida já, de certa forma unânime entre as elites, como um problema sanitário e de saúde pública. Ancorados pelas determinações e exigências das legislações municipais que regulamentavam as construções no Brasil, construiu-se um argumento técnico, supostamente isento, sobre a inadequação das habitações populares e a necessidade, “para o bem da comunidade”, de extirpar sua existência.

Engenheiros e médicos, considerando o meio ambiente como fonte direta dos males físicos e morais dos seres humanos, estabeleceram propostas técnicas para o tratamento desses males urbanos. E quando se aplicavam em identificar, de maneira precisa e científica, as causas dos principais problemas, em definir soluções técnicas capazes de garantir um bom funcionamento à cidade, estavam, na verdade, insistindo quanto à necessidade de organizar, de maneira racional e controlada, o conjunto de elementos urbanos. (...) Dentro dessa lógica particular, as favelas seriam elementos que tanto se opunham à racionalidade técnica quanto à regulação do conjunto da cidade. Acabar com elas seria, então, uma consequência “natural”. (VALLADARES, 2005, p. 41)

Da mesma forma como nas intervenções nos cortiços, persistia o entendimento de que para se resolver os problemas da cidade seria necessária apenas uma administração competente, sendo os problemas de ordem puramente técnica e desvinculados de qualquer decisão política. Retomando a idéia das favelas como doença, mal contagioso ou patologia social – representação elaborada ainda no final do século XIX - a solução construída tecnicamente passava por submeter as moradias insalubres às regras de higiene e normas de construção previstas em lei.

Diversas campanhas, planos e estudos elaborados no Rio de Janeiro neste período, incluindo o “Plano Agache” de remodelamento e embelezamento da cidade desenvolvido pelo Governo, são embasadas por esta ênfase higienista. Da mesma forma em Belo Horizonte, onde os preceitos higienistas e a perspectiva da modernidade estavam fortemente presentes na idéia de

uma cidade planejada, a solução para as favelas que surgiam próximo ao centro, onde só havia espaço para as elites, passava por uma questão de ordenamento necessário ao progresso que se pretendia. Apesar de prevista em regulamento da capital de Minas Gerais a construção de casas para operários⁴⁸, o que se observa é que essa diretriz não se efetivou na prática, ficando o trabalhador, desde o início, sem uma definição clara de seu espaço de moradia na cidade que ele construía. As facilidades para aquisição (ou doação) de lotes na área urbana se limitavam aos funcionários públicos, aos proprietários de Ouro Preto e, de forma mais restrita, aos ex-moradores do Arraial Belo Horizonte (GUIMARÃES, 1991, p. 74). Para a população pobre restavam os lotes da periferia:

Dentro do caráter segregacionista e elitista imposto ao processo de ocupação do solo, a presença da população pobre na parte central da cidade passa a ser considerada indesejável, tornando-se cada vez mais claro o lugar que cabia às pessoas na nova Capital: às elites o centro, e à população pobre e trabalhadora a periferia, que foi sendo ocupada desordenadamente. (Guimarães, 1992, p. 12)

De forma um pouco diferente, no Rio de Janeiro o problema da invasão de terras era tratado como uma questão de polícia, sendo cabível a expulsão sumária de sua população. Em um cenário de descompasso entre a construção de novas moradias e o crescimento populacional, já no início do século XX a questão habitacional passa a figurar como tema central na capital da República, com ênfase para as habitações populares que se apresentavam como entrave ao progresso e modernização da cidade. Assim, se em Belo Horizonte temos uma situação de vanguarda, quando para solução da proliferação de barracos na área central da cidade adotou-se uma estratégia de doação de lotes na periferia da cidade para a população de trabalhadores, o que se observa, em ambos os casos, é um processo de expulsão das áreas nobres da cidade⁴⁹. Destaca-se, inclusive, que em Belo Horizonte a doação de lotes na área periférica da cidade estava atrelada a um conjunto de exigências “vinculada a certa imagem de operário: de bons costumes, dedicado ao trabalho e integrado à sociedade” (GUIMARÃES, 1991, p. 111). Normas que visavam, sobretudo, garantir a higiene da cidade, tendo por perspectiva que os barracos das favelas comprometiam a imagem da Capital, sendo necessário “preservar a concepção da cidade-modelo e, em especial, a zona urbana que era o seu ‘cartão de visita’” (GUIMARÃES, 1991, p. 100).

⁴⁸ A construção de casas para operários estava prevista como de responsabilidade do governo na Lei nº 3, de 17/12/1893, adicional à Constituição de 1891, que designava Belo Horizonte como futura capital e especificava as diretrizes de ocupação: “Igualmente [além das casas para funcionários públicos] promoverá a construção de casas em condições higienicas e de aluguel barato para operários” (anexo 1, citado por GUIMARÃES, 1991, p. 72).

⁴⁹ Guimarães (1991, p. 98) destaca um aspecto de Belo Horizonte que acaba por possibilitar um tratamento diferenciado para a questão habitacional da classe trabalhadora, colocando “em xeque” a vanguarda quanto ao assunto da cessão de lotes para a população removida da área central. Por ser uma cidade recém criada, não havia escassez de terra na cidade, como de alguma forma já ocorria no Rio de Janeiro.

A compreensão do problema das favelas era produzida, assim, a partir de uma lógica normativa distante da realidade de produção do espaço, ancorada em um aparato rígido e rigoroso, onde a ordem e a legalidade eram determinantes dos direitos dos cidadãos. A argumentação não se embasava por uma postura crítica em relação à questão habitacional de forma ampla, centrando-se na necessidade de ordenação e controle dos elementos urbanos. Na realidade, o ponto central das discussões era a modernização e o embelezamento da cidade, principalmente a partir da melhoria das áreas nobres; espaços de ordem tidos, consequentemente, como espaços de direitos que deveriam ser objeto das melhorias implementadas pelo poder público.

Tais intervenções não estavam voltadas especificamente para os espaços populares, mas sim *contra* eles, identificando-os como obstáculos à marcha civilizatória. Dessa forma, esses espaços foram atingidos de forma “indireta” pelo poder público que, até aquele momento, voltara-se para os espaços da ordem, ou seja, aquelas áreas onde a ordem social era, a princípio, controlável. Os espaços populares, designados como redutos do caos, deveriam ceder lugar à “ordem”. Com isso, as ações estatais dirigidas para esses espaços não contribuíram para a sua melhoria – até porque não visavam esse objetivo. (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 33-34, *grifo dos autores*).

A partir de discursos legalistas, se construía a argumentação de que para solucionar o problema das favelas seria necessário não o investimento público em melhorias das habitações, mas principalmente a regulamentação e o controle das ocupações. E dessa forma, “higienistas, médicos e engenheiros sanitaristas formulam (...) suas políticas públicas e planos de ação constituídos basicamente da criação de legislação de controle urbano e sanitário” (BEDÊ, 2005, p. 31), adiantando-se a argumentação que viria a legitimar intervenções com poder de polícia na expulsão dos moradores das favelas.

O discurso higienista e o reformismo progressista, base de um urbanismo de embelezamento e modernização, reforçaram a representação da favela como problema a ser eliminado das cidades (ou de suas áreas centrais), considerando-a como um problema urbanístico. O que se observa é que, extrapolando o discurso higienista, manifesta-se a preocupação com o embelezamento da cidade à qual a favela era um entrave. Podemos argumentar que não se tratavam de coisas distintas. A maneira como é abordada a insalubridade das moradias, enfocando prioritariamente o risco do contágio e pouco o prejuízo à população residente nessas áreas, nos parece mais próximo de uma preocupação com a estética (como aparência) do que parece a primeira vista. Neste sentido, vale destacar a campanha de Augusto de Mattos Pimenta, membro do Rotary Club no Rio de Janeiro⁵⁰, que depois veio influenciar o Plano de Reforma Urbana concebido pelo engenheiro Alfred Agache, que denuncia a favela e a pobreza como um entrave ao embelezamento da cidade:

⁵⁰ Para detalhamento de personagens e intervenções deste período, ver Valladares (2005, p. 36-49).

[...] antes mesmo se sua adoção [do plano de remodelamento do Rio de Janeiro] é mister que se ponha um paradeiro imediato, se levante uma barreira prophylactica contra a infestação avassaladora das lindas montanhas do Rio de Janeiro pelo flagello das “favellas” – *lepra da esthetica*, que surgiu ali no morro, entre a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Avenida do Cais do Porto e foi se derramando por toda a parte, enchendo de sujeira e de miséria preferentemente os bairros mais novos e onde a natureza foi mais pródiga de belleza. (PIMENTA, 1926, p. 7-8, citado por VALLADARES, 2005, p. 41, grifo nosso).

A analogia construída por Mattos Pimenta, apresentando a imagem da favela como “lepra da estética” sintetiza com perfeição o viés “estético” subentendido no discurso higienista contra as favelas (VALLADARES, 2005, p. 42): a lepra, doença dos malditos na idade média, desfigurava e levava à segregação os doentes por ela infectados, sendo considerada uma das piores doenças contagiosa ainda nos anos 1920. Repitamos: “desfigurava e levava à segregação os doentes por ela infectados”. O discurso regulador antifavela, focado na extinção das casas populares insalubres “em prol da saúde pública”, sem uma proposta alternativa para essas famílias, pode ser visto, com clareza, como um discurso de caráter estético, de preocupação com a imagem da cidade⁵¹.

A partir daí, já em meados da década de 1920, o termo *favela* generalizava-se passando a “designar todas as aglomerações de *habitações toscas* que surgiam na cidade, geralmente nos morros, e que eram construídas em terrenos de terceiros e sem aprovação do poder público” (ABREU, 1994, citado por SILVA & BARBOSA, 2005, p. 32, *grifo nosso*). A despeito de um conhecimento mais aproximado das favelas, construía-se um estereótipo das precariedades das habitações e ausência de leis dessas ocupações que se estendia de forma automática à moral de sua população, adotando-se uma postura sociocêntrica ainda presente nas representações atuais sobre as favelas: “mundo infecto, onde os homens se esfaqueiam com a calma e a simplicidade com que nós, *do lado de cá*, nos abraçamos” (Correio da Manhã, 1923, citado por SILVA & BARBOSA, 2005, p. 30, *grifo nosso*). Reforçando as diferenças entre os favelados e os moradores “do lado de cá”, cidade da ordem e da modernidade, e tomando por argumento a aparência precária das ocupações, construía-se a imagem da favela como problema moral. Estava assim constituído o imaginário da favela como problema a ser eliminado.

A primeira proposição sobre “o que fazer da favela” passa, assim, pela sua negação; pela negação do direito dessas famílias habitarem os espaços nobres da cidade. As medidas propostas relacionavam-se à proibição de construção de novos “casebres” e à fiscalização rígida para impedir construções clandestinas construídas fora das leis existentes. As favelas,

⁵¹ Importante destacar que em Belo Horizonte o discurso higienista só foi “necessário” a partir da década de 1930, quando a Prefeitura começa a se preocupar com a ocupação na periferia da cidade. Lembrando que até então não havia interesse por parte do poder público na periferia. Quando isso passa a ser uma questão é que se adota a imagem de “periculosidade” das favelas (GUIMARÃES, 1992, p. 12). E, neste momento, “somente escapam da ação da Prefeitura aquelas localizadas, em geral, nas partes mais altas ou em lugares difíceis de serem urbanizados e que não apresentavam interesse de mercado”.

tidas como espaços de doenças, de ausências de infra-estrutura, de ordem e de lei eram, por fim e principalmente, espaços de ausência de direitos. Qualquer alternativa apresentada neste contexto será percebida como um benefício imensurável aos pobres, que por estarem na “ilegalidade” não possuem direitos, e pela precariedade em que vivem não desenvolvem necessidades ou desejos. Tomada como problema moral e urbanístico⁵², “a distância, física e mental, é marca significativa na construção do imaginário sobre as favelas” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 30) desde o início.

2.1.3. Favela como ameaça política: necessidade de administração e controle

Medidas e políticas concretas para o problema das favelas somente vieram a ser implementadas pelo Estado a partir da Revolução de 1930, no governo de Getúlio Vargas, quando se constrói uma nova relação e representação das classes populares. O regime autoritário de caráter populista se estabelece dentro de uma lógica paternalista que tem os pobres como base de sustentação do governo, alterando-se, pelo menos aparentemente, o enfoque dado às favelas. Mesmo mantido o viés higienista e a percepção da favela como *locus* de pobreza e doença, observam-se avanços no reconhecimento da existência das mesmas e na necessidade de incorporar nas ações do governo intervenções nestas áreas, a despeito da alternativa de simples destruição desses assentamentos, enfocada na “República Velha”.

Apesar da ênfase dada às classes populares e da necessidade de administrar a favela, manteve-se o caráter ordenador do projeto de cidade das classes dominantes, deslocando-se “do plano da ordenação do espaço urbano para voltar-se aos grupos sociais em si e seu espaço cotidiano” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 37). A principal mudança refere-se a uma atuação mais efetiva para relocação desta população, percebida a necessidade de extrapolar as ações de controle e regulamentação das habitações para intervenções de forma mais precisa no controle da população residente nestes locais. De forma mais clara, extrapolando a preocupação com a favela como problema urbanístico (entrave ao embelezamento da cidade), reforça-se a preocupação moral em relação aos seus habitantes.

Silva & Barbosa (2005) destacam o viés civilizatório das ações direcionadas às favelas na Era Vargas, mantendo-se um olhar depreciativo – “seus moradores eram considerados ignorantes

⁵² Na periodização proposta por Valladares (2005) para discussão das representações construídas sobre as favelas ao longo do tempo, a autora denomina este primeiro momento de discussão sobre “o que fazer da favela” como sendo um reconhecimento da favela como problema social e urbanístico. Apesar de termos adotado sua proposta de períodos como guia para nossa discussão, discordamos que já neste momento haja uma representação da favela como um problema social. Conforme vamos argumentar mais a frente, o que se observa é que não há de início um reconhecimento dos problemas sociais que estão relacionados a estas ocupações, referentes principalmente ao déficit de infra-estrutura e de equipamentos públicos. De partida, a favela é tida mais como um problema moral, onde a pobreza é associada a fraquezas morais ou à recusa dos indivíduos em se inserir no mercado de trabalho e se submeter às regras.

sobre um conjunto de noções de higiene e salubridade” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 35).

Licia do Prado Valladares esclarece os interesses que permeiam a mudança do enfoque:

... sob a égide do populismo a perspectiva é outra: a luta contra a favela tinha como primeiro objetivo melhorar a sorte de seus habitantes, com a finalidade de obter o apoio popular indispensável à manutenção do regime. (VALLADARES, 2005, p. 61-62)

Os parques proletários, habitações provisórias construídas “para serem vendidas a pessoas reconhecidamente pobres” no Estado Novo de Vargas, entre 1941 e 1943, explicitam o caráter ordenador e civilizatório das ações de gestão da pobreza. Além da exigência feita aos moradores de assinarem termos de responsabilidade de conduta, o controle social era exercido por um administrador do Parque, responsável por identificar os moradores, controlar o acesso, administrar o condomínio e fazer um discurso diário “para comentar a atualidade e educar politicamente os habitantes” (LEEDS & LEEDS, 1978, p. 195-197, citado por VALLADARES, 2005, p. 63). Burgos (1998) destaca que as ações eram cerceadas por uma *cidadania regulada*⁵³, enfocando apenas aquelas pessoas inseridas formalmente no mercado de trabalho e sendo as melhorias não relacionadas a direitos sociais, mas a uma suposta benfeitoria do governo para as classes populares, numa perspectiva reguladora da vida social:

Em um contexto dominado pela cidadania regulada, o problema favela não podia ser lido pelo ângulo dos direitos sociais. Pré-cidadãos, os habitantes das favelas não são vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória – eis a representação que emoldura a experiência dos parques proletários. (BURGOS, 1998, p. 28).

Mais do que o reconhecimento dos direitos dos favelados, o que se observa é o reconhecimento da necessidade de administrá-los, necessidade esta intrinsecamente relacionada à percepção da favela como um problema moral. Apesar do viés de controle, Silva & Barbosa (2005, p. 39) destacam que a aproximação do Estado com o setor popular inaugura de forma mais visível um movimento embrionário de organização social dos moradores das favelas preocupados com a generalização da alternativa de remoção sumária de sua população. Inaugura-se, dessa forma, “um tipo de contrato que até então não havia entre esses atores”. Mesmo que ainda de forma incipiente, os moradores da favela se inserem como atores políticos a serem considerados pelo Governo:

Despertados pela intervenção do poder público e ante a ameaça de perderem suas casas e suas redes sociais pelo deslocamento forçado, os moradores das favelas começaram a constituir-se em atores políticos. É verdade que a preservação, pela constituição de 1946, da restrição ao voto de analfabetos ainda mantinha fora da competição política a grande maioria de seus moradores, inibindo sua participação até mesmo em engrenagens de tipo clientelista. (BURGO, 1998, p. 29)

⁵³ Burgos (1998) destaca que o termo “Cidadania Regulada”, apresentado por Wanderley G. dos Santos para sintetizar a proposta do governo Vargas que enfocava apenas os trabalhadores inseridos formalmente no mercado de trabalho, traz uma associação entre cidadania e ocupação, “tornando-se pré-cidadãos todos os trabalhadores da área rural, além dos desempregados, subempregados e empregados instáveis, estes últimos característicos da situação ocupacional dos moradores das favelas.” (BURGOS, 1998, p. 52, fazendo referência a Wanderley G. dos Santos).

Dessa forma, organizados minimamente em comissões e se colocando perante as intervenções do Estado, os moradores das favelas passam a configurar-se não apenas como um problema urbanístico e moral, mas também como uma ameaça política.

Nesta linha, em 1955 é criado em Belo Horizonte o *Departamento de Bairros Populares* (DBP), encarregado das favelas do município. Apesar da diretriz de que as remoções só deveriam ocorrer a partir de uma definição de novas moradias para transferir a população desalojada, dentro dos preceitos populistas, esta diretriz se efetivou como exceção da prática, sendo a maior parte das remoções feitas nos moldes antigos. O que parece claro é que a orientação era, ainda, para conter a organização dos moradores das favelas do que exatamente de melhorar a qualidade de habitação destas famílias (GUIMARÃES, 1992, p. 13).

Ainda no governo de Getúlio Vargas, com a preocupação em administrar as favelas e a necessidade de conhecê-las melhor, inicia-se a produção de dados oficiais: “para garantir uma boa administração e um controle eficaz é necessário classificar, medir e quantificar o objeto em questão” (VALLADARES, 2005, p. 55). No início dos anos 1940, foi realizado um “diagnóstico rápido sobre a realidade das favelas”, coordenado pelo médico Vitor Tavares de Moura, a partir do qual se elaborou a proposta dos “Parques Proletários”. O documento reforça a preocupação dos governantes da época de conhecer melhor a realidade dos setores populares para garantir uma gestão mais eficiente, marcando e reforçando o reconhecimento das favelas por parte do Estado como tática de uma estratégia de controle dessa população.

Vitor Tavares de Moura, médico residente no Rio, foi contratado pelo Secretário Geral de Saúde do Município para elaborar um plano para solução das favelas da cidade, destacando-se, pela própria formação do pesquisador e pelo órgão contratante, a persistência do enfoque higienista no trato da questão, legitimando por meio de argumentos relativos à saúde pública, a necessidade de intervenções nestes locais. Apesar de avanços no reconhecimento pelas autoridades das áreas de favelas, evidenciando sua complexidade e diversidade, na interpretação dos dados permeiam-se os preconceitos e estereótipos higienistas relacionados às favelas, como demonstra a introdução do relatório de Moura:

Da minúcia e do critério com que for preenchida a ficha do censo, dependerá em grande parte o êxito da campanha, pois somente com informações reais e pormenorizadas é que se pode escolher o caminho a seguir para a solução de um problema, cuja complexidade não necessita de ressaltar. (MOURA: 1940: 8, citado por VALLADARES, 2005, p. 56).

O conhecimento produzido estava a mercê de garantir o controle das classes populares, extrapolando a preocupação com as precárias condições sanitárias em que viviam essas famílias. “O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios

modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e mental” (VALLADARES, 2005, p. 62). O que se percebe é que dentro de uma perspectiva higienista, os dados produzidos preconizam um padrão civilizatório que desconsidera as especificidades destes locais.

Ao final dos anos 40, inicia-se de forma mais sistemática a produção de dados oficiais específicos sobre esses bairros, possibilitando precisar melhor o universo total de sua população. Em 1948, já com 50 anos de existência da primeira favela reconhecida como tal (Morro da Providência), a Prefeitura do Rio de Janeiro realiza o primeiro recenseamento com este enfoque: “Censo das Favelas – aspectos gerais”. Em Belo Horizonte o primeiro cadastramento foi em 1955, quando foi criado o *Departamento de Bairros Populares*, sendo necessário um levantamento para se conhecer o universo do órgão (GUIMARÃES, 1992).

No entanto, o que se observa é que a interpretação dos dados continua carregada de preconceitos e representações depreciativas, sendo as informações utilizadas mais para legitimar o pensamento vigente do que para permitir o real conhecimento dessas populações e seus padrões de moradia. Apesar disso, Valladares (2005, p. 66) considera positivo o avanço de informações, ressaltando a importância dos dados para possibilitar a produção de novos conhecimentos a partir de novas interpretações, considerando que os dados traduziam informações mais precisas sobre as favelas e seus moradores, diferenciando dos demais bairros da cidade ⁵⁴.

Um importante avanço neste sentido foi alcançado a partir do *Recenseamento Geral de 1950* realizado pelo IBGE, quando as favelas foram inseridas no levantamento da cidade como um todo, permitindo trabalhar informações comparativamente entre as favelas e os demais bairros dos municípios. Esse fato possibilitou o questionamento de diversos preconceitos em relação à população favelada como, por exemplo, a idéia de que são em sua maioria vagabundos e inativos. Conforme descreve Valladares (2005, p. 70-72), que destaca a qualidade do documento produzido a partir dos dados do censo, as análises identificam nas favelas diversas atividades econômicas, comparáveis estatisticamente ao restante da cidade, questionando-se oficialmente os discursos correntes da preguiça e vagabundagem da população favelada⁵⁵.

⁵⁴ Poderíamos questionar a total validade dos dados mesmo para novas análises, se pensarmos que a própria definição de quais dados foram levantados já indica uma posição tendenciosa e um recorte sobre o que se pretende considerar na definição das favelas.

⁵⁵ Mesmo reconhecendo a importância do Censo, vale uma crítica a este levantamento. Acreditamos que a definição de uma categoria específica para favela vem consolidar e oficializar o estereótipo construído a partir de visões preconceituosas e do desconhecimento mais aprofundado dessas áreas, entendendo-se que a própria comparação dual entre as habitações populares e os demais bairros da cidade reforça de alguma forma um preconceito generalista em relação às favelas. Se pensarmos nas especificidades das ocupações, tanto entre os diversos bairros da cidade, incluindo os bairros periféricos onde também se

Com o Recenseamento Geral de 1950, o termo favela passa progressivamente a ser generalizado a partir do Rio de Janeiro para todo o território nacional, em substituição de denominações específicas como, por exemplo, os mocambos no Recife. E dessa forma generaliza-se também o preconceito e as representações associadas ao termo ⁵⁶.

2.1.4. A comunidade Favela: aproximações da igreja católica

O processo de significação simbólica, engendrado por diversos setores da sociedade, acabam por consolidar o entendimento sobre as favelas que pouco tem haver com o conhecimento mais aprofundado destes locais. Como contraponto, é importante contextualizar a atuação da igreja católica nas favelas, a partir da qual se constroem outras referências sobre essas populações. Apesar de ser influenciada pelas representações dominantes na sociedade, a vivência da igreja junto aos moradores das favelas traz informações que extrapolam os dados estatísticos oficiais do recenseamento e, de alguma forma, incorporam o entendimento das favelas enquanto comunidades, não se limitando aos aspectos relacionados à pobreza e à precariedade habitacional.

A igreja católica já se mostrava presente nas favelas do Rio de Janeiro desde 1946, com a criação da Fundação Leão XIII, primeira instituição implantada com o objetivo de intervir diretamente nestas áreas, a partir de uma parceria entre a prefeitura e a Arquidiocese do Rio de Janeiro. O enfoque dessa instituição, “uma alternativa à pedagogia populista estado-novista” (BURGOS, 1998, p. 29) ⁵⁷, era o combate ao comunismo nas favelas, a partir de uma assistência material e moral aos habitantes, visando o controle dessas populações.

A principal ênfase da Fundação eram questões associadas à educação e saúde, na perspectiva de “civilizar”, ensinar noções de higiene e controlar seus habitantes. Mesmo mantendo-se o caráter depreciativo quanto às favelas e seus moradores, e sob o viés do controle social, observa-se uma inversão na perspectiva de atuação nestas áreas: “abandona [-se] a atitude

concentram situações de precariedade e pobreza, quanto entre as tantas favelas, seria no mínimo estranho pensarmos que a comparação entre duas categorias nos trouxesse informações precisas sobre a diversidade da cidade. A definição de uma categoria específica não deveria ser feita, se fosse o caso, a partir dos dados que de alguma forma demonstrassem as especificidades das favelas em relação aos demais bairros da cidade?

⁵⁶ Interessante destacar, neste ponto, a adoção em Belo Horizonte do termo “vilas e favelas” para denominar as favelas do município. A origem do termo são as vilas operárias que eram “toleradas” pelo Estado nas áreas suburbanas e rurais como alternativas à população expulsa da área urbana, incluindo terrenos públicos na periferia, “ocupados sem autorização e sem proibição da Prefeitura” (GUIMARÃES, 1991, p. 193). A partir do decreto municipal nº 165, que especificava um padrão diferenciado para a construção de vilas, para “resolver” a questão habitacional, o Prefeito aforou terrenos municipais e áreas indivisas nos moldes das vilas operárias para relocar esta população, a partir da denominação como “vilas” de subdivisões que não eram de interesse do mercado. “Ao contrário do que se poderia supor, e muitas vezes escamoteadas sob a denominação de Vilas, formaram-se favelas que, durante muitos anos, fizeram parte do cenário da cidade. (...) Criadas em torno da cidade, as vilas eram, de fato, vilas-favelas, onde continuavam faltando infra-estrutura e acesso” (GUIMARÃES, 1991, p. 230).

⁵⁷ De acordo com Burgos (1998) a Fundação Leão XIII foi criada em reação, pelos setores conservadores da sociedade, à iminente organização popular nas favelas em comissões para negociação contra a generalização dos parques proletários.

repressiva e a condenação moral para pregar a educação social e a integração.” (VALLADARES, 2005, p. 76) ou, nas palavras de Burgos (1998, p. 29): “no lugar da idéia de Estado-nação e do apelo a lideranças carismáticas, a igreja oferece a cristianização das massas; no lugar da coerção, oferece a persuasão”. Contraditoriamente, a tentativa de dominação dessa população passava pelo reconhecimento de sua existência e da necessidade de integrá-la ao restante da cidade, mesmo que sob a forma de controle.

Com ênfase divergente da Fundação Leão XIII, em 1955 a Igreja de esquerda do Rio de Janeiro, tendo a frente Dom Helder Câmara, cria a *Cruzada São Sebastião*, cujo objetivo centrava-se na garantia aos favelados de moradias salubres, em condições de conforto e segurança. As ações incluíam a construção de novas moradias e a implantação de infraestrutura nas favelas, contrariando a alternativa de expulsão da população.

Diferente da ala de direita da Igreja, representada pela Fundação Leão XIII, que tinha por perspectiva o controle e a tutela dos pobres a partir de ações de caridade, a Cruzada se voltava para o fortalecimento da comunidade local na luta por seus direitos junto às instâncias de administração pública. Um de seus principais objetivos era intermediar as negociações entre a administração pública e a população favela, em defesa dos interesses dos últimos. (VALLADARES, 2005, p. 77)⁵⁸.

As propostas de Dom Helder eram guiadas pelo princípio do desenvolvimento comunitário, onde a participação dos beneficiados era considerada essencial para se garantir a efetividade das ações. E está é a “grande virada” na percepção e representação das favelas introduzida a partir da atuação da igreja católica, com o “reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo” (VALLADARES, 2005, p. 78).

Mesmo que ainda de forma incipiente, não expressa de forma clara perante a sociedade, a construção interna às favelas de uma noção de comunidade trazia mudanças: um horizonte de direitos e uma interlocução mais próxima ao Estado. Dentro de uma perspectiva de “empoderamento” dos sujeitos, a proposta de Dom Helder pretendia desenvolver na própria comunidade a capacidade de negociação junto ao Estado, sendo a intermediação da igreja via

⁵⁸ Burgos (1998), diferente de Valladares (2005), associa a criação da Cruzada São Sebastião a uma reação da Igreja à crescente politização do problema favela, constituindo-se, na verdade, como uma tentativa de “articular o controle político a uma pauta mínima de direitos sociais referente a problemas de infra-estrutura” (BURGOS, 1998, p. 31). Apesar de considerar pertinente esta colocação, vamos enfatizar na discussão sobre a produção de dados oficiais sobre as favelas, as construções das representações engendradas pelas ações da Cruzada do que especificamente sua real intenção. Argumenta-se

Cruzada de São Sebastião apenas um primeiro passo para fazer emergir uma representação própria dos habitantes. De simples objeto de ações públicas, as favelas ensaiam a possibilidade de se constituírem como sujeitos de ação e trazem para si a possibilidade de lutar pelas melhorias desejadas.

As favelas deveriam ter direito a uma representação política, deixando de ser um simples espaço de intervenções administrativas (posição defendida pelos adeptos de sua eliminação) para se transformar em comunidade de base, nas quais a família seria a base fundamental, e a vizinhança uma garantia de coesão social. (VALLADARES, 2005, p. 85).

A partir da aproximação da realidade cotidiana das favelas, engendradas pela Igreja em suas ações missionárias, reforça-se a necessidade de se conhecer melhor seu modo de vida, para se intervir de forma mais efetiva. Indo além dos levantamentos censitários, com análises centradas em dados estatísticos, a vivência e ação junto à população da favela possibilita a aproximação da realidade de vida das famílias, contribuindo para a desconstrução da representação depreciativa e simplista que as caracterizava apenas a partir de suas deficiências. Uma nova fonte de informações sobre as favelas vem engrossar a discussão sobre as especificidades e caracterização destas áreas e suas populações: a observação direta a partir de trabalhos de campo como metodologia de conhecimento de comunidades. Inaugura-se a construção social da favela.

É neste contexto que em 1960 é publicado um importante estudo sobre as favelas cariocas, intitulado “Aspectos humanos da favela Carioca”, resultado de pesquisa realizada pela equipe da *Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais* (SAGMACS)⁵⁹. Considerado a primeira grande investida de trabalho de campo nas favelas do Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000), esse relatório teve significativa importância por seu impacto político e alcance midiático: o relatório foi publicado e financiado pelo jornal mais importante a época, *O Estado de São Paulo*, e foi reeditado no mesmo ano pelo diário carioca *A tribuna da Imprensa*. “Publicado no suplemento de um jornal de grande circulação, o relatório da SAGMACS teve uma repercussão imediata sobre a opinião pública e os debates políticos sobre as favelas nos anos 1960” (VALLADARES, 2000, p. 101).

que mesmo que haja uma intencionalidade do controle dos moradores das favelas, a atuação da Igreja nas favelas passava pelo reconhecimento de um sentido de comunidade presente nestes locais.

⁵⁹ Acoplada ao Movimento de Economia e Humanismo, introduzido no Brasil por Padre Lebrecht, a SAGMACS foi criada em São Paulo em 1947 e formava equipes técnicas capazes de assessorar, com pesquisas e planos, a ação de agentes públicos, privados ou comunitários voltados para o desenvolvimento, sempre sob os princípios e métodos elaborados dentro da doutrina da Economia Humana.

O principal inspirador do documento foi o Padre Louis-Joseph Lebret, que lhe conferiu em grande parte a orientação metodológica⁶⁰. A abordagem de Lebret, introdutor no Brasil do movimento “Economia e Humanismo”, propunha uma alternativa humanista e solidária para solucionar os problemas sociais, destacando-se o engajamento político e a importância atribuída ao trabalho de campo. Na perspectiva de pesquisas orientadas para a ação social, os métodos empíricos são percebidos como principal forma de acesso à realidade, recorrendo-se à observação combinada com dados secundários para apreensão dos processos sociais. Tratava-se, dessa forma, de um trabalho aprofundado, capaz de fornecer dados novos e concretos, além de importantes inovações metodológicas.

Valladares (2005, p. 101-102) enfatiza a inserção da questão das favelas de forma mais ampla no processo de urbanização da cidade. As análises relacionadas ao perfil sociodemográfico da população local, à vida cotidiana na favela, a vizinhança e a vida religiosa, destacaram, de forma inovadora, as favelas como realidades heterogêneas, considerando-se inclusive as diferenciações sociais e espaciais no interior das mesmas. Assim como as ações da igreja católica de esquerda, o relatório da SAGMACS reforça a emergência de uma nova representação sobre as favelas, incorporando de forma mais concreta o entendimento das questões sociais. Desmistificando-se o estigma da especificidade da pobreza destas áreas associada a uma precariedade de moral e de caráter de seus habitantes, os novos dados e análises trazidas pelos relatórios da Igreja e pela pesquisa da SAGMACS reforçam a dimensão política relacionada à situação de exclusão e pobreza das favelas. Ao incorporar questões sobre a comunidade e o cotidiano de seus moradores, delinea-se o reconhecimento, mesmo que ainda de forma muito precária e distorcida se pensarmos nos entendimentos do senso comum, da favela dentro do processo histórico de desenvolvimento da cidade, e não como um mundo a parte construído pela delinquência e falta de higiene de seus moradores.

A valorização das diferenças sociais internas existentes nas favelas, presente nas análises da SAGMACS denuncia uma diversidade que está diretamente relacionada às hierarquias de poder no intrincado e complexo sistema social da favela (VALLADARES, 2005, p. 116). Com a valorização da multiplicidade da realidade social, desconstrói-se a representação das favelas como comunidades, representação até então partilhada pela Igreja e pela administração municipal. E, dessa forma, se com a Cruzada de São Sebastião têm-se o reconhecimento dos moradores das favelas como comunidades, rompendo com uma visão degradante de sua

⁶⁰ Padre Lebret assumiu a responsabilidade científica do trabalho e o sociólogo José Arthur Rios a coordenação técnica, assim como o sociólogo Carlos Alberto de Medina.

população, com o aprofundamento dos estudos e análise têm-se rapidamente a desconstrução dessa representação: também as favelas, como toda a cidade, caracterizam-se por uma complexa rede de diversos tipos de relações de poder; também as associações representam interesses de um grupo específico, não necessariamente se configurando como fiel representante da localidade.

2.1.5. Erradicação do problema Favela: retrocessos da política remocionista

Com o Golpe Militar de 1964, no auge das discussões e questionamentos trazidos pelas pesquisas da SAGMACS, inaugura-se um novo e longo período de uma política pública voltada para a remoção das favelas e transferências dos seus moradores para conjuntos habitacionais construídos pelo Estado. Instituiu-se mais uma vez a operação antifavela à qual se subentende a percepção destas áreas como problema e espaços de marginalidade. A repressão desencadeada no país a partir do golpe, reforçou as políticas autoritárias e excludentes, ancoradas no apoio das classes dominantes. Radicalizaram-se as ações que enfocavam a definitiva expulsão das classes populares das áreas nobres das cidades, “resgatando o velho desejo manifesto pelos setores sociais dominantes no início do século” (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 46).

Financiada pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), as políticas de remoção em âmbito federal foram a ênfase principal do regime militar, caracterizando-se como a maior intervenção pública contra as favelas no país. Essa operação, chancelada por recursos do governo federal, escancarou que a perspectiva de expulsão da pobreza não era uma questão localizada e isolada na capital.

Essa visão da favela como problema, correspondia perfeitamente às medidas de planejamento urbano tomadas pelo regime autoritário brasileiro, que seguia uma tendência de destruição dos bairros ilegais, também verificada em outros países da América Latina. A lógica que inspirava tal raciocínio atribuía ao meio a responsabilidade pelos males econômicos e sociais, percebendo o “problema” da favela exclusivamente da perspectiva habitacional. (VALLADARES, 2005, p. 130).

Em Belo Horizonte, no caminho da política remocionista federal, é criada a *Coordenação de Habitação de Interesse Social* (CHISBEL), oficialmente responsável por promover a remoção das vilas e favelas do município. Diferente da orientação do *Departamento de Bairros Populares*, que pelo menos em tese considerava a questão da construção de novas habitações, esse órgão enfatizava a indenização em dinheiro. Sendo este recurso insuficiente para aquisição de outra habitação, a estratégia acarretou processo de reocupação e favelamento de outras áreas da cidade e adensamento das existentes. De acordo com Berenice Martins Guimarães (1992, p. 14), que detalha este processo, durante os doze anos de atuação da

CHISBEL (1971/1983) houve “um processo de desfavelamento sem precedentes”, com remoção estimada de 44 mil pessoas.

A despeito do conhecimento produzido até então, principalmente as análises relacionadas ao perfil sociodemográfico e à vida cotidiana na favela, retoma-se a visão redutora e preconceituosa nos termos da década de 1940, que generaliza as favelas como espaços de propagação de pobreza e ignorância. As políticas de remoção do período militar se apresentam como um retrocesso no reconhecimento das favelas como atores políticos a serem incorporados nas discussões sobre as intervenções do poder público nestas áreas.

Ainda durante o regime militar, conflitante com a política antifavelas característica das remoções em massa, durante o governo de Negrão de Lima no Rio de Janeiro foi criada a *Companhia de Desenvolvimento de Comunidade - CODESCO*, um órgão público que tinha por objetivo promover a urbanização das favelas, garantindo sua permanência e melhorando o acesso à infra-estrutura e serviços urbanos.

A criação da CODESCO representava a concretização da primeira experiência de urbanização para as favelas, já apontada como solução por vozes dissonantes desde as ações da Igreja Católica nestas áreas. Mesmo que ainda de forma isolada e com curta duração (1968-1971), a urbanização da favela Brás de Pina promovida neste período, tornou-se uma experiência pioneira de intervenção em favelas que incorporava a participação dos moradores na definição das propostas.

Também em Belo Horizonte, no final dos anos militares, já na década de 1970, se observa uma orientação diferente em relação às favelas. Em função de pressões de movimentos de moradores de favelas, entre eles da União dos Trabalhadores de Periferia e como reação ao desabamento de muitas edificações em função de enchentes na cidade, a favela é incorporada como uma questão a ser tratada não apenas pelo Município, mas também pelo Estado (GUIMARÃES, 1992, p. 14).

Com o *Programa de Desenvolvimento de comunidades (PRODECOM)*, a *Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MG)* cria uma ação de urbanização de favelas que inclui um planejamento participativo implementado com as associações comunitárias. O destaque para esta política, além da iminência de um viés participativo, é a permanência das famílias no local, com investimentos em melhorias.

O PRODECOM representou um marco na política de favelas, quando pela primeira vez se desenvolveu um programa de urbanização da área com a participação da população local não só na fase de planejamento para escolha do que iria ser feito mas, também, na realização das obras (GUIMARÃES, 1992, p. 15).

Mesmo que ainda de forma incipiente manifesta-se uma mudança de perspectiva de certos atores das políticas públicas que, valorizando o saber popular, desconstruíam a visão da favela como problema para apontá-la como solução (JOHN TURNER, 1969, citado por VALLADARES, 2005, p. 133).

2.1.6. Práticas de urbanização: conhecendo e reconhecendo as Favelas

A implantação de cursos de pós-graduação em diversas universidades brasileiras, a partir dos anos 1970, ocasiona significativo aumento no volume de pesquisas relacionadas ao tema “favela”. Além do acréscimo quantitativo observa-se também ampliação dos tipos de abordagens metodológicas e ênfase dos trabalhos: do foco exclusivo das favelas, vinculado na maior parte das vezes às ações do poder público nestas áreas, a discussão extrapola para outras reflexões relacionadas ao tema, como habitação, pobreza e marginalidade. Atenção crescente é dada à questão da pobreza por intelectuais latino-americanos e brasileiros, tanto pelas conseqüências de um acelerado processo de metropolização, quanto pelo reconhecimento da pobreza como um dos principais componentes da questão social.

..... a favela tornou-se objeto de interesse para pesquisadores de disciplinas muito numerosas e diferentes. Mas, ao mesmo tempo, tal ampliação nos leva a pensar que o interesse pelas favelas como forma social urbana ficou diluído, e que pouco a pouco essa mesma favela se tornou um cenário para estudar os temas mais diversos: violência, habitação, associativismo, educação, comportamento político, esporte, religião, etc. Em outros termos, a favela é o lugar das pesquisas, mas nem tanto o seu objeto. (VALLADARES, 2005, p. 145).

A discussão mais sistematizada sobre a pobreza inicia-se, a partir da intensificação do processo de urbanização na América Latina que, centrado na formação de grandes concentrações urbanas, explicita de forma alarmante as situações de pobreza de uma parte considerável da população. Uma vasta literatura foi produzida sobre a América Latina abordando a questão da marginalidade social, relacionando as deficiências das dinâmicas de desenvolvimento econômico à marginalização de uma parcela da população que não era absorvida nos empregos gerados, ficando à margem da nova sociedade urbana industrial. A Teoria da Marginalidade reforça a idéia de uma “massa marginal” não inserida no processo de urbanização, que embasa uma visão dicotômica da cidade marcada pela oposição cidade *versus* favela.

No entanto, a partir da discussão da Teoria da Marginalidade aplicada aos casos brasileiros, principalmente aos estudos sobre as favelas já desenvolvidos até então, são apresentadas diversas críticas e desconstruções de seus preceitos. Como já explicitado de alguma forma no relatório da SAGMACS e nos dados do recenseamento de 1950, para muitos pesquisadores que trabalhavam com as favelas, sua população estava fortemente integrada à vida urbana através da inserção no mercado de trabalho, em temáticas políticas e até mesmo no mercado da cultura do carnaval. Iniciava-se um debate de desconstrução da idéia de marginalização das favelas.

As diversas críticas, também nos meios internacionais, à idéia de marginalidade dos bairros pobres e de suas populações, a pressão dos moradores das favelas e de suas organizações que sempre foram contra as remoções, e a ineficiência das políticas remocionistas para solucionar a questão habitacional levaram, progressivamente, a uma inovadora política pública de intervenções, que contemplava o direito de permanência desta população no local de origem. E, aos poucos, as reflexões iniciadas pela aproximação da Igreja Católica da realidade destas áreas, colocam em xeque as remoções em massa como solução para pobreza, assim como a idéia da favela como problema que embasava essas ações.

Estudos ainda na segunda metade da década de 1960 apontam para o papel das áreas pobres na urbanização e desenvolvimento econômico das cidades, a partir da consideração da iniciativa popular de autoconstrução como uma solução dos pobres para a questão habitacional. Valladares (2005, p. 131) destaca os trabalhos de Willian Mangin (1967) e John Turner (1969) que insistiram em suas pesquisas que “esses bairros [marginais] constituíam uma resposta popular eficaz para a questão do déficit de moradias nas grandes metrópoles em fase de urbanização acelerada” (VALLADARES, 2005, p. 132). Esses autores valorizavam a experiência das favelas como investimentos realizados pelos moradores em suas habitação, além de negócios que ali se estabeleciam que não podiam ser desconsiderados nas ações do poder público. Também essas reflexões vêm cooperar com a tentativa de uma alternativa às remoções para solução da precariedade habitacional das favelas.

Dessa forma, ganha força no pensamento erudito e entre os planejadores e técnicos dos órgãos públicos, o processo de valorização das favelas e da participação popular. Com tudo isso, “a visão da favela como solução participativa tornou-se, progressivamente, um referencial comum aos atores das políticas públicas.” (VALLADARES, 2005, p. 136), invertendo a representação das favelas como problema para a percepção das favelas como solução.

Em continuidade ao processo de valorização das favelas, iniciado já na década de 1960 com as ações da Igreja Católica, as pesquisas universitárias vêm engrossar o coro, enfatizando a importância de se estudar as favelas como realidades específicas do mundo urbano brasileiro (VALLADARES, 2005, p. 120). Os conhecimentos científicos servem para embasar ou justificar as ações do poder público nas favelas, alterando de forma significativa a visão destas aglomerações e principalmente as formas de atuação do Estado. Como observa Valladares (VALLADARES, 2005, p. 141-142), neste momento o campo intelectual e o campo político apresentam interações e imbricações significativas, visto que grande parte dos pesquisadores participou ativamente de partidos, sindicatos e ONGS, além de, em alguns casos, assumirem posições de comando em cargos públicos.

A ênfase dos estudos e pesquisas nas décadas de 1970 e 1980 centrou-se, principalmente, na perspectiva dos movimentos sociais urbanos e no reconhecimento da capacidade do “povo” de intervir ativamente nos processos políticos. Progressivamente, as pesquisas apontam para a discussão sobre a participação popular, tema que passa a ser central a partir da década de 1980, tanto nas pesquisas universitárias quanto em militâncias políticas.

A partir do final da década de 1970, a ascensão do movimento social e da luta pela redemocratização e a preocupação de instituições internacionais contribuíram para a revisão das políticas públicas de intervenção em favelas, tendendo para propostas de urbanização e fixação de sua população. Na década de 1980, se fortalece em âmbito nacional o Movimento pela Reforma Urbana, com a discussão sobre a prevalência da função social da propriedade e a gestão democrática da cidade. Costa (1988) delimita a importância desta discussão a partir da ampliação do conceito de moradia:

A reforma urbana visa garantir aos cidadãos, de forma mais igualitária, o acesso à cidade, determinado principalmente pelo direito à moradia digna, em seu sentido amplo. Isto quer dizer não só a casa em si, como também saneamento básico, transporte e equipamentos coletivos em geral. (COSTA, 1998, p. 889).

A trajetória de redemocratização do país culmina, em 1988, na promulgação da Constituição Brasileira, quando se reconhece oficialmente, em âmbito nacional, as favelas e o uso urbano, apontando para avanços importantes na incorporação destes conceitos em ações e modelos de intervenção. Envolvendo diversos setores da sociedade civil organizada, “as estratégias políticas dos setores progressistas privilegiam o confronto com o aparato estatal e o processo evolui no sentido da revalorização e da redefinição da esfera política, incorporando novos sujeitos.” (BEDÊ, 2005, p. 51).

Com a visão da favela como solução participativa, envolvendo a defesa quanto às vantagens locacionais e de relações sociais e a argumentação quanto à capacidade de participação e ação coletiva dos favelados, as propostas de urbanização tornam-se progressivamente referencial comum para as intervenções públicas (VALLADARES, 2005, p. 136). É o início do esforço para se integrar as favelas aos bairros, indicando a possibilidade de reconhecer essas áreas marginalizadas como parte da cidade.

Além da discussão e embasamento conceitual, observam-se avanços importantes em ações e modelos de intervenção e planejamento. Em Belo Horizonte, com a criação em 1983 do *Programa Municipal de Regularização de Favelas – PRÓ-FAVELA*, são desenvolvidos os primeiros estudos sobre a possibilidade de reconhecimento dos assentamentos ilegais como parte da cidade formal (incluindo-os na legislação), e analisados mecanismos de regularização fundiária que viabilizassem a titulação destas propriedades. As favelas localizadas em terrenos públicos e passíveis de urbanização em Belo Horizonte foram decretadas Setor Especial 4 (SE-4), com a elaboração de uma legislação especial para estas áreas que visava possibilitar a urbanização e permanência da população no local (GUIMARÃES, 1992, p. 15). A adoção de critérios específicos e mais flexíveis para estas zonas reflete o reconhecimento oficial de áreas que não correspondem ao padrão formal de urbanização, “significando o reconhecimento oficial e inequívoco dos direitos legais de propriedade dos favelados” (FERNANDES, 1988).

A partir disto, se está a um passo do reconhecimento institucional do direito à participação de representantes populares na formulação e acompanhamento das políticas urbanas, contrapondo a concepção de intervenções de caráter estritamente técnico. Nesta linha se inserem as diversas experiências de urbanização de favelas em implementação no Brasil, entre estas a do “Programa Vila Viva” em Belo Horizonte. É o início da reconstrução da relação do Estado com as favelas, de um processo que passa gradualmente do conceito de expulsão para a transferência e por fim para a permanência das favelas (urbanização e legalização). Do despejo ao reconhecimento do direito de posse desta população, o que se discute é um novo paradigma conceitual para o direito à cidade no Brasil.

2.2. Realidades flexíveis da produção do espaço: reconstruindo o espaço-favela

Mas, enfim, o que é a favela? Se retomarmos as diversas significações adotadas ao longo da “história da representação da favela”, que orientaram as ações do Estado e as noções do senso comum, podemos destacar alguns estereótipos que são recorrentes. Como provocação, achamos interessante listar algumas das características depreciativas, principalmente em relação às aspectos urbanísticos, da legalidade e questões morais de sua população. Insinuamos que, mesmo que não explicitamente, muitas destas estão ainda presentes no pensamento do senso comum e algumas ainda permeiam as decisões de investimento público em relação às favelas. Às vezes contraditórios entre si, mais ou menos frequentes, ao descontextualizá-los historicamente estas representações nos parecem ainda familiares. Permitamos uma abstração histórica e um desvencilhamento de uma postura politicamente correta, para percebermos a permanência insistente de um referencial em relação às favelas. Vejamos algumas características “selecionadas” no histórico que desenvolvemos anteriormente sobre as representações em relação às favelas:

1. Aspectos urbanísticos: a) Processo de crescimento urbano desordenado; b) habitações precárias e insalubres, acesso difícil, ausências de infra-estrutura; c) oposição à racionalidade técnica; d) Contracorrente à ordem urbana e social estabelecida (“favela *versus* cidade”); e) Mundo à parte ou “massa marginal” não inserida no processo de urbanização; f) Entrave ao embelezamento da cidade.
2. Ilegalidade: a) Ausência do domínio do Estado e das instituições públicas; b) Ilegalidade da propriedade; c) Ausência de ordem e de lei; d) Divergência quanto à regulação do conjunto da cidade (regras de higiene e normas de construção).
3. Questão moral: a) Mal contagioso ou patologia social; b) Território da pobreza; c) Espaço capaz de condicionar o comportamento dos indivíduos, em sua maioria vagabundos e inativos; e) Falta de higiene de seus moradores; f) Moradores ignorantes sobre um conjunto de noções de higiene e salubridade; g) Espaços de marginalidade.

Estranha atualidade de muitas destas características, do imaginário em relação às favelas. Apesar dos avanços no reconhecimento dos direitos de permanência e no aumento significativo dos investimentos públicos na urbanização de favelas, intuímos ser ainda insuficiente a superação de preconceitos e estereótipos. Parece evidente e automático, mesmo que não de forma explícita, associar a favela as suas ausências: sua precariedade de infra-estrutura, ausência de leis, precariedade habitacional, pobreza, precariedade formal. Podemos

mesmo dizer que se mantém o preconceito em relação às favelas que impede sua percepção para além da situação de desigualdade e pobreza a que estão expostas sua população.

Não pretendemos discorrer longamente sobre todos estes estereótipos e discutir se estão ou não incorporados nas propostas de urbanização. Destacaremos, no entanto, a idéia das favelas como uma “ocupação desordenada”⁶¹, a nosso ver ainda claramente presente nas discussões e ações em relação às favelas, e que será essencial para o desenvolvimento de nosso trabalho empírico⁶². A questão formal, tanto do espaço urbano quanto das habitações das favelas, parece não ter sido ainda adequadamente explorada e, muito menos, superados os preconceitos e rejeições quanto a estes aspectos, associados simplesmente à uma situação de precariedade e pobreza. Permeia também esta noção, a ilegalidade dos assentamentos, principalmente em relação à propriedade da terra.

O que consideramos essencial é que para superarmos a situação de exclusão teremos que inserir a discussão sobre as intervenções nas favelas mais como uma questão de caráter político e cultural, que extrapola garantia de melhorias sociais atreladas à precariedade de infra-estrutura e investimento público nestas áreas. E, a nosso ver, esta abrangência política e cultural só será efetiva a partir do reconhecimento de diferenças legítimas e da superação dos estereótipos e preconceitos relacionada às formas das habitações e do espaço urbano, reconhecendo-se na complexidade de seu espaço possibilidades alternativas de soluções para o lugar-favela.

2.2.1. Reconstruindo processos de exclusão: reconhecimento político da favela

Para os que sempre viveram com direitos limitados para habitar a cidade, a favela foi, sim, uma solução possível. Elas foram construídas como um exercício de cidadania, como afirmação de direitos. (...) Territórios onde os pobres afirmaram a presença na metrópole. (SILVA & BARBOSA, 2005).

O entendimento do que é a “favela” pensada no contexto da sociedade desigual em que se encontra, passa pela definição de como cada parte da sociedade será incluída, de quais são as regras que regulam as decisões e como estas definem perspectivas de emancipação ou exclusão social. As ações políticas têm como suporte um contrato social, formalizado ou não, que define as regras da sociedade: do que está incluído ou não no que se compreende como sociedade. A idéia de partilha, relacionada à *política* remete de forma imediata a algo que se

⁶¹ Esta é a conceituação de favelas constante na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte: “regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda...” (Lei Municipal 7.166/1976, artigo 12).

⁶² O trabalho empírico têm como foco a investigação da adequação ou não das propostas de urbanização em relação às especificidades e formas de morar das favelas, tomando como estudo de caso o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

tem a dividir e a questão aí é o que está considerado neste algo a dividir, o que está incluído e excluído na partilha e como será dividido. Está é a questão central da política, a questão da inclusão / exclusão e da igualdade / desigualdade. “Partilha que rejeita ou interdita tudo o que cai no lado errado da partilha” (SANTOS, 2008, p. 281). A exclusão, neste contexto, pode ser percebida na própria manutenção de estereótipos em relação às favelas, enviesados nas políticas públicas ou, mais explicitamente, no não reconhecimento de uma forma de morar e viver a cidade diferente do convencionalizado como regra ou padrão.

Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso da verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atrai para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime. (...) A exclusão da normalidade é traduzida em regras jurídicas que vincam, elas próprias, a exclusão. Na base da exclusão está uma pertença que se afirma pela não-pertença, um modo específico de dominar a dissidência. Assenta num discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fracturas, grandes rejeições e segregações. Sendo culturais e civilizacionais, tais fracturas têm também conseqüências sociais e econômicas ainda que não definam primordialmente por elas. (SANTOS, 2008, p. 281)

Interdito social que se permite desconsiderar as singularidades das favelas. Normatização que exclui uma alternativa de cidade e da vivência de seus espaços e que perpetuam, mais do que uma situação de desigualdade, uma história de exclusão social. Se de alguma forma se consolidou o reconhecimento do direito de permanência das favelas e a necessidade de investimento público nestas áreas, visando a melhoria da infra-estrutura, o acesso a equipamentos, a regularização fundiária e mais ainda uma inserção sócio-econômica desta população, parece-nos ser ainda necessário avançar no reconhecimento de suas práticas.

Apesar dos avanços quanto ao direito à participação em espaços discursivos, falta ainda o reconhecimento do direito à prática da cidade, participação pela construção do *lugar-favela* a partir de suas vivências cotidianas. Parece-nos que as propostas para as favelas enfocam ainda os aspectos de suas precariedades e pouco valorizam suas possibilidades criativas. A perspectiva é mais de inserção em um modelo pressuposto de cidade, do que um reconhecimento efetivo desta forma de ocupação. Por esta ênfase, as propostas teriam avançado mais no sentido de redução das desigualdades sociais e econômicas do que na redução da exclusão.

Enquanto o sistema da desigualdade assenta paradoxalmente no essencialismo da igualdade, sendo por isso que o contrato do trabalho é um contrato entre partes livres e iguais, o sistema da exclusão assenta no essencialismo da diferença, seja ele a cientificação da normalidade e, portanto, do interdito, ou o determinismo biológico da desigualdade racial ou sexual (SANTOS, 2008, p. 281).

A presença dos pobres na metrópole sempre foi de alguma forma incômoda. Se inicialmente o preconceito estava explícito nos processo de expulsão desta população das áreas nobres da

cidade, pensamos que hoje, com o reconhecimento do direito à cidade e permanência destas famílias, o preconceito pode ter ainda permanecido em relação à forma de habitar este espaço, em como esses moradores se inserem e relacionam com os bairros da cidade. Se está posto como caminho para a política pública a urbanização das favelas, que visa garantir a permanência de seus moradores com qualidade de vida e segurança, acreditamos que a discussão deve avançar no sentido da *forma* desta intervenção e do que é considerado na discussão das alternativas a serem implementadas.

Considerando a proposta de direito à cidade desenvolvida por Lefebvre, relacionada ao direito à prática da cidade, é importante pensar como as práticas e vivências cotidianas estão consideradas nas intervenções para as cidades e mais ainda nas favelas, onde o preconceito e os estereótipos cristalizados escondem uma forma de apropriação diferente, mas legítima e, muitas vezes, mais adequadas às necessidades dessas famílias. O que se discute não é a questão da propriedade ou da ilegalidade desses assentamentos, enfocando, ao contrário disso, as singularidades da forma de morar. Parece-nos que, apesar de considerarmos essencial essa discussão, a ilegalidade da propriedade de terra das favelas tem desviado o cerne da questão e legitimado muitas das ações de investimento como uma benfeitoria inestimável às pessoas que ocuparam ilegalmente uma terra que não lhe era de direito. Ora, se pensarmos o processo de ocupação de terras no Brasil, o sistema de concessão de terras no período colonial pela Sesmaria⁶³, a própria Lei de Terras⁶⁴ ou mesmo, contextualizando Belo Horizonte, o controle pelo poder público na implantação da Capital do acesso aos terrenos e construções privilegiando algumas parcelas da sociedade⁶⁵, podemos questionar esta percepção das favelas como tendo como uma das principais características a ocupação ilegal e irregular do espaço urbano (KOWARICK, 1979; FERNANDES, 2002a).

A ilegalidade não é ação exclusiva dos pobres sem terra. (...) As elites invasoras ampliaram suas propriedades através da possibilidade, contida na lei, de transformar o ilegal em legal. (...), embora nem sempre pela lisura dos processos, mas muitas vezes devido aos diversos recursos extrajudiciais. (...) Por outro lado, dado às condições dos moradores de favela, aqui em foco, por não contarem com os mesmos recursos, o que lhes coube foi a manutenção da ocupação ilegal e a invenção de novas formas de ilegalidade como forma de sobrevivência no ambiente urbano, sendo que este aspecto é recorrentemente ressaltado para estigmatizar os moradores. (GOMES, 2007, p. 573)

⁶³ A “Sesmarias” foi um sistema de concessão de terras no Brasil aos colonos pela Coroa Portuguesa, no período colonial.

⁶⁴ Para discussão da ilegalidade presente no processo de ocupação do solo urbano no Brasil, ver Holston (1993), Gomes (2004, 2007).

⁶⁵ Para maior detalhamento do processo de ocupação das terras da capital, ver Guimarães (1991), onde a autora detalha o histórico de concessão de terras à funcionários públicos, proprietários de Ouro Preto e à uma parcela de antigos moradores de Belo Horizonte. Até mesmo a construção das casas era especificada pelo Governo, variando em seis modelos de acordo com o nível salarial do funcionário. “Na fase de construção da cidade, o poder público era o dono da terra e do capital, o que o levou a agir de modo quase autônomo na construção do espaço, somente levando em conta o interesse das elites políticas e da burocracia pública, voltado que estava para o esforço de transformar Belo Horizonte em uma capital que fosse o centro de integração regional do Estado” (GUIMARÃES, 1991, p. 81).

Extrapolando as características das ocupações de terras no Brasil, gostaríamos de destacar as peculiaridades da formação das favelas que as diferenciam, por exemplo, dos loteamentos clandestinos / irregulares periféricos, também irregulares e, no geral, *lócus* de concentração de pobreza e exclusão. Estes se dão a partir da iniciativa de um loteador que vende lotes irregulares e se beneficia desta situação, otimizando seu lucro e colocando em situação de precariedade toda uma comunidade que se instala no local como possibilidade “acessível” de moradia. Diferente disso, as favelas são conformadas de forma “espontânea”, a partir da multiplicação de diversas invasões e compras de terrenos não ocupados e sem infra-estrutura, estando, em sua maioria, desvinculada, como princípio, de uma tentativa de usurpação das regras e mais próximas da idéia de utilização do solo para suprir a necessidade de habitar a cidade. Não existe uma intenção prévia de conformar uma favela, um aglomerado. Não existe um indivíduo isolado, encabeçando a ação e se beneficiando dela. Não ignoramos situações também presentes de exploração da propriedade em favelas, mas o que argumentamos é que a conformação geral do processo se dá por uma ocupação fragmentária, a partir de necessidades individuais de um coletivo excluído do acesso a terra em áreas bem localizadas da cidade.

Neste sentido, discordamos da percepção apresentada por Gomes (2004, p. 65) enfocando a ilegalidade como forma específica de ocupação do espaço urbano das favelas. Se a ilegalidade está presente, não apenas em formas de ocupação do espaço, mas em relações sociais, com o que concordamos, discordamos da vinculação deste aspecto como central na caracterização da ocupação das favelas.

... existe hoje nas favelas um emaranhado, em um microespaço, de formas diversas de organização – do comércio, do trânsito, das relações interpessoais, de percepção das forças policiais e do associativismo. Enfim, são diversos os entremeios desse universo e o desafio do poder público, de estudiosos, entidades e dos atores sociais dessas áreas constitui-se em reconhecer essas formas de organização para que as favelas se tornem espaço de livre e plural exercício de cidadania, respeitando-se a história que carregam, permeada por inúmeras situações de descaso, desrespeito, violência, segregação socioespacial e socioeconômica.” (GOMES, 2007, p. 576).

Apesar de concordarmos com a perspectiva da autora em relação à necessidade de se reconhecer formas de organização e a história das favelas para superação da situação de exclusão a que estão sujeitas, apontamos um caminho um pouco diferente. Se pretendemos efetivamente avançar na melhoria da qualidade de vida dos habitantes das favelas e no direito dessas famílias à cidade, parece-nos importante extrapolar a ênfase na questão da ilegalidade e nos aprofundarmos no reconhecimento das formas de habitar o seu espaço. Ao contrário, pensar as favelas pelo viés da ilegalidade da ocupação nos induz a pensar a habitação meramente como uma questão de posse e regularização fundiária, desviando a questão do direito à cidade para um direito à propriedade.

O direito à moradia se confunde com o direito de ser proprietário. Este termina imposto ideologicamente como o certo, como se fosse um objetivo do cidadão. A verdade, porém, é que ser dono de um terreno ou de uma casa nem mesmo assegura moradia estável. (...) Ser proprietário é um elemento essencial na ideologia do consumidor. (SANTOS: 2007a, p. 154)

Entendemos que a questão da regularização fundiária e da posse é ainda uma situação controversa, estando associada à questão da segurança do morador e acesso à créditos e financiamentos. Compreendemos que para que isso deixe de ser uma questão central, é necessário uma mudança estrutural na concepção da propriedade privada no país, podendo inclusive caminhar para alternativas para a habitação social como o “aluguel social” das habitações populares. No entanto, o que argumentamos é que, para se compreender as favelas e mais ainda para se efetivar uma intervenção que seja capaz de garantir a qualidade de vida e o direito à cidade para sua população, é necessário extrapolarmos sua caracterização pela situação de precariedade e pobreza ou pela ilegalidade da propriedade para compreendermos suas formas de habitar o espaço e de se inserir na cidade.

Enfim, nosso objetivo, (...) é indicar o poder criativo desses moradores em dar soluções para diversas situações em que o Estado não deu conta de resolver, ficando “petrificado” em suas formas pré-concebidas de legislar. Por essa razão, nossa questão central (...) foi a de indicar que a criatividade também se manifesta nos grupos organizados da favela e que, se o direito oficial e o Estado mantiverem-se petrificados em seus códigos e normas legais formais e não aprenderem com as formas plurais de organização que surgiram na favela, a cidade continuará a ser pensada no plano sociojurídico oficial, em termos de bipartição. (GOMES, 2007, p. 576).

O que insinuamos é que existe ainda uma distância entre as propostas de urbanização e as vivências dos moradores da favela. Insinuamos, também, que esta inadequação pode ter, por consequência, a manutenção da situação de exclusão destas famílias, exatamente pela inadequação das propostas às suas práticas cotidianas. De alguma forma, permanece o distanciamento ou descolamento entre o espaço concebido (nas propostas de intervenção), o espaço praticado (na conformação das favelas) e o espaço vivenciado (na experiência cotidiana de seus moradores). Será necessária a aproximação destas dimensões, ou mais ainda a abertura para um espaço diferencial (Lefebvre: 1993) que incorpore a multiplicidade da vivência do espaço e de relações sociais. Diferente disso seria a imposição de padrões de cidade e formas de morar, sobrepondo-se a experiências tão múltiplas como as das favelas. A discussão será, então, sobre a cultura e a experiência estética das pessoas que habitam e constroem esse espaço peculiar que denominamos *lugar-favela*. Se “hoje, o direito à urbanização parece um direito adquirido e incontestável, (...) a questão não é mais simplesmente social e política: passa também por uma dimensão cultural e estética” (JACQUES, 2001, p. 13). Enfim, a dimensão estética das favelas.

2.2.2. Estética das favelas: a força da desordem e da incompletude do fragmento

As habitações e o espaço urbano das favelas apresentam uma “estética própria, com características peculiares completamente diferentes da estética da dita cidade formal” (JACQUES, 2001, p. 13), sendo essencial compreendermos estas diferenças se nos propomos pensar as intervenções nestes lugares. Considerar os dispositivos espaciais próprios das favelas, construídos a partir de seus hábitos e ações cotidianas é de alguma forma colocar “em xeque” estereótipos que consideram como única alternativa os preceitos racionalistas de habitação e urbanização postos pela cidade formal. Para intervir na favela é preciso compreender as diferenças deste espaço que podem sinalizar alternativas mais adequadas aos modos de morar e aos hábitos das pessoas que a habitam.

Paola Berentein Jacques, em seu livro “Estética da Ginga”, onde analisa a especificidade formal e estética das favelas a partir da obra de Helio Oiticica, nos aponta um caminho interessante para entendermos a experiência espacial e formal das favelas. Trabalhando com três figuras conceituais, o fragmento, o labirinto e o rizoma, a autora analisa a habitação da favela, sua conformação urbana e sua territorialização na cidade, respectivamente.

A noção do fragmento relaciona-se à transitoriedade da forma, o inacabado e contínuo processo de construção e reconstrução: a incompletude fragmentária das favelas. Ordem em construção, provisória, configurando a própria desordem pensada como a incompletude constante de uma totalidade inalcançável.

Ao contrário da razão, da racionalidade, o fragmento é criado no próprio agir, no ato da experiência, da ação ordinária, multiplicadora da instabilidade, estando “a força do fragmento (...) precisamente em suas potencialidades anárquicas que provocam tensões.” (JACQUES, 2001, p. 44). Não há uma previsibilidade da forma, não há o desejo de finalizá-la, não existe mesmo a perspectiva da ordem. O fragmento é o desprendimento ao desejo da totalidade, do controle da forma e da determinação de um fim.

Para captar o raciocínio fragmentário, é necessário renunciar à casualidade, à explicação por causas e efeitos, à cadeia do desenvolvimento conceptual e, sobretudo, a qualquer cronologia. Trata-se de familiarizar-se com as misturas, com os esboços, com as superposições e as diversas formas resultantes de outra concepção temporal. O tempo fragmentário não é linear, poderia ser circular, ou melhor, em espiral, com diferentes níveis desenvolvendo-se mutuamente. Nele, o fim e o começo se misturam, se opõem e se juntam outra vez (JACQUES, 2001, p. 47).

Forma efêmera, inconstante, gerando uma lógica singular renovada pela experiência. Não há planejamento das habitações nas favelas. Não existe uma forma definitiva, pronta, uma

conformação final desejada. A construção é feita passo a passo, em um processo contínuo de realização de expectativas e desejos dentro de possibilidades que se recriam diariamente.

A construção é quase cotidiana: é contínua, sem término previsto, pois sempre haverá melhorias ou ampliações a fazer. A maneira de construir, ao contrário da construção convencional, é implicitamente fragmentária, em função deste contínuo estado de incompletude (JACQUES, 2001, p. 13).

Bereinstein associa a construção das habitações nas favelas a um processo de bricolagem, prática fragmentária, caracterizada mais pelo processo que pelo resultado. É a experiência que se (re)constrói, não a forma, em uma incompletude fragmentária sempre aberta a transformação. O inacabado é a abertura para o novo, a descoberta, a transformação, “fazendo-os persistir por sua incompletude”, uma perspectiva de futuro sempre a se construir.

Sua poesia reside justamente na dimensão aleatória do resultado, sempre inesperado e intermediário. São os acidentes de percurso que constituem a forma da construção, pois, mesmo existindo sempre uma intenção difusa de construir, não existe forma detalhada a ser atingida, uma projeção (JACQUES, 2001, p. 25)

Também fragmentária é a conformação do espaço urbano das favelas, inacabado e a se refazer em caminhos que se conformam no morro. Paola Berenstein (2001) destaca a figura do labirinto relacionado ao conjunto dos “barracos” e ao processo de conformação das favelas. Espaço configurado por um emaranhado de caminhos, percebido de maneira fragmentária na medida em que se realiza o percurso: “experiência do espaço urbano espontâneo, que é muito diferente do espaço desenhado por urbanistas” (JACQUES, 2001, p. 65).

O labirinto caracteriza-se também por sua incompletude, por seu traçado sinuoso, entrelaçado e sem fim. Obscuro labirinto, enredado nos percursos da favela que se conforma com o caminhar de seus habitantes, na rotina diária de sair para trabalhar na cidade e caminhar em direção à favela para habitar. Labirinto refeito “seguindo o movimento dos corpos”, não havendo um mapa definitivo a ser traçado.

Não existe um autor do labirinto da favela, processo espacial inacabado e aberto, feito por um “coletivo anônimo” que a constrói pela necessidade de acessar o fragmento de sua moradia. Assim como o processo de bricolagem da habitação, o espaço urbano da favela se constrói pelo próprio caminhar, pela experiência de percorrê-los e ocupá-los para a convivência e lazer.

A experiência espacial pessoal e coletiva é primordial para constituir um labirinto e (...) é impossível ter-se qualquer previsão (projeto) dessa experiência sensorial e subjetiva do espaço. (JACQUES, 2001, p. 97).

Para os moradores, percorrer a favela é também reconstruí-la, em um refazer-se de becos e vielas que acompanham o crescimento e surgimento de novas moradias. Processo rizomático (JACQUES, 2001) de ocupação da favela, quando a própria invasão de espaços vazios configura a territorialização. “As favelas se desenvolvem como o mato que cresce naturalmente nos terrenos baldios da cidade, os barracos, como as ervas, aparecem discretamente pelas bordas e acabam ocupando todo o espaço livre rapidamente”. *Lugar-favela* que transborda nos bairros, tanto fisicamente quanto pelas relações que constituem com o restante da cidade, em um permanente processo de conquista.

Não existe simetria no rizoma, sendo suas conexões e expansões constituídas de forma aleatória. “As conexões se fazem por acaso, na desordem” (JACQUES, 2001, p. 132), multiplicando-se em diversas direções, imprevisíveis. O movimento é o que importa no processo rizomático: “o brotar é o transbordamento” (JACQUES, 2001, p. 137). A favela cresce onde não se espera, criando insistentemente novos formatos, infiltrando na cidade e surpreendendo seus moradores. “A diferença, portanto, entre os territórios urbanos das cidades convencionais e as ocupações “selvagens” é o caráter móvel das linhas de fuga, a desterritorialização” (JACQUES, 2001, p. 142).

A idéia do rizoma como “mato que cresce naturalmente” associa-se à noção de imprevisibilidade e instabilidade da ocupação das favelas. Não existe um modelo ou referência para a apropriação dos espaços pela favela, não importando a forma, mas “o próprio movimento, o germinar, o crescimento, o ímpeto” (JACQUES, 2001, p. 108). Em oposição à racionalidade de uma cidade planejada (“cidade árvore”), imagem da ordem, ou mesmo à cidade não planejada (“cidade arbusto”) associada a uma maior complexidade da ordem, a favela é rizomática, sem projeto, imprevisível e inconstante.

As favelas são ainda mais complexas que as cidades ditas naturais (...) uma vez que as favelas estão em constante formação, nunca terminam seu desenvolvimento, não cessam de crescer e, sobretudo, não são tão fixas como as cidades ditas formais, artificiais [cidades modernas] ou naturais [vernáculos], planejadas ou não (JACQUES, 2001, p. 107).

A estética da favela é assim estabelecida pelos moradores, por suas práticas cotidianas de construção das casas, dos becos, das ligações com os bairros da cidade. Mais do que a forma final é o processo que interessa, visto que a favela é o próprio processo de construir-se, não estando nunca acabada. De forma mais dilacerante que qualquer outra área da cidade (que também se transforma continuamente), da soma destas ações, da prática de construção de lares, se institui de forma fragmentária, ponto a ponto, o *lugar-favela*, não por uma racionalidade técnica, mas pelas práticas diárias de seus moradores.

Espaços fragmentados, labirínticos e rizomáticos que se constroem pelo movimento; experiências em constante transformação pelos próprios autores que o constroem. Espaço-movimento que “impõe a noção de ação, ou melhor, de participação dos usuários” (JACQUES, 2001, p. 149), no caso das favelas eles próprios também os construtores. E mais do que isso, a idéia da prática cotidiana que reconstrói este espaço, vinculados aos hábitos e necessidades de seus moradores.

O espaço-movimento não está ligado a projetos, mas ao dia-a-dia do urbano. O cotidiano pode ser a base de intensificação tanto da participação quanto da alienação da sociedade, e a construção do urbano tem responsabilidade determinante nesta escolha (JACQUES, 2001, p. 152).

A favela é fruto da ação, manifestação prática de necessidades e possibilidades. Necessidade de habitar a cidade. Possibilidade de habitá-la somente sorrateiramente em suas áreas vazias. Está intrinsecamente relacionada ao sujeito que a constrói, diferente da cidade planejada por outro, pelo externo a ele, configurando outra maneira de construir o espaço, da ordem da experiência sensível e baseada na capacidade de adaptação e criatividade. O que importa é o próprio movimento, a força da desordem e da abertura do fragmento.

O dispositivo espaço-temporal diferenciado das favelas nos remete à expectativa de Milton Santos (1996) quanto à riqueza da experiência espacial dos pobres na cidade. Considerando a práxis socioespacial das classes populares, com grande capacidade de adaptação, instáveis, plásticas, o autor as percebe como uma ação inventiva e libertadora, intrincada no cotidiano e em sua materialidade. “Homens lentos” que vivenciam e esquadriham o espaço, em permanente e insistente movimento de transformação.

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do mundo. [...] Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. [...] Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações.

É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. Desse modo, acusados por uma literatura sociológica repetitiva, de orientação ao presente e de incapacidade de prospectiva, são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro. (SANTOS, 1996, p. 325)

Diferentes dos sistemas de gestos sem surpresa, da rotina mecanizada de um mundo veloz, da informação e da homogeneidade, as favelas se constroem pela sensação do processo, do espaço percorrido, da experiência sensível. Favela adaptável, alerta, do tempo percebido e vivenciado, tempo da diferença e da instabilidade. Milton Santos destaca que na cultura ordinária a ordem é exercida por uma arte, ou seja, ao mesmo tempo exercida e burlada na

construção e no uso do espaço urbano. E o cotidiano, mais que uma automação de ações é o lugar do encontro, da transformação e da descoberta pela prática de vivência e convivência entre diferentes.

Há um cotidiano que se adapta à lógica hegemônica dos propósitos do Estado e das grandes firmas. Mas este é o cotidiano cego, preconceituoso, submisso à razão instrumental, pela qual a individualidade murcha e a obediência se impõe como natural.

Há, porém, um outro cotidiano, aquele pelo qual o homem redescobre a consciência e busca ampliá-la. Este cotidiano não se defende apenas pela letra de uma constituição Federal, mas igualmente (e mais frequentemente) pelas regras da convivência no lugar mesmo em que se vive. Essa consciência do homem, que faz dele um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo, também faz parte dos desígnios fundamentais e do longo prazo, porque diz respeito à própria essência humana. (SANTOS, 2007a, p. 137)

Processos interativos possíveis pela abertura ao novo, ao outro, pela fragmentação da forma inacabada e sempre a se construir. A partir de diversas formas de cooperação e relação entre pessoas e famílias, criam-se outros tantos sistemas de solidariedades. Sempre cabe mais um no terreno da favela, que se multiplica com a família que cresce.

Ora, retomando a análise dos espaços das favelas, relacionadas à suas características fragmentada, labiríntica e rizomáticas, não há como desvincular este potencial criativo, a “existência vigorosa” das favelas, do processo de construção formal das mesmas. Parece-nos que a riqueza da experiência das favelas vincula-se ao seu processo construtivo que envolve não apenas a possibilidade de expansão da forma inacabada como uma experiência prática de construção relacionada às necessidades e possibilidades recriadas diariamente. Não há um fim no espaço da favela, não há uma forma final.

Este aspecto está vinculado ao rico cotidiano das favelas, nas relações que se multiplicam da casa para a rua, do vizinho que ajuda na construção da moradia do outro, no encontro, também festivo, para bater laje e expandir a habitação em direção ao céu. O uso da cidade nas favelas não está desvinculado de sua construção, de sua abertura proeminente à expansão, à transformação. Construídos paulatinamente “são (...) espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços de exatidão.” Construídos pela experiência prática, pela vivência do espaço e da exploração de suas possibilidades “os espaços inorgânicos [das favelas] é que são abertos, e os espaços regulares [da cidade planejada] são fechados, racionalizados e racionalizadores” (SANTOS, 1996, p. 326).

Diríamos, até, que esta possibilidade do novo não está unicamente relacionada à vivência do pobre, e à forma de construção de seus espaços, mas em geral ao campo da experiência sensível. O que ocorre e que talvez diferencie ainda mais esta experiência dos “pobres” é

exatamente o não reconhecimento desta experiência na estrutura sistêmica, mantendo-se indefinidamente como nova para uma regra que não a reconhece e exclui. Mais que nova, é continuamente irreconhecida (e irreconhecível?). Este será o cerne da nossa abordagem ao tratar das favelas e seus aspectos socioespaciais. Desconforto criador de um futuro sonhado como carência a se refazer na práxis libertadora, inventiva (LEFEBVRE, 1993). “Por serem “diferentes”, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes” (SANTOS, 2007a, p. 326).

Mas, enfim, qual o significado das habitações nas favelas, de seus espaços e usos que são atribuídos aos diferentes lugares? O que significa a habitação da favela para seus moradores? O que são os espaços públicos, as ruas, as vielas e as praças? Como estes espaços interagem e interferem no cotidiano de seus moradores?

Quando se trata das favelas, a habitação não se resume a padrões hegemônicos do uso exclusivamente residencial. A casa possui outro sentido. Isso, porque a habitação no cotidiano dos espaços populares exerce funções muito mais amplas do que a de uma simples residência. Uma delas está vinculada às oportunidades de geração de trabalho e renda. Nas favelas, a moradia pode ter um puxadinho para frente ou para trás, dando lugar a uma pequena mercearia, um bar ou um salão de beleza. (...) E não é só o uso econômico da habitação que é importante. A casa na favela está intimamente ligada à rua. Até mesmo por serem edificadas em ruas estreitas, os parentes e vizinhos estão mais próximos. (...) A rua é um prolongamento da casa. (...) Mas aos olhares dos dominantes tudo é desorganização nas favelas: falta privacidade e a bagunça é insuportável. Certamente as restrições vividas pelas comunidades nas ruas são de outra natureza, que fazem com que elas resistam e se fortaleçam, porque não há mesmo muitas alternativas diante das condições práticas de sua existência. (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 97-98).

Mesmo reconhecendo as peculiaridades e diferenças entre favelas e mesmo internamente entre seus diferentes espaços, acreditamos que conceitualmente podemos pensar alguns pontos que especificam uma forma de habitar e construir a favela: a) a indefinição da forma, nunca finalizada, inacabada e sempre a se reconstruir, a laje. b) a construção como uma prática, destacando-se a ação e participação dos usuários na construção da forma; c) a multiplicação e divisão da habitação em função do crescimento ou desdobramento da família. Estas questões, minimamente pontuadas, diferenciam já suficientemente as habitações das favelas de outros padrões de habitação adotadas no restante da cidade. E mais do que a forma, esta conformação tem vinculação direta com os hábitos de seus moradores, sendo também importantes na garantia do pretendido conforto e qualidade de vida para estas pessoas.

Não é apenas uma habitação que se deseja, mas uma morada que comporte os costumes e a cultura que se afirmou na reconstrução diária das situações de exclusão dos favelados.

Diferente disso, parece ser mais comum a padronização da habitação popular que desconsidera sumariamente estas especificidades e que perpetua, em novo formato, a exclusão

de uma cultura, de uma parte da sociedade que não se reconhece neste todo que forçosamente a inclui.

Quando o assunto é habitação popular, há inevitavelmente um conjunto de regras impostas pelo Estado. Não há livre mercado para a ocupação da cidade. Ao mesmo tempo, permanece a convenção que a habitação popular deve ser uma mera simplificação dos padrões dos grupos médios da sociedade. Ou seja, é apenas para residir. Então temos paredes e teto que abrigam as funções domésticas básicas definidos por quartos, salas cozinhas e banheiros. E tudo isso precisa caber num apartamento ou numa casa para uma família ideal de quatro pessoas. Acontece que essa não é a realidade das famílias dos trabalhadores mais subalternizados. Além de serem maiores, elas precisam de imóveis que possam ser ampliados para abrigar outras gerações, já que essas dificilmente conseguirão, no mercado formal, comprar novas moradias. A casa para os mais pobres é um patrimônio familiar extensivo, não se resumindo a uma propriedade ou bem individualizado. Daí a importância da laje, espaço de encontro, de festa e lazer. (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 95).

Retomando o significado da habitação na vida cotidiana das favelas, que se estende do uso exclusivamente residencial para possibilidades de geração de renda (o bar, a mercearia, o artesanato feito na laje) e para o crescimento da família (o filho que casa, a sogra...), a casa é também, muitas vezes, o lugar da festa e de encontro, sendo importante as áreas de quintais e lajes, que são também a possibilidade de expansão da habitação. A própria rua também cumpre esta função. Mais do que espaços de circulação são lugares de convivência e lazer, do futebol dos meninos, das conversas e encontros dos adultos. Estas especificidades devem ser consideradas nos projetos que visam a melhoria da qualidade de vida das famílias, sob o risco de, mesmo com aumento de investimento, manter-se a precariedade da habitação por sua inadequação e desconsideração das práticas, hábitos e cultura destas pessoas. Manter-se, enfim, uma situação de exclusão que desconsidera a legitimidade de uma forma de ocupação diferente do restante da cidade, sob o argumento e foco unicamente na precariedade destes espaços, que desconsidera o lugar-favela.

3. O PROGRAMA VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA

As propostas de urbanização de favelas no Brasil, iniciadas na década de 1980 e intensificadas na década de 1990, tem como ponto central a garantia do direito de permanência da população favelada, a partir do reconhecimento do direito à propriedade associado a seu valor de uso (habitar a cidade) em contraposição ao seu valor de troca (terra como mercadoria, como investimento). Além disso, permeia as propostas de urbanização de favelas a crença nesta alternativa como sendo mais viável, financeira e socialmente, para resolução da questão habitacional, como contraponto à relocação de toda a população e construção de novos assentamentos ou conjuntos habitacionais. Reconhecer estas questões significa alterar as diretrizes das políticas públicas voltadas para as favelas, ao se enfatizar os meios que garantam a permanência das favelas com qualidade de vida e segurança para sua população.

Assim, se a urbanização passa pelo reconhecimento do direito de permanência adquirido pelos moradores das favelas, em função do uso destas áreas para moradia e sobrevivência, nos interessa a maneira como se dá este uso, ou o que configura esta forma de apropriação que garantiu a permanência de sua população próxima às áreas centrais das cidades. Da mesma forma, a discussão parece ter que avançar no sentido de quais intervenções são essas que poderiam garantir a qualidade de vida para estas pessoas e como estas interferem no cotidiano dos moradores da favela que são, em tese, os beneficiados com estas ações.

Com enfoque nestes questionamentos, o presente capítulo se divide em duas partes: a primeira apresenta o Aglomerado da Serra e o Programa Vila Viva, que será nosso objeto de estudo empírico, e pontua as principais questões conceituais. Na segunda, trabalharemos de forma empírica relacionando e contrapondo os espaços do Aglomerado da Serra e as propostas em implementação, a partir da comparação entre algumas casas da favela que foram demolidas, com o projeto dos novos apartamentos.

Para discutir a interferência das propostas de urbanização do Programa Vila Viva no cotidiano e qualidade de vida dos moradores do Aglomerado da Serra, as perguntas que irão nortear nossa discussão serão: Como são consideradas as características locais, as formas cotidianas de ocupação e apropriação do espaço nas propostas e ações do Programa? Como são tratadas as especificidades da favela, sua arquitetura, sua complexidade cultural e riqueza formal?

3.1. O Aglomerado da Serra e o Programa Vila Viva

3.1.1. Aglomerado da Serra: perspectivas do Programa Vila Viva

Em Belo Horizonte, de acordo com fornecidos pela URBEL em 2008⁶⁶, aproximadamente 21% da população total do município vive em ocupações precárias e irregulares, distribuídas em 209 áreas de ocupação informal reconhecidas como favelas pelo Município e que ocupam aproximadamente 5% do território municipal. Conjuntamente, as famílias moradoras de favelas perfazem uma população estimada em quase 500.000 habitantes, as quais habitam cerca de 125.000 domicílios distribuídos em uma área aproximada em 16,1km² dos 331 km² do município.

O Aglomerado da Serra é um conjunto de sete vilas localizadas na encosta da Serra do Curral junto à divisa do município de Nova Lima, no limite sudeste do município de Belo Horizonte. (figura 3.1), conformando a maior favela da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com população de superior à maior parte dos municípios mineiros⁶⁷.



Figura 3.1: Localização do Aglomerado da Serra no município de Belo Horizonte.

Fonte: Plano Global Específico (mapa sem escala).

⁶⁶ Os dados referem-se aos dados obtidos em Planos Globais Específicos já realizados em diferentes datas e à estimativas para áreas ainda não cadastradas. É, portanto, uma estimativa geral, não tendo precisão nos valores, mas sendo significativa para uma caracterização geral da situação municipal em relação às ocupações por áreas de favelas. Neste levantamento foram consideradas todas as áreas definidas na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.166/96, alterada pela Lei 8.137/00) como Zona de Especial Interesse Social- 1.

⁶⁷ O texto de caracterização do Aglomerado da Serra aqui apresentado foi adaptado do Levantamento de Dados do Plano Global Específico, do qual participei da elaboração, inclusive da redação. O Plano Global Específico é o instrumento de planejamento de vilas e favelas do município de Belo Horizonte

Por estar inserido na mancha urbana de Belo Horizonte, o Aglomerado faz fronteira tanto com os bairros populosos do sudeste da cidade - Serra, São Lucas, Paraíso e Novo São Lucas - como com os vazios urbanos do Parque das Mangabeiras e do Hospital da Baleia, na área de proteção ambiental da Serra do Curral (figura 3.2).



Figura 3.2: Inserção urbana do Aglomerado da Serra - modelo 3D. Fonte: PBH/ SMURBE⁶⁸

O Aglomerado da Serra ocupa parte da encosta noroeste da Serra do Curral, que se volta para o setor sudeste da cidade de Belo Horizonte. A maior parte do Aglomerado está dentro da microbacia do Córrego do Cardoso, cujas nascentes se situam, em sua maioria, dentro da área do Aglomerado. Uma pequena parte do território, correspondente a setores das Vilas Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora da Conceição, se encontram dentro da microbacia do Córrego da Serra. Ambos os Córregos são afluentes do Ribeirão Arrudas, contribuinte do Rio das Velhas, na Bacia do Rio São Francisco. O Ribeirão Arrudas em conjunto com o Ribeirão do Onça compõe o principal sistema de drenagem da região metropolitana de Belo Horizonte, responsável pela maior carga poluidora dos Rios das Velhas e São Francisco.

O Aglomerado está localizado em uma área de relevo acidentado, com presença de inúmeras nascentes de cursos d' água e configura-se como área de elevada densidade demográfica, que interrompe o sistema viário dos bairros do entorno, dividindo as regionais Leste e Centro-sul da cidade. A maior parte do território do Aglomerado da Serra se encontra dentro dos limites da Administração Regional Centro Sul da Prefeitura de Belo Horizonte, estando o restante sob a jurisdição da Administração Regional Leste. Os limites com os bairros regulares da

⁶⁸ As imagens das figuras 3.1, 3.2 e 3.3 foram retiradas do artigo apresentado no Seminário: “A mobilidade urbana e o desenvolvimento sustentável”, promovido pela Rede Mercocidades – UTDU, sob coordenação da cidade de Vitória – ES, nesta mesma cidade, de 12 a 14 de novembro de 2008. A técnica Lúcia Karine de Almeida que desenvolveu o texto e as imagens e representou a Prefeitura de Belo Horizonte, pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

cidade são geralmente configurados por ruas de tráfego local, enquanto os limites com o Parque das Mangabeiras e Baleia são reforçados com a presença de cercas. Os principais acessos ao Aglomerado da Serra são as vias coletoras dos bairros vizinhos que alcançam vias locais definidoras da fronteira entre os bairros e a favela. O sistema viário interno do Aglomerado, com raras exceções, não se conecta adequadamente com os bairros em volta, apresentando várias situações de estreitamento para entrada, saída e circulação interna. Desta forma, a favela se configura como uma barreira de difícil transposição para a integração viária da região, tanto por suas características sociais quanto pela morfologia do sítio ⁶⁹.

De acordo com o Plano Global Específico, foram observadas duas formas básicas de ocupação, que variam um pouco de acordo com as especificidades de cada área. Esta diferenciação está principalmente relacionada à morfologia do terreno, que influencia na forma de ocupação. Nas áreas de topografia menos acidentada a ocupação é mais consolidada e adensada, com sistema viário principal mais estruturado e legível, que se interliga em muitos pontos aos bairros do entorno. De maneira geral os lotes e as áreas livres são menores e geralmente atendidos, mesmo que precariamente, por redes de esgoto, água e luz em quase toda a extensão.

Nas áreas mais íngremes e próximas aos talwegues, o adensamento é menor, com ocorrência de terrenos maiores e quintais. Em contrapartida, é deficiente a infra-estrutura viária, de esgoto, água e luz, sendo também mais precárias as edificações. O acúmulo de lixo e entulho nos córregos acaba por reforçar o caráter degradado destas áreas.

A maior parte das edificações do Aglomerado da Serra se destina ao uso residencial, com a ocorrência usos comerciais e de serviços principalmente ao longo das vias e largos mais importantes, no que não difere do restante da cidade. Os serviços de uso coletivo seguem a mesma lógica, instalados ao longo das vias principais. O uso industrial e agropastoril ocorre com frequência significativamente menor, mas também estão presentes, principalmente nas proximidades das áreas livres de encosta e onde existe a possibilidades de quintais maiores.

Os lotes são frequentemente ocupados por mais de uma família, sendo a área externa de uso comum. Nos trechos mais consolidados o processo de adensamento se dá através da verticalização das edificações, geralmente decorrente da inexistência de áreas livres para a expansão horizontal. Os quintais ocorrem geralmente em áreas íngremes, de difícil utilização

⁶⁹ Mais a frente, vamos ver como que com a proposta em implantação pelo Programa Vila Viva esta barreira configurada pelo Aglomerado da Serra está sendo transposta pela implantação de uma via que articula as duas regionais.

e espaço reduzido. Por outro lado percebeu-se a intensa apropriação das lajes de cobertura como área externa de lazer e serviço. Os afastamentos entre as edificações são, em geral, insuficientes para garantir boas condições de iluminação e ventilação, ficando comprometidas as condições de salubridade com grande ocorrência de ambientes úmidos e escuros. São maiores os afastamentos nas áreas menos adensadas, como nas áreas de fundo de vale e a região nordeste da vila Nossa Senhora de Fátima, que ainda preserva características da antiga fazenda que ocupava o local, pertencente ao Hospital da Baleia.

O Aglomerado da Serra é formado pelas Vilas Cafezal, Marçola, Nossa Senhora da Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas e Fazendinha. Além da divisão territorial demarcada principalmente pelo sistema viário ou por barreiras naturais, principalmente pelos cursos d'água, as vilas possuem processos de ocupação diferenciados e um setorização forte na percepção dos moradores.

A Vila Nossa Senhora Aparecida teve seu processo de ocupação iniciado há aproximadamente 50 anos. Em 1970, contava pouquíssimos moradores, não existindo nem água nem luz. A presidente da Associação de Moradores à época da elaboração do Plano Global, Maria das Graças Silva Barbosa, moradora do Aglomerado há 47 anos, afirma que a ocupação inicial da Vila se deu de forma pacífica e quase todos os seus primeiros moradores eram oriundos do interior do estado de Minas Gerais.

Na Vila Nossa Senhora da Conceição, de acordo com informações do Plano, os primeiros moradores vieram do interior do estado principalmente das cidades de Raul Soares, São Pedro dos Ferros, Rio Casca, Montes Claros, Teófilo Otoni, há mais de 80 anos. Segundo depoimentos de moradores mais antigos, a região era muito pacífica e os moradores tinham uma boa relação de vizinhança. Os primeiros barracões eram de zinco, tábua e papelão. Mais tarde começaram a surgir os primeiros barracos de adobe e somente por volta dos anos 70 surgiram os de alvenaria.

A Vila Nossa Senhora Santana do Cafezal teve seu processo de ocupação da área a partir da expansão da Vila Nossa Senhora da Conceição para a colina adjacente. Primeiramente os posseiros tomaram conta de seu topo e da área localizada ao longo do caminho que levava ao bairro de Santa Efigênia. Em seguida, processou-se o adensamento dos barracos na encosta leste. Das Vilas que compõem o Aglomerado da Serra, o Cafezal é uma das ocupações mais recentes, consolidando-se a partir de 1975. Segundo os estudos realizados pela Fundação João Pinheiro, a ocupação aconteceu de maneira planejada, a partir de ação conjunta de amigos e

conhecidos, que estabeleceram um plano de ocupação, onde havia um morador responsável pela escolha das pessoas que iriam ocupar a área, por dar nome às ruas e entregar os lotes àqueles que ali iriam se estabelecer.

A Vila Nossa Senhora de Fátima tem mais de 60 anos. Antes de sua ocupação era uma trilha para passagem de animais. As primeiras ruas e becos foram abertos há aproximadamente 20 anos. A luz foi instalada há 25 anos aproximadamente. Somente há quatro anos foi implantada a primeira linha de ônibus. Na 1ª Seção - divisa com 2ª Seção e Vilas Marçola e Fazendinha, os primeiros assentamentos foram há 22 anos. Havia três casas na área que era vigiada pela polícia para não ser invadida, mas surgiram pessoas de todos os lugares construindo barracos no local. A parte da vila que limita com as Vilas Marçola e Fazendinha e com o Parque Mangabeiras foi ocupada há, aproximadamente, 15 anos. A área era um pasto de animais.

O assentamento da Vila Marçola teve início há aproximadamente 40 anos. Diz-se que o terreno pertencia à família de Vitório Marçola, cujos herdeiros hoje residiriam em Brasília. Outra versão é de que toda a área já era de propriedade pública, e foi dividida em glebas de acordo com mananciais de água (o Córrego Cardoso era um deles), já na época da construção da cidade. Até 1960, não existia nenhuma forma de abastecimento e a água era buscada na mata do Parque das Mangabeiras. A roupa era lavada onde hoje é o estacionamento do parque. Segundo depoimento de moradores antigos da Vila Marçola, os primeiros moradores eram em sua maioria do interior. Não tinham nenhuma infra-estrutura e os primeiros barracos eram feitos de lata e papelão. A ocupação começou no terreno onde hoje é o clube Minas Tênis Clube II. Mais tarde foram construídas as primeiras casas de adobe e telhas francesas ou de amianto. Laje e alvenaria foram materiais que só surgiram na década de 70, quando também começaram as primeiras melhorias na vila. A Rua do Hospital Evangélico também era ocupada pela favela. A polícia chegou a fazer várias remoções à força neste local.

A Vila Novo São Lucas é a ocupação mais recente do Aglomerado Serra, tendo seu processo de assentamento iniciado em 1990. De acordo com moradores mais antigos, a vila começou a surgir na Rua Dr. Argemiro Resende Costa que era um terreno vazio, sem nenhuma casa. A vila era um grande barranco que os primeiros moradores foram cortando para fazerem suas casas. Sua ocupação se deu com lonas e depois vieram os primeiros barracos. A ocupação foi sempre vigiada de perto pela polícia que muitas vezes usou a força para forçar a desocupação. Um dos recursos utilizados pela população era construir os barracos à noite. Outra estratégia era intensificar o adensamento populacional na busca de reforçar o poder de negociação frente às pressões contrárias à ocupação do terreno.

A maior parte destas informações sobre o Aglomerado da Serra foi levantada no Plano Global Específico quando se realizou um levantamento de dados e diagnóstico detalhado das vilas, para subsidiar a elaboração das propostas que viriam a consolidar o Programa Vila Viva, como detalharemos a seguir.

O Plano Global Específico – PGE é instrumento de planejamento para favelas do município de Belo Horizonte que, desde 1998, passou a ser uma exigência para aprovação de intervenções financiadas com recursos do Orçamento Participativo – OP do município. O propósito do Plano é criar uma base de informações e de referência no contexto de uma política de investimentos progressivos e estruturantes em áreas específicas da cidade, opostas às versões de intervenções estritamente racionais, sanitárias, ou mesmo pontuais e fragmentadas. O PGE é o norteador do cronograma das intervenções do poder público para as áreas de favelas, incorporando as demandas da comunidade e o estabelecimento das ordens de prioridade para a execução das ações e obras.

O método de desenvolvimento dos PGEs considera a abordagem integrada dos eixos físico-ambiental, jurídico-legal e sócio-econômico, e define uma lógica de elaboração e implementação das propostas de intervenção (figura 3.3).

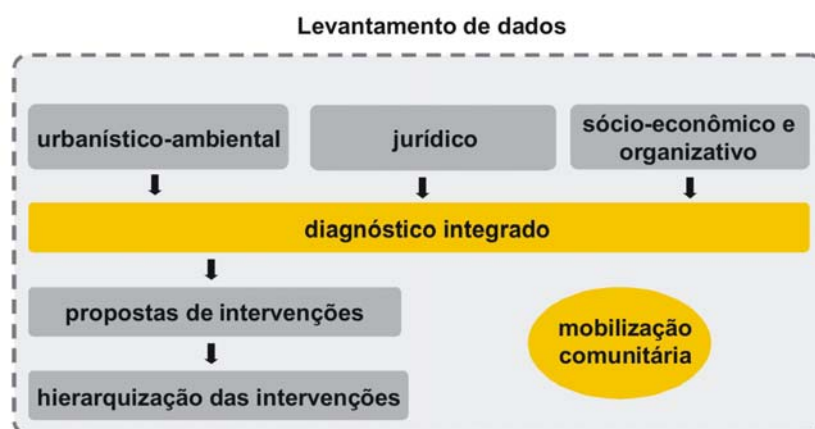


Figura 3.3: Estrutura da metodologia do Plano Global Específico - PGE.

Fonte e imagem: PBH/ SMURBE

Esses três níveis de abordagem são adotados no levantamento de dados, no diagnóstico e nas propostas, analisados de uma forma integrada, com apresentação de alternativas de solução e viabilidade em cada eixo de atuação. Dessa forma, os PGEs são considerados como instrumentos para processo de tomada de decisão pelo poder público e pelas comunidades e auxiliam na captação de recursos, o que é primordial para a implementação das intervenções previstas, já que os recursos municipais são insuficientes.

Destacaremos em nossa apresentação as propostas elencadas no Plano Global Específico, elaboradas em discussão com os moradores através dos Grupos de Referências, e que nortearam a implantação do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Apesar do levantamento e diagnóstico apresentarem dados mais detalhados em relação aos aspectos sócio-econômicos, jurídico legal e urbanístico ambiental do Aglomerado da Serra, não vamos nos aprofundar nesta descrição visto que, em linhas gerais apresentam as características mais gerais reconhecidas nas áreas de vilas e favelas, além do já descrito anteriormente.

O Plano Global, “no sentido de aproximar os padrões de vida urbana do Aglomerado da Serra daqueles praticados nos bairros da cidade integralmente atendidos pelos serviços públicos” (URBEL, 2000a, p. 6), apresentava as seguintes diretrizes de reestruturação urbana:

1. Reestruturação do sistema viário: desobstrução de acessos, integração externa e aumento da acessibilidade interna através da abertura de vias adequadas ao tráfego irrestrito de veículos e alargamento de algumas ruas e becos existentes;
2. Proteção das nascentes, cursos d'água e talvegues, com proposição de áreas de preservação permanente ou outro uso imediato que evite ocupação residencial posterior;
3. Reestruturação do sistema de referências e intervenções nos limites internos e externos do Aglomerado: ampliação e reforço das centralidades (pontos de encontro e lazer) existentes, eliminação dos pontos de insegurança através da criação de novas praças e áreas de esportes e lazer com estrutura adequada para abrigar encontros sociais e manifestações culturais, principalmente ao longo do Córrego do Cardoso, nos limites entre as Vilas e entre o Aglomerado e os bairros para promover a integração entre as vilas e com os bairros vizinhos;
4. Eliminação e/ou diminuição do risco proveniente das características geológico-geotécnicas através de intervenções de reurbanização e implantação de projetos habitacionais;
5. Titulação do maior número possível de pessoas dentro das áreas consolidadas ou consolidáveis, evitando-se o adensamento que venha a deflagrar o risco em áreas sem infra-estrutura urbana ou que ofereçam condições de aproveitamento para uso público;
6. Implantação da Via 276 prevista no Plano Diretor de Belo Horizonte;

7. Desadensamento do Aglomerado com relocação preferencial na regional Leste;
8. Aumento da eficácia do investimento público com soluções integradas: urbanização integrada: saneamento, circulação, habitação e meio ambiente; praças sanitárias; projetos de contenção habitacionais.

Na planta geral da proposta do Programa Vila Viva, baseada nas propostas do Plano Global, pode-se visualizar a distribuição espacial das principais intervenções urbanísticas previstas ⁷⁰, abrangendo intervenções viárias, implantação de parques e área de preservação (áreas de risco localizadas em fundos de vale e encostas) e a construção de conjuntos habitacionais.

Uma grande via de ligação entre o Aglomerado e o restante da cidade, denominada Via do Cardoso e prevista no Plano Diretor do município como Via 276, foi prevista ao longo do curso d'água que lhe dá nome, em uma área de relevo acidentado. A partir desta via, que articula as regionais Leste e Centro-Sul da cidade, se estrutura todo o restante da estrutura viária para veículos e pedestres internamente ao Aglomerado, através da hierarquização de percursos preferenciais para atender aos veículos prestadores de serviços públicos à população.

Em relação às questões de saneamento básico, o Programa prevê a universalização da coleta e tratamento de esgoto, a criação de redes condominiais e a interceptação das redes de esgoto ao longo dos talwegues para a despoluição dos cursos d'água. Quanto à drenagem pluvial, privilegiou-se nas propostas o escoamento natural das águas através da desocupação, limpeza e reflorestamento dos talwegues, além da construção de bacias de contenção de cheias, principalmente no córrego do Cardoso. O abastecimento de água potável foi previsto para ser estendido a todo o Aglomerado, com todas as novas unidades habitacionais com rede individual. A coleta de resíduos sólidos também está prevista para toda região.

⁷⁰ Apesar de neste momento estarmos tratando de propostas previstas no Plano Global e no Programa Vila Viva, muitas destas já estão implantadas, como será mostrado à frente.



Figura 3.4: Planta geral das intervenções previstas para o Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Fonte: PBH/ SMURBE ⁷¹

A proposta para erradicação das áreas de risco prioriza a desocupação das encostas mais íngremes para a revegetação de taludes e contenção de áreas com risco eminente de deslizamentos em época de chuva. Além disso, a construção de barragens para a contenção de cheias, além de facilitar a implantação de parques lineares, foram propostas para contribuir para a diminuição das áreas inundáveis. A desocupação de talvegues, a proteção das nascentes e preservação dos córregos em leito natural possuem interface com o Programa Municipal de preservação dos cursos d'água em leito natural – DRENURBS, com a previsão de implantação de parques nas margens dos córregos, mantendo-os em leito natural.

A reestruturação do sistema habitacional prevê a regularização fundiária através de dois eixos de ação para a titulação das terras e imóveis ocupados de forma clandestina. O primeiro trata os terrenos de propriedade pública estadual através da criação de convênios para titulação e doação, e os de propriedade pública municipal através de titulação direta, por meio de compra e venda. Os terrenos de propriedade que foram invadidos poderão ser regularizados por meio do instrumento jurídico do “usucapião” ou titulação (doação).

Em linhas gerais, estas são as propostas desenvolvidas e acordadas no Plano Global Específico com a participação de representantes da comunidade do Aglomerado da Serra (Grupo de Referência) e que se concretizaram no Programa Vila Viva que será discutido a seguir.

⁷¹ No Anexo A o mapa está apresentado em sua totalidade e em uma escala maior e mais legível.

3.1.2. Programa Vila Viva: intervenção estrutural para vilas e favelas em Belo Horizonte

O Programa Vila Viva, em linhas gerais, pode ser definido como uma proposta de intervenção estruturante em vilas e favelas (assentamentos precários), com a integração de ações de urbanização, desenvolvimento social e de regularização fundiária. Na prática se efetiva com a execução progressiva de transformações profundas nos diversos núcleos habitacionais, com implantação e/ou complementação da infra-estrutura urbana de saneamento, habitação e de mobilidade, além de equipamentos públicos. Também faz parte do programa, a regularização fundiária (até o nível da titulação, inclusive com reparcelamento do solo) e ações de desenvolvimento sócio-econômico da população, como alternativas de geração de emprego e renda. Prevê, ainda, a construção e aquisição de novas unidades habitacionais para reassentar a população removida em função das obras ou por estarem em situação de risco.

Como objetivos principais destacam-se: a redução de parcela do déficit habitacional municipal, a melhoria e a recuperação de um estoque de moradias já existentes, por meio da reestruturação física e ambiental das áreas ocupadas, a fim de garantir integração urbana interna das áreas tratadas e destas ao restante da cidade, bem como o desenvolvimento socioeconômico e o acompanhamento constante da comunidade envolvida. (ALMEIDA, 2008) ⁷²

A criação do Programa Vila Viva nos remete às eleições municipais de 1992, quando saiu vitoriosa a chapa “Frente BH Popular” ⁷³, que visava à formulação de uma política pública voltada para a solução da questão habitacional de interesse social e o estabelecimento de canais participativos, de modo que a comunidade organizada pudesse participar da definição dos investimentos (“inversão de prioridades”). A proposta vinha de encontro ao reconhecimento da luta e das conquistas alcançadas no Movimento pela Reforma Urbana.

Se até então a atuação do poder público nas favelas em Belo Horizonte enfocava, principalmente, as ações específicas de regularização fundiária, em detrimento da urbanização e do desenvolvimento social, já nos primeiros anos do governo da “Frente BH Popular” foi elaborada uma crítica a esta prática: não era possível consolidar as favelas, através da regularização fundiária, sem intervir fisicamente no espaço (OSTOS, 2004, p. 83). Isto significava, no final das contas, a consolidação, a partir da legalização pelo poder público, de uma situação de reconhecida precariedade habitacional a que estavam expostas essas famílias.

⁷² O artigo do qual retiramos esta citação foi apresentado no Seminário: “A mobilidade urbana e o desenvolvimento sustentável”, promovido pela Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano da Rede Mercocidades – UTDU, sob coordenação da cidade de Vitória – ES, nesta mesma cidade, de 12 a 14 de novembro de 2008. A técnica Lúcia Karine de Almeida representou a Prefeitura de Belo Horizonte, pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

⁷³ A Frente BH Popular era composta pelo Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Comunista do Brasil – PC do B, Partido Comunista Brasileiro – PCB e o Partido Verde – PV” (FARIA, 1996, p. 95, citado por OSTOS, 2004).

Era necessário extrapolar a regularização fundiária pelo viés estritamente jurídico, para tratar do investimento na melhoria da infra-estrutura destas áreas.

Além da diferença em relação à incorporação de propostas de urbanização, as mudanças significavam uma alteração da perspectiva da atuação do Estado. O foco anterior da regularização fundiária atendia a demanda principal das Pastorais de Favelas⁷⁴, que consideravam os próprios moradores possuidores do título de propriedade como agentes de transformação. As novas propostas de urbanização tinham mais proeminência na ação do Estado na conformação e recuperação do espaço das favelas. Extrapolando o reconhecimento da necessidade de se investir nas favelas para dotá-las de infra-estrutura com qualidade adequada à permanência destas habitações, isto significava maior controle por parte do Estado.

A maior intervenção do Estado, no campo da produção do espaço das classes populares urbanas (...) significou, por um lado, o reconhecimento da especificidade do espaço da favela, o investimento em infra-estrutura e, por outro, a busca de maior regulação desse espaço, implicando em tentativas de “congelamentos” da ocupação, a partir da realização de cadastros ou de legislação específica. (OSTOS, 2004, p. 85)

Incorporando estas questões, as diretrizes para “intervenção estrutural em vilas e favelas” (ou assentamentos urbanos de interesse social), que subsidiaram a criação do Programa Vila Viva, foram estabelecidas no Sistema Municipal de Habitação de Belo Horizonte, a partir de 1993⁷⁵, que definiu também linhas de atuação para a produção de novos assentamentos (construção de novas moradias). Incorporando tanto a participação popular no processo, quanto a atuação mais explícita e incisiva do poder público na solução da questão habitacional do município, estas diretrizes orientaram desde então a ação da Prefeitura nas favelas, em um processo contínuo de consolidação de uma metodologia participativa que extrapolou o período da gestão da “Frente BH Popular”, encerrada em 1996.

Como consequência desse processo, e após experiências que ajudavam a consolidar a metodologia, como foi o caso do “Programa Alvorada” da Vila Senhor dos Passos, na revisão da *Lei de Parcelamento Uso e Ocupação de Belo Horizonte – LPOUS* (Lei 8.137/2000, capítulo VI, seção II) foram incorporadas e atualizadas as definições do *Profavela* quanto a normas diferenciadas para os processos de urbanização e de regularização fundiária nas favelas

⁷⁴ Além disso, a regularização fundiária sem implementação de melhorias nas favelas era uma política de baixo custo, pois a maioria das áreas tituladas era de propriedade da prefeitura.

⁷⁵ O Sistema Municipal de Habitação se constituiu a partir da criação do Fundo Municipal de Habitação Popular e do Conselho Municipal de Habitação. O Fundo Municipal de Habitação foi readequado à nova política pela Lei n. 6.326, de 18 de janeiro de 1993. O Conselho Municipal de Habitação foi instituído pela Lei n. 6.508, de 12 de janeiro de 1994, incluindo a aprovação da política habitacional para o Município de Belo Horizonte.

(denominadas pela LPOUS como Zonas de Especial Interesse Social 1 – ZEIS- 1⁷⁶). Além disso, foi explicitada na legislação a necessidade de intervenções de melhoria da infra-estrutura no processo de regularização da favela, esclarecendo-se que a “regularização fundiária das ZEIS compreende os processos de *regularização urbanística* e (...) jurídica” (art. 138).

Destacam-se os objetivos da regularização fundiária nas favelas citados na legislação: I) melhorar a qualidade de vida da população; II) adequar a propriedade do solo a sua função social; e III) exercer efetivamente o controle sobre o solo urbano. Além da perspectiva de melhoria da qualidade habitacional desses assentamentos, vislumbrou-se maior intervenção e controle por parte do Estado na produção e regulação dos espaços produzidos na favela.

A lei 8.137/00 institui também o Plano Global Específico – PGE como instrumento de planejamento para intervenções estruturais nas favelas do município, com três níveis de abordagem: físico-ambiental, jurídico-legal e sócio-organizativo. Na legislação foram previstas: a) a aprovação do PGE no Conselho Municipal de Habitação – CMH; b) a consulta ao Conselho Municipal de Política Urbana – COMPUR; c) instituição de Grupos de Referência com representantes da comunidade para acompanhamento de todo o processo de elaboração e execução do PGE em cada área ((Lei 8.137/00, capítulo VI, seção VI)⁷⁷, a partir do reconhecimento do direito dos moradores das favelas de interferirem nas definições das alternativas para suas moradias.

Duas questões se destacam na nova proposta de urbanização instituída legalmente pela no Sistema Municipal de Habitação e consolidada nas definições da LPOUS e que foram centrais na construção do Programa Vila Viva: a participação dos moradores no processo de planejamento e implementação das ações e o caráter estruturante das intervenções. Aprofundaremos primeiro na segunda questão.

A idéia de algo que é estruturante pode ser entendida como uma alteração da “forma como se ordenam e/ou articulam as partes de um todo” ou “a parte que constitui o elemento de sustentação de um todo e de sua resistência (a cargas)” (AULETE, 2007, p. 450). Por esta definição, uma intervenção estruturante teria por diretriz a alteração da forma de ordenação dos elementos, sugerindo uma modificação significativa da lógica de organização espacial das

⁷⁶ Lei 8.137/00, artigo 137, parágrafo 1º: “As ZEIS-1 são as regiões ocupadas desordenadamente por população de baixa renda, nas quais existe interesse público em promover programas habitacionais de urbanização e de regularização fundiária, urbanística e jurídica, visando à promoção da melhoria da qualidade de vida de seus habitantes e a sua integração à malha urbana”.

⁷⁷ “Art. 173 - Os Grupos de Referência poderão ser compostos por representantes da Associação de Moradores local, grupos comunitários formais e informais da área específica e por grupos organizados das áreas de influência da respectiva ZEIS.” (Lei 8.137/00)

favelas. De acordo com documento produzido pela própria Urbel para o “Programa Alvorada”, projeto piloto quanto à definição da metodologia, os princípios da intervenção estrutural têm por pressupostos (OSTOS, 2004, p. 87, *grifos nossos*):

- 1- “A favela não pode mais ser encarada como fenômeno transitório. É um elemento da estrutura fixa das cidades, justificado pelo tempo de sua presença, sua extensão e o volume de sua população;
- 2- A favela apresenta padrões precários de habitabilidade, devido à inexistência de infraestrutura e serviços e à própria *estruturação espacial, que não comporta adequadamente as funções urbanas básicas* (circulação, lazer e habitação);
- 3- A favela é um potencial estoque habitacional a ser reformulado a custos baixos, financeiros e sociais, quando comparados à produção de novos assentamentos, podendo atingir padrões urbanos razoáveis;
- 4- *A elevação de padrões urbanos implica necessariamente em intervenções reestruturadoras, que recomponham as funções básicas dentro da espacialidade das vilas e eliminem as situações de insalubridade, risco, desconforto e opressão urbana.*”

Aparentemente a questão estruturante que está incorporada na proposta do Programa Vila Viva tem duas perspectivas: uma refere-se à intersectorialidade das ações, que abrangem questões físicas e ambientais, aspectos sócio-econômicos e jurídico-legais (regularização fundiária) e a outra ao caráter grandioso das intervenções.

A definição de Intervenção Estrutural comparece, de forma diferente, em cada documento pesquisado. Ora se restringe a “obras de maior porte”, eliminando as dimensões jurídica e social; ora se coloca como um “planejamento integrado”, portanto incorporando todas as dimensões: O programa de intervenção estrutural promove transformações profundas num determinado núcleo habitacional, consistindo na implantação do sistema viário, das redes de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, de drenagem, de eletrificação, melhorias habitacionais, parcelamento do solo e consolidações geotécnicas, além de programas de desenvolvimento comunitário e da regularização fundiária até o nível da titulação. (OSTOS, 2004, p. 96)

A perspectiva da intersectorialidade, admite que a solução das favelas não passa apenas por intervenções físicas e urbanísticas (recuperação urbanístico-ambiental total das favelas, através da instalação de infra-estrutura, e aperfeiçoamento da integração viária com o entorno e a cidade). Abrange também a regularização fundiária (legalização dos terrenos onde estão instaladas as favelas e transferência da propriedade da terra para seus moradores) e a inserção econômica da população residente nas vilas e favelas, através do desenvolvimento sócio-organizativo e de programas de geração de emprego e renda. Este nos parece ser um avanço

metodológico importante e necessário, incorporando a necessidade de se investir nestas áreas de forma abrangente, revertendo não apenas a precariedade de infra-estrutura, mas viabilizando ou estimulando possibilidades de acesso a emprego e renda e garantia de estabilidade e segurança (que, em nossa sociedade, está ainda atrelada à propriedade).

A outra perspectiva da “intervenção estruturante” parece relacionar-se ao porte grandioso das obras que visam alterar a estrutura da favela, transformando efetivamente o espaço e a vida das famílias. Destacamos, neste sentido, os itens 2 e 4 apresentados acima que remetem à estrutura espacial da favela e sua inadequação às funções urbanas básicas, além da necessidade definitiva (“necessariamente”) da adoção de intervenções reestruturadoras para a “elevação dos padrões urbanos” nestes locais. Ora, poderíamos inverter esta perspectiva para pensarmos que a forma como são solucionadas as funções urbanas hoje (circulação, lazer e habitação) pode não ser adequada à estruturação urbana das favelas! Não faz sentido também? Porque o pressuposto é a adequação do espaço da favela às soluções adotadas para o restante da cidade e não o contrário, a adequação da tecnologia às necessidades da favela? Isto não quer dizer que os moradores da favela não tenham direito de acesso aos mesmos benefícios do restante da cidade⁷⁸. Não quer dizer, também, que possa vir a ser necessário, em alguns casos, alguma intervenção de grande porte, ou estruturante, mas a nosso ver este não deveria ser um ponto de partida definidor das intervenções. Ao contrário, se estamos falando de um aumento significativo do investimento nas favelas, deveríamos ampliar o leque de soluções buscando alternativas que melhor se adequem à sua situação, garantindo-se a melhoria da qualidade de vida e o acesso aos benefícios da cidade.

Aqui, podemos perceber uma linha tênue que nos indica, na concepção do Programa, alguns dos questionamentos que tentamos construir ao longo do trabalho. A definição da intervenção estruturante como uma grande obra que altera a estruturação espacial da favela, refere-se a uma escolha de uma forma de resolver a precariedade dos assentamentos em função da ausência de investimentos sistemáticos. Não se refere de forma imediata, ao problema que deve ser resolvido. Duas questões diferentes estão sendo tratadas neste caso como se fosse a mesma coisa: 1) a precariedade de infra-estrutura da favela e o baixo investimento em suas moradias⁷⁹

⁷⁸ Um questionamento frequente neste sentido é quanto ao direito dos moradores das favelas poderem ter automóvel, por exemplo, o que significaria ruas veiculares para todas as casas. Como vamos argumentar mais a frente, diferente disso, acreditamos que a crítica deve ser feita de forma mais ampla, abrangendo inclusive este modelo de cidade que se conforma em função da demanda por automóveis. Neste sentido, poderíamos até perceber vantagens nas favelas onde, de alguma forma, ainda existem espaços preferenciais para os pedestres. E, além do mais, a acessibilidade poderia ser resolvida também com meios de transportes alternativos, como é o caso do transporte coletivo por micro-ônibus implantado nas favelas de Belo Horizonte.

⁷⁹ Somados todo o investimento feito pelos moradores ao longo de várias gerações, com as diversas tentativas de “solução” do problema pelo poder público, talvez se alcance um montante considerável de recursos investidos. No entanto, este

que acarretam uma precariedade e instabilidade da construção e 2) o aspecto formal, estético da favela. Esta distinção é, a nosso ver, essencial para construção de uma proposta que se adeque ao espaço da favela e suas demandas cotidianas e caminhe para melhoria de qualidade de vida de seus habitantes e para duração das intervenções. A precariedade da favela não está diretamente associada à sua forma, ao seu padrão de ocupação e de apropriação dos espaços. Está sim claramente vinculada à falta de investimento de recursos, tanto nas áreas privadas, nas casas, quanto na área pública. Trata-se de um problema relacionado à falta de investimento público em infra-estrutura e à distribuição desigual da riqueza gerada na cidade, que agrava as situações de exclusão e pobreza desta população. Não se trata, diretamente, de uma inadequação da “estruturação espacial” da favela ou da forma de sua ocupação.

Separar estes dois aspectos significa ampliarmos as possibilidades da intervenção, se o foco é melhorar a qualidade dos espaços e da habitação e não de superar a situação do lugar-favela transpondo e alterando sua estrutura urbana. Não misturemos “alhos com bugalhos”: a precariedade da favela, a princípio, não tem relação direta com sua forma, mas sim com a escassez de recursos investidos na área, tanto público quanto privado. Pressupondo a garantia de investimentos de forma intensiva e a longo prazo, a questão passa a ser, então, a forma de intervenção. Diferente disso, parece automático associar a melhoria da favela à sua reestruturação, ou alteração da forma que a ordena, que constitui seu elemento de sustentação, como posto conceitualmente na proposta do Programa Vila Viva⁸⁰.

Pensando a discussão que elaboramos, sobre a limitação de espaços discursivos de participação institucionalizados pelo Estado (*espaço da política*), como é o caso dos Grupos de Referência constituídos na elaboração do Plano Global e responsáveis pelo acompanhamento das obras do Programa Vila Viva, sugerimos que a condicionante de uma intervenção estrutural, à priori, poderia indicar um direcionamento conceitual definidor da estratégia geral da intervenção. Apesar de seus méritos quanto ao reconhecimento da necessidade de um investimento maciço nas favelas, de partida, a proposta de reestruturação desconsidera a forma da ocupação e a arquitetura das favelas, suas práticas cotidianas e *políticas do espaço*. Este será o cerne do nosso trabalho neste capítulo.

investimento é feito de forma espessada ao longo do tempo, mais para atender demandas pontuais do que para possibilitar uma melhoria real das moradias.

⁸⁰ Na prática, parece difícil implementar uma reestruturação completa da favela, pelo alto custo que isto significaria. Parece-nos, no entanto, que este limite é de ordem financeira e não conceitual, mantendo-se o preconceito quanto à forma de ocupação da favela. Provavelmente, se financeiramente fosse possível, a reestruturação seria mais ampla e mais abrangente, como posto na definição do Programa. Além disso, como vamos enfatizar a frente, interessa a forma como a reestruturação considerada como necessária é feita. E quanto considera ou desconsidera da especificidade do espaço da favela.

Não pretendemos fazer uma análise completa e conclusiva sobre a intervenção do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Vamos discuti-la a partir de um estudo de caso que nos ajude a inferir alguns de nossos questionamentos apresentados nos dois primeiros capítulos. Reconhecemos a abrangência da intervenção, tanto por seus aspectos urbanísticos, jurídico-legais e sócio-econômico organizativos, como pelo alcance das obras e ações implementadas. Não desconsiderando a questão estrutural e precariedade de infra-estrutura e das condições de habitação das áreas de favelas, pretendemos discutir o modelo adotado nas intervenções e se estes não se configuram, ainda hoje, como uma imposição (física e ideológica) de um padrão de ocupação e de apropriação do espaço, de uma cidade ideal e modelo para se viver.

As ações do Estado nas favelas, em sua maioria, caracterizam-se pela ignorância ou desprezo às estratégias criativas, complexas e heterogêneas efetivadas pelos moradores na corrida pela melhoria da qualidade de vida. Essas ações desconhecem as redes de sociabilidade, de circulação no conjunto da cidade, de participação na vida pública e, finalmente, de interpretação das vivências produzidas pelos moradores ao longo do tempo. (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 65).

Ao questionarmos essas ações não estamos propondo uma apologia à pobreza, exclusão ou omissão do Estado na melhoria das áreas de favelas e redução do déficit habitacional. Pretendemos analisar a forma adotada nas intervenções. E, principalmente, como esta forma incorpora as necessidades dos moradores das favelas, expressas em suas apropriações cotidianas do espaço construído pelo Programa Vila Viva. O argumento central é que a decisão sobre determinada alternativa de intervenção, mais do que uma decisão técnica, é uma decisão política sobre o que será considerado na definição das alternativas postas em discussão, sobre o que é percebido como algo positivo a ser incorporado ou como um aspecto negativo a ser eliminado. Acredita-se que, mesmo no caso das propostas vigentes de urbanização das favelas, que passam pelo reconhecimento do direito de permanência dos moradores, estão ainda incutidas visões preconceituosas em relação aos favelados e aos seus modos de morar.

Que ordem é essa que se pretende alterar? O que a estrutura? Se estamos falando de uma proposta de reestruturação temos antes que entender a estrutura que se pretende reestruturar. Neste sentido, gostaríamos de argumentar como a linha mestre de nossa análise, que a estrutura da favela se dá pela imbricação de seus fragmentos, pela conformação espacial e interrelacional de suas casas que, estruturadas entre si, apoiando e sendo apoiadas, configuram o espaço público, urbano da favela. A partir disso, tentaremos perceber se ainda existe ou não um estereótipo em relação às favelas, que conduz à desconsideração de suas potencialidades e principalmente de suas especificidades, o que, para nós, como dito anteriormente, tem por base o não reconhecimento político dessas pessoas como tendo direito à voz e interferência na sociedade.

3.2. *Mudanças de vida: experiências no Aglomerado da Serra*

A luz tornara-se de um amarelo exageradamente lento, de um amarelo sujo de lividez. Haviam crescido os intervalos entre as coisas, e os sons, mais espaçados de uma maneira nova, davam-se desligadamente. Quando se ouviam acabavam de repente, como que cortados. O calor, que parecia ter aumentado, parecia estar, ele calor, frio. Pela leve frincha das portas encostadas da janela via-se a atitude de exagerada expectativa da única árvore visível. O seu verde era outro. O silêncio entrara-lhe com a cor. Na atmosfera haviam-se fechado pétalas. E na própria composição do espaço uma interrelação diferente de qualquer coisa como planos havia alterado e quebrado o modo dos sons, das luzes e das cores usarem a extensão. (PESSOA, 1999)

Andávamos na Vila Marçola, ao entardecer, aleatoriamente. Eu e Reinaldo, morador do Aglomerado da Serra e grande companheiro das discussões e questionamentos que as reviravoltas das andanças nos traziam. Uma das coisas que mais nos chamava a atenção era como as novas ruas estavam vazias e pouco “habitadas”, configurando um grande vazio na vila. A proporção da nova cidade é contrastante com os becos e áreas livres da favela. Os pontos de encontro, e onde realmente se encontram a maior parte das pessoas, são nos becos e vielas. Estas áreas parecem mais vivas, movimentadas. Imaginamos que ainda deve ocorrer a apropriação destes novos espaços, mas, a princípio, são estranhos na conformação espacial da favela. Destoam. São grandes vazios; um imenso silêncio. É um final de tarde de um sábado de fevereiro de 2009, na favela da Serra⁸¹. Ao redor do lugar que estávamos parecia uma área em guerra. “É fácil destruir, difícil é construir de novo”. Muitas casas derrubadas, entulhos por toda parte e o tapume rosa, furado “para ninguém levar”, cercando as áreas que serão ruas em breve. “Tem uma história indo embora aqui. É a nossa história”. Um monte de gente saiu dali.



Figura 3.5: Beco na Vila Marçola, mostrando processo de demolição das casas.
Fonte: Acervo próprio

⁸¹ Vamos nos permitir utilizar o termo “favela da Serra” para nos referirmos ao Aglomerado da Serra, visto que muitas vezes ela é assim referenciada pelos moradores da favela e dos bairros do entorno.

Fomos à casa da Dona Maria que mora no mesmo lugar desde quando tinha 16 anos (hoje ela tem aproximadamente 85). Nunca casou, não teve filhos e “herdou” a casa dos pais. Todos foram saindo e ela ficou. A casa é pequena, uma sala, com vasos de plantas e uma janela pequenina, branca, que abre para o quintal da frente, por onde se entra pela rua. O banheiro é do lado de fora, nos fundos, próximo à cozinha, onde também tem outra casinha, onde mora uma “tia velha”. Na lateral tem um jardim bem cuidado, verde e com flores. Internamente a casa é toda cheia de desenhos. Parece que é um sobrinho que mora com a D. Maria que faz. Ela gosta. O café que ela serve é bem docinho; café que ela faz questão de ter para as visitas. Muita gente passa por ali para fazer uma visitinha e conversar. Naquela hora, passou por lá o Zé Maria, que mora lá embaixo na Rua Capelinha e vem conversar com D. Maria. Sempre que passa, entra. D. Maria contou que quando ela era pequena, “descia aquele rio de canoa, chegando perto de onde agora é aquele hospital”, o Life Center. O rio hoje é uma rua. Ali não morava ninguém. “Agora a cidade está chegando”. E eles estão esperando? Dona Maria vai sair. Para uma rua passar.



Figura 3.6: Casa do da D. Maria: jardim lateral e área interna. Fonte: Acervo próprio

Um dia, estávamos caminhando pela Vila Nossa Senhora de Fátima e passando em frente a uma casa, o Reinaldo entrou. Era a casa do “Seu Raimundo”, que tinha sofrido um acidente e estava em recuperação em casa. A televisão tinha estragado e a graça eram os amigos que vinham visitar e jogar baralho. A casa do Seu Raimundo é abaixo do beco e descendo uma escada estreita chega-se ao fundo, que tem uma mesa, onde jogavam baralho. Era uma quarta feira à tarde e, em um silêncio amistoso, com brincadeiras que rompiam do jogo, os quatro senhores se deliciavam com o passar do tempo, nos fundos da casa que mostrava a cidade. Pequena mesa, numa casa estreita, com paredes caiadas de rosa. Um espaço tão reduzido nunca pareceu tão aconchegante, com a presença forte daqueles senhores que, sem se levantar, sem qualquer aproximação, foram tão receptivos e de certa forma carinhosos.

Ficamos assentados em um banco, eu e Reinaldo, assistindo ao jogo e ouvindo Seu Raimundo contar o caso do acidente. Para mim, foi uma tarde incrível, experiência silenciosa que parecia mudar minha forma de estar no mundo. Aquelas presenças, aquele lugar “entrecortado de cor”, pareciam suspender o tempo e suas urgências. A calma e companheirismo de uma quarta feira à tarde me inspiravam.



Figura 3.7: Casa do Seu Raimundo, no centro à direita. Fonte: Acervo próprio

A experiência na favela tinha a ver com a proximidade do Reinaldo. A primeira vez que nos encontramos foi no Centro Cultural da Vila Marçola. Fui com duas amigas conversar com ele sobre o Congado no Aglomerado da Serra. No início fiquei apenas ouvindo. Ele me olhava de lado, sem saber exatamente o que eu estava fazendo ali. Quando me apresentei, expliquei que era funcionária da Prefeitura e que tinha participado da elaboração do Plano Global que orientava a implantação do Programa Vila Viva na Serra, mas que estava ali em função do meu trabalho de mestrado. Nenhum comentário, mas sutilmente uma retração no olhar desfigurou-lhe a cara. Entremeadado nas falas sobre o Congado, abriu algumas fotos que vinha tirando do processo de mudança pelo qual estava passando o Aglomerado desde o início das obras. De forma aleatória, como se não fosse ele mesmo o autor da ação, lançou sobre a mesa um roteiro que tinha elaborado sobre esse processo, um documentário que pretendia fazer. Um “olha aí” de canto de boca foi a forma de explicitar que me considerava presente na conversa. Peguei os papéis e com curiosidade fui repassando um a um. Coloquei os papéis no colo em um movimento automático de reconhecimento daquele material. Como um gato, Reinaldo se desviou da conversa na qual parecia completamente entretido e, asperamente, mas sem alterar o tom de voz, se voltou para mim: “Você não vai roubar isso também não! Já levou muita coisa da nossa história!”.

Reinaldo acompanhou todas as conversas na favela da Serra. Controvertido, às vezes, questionando-se em relação ao seu radicalismo contra as obras, trouxe a riqueza do debate contínuo com moradores do Aglomerado, em longas conversas pelos becos, ruas e vielas da Serra. Quantas dúvidas surgiram de nossos questionamentos. Quantas vezes frente à miséria e pobreza nos recolhemos de nossas críticas e pasmados aplaudimos as intervenções. Situação retorcida, contraditória até, que nos enredava em discussões infundáveis sobre aquela obra, sobre a vida das pessoas que habitam aquele espaço em transformação, sobre a vida dele e a minha. Reinaldo foi importante também na abertura das casas das pessoas que nos receberam. A segurança de um morador reconhecido pelo entrevistado, mesmo em vias distantes, foi a abertura da casa e de seu cotidiano, que em tardes quentes se abriram para nossa pesquisa.

Relatos de experiências sensoriais que, se tinham a finalidade de pesquisa ou de análise, se explodiram em sensações. O trabalho que se pretende a partir disto será parcialmente intuitivo. Mais do que comprovar idéias ou consolidar pressupostos, pretendemos escancarar incômodos e sensações e, quem sabe, apontar caminhos. Se forem necessárias provas, sugerimos a experiência de se estar, verdadeiramente, na favela. Não está aqui essa possibilidade. A experiência de vivenciar a favela⁸², apesar de sempre externa a ela, de alguma forma mudou minha percepção. E a intervenção do Programa Vila Viva, é certo, está mudando a vida cotidiana dos moradores do Aglomerado da Serra.

3.2.1. Apropriações cotidianas do espaço: análises possíveis pelas morfologias das habitações

A experiência do cotidiano deixa rastros. A urbanização da favela, por intervenções do Estado estabelece uma nova condição ao espaço que, por sua vez, se transforma pelo cotidiano que o rastreia. Intervir em um espaço complexo, fragmentado, inacabado e labiríntico é, antes de tudo, um desafio. O que nos interessa, então, é tentar entender como se dá esta relação entre um espaço que se impõe (*o espaço da política*) e o cotidiano que o transforma (*as políticas do espaço*). Ou como as formas definidas pelas ações cotidianas dos moradores da favela são consideradas nas soluções adotadas e como as transformam.

Seguindo a opção teórica adotada para a pesquisa, de valorização das práticas frente aos discursos, não nos deteremos nas falas dos moradores quanto à adequação ou não das

⁸² Apesar dos relatos se deterem em situações vivenciadas na pesquisa de mestrado, a minha experiência na favela da Serra é de fato mais antiga, na elaboração do Plano Global (1999 a 2001). Considero, no entanto, que mesmo a primeira experiência tendo sido importante e intensa, a sensação de estar ali, acompanhada do Reinaldo e aberta para perceber aquele lugar-favela, livre de qualquer direcionamento profissional, parece ter ampliado ainda mais o horizonte. Lembro-me da primeira vez que entrei na favela, menina criada no bairro Serra, pertinho da favela mas tão distante dela. Senti cheiro de feijão cozinhando

alternativas. Diferente disso, discutiremos a proposição estética que permeia as intervenções, a forma de morar que se institui e a possibilidade de experiência de espaço que se abre, comparando-os com as formas de apropriação do lugar-favela. Acreditamos que a indefinição da forma, nunca finalizada, inacabada e sempre a se reconstruir, a prática da construção e permanente reforma da habitação da favela institui um modo de vida que se relaciona com o próprio processo construtivo, diferenciando-a de outros padrões de habitação adotados no restante da cidade, inclusive nos apartamentos construídos por meio do Programa Vila Viva. Mais ainda, argumentamos que um possível distanciamento ou inadequação da forma dos novos apartamentos em relação ao modo de morar de seus futuros habitantes pode ter um custo social que extrapola as economias financeiras alcançadas na racionalização da construção, nos padrões e tamanhos mínimos adotados.

Referimos (...) a frequente primazia das razões práticas e circunstâncias ditadas pela ausência ou inoperância da planificação – econômica ou regional – que conduz, na prática à tentativa de erguer programas de habitação socialmente útil mantendo na base a especulação sobre o solo ou razões de oportunidade incompatíveis com uma programação séria e eficaz. Ora, sem referir já à oneração que esta situação implica no custo do empreendimento, só a extrema delicadeza de que se revestem as incidências de um dado ambiente urbano na psicologia dos indivíduos e nas suas relações (...) nos parecem por si serem de molde a exigir que a coletividade comece – antes mesmo de querer fazer muitas casas – por assegurar a pureza da sua concepção, contrabalanceando os fatores de base que a deformam de início. (PORTAS, 2004, p. 53).

Assim, a pesquisa no Aglomerado da Serra foi desenvolvida procurando entender a vivência dos moradores com as intervenções e como essas interferem, positiva ou negativamente, em seu cotidiano, adotando-se como recorte a forma das habitações construídas pelos próprios moradores e estendendo para a apropriação do espaço da rua⁸³. Iniciamos com conversas com moradores que mudaram para os novos apartamentos e com outros que permaneceram. Conversamos com 31 moradores ou famílias que foram relocadas para os conjuntos habitacionais (ao todo estão previstas 856 unidades), em dias e horários diferentes. Priorizamos as conversas aos sábados na parte da manhã, abrangendo 20 do total das visitas, quando estava presente a maior parte dos moradores, inclusive aqueles que trabalham fora. No entanto, destacamos que as visitas feitas à tarde durante a semana, foram interessantes

logo cedo. Inusitadamente para mim aquilo soava estranho, como uma vida normal, como a minha, que acontecia num lugar, naquele momento, ainda irreconhecível.

⁸³ Iniciamos a pesquisa pelas casas, espaço privado, para depois estender a discussão para a apropriação do espaço público em função do momento em que se encontrava a obra do Programa Vila Viva na área estudada. A abertura da Avenida do Cardoso e urbanização de diversos becos têm grande impacto no cotidiano dos moradores e, por ainda não estarem concluídas, não foram apropriadas pela população. Os passeios ainda estão subutilizados, praticamente não existe trânsito de veículos na avenida de quatro pistas. Desta forma, com a obra ainda em andamento, foi impossível rastrear as formas de ocupação do espaço público. Diferente disso, os primeiros apartamentos já foram construídos há dois anos, no início da obra, já estando grande parte destes ocupados pelos moradores. Além disso, percebemos no caso das favelas uma maior proximidade e permeabilidade entre o espaço público e o privado, o que facilita a transposição da análise a que nos propomos. A principal questão neste sentido era: como mapear estas práticas, estas experiências sensíveis?

também para identificar moradores que passam a maior parte do dia em casa, alguns até com trabalhos sendo feitos na própria residência (principalmente artesanato e costura).

O nosso foco nestas conversas - destacando que estamos apontando a limitação da estratégia do discurso e valorizando as práticas - foi mais a rotina dos moradores e menos sua opinião explícita quanto à adequação ou inadequação das alternativas, discursos esses muitas vezes contaminados pela mídia e pela postura hegemônica do Estado, claramente contraditórios em relação às suas práticas. Não tínhamos expectativas ou intenção quanto a um levantamento estatístico ou amostral, que pudesse nos indicar uma possível categorização ou definição sobre o cotidiano das famílias. A idéia era simplesmente uma aproximação sensitiva, inspiradora, de forma a incorporar sutilmente a voz destes moradores, no devaneio diletante da análise da forma das habitações.

Toda a pesquisa de campo foi acompanhada pelo Reinaldo⁸⁴. Adotamos um roteiro de entrevista que nos orientava (anexo B), focado mais na tentativa de entender o cotidiano das famílias, antes e após a mudança. A idéia da entrevista era trabalhar apenas de forma indireta a opinião dos moradores, e não de forma explícita, tentando evitar induções. Desta maneira, as perguntas caminhavam informalmente quanto ao dia a dia dos moradores, as diferentes atividades, qual espaço da casa utilizavam para cada função, quais moradores participavam. Depois conversávamos sobre o cotidiano a partir da mudança para o apartamento, coisas que se alteraram na rotina, o motivo de algumas atividades não mais ocorrerem e lugares que sentem falta em seu dia-a dia. Por fim, às vezes de forma direta, a pergunta: Mas o que é a favela? Respostas diversas e retorcidas, bom e ruim, certo e errado, a dualidade da favela expressa também por seus moradores.

À luz das conversas com os moradores passamos para a segunda parte da pesquisa: a análise da morfologia das casas da favela e dos conjuntos habitacionais. Trabalhamos com a comparação entre as casas que foram demolidas e os apartamentos construídos para relocação das famílias removidas, associando os espaços configurados nas habitações como tendo

⁸⁴ Reinaldo nasceu no Aglomerado da Serra e até o final do ano passado trabalhava no Centro Cultural da Vila Marçola, no Projeto Redemoinho, que visava dar suporte e visibilidade aos grupos de arte do Aglomerado. Nesse projeto desenvolveu uma frente de ação denominada “Aglomere-se: construindo e desconstruindo” que trazia uma reflexão sobre a interferência das intervenções do Programa Vila Viva na história e cultura do Aglomerado. A discussão passava principalmente pela questão de perdas de referências simbólicas e de uma mudança drástica da vida de seus moradores. A idéia era representada por um trator formado por diversas referências culturais da favela (o samba, congado, etc.), tentando ressaltar mudanças nos aspectos culturais que estavam atreladas à obra (ver folheto no anexo C). O ponto de partida para a pesquisa, ou contato inicial com os moradores, se deu a partir deste projeto, na tentativa de entrarmos pelo lado da crítica, visto que até então, tanto pelo trabalho na Prefeitura quanto pela elaboração do Plano Global minha experiência estava mais diretamente relacionada com o formato institucional do Programa.

relação estreita com o cotidiano das famílias aí residentes⁸⁵. A construção de uma varanda, a permanência de um quintal ou de uma laje nas habitações da favela, quando espaços mínimos de quarto ou cozinha ainda não estão garantidos, não nos parece estar associado unicamente a uma impossibilidade financeira de construção desses espaços. Intuímos que, talvez como consequência de um processo fragmentário de construção de cada uma das unidades, criaram-se alternativas que de alguma forma delimitam uma maneira de habitar o espaço.

O espaço construído, seja ele produzido pelo arquiteto ou pelo próprio usuário do espaço, como é o caso das favelas, se concretiza em uma forma. A concepção da habitação é a transformação do espaço que dá suporte e que interage no agir e viver cotidiano. Assim, é importante pensarmos a interrelação entre o espaço da habitação e a experiência cotidiana das pessoas. Por este ponto de partida, poderemos entrever o que da forma da favela, relacionado ao seu cotidiano, deveria ser considerado na concepção das novas unidades habitacionais. O que configuraria a estética da favela, sua apropriação política do espaço, suas morfologias urbanas e tipologias arquitetônicas que definem uma cultura construtiva e espacial própria.

Cultura própria, principalmente construtiva e espacial (...) que difere dos bairros formais até mesmo por seu processo singular de ocupação. Favelas são sempre espaços que foram em parte ou totalmente conquistados e construídos pelos próprios moradores, segundo uma lógica participativa singular, contrária ao que ocorre na cidade formal. Insistiremos aqui na idéia de que as favelas se constituem por meio de um processo arquitetônico e urbanístico vernáculo singular, que difere do dispositivo projetual tradicional da arquitetura e urbanismo eruditos, e também constitui uma cultura e até mesmo uma estética espacial própria, diferente da cultura e da estética da cidade formal e com características peculiares. Essa cultura e estética da favela, essa outra forma de construir e de habitar, têm reflexos ou influências de todos os aspectos da vida cotidiana de seus moradores. (JACQUES, 2002, p. 28-29)

Mais ainda, no caso das favelas, sendo os moradores os próprios construtores, a forma expressa a maneira como essas pessoas se apropriaram do espaço para construir suas habitações, seus modos de ocupar e interagir com o lugar. Perceber o movimento é difícil, mas podemos tatear, na morfologia das casas, rastros deste movimento. Por intermédio dos espaços construídos, e pelas falas e percepções de seus moradores, conhecer o cotidiano das pessoas. Forma ambígua que abriga o cotidiano pela abertura do espaço da habitação da favela, que se reconstrói a cada dia em uma forma inacabada e fragmentada.

Se a *morfologia* da habitação nos apresent[a] um quadro de relações muito complexo e difícil de conciliar, também, por outro lado, a sua *sintaxe* é rica de possibilidades e autoriza a esperança de as integrar em cada caso concreto, respondendo *pela ambiguidade da forma* às sucessivas exigências humanas. (PORTAS, 2004, p. 163, *grifos do autor*).

⁸⁵ A principal dificuldade metodológica foi como mapear as práticas cotidianas da favela, as experiências sensíveis, em um contexto de grande transformação decorrente da obra. A opção pela análise das casas se embasa no entendimento de que estas deixam rastros de um cotidiano vivido, mesmo quando esvaziadas fisicamente dos objetos e pessoas que ali habitavam. Se as pessoas estão fisicamente ausentes, estão de alguma forma presentes como construtores e definidores daquele espaço que apresenta singularidades associadas às suas experiências. Além disso, as entrevistas complementam as análises das casas, incorporando práticas de seus habitantes.

Quando pensamos a forma não a imaginamos isolada da ação que a produz, que a conforma e a altera. Não a pensamos separada de seu uso, da apropriação inerente a ela. Lembrando da totalidade do espaço (LEFEBVRE, 1993), a própria forma se dá imbricadamente na constituição do espaço, por sua realização e transformação. Ainda mais na favela, onde o ato de construir se mistura ao ato de habitar e se apropriar de espaços vazios, de brechas que se transformam em novos espaços que ampliam o cotidiano.

A análise da morfologia das casas que foram removidas se entrelaça com depoimentos de moradores que mudaram para os apartamentos e com outros que permaneceram em suas habitações, mas que tiveram seu cotidiano alterado pelas transformações no espaço urbano do Aglomerado. A partir da forma da moradia, experimentalmente vamos especular sobre o cotidiano daquela família, associando-as às falas dos moradores entrevistados. Não se pretende, obviamente, uma análise precisa e definitiva sobre uma maneira de morar da favela ou mesmo do Aglomerado da Serra. Diferente disso, a proposta é, de maneira experimental, desconstruir a idéia de um padrão de habitação, destacando a diversidade de formas e a falta de padrão da casa na favela. Quais as possibilidades da forma? Quais suas potencialidades?

Importa-nos, também, as vozes que habitam esse espaço, mesmo que de forma fragmentada e transitória. Não estamos limitados a correspondências precisas, na detecção de uma realidade da forma, de uma realidade da favela. Diferente disso, buscamos o reconhecimento da abertura e inconstância das formas criadas nas favelas, sua indefinição que as tornam impossíveis de serem categorizadas. Esta inconstância nos interessa.

Vamos trabalhar com as plantas das edificações, complementar às conversa com os moradores. Poderíamos utilizar imagens dos espaços da favela para discutirmos sua morfologia, mas optamos por focar a planta das casas como forma de abstrair um possível direcionamento estético e formal que permeia nossa visão tecnicista destes espaços⁸⁶. Como

⁸⁶ Como esclarecido na introdução, quando usamos a palavra “plantas”, estamos nos referindo ao desenho da subdivisão da casa ou o que também é denominado tecnicamente como “planta baixa”. Entendemos que a “planta” ou desenho da casa é um tipo de representação, não estando diretamente vinculada a uma prática cotidiana. No entanto, se pensamos a prática construtiva da favela, onde na maior parte das vezes os próprios moradores constroem suas casas, podemos ingerir que a morfologia das casas expressa uma forma de morar e de se relacionar com o espaço. Se a “planta” é um discurso, um registro (no caso em questão, posterior à apropriação), nos deixa rastros de uma forma de habitar e de construir que, associada com as entrevistas, nos indica algumas singularidades da favela ou como as pessoas usam esta casa representadas na planta. Além disso, o que pretendemos não é aprofundar na análise de uma sociologia do cotidiano da favela, o que demandaria uma pesquisa mais ampla. Intentamos, apenas, encontrar pistas que nos permita contrapor as experiências desses moradores à proposta de intervenção do Programa Vila Viva. Neste sentido, as “plantas” são até bastante esclarecedores: os desenhos das casas das favelas feitos posteriormente à sua construção (no momento da demolição) como o registro de uma situação existente, em contraposição ao projetos dos conjuntos habitacionais, como idealização de uma nova forma de morar.

falar de potencialidades frente à factualidade e precariedade que nos mostra a imagem? Como transpor a imagem da favela que nos direciona para sua precariedade?

A imagem da moradia da favela acaba sendo associada à precariedade da habitação: a falta de acabamento, a somatória de materiais diferentes, ao inacabado da edificação. A abstração a partir das plantas das casas nos permite enfocar a questão formal sem estarmos induzidos a uma negação das possibilidades destes espaços pela precariedade a que automaticamente associamos sua imagem. De forma abstrata, como desenho, a representação das edificações das favelas poderiam ser relacionadas a casas em qualquer lugar da cidade, permitindo uma aproximação da forma. Esta que nos parece ser ainda uma questão pouco considerada na construção das soluções para a favela: seu aspecto formal, sua conformação urbana e sua arquitetura.

Não pretendemos fazer uma avaliação valorativa destes espaços, que pudesse definir escolhas do que deveria ser considerado ou desconsiderado na proposição de uma alternativa habitacional. Esta análise abrangeria diversos outros fatores que não são possíveis de identificar através das plantas, como volumetria, iluminação e ventilação, conforto térmico, qualidade dos materiais, inserção na cidade, estrutura da moradia, etc. Não pretendemos chegar a uma forma ideal, mas pontuar caminhos possíveis para reconhecer diferenças e desconstruir estereótipos em relação à forma de habitar a favela. Tentaremos identificar formas e relações que se fazem presente nas habitações e que pela nossa percepção técnica poderíamos considerar como desvio devido à precariedade ou à diferença em relação ao que tecnicamente consideramos adequado. Falamos de potencialidades, de articulação entre espaços, de aberturas e fechamentos, enfim, de inspirações, de sopros de possibilidades. Não estamos falando de uma incorporação automática das formas e proposições identificadas, até porque não teríamos abrangência para alcançar uma generalização. Gostaríamos de destacar, simplesmente, a necessária avaliação e aproximação de aspectos que diferenciam a forma de morar das pessoas que se pretende relocar, buscando melhor adequação dos projetos e, acreditamos, maior eficiência da intervenção. Adotaremos como linha norteadora alguns aspectos relacionados à estrutura da habitação e seu agrupamento, adaptando a metodologia utilizada pelo arquiteto português Nuno Portas (2004, p. 78-175)⁸⁷ para avaliar a qualidade de projetos da habitação social (“bases de uma teoria da habitação”):

⁸⁷ Apesar de Nuno Portas ter uma ênfase puramente formalista em sua análise, praticamente não abordando a questão do uso e apropriação, optamos por adaptar sua metodologia por acreditar que, somado às entrevistas que trazem a experiência e prática dos moradores, temos a possibilidade de adotar uma orientação nas análises que nos permita fazer uma comparação entre as casas da favela e o projeto dos conjuntos habitacionais.

1- Organização interna da célula familiar:

- a) Capacidade familiar: relaciona-se ao tamanho da habitação, englobando tanto o “o número de divisões por pessoa (...) e os seus diferentes fins e a área habitável por pessoa”. Refere-se à capacidade da casa exercer suas funções propiciar uma vida harmônica entre seus habitantes (tanto para privacidade quanto para reunião dos moradores). Inclui também a análise “das possibilidades (...) em suportar as alterações de programa que o evoluir da família exige” (PORTAS, 2004, p. 104).
- b) Organização interna da habitação: refere-se à setorização de espaços em relação ao uso e grau de intimidade, agrupando-se em “zonas de permanência diurna”, como espaços comuns de uso, em oposição às “zonas de permanência noturna” para descanso (áreas privativas ou íntimas). Na primeira categoria se incluem os “lugares polarizadores da reunião familiar” (PORTAS, 2004, p. 142), como as salas de visita e de jantar, a cozinha e área de serviços, terraços, varandas, etc. Na segunda estão as áreas de maior intimidade da moradia “que são a expressão primária da liberdade do indivíduo no lar”, como os quartos, sala de estar íntima e banheiros.
- c) Apreensão do espaço exterior: relaciona-se à extensão exterior da habitação. Pode abranger tanto a relação com o espaço da rua, como varandas, lajes, sacadas ou mesmo um comércio na frente da habitação, quanto configurar um espaço aberto, descoberto, mas interno à habitação, como quintais, pátios, etc. São, em linhas gerais, os espaços livres das habitações, não estando associados a uma função, mas à múltiplos e variados usos.

2- Formas de agrupamento das unidades habitacionais:

- a) Definição do espaço exterior: inserção da habitação no quarteirão/bairro da favela ou no conjunto habitacional, avaliando como as “formas de conceber o agrupamento garantem ou fomentam a sua integração numa vizinhança e, desta, nas sucessivas partes da vida urbana” (PORTAS, 2004, p. 93).
- b) Composição quantitativa das unidades: refere-se ao grau de concentração das quadras e dos conjuntos, tanto em relação ao adensamento construtivo quanto habitacional, tocando na questão das possibilidades de individualização da célula individual no conjunto.

- c) Acessos e espaços de distribuição: “trajetos dos habitantes que o percorrem”, são os caminhos e percursos que conformam o esquema distributivo do agrupamento de casas ou unidades habitacionais, incluindo distribuição horizontal ou em extensão (corredores, circulações internas e becos privativos), distribuição vertical ou em elevação e a entrada ou recepção. Configuram-se “como locais de vida de relação entre os vizinhos (“contato inter-grupos”).

Não nos ateremos a uma análise sistemática de cada um destes itens para todas as plantas analisadas, muito menos em uma sequência lógica para a análise. O método adotado é apenas um norte, um direcionamento para a discussão. No intuito de destacarmos questões que nos parecem relevantes em cada caso, nos concentraremos em pontos diferentes que possam dar suporte à nossa suposição. Não pretendemos uma análise conclusiva, mas uma inspiração aberta, intuitiva, que aponte possibilidades de relacionamento entre a forma e o uso dos espaços. Para este fim nos parece interessante a metodologia de Nuno Portas como direcionamento, na sua tentativa de analisar o uso da habitação pela forma planejada e indiretamente alcançar este movimento que nos escapa.

Iniciaremos pela discussão das plantas de casas que foram removidas em diversas áreas do Aglomerado em função das obras. O nosso material de análise são as plantas desenhadas pelos técnicos da Urbel para avaliação da “benfeitoria” e negociação da forma de remoção dentre as alternativas de remoção, abrangendo diversas áreas do Aglomerado. Fizemos um recorte na escolha das plantas, selecionando em cada região ou parte da obra as casas que foram avaliadas em até R\$40.000,00, valor estimado da nova unidade habitacional construída para relocação⁸⁸. A idéia da seleção foi tentar agrupar casas que tiveram seus moradores transferidos para os apartamentos. Em sua grande maioria, quando a moradia era avaliada em valor superior, os moradores optaram por receber a indenização e adquirir imóvel em outro lugar (mesmo dentro do próprio Aglomerado). Apesar de não necessariamente os moradores destas casas terem sido relocados para os apartamentos, podendo ter feito outra opção de relocação⁸⁹, o recorte visa enfatizar um universo de casas que de forma mais aproximativa representa as formas de habitar que foram readequadas nos apartamentos.

⁸⁸ A avaliação da Urbel envolve aspectos relativos principalmente às benfeitorias e investimentos feitos na moradia. É adotado, ainda, um afator de depreciação que varia entre 35% para menos a 15% para mais em função da localização, do estado de conservação e tempo de uso do imóvel. Ver no “Anexo C” as planilhas de detalhamentos onde estão especificados os itens considerados, os valores e metodologia adotada. E no “Anexo E” cópia dos desenhos originais das plantas selecionadas.

⁸⁹ O Programa Vila Viva, como as demais ações da URBEL, oferecem três possibilidades: a desapropriação pelo valor da avaliação do imóvel (adotada principalmente em casos de avaliações superiores a R\$40.000), o

À luz de possíveis pontuações na análise das plantas de casas removidas, vamos avaliar as plantas dos novos apartamentos propostos nos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Vila Viva. Além de pontuar questões que contrapõem as formas da favela à da nova proposta, tentaremos exemplificar, a partir de outros projetos e concepções, soluções que se aproximariam mais de lógicas que possivelmente sejam identificadas nas plantas das casas da favela. A idéia é experienciar possibilidades de conformação da estrutura da casa, como questionamento deste modelo único, que nos parece lógico e adequado, pela nossa perspectiva. Se existem diversas formas na favela, não deve ser simplesmente por falta de alternativas ou pela impossibilidade de adotar formas mais tradicionais de articulação entre os espaços.

Como recorte metodológico, enfatizaremos o espaço da moradia, mas sem perder de vista sua relação com o entorno, seu contexto e inserção no agrupamento a que pertence, a relação com os espaços da rua de acesso e circulação. Vamos centrar nossa análise nas unidades habitacionais produzidas para relocar a população removida em função de obras ou por situação de risco da moradia, a partir da qual extrapolaremos para o espaço urbano. A discussão sobre o espaço privado extrapola para o espaço público, a cidade-favela, tanto pela rotina dos moradores que invade a rua quanto pelas conversas feitas percorrendo os becos e ruas – novas e largas, antigas e estreitas – acompanhada de moradores do Aglomerado da Serra. Não consideramos que a intervenção se resuma a seus aspectos físicos, nem somente aos projetos habitacionais. Acreditamos, no entanto, que a concepção que embasa o projeto das novas edificações, incluindo suas condicionantes de custo, é semelhante ao que determina as soluções para as intervenções no espaço urbano da favela. A concepção da proposta de intervenção permeia todas as ações, diferenciando-se apenas pela escala.

Se não temos dados concretos, quantitativos, que comprovem nossos questionamentos, buscamos pistas que nos indiquem sua pertinência e a possível necessidade de aprofundamento e revisão das propostas. Pretendemos perceber como a prática do espaço da favela é incorporada nas intervenções do Programa Vila Viva. E se o padrão mínimo que se considera adequado, estipulado em função da limitação de recursos, atende à demanda dos moradores expressas não apenas em suas falas explícitas, mas nas vozes que permeiam a forma que se concretiza pelo uso do espaço.

reassentamento monitorado (PROAS,) onde a família escolhe uma moradia, vistoriada pela URBEL, até o valor estipulado pelo Programa (hoje em R\$16.000,00) e por fim a relocação para apartamentos construídos pelo Poder Público. Esta última é incentivada para todos os casos avaliados em valor inferior a R\$40.000,00, conforme informações da coordenação social do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.

Não pretendemos, de forma alguma, ignorar a importância de se investir na qualidade ambiental desses espaços, principalmente no que se refere à iluminação e ventilação. No entanto, o que pretendemos destacar é que os rastros deixados pelas soluções adotadas para construção das casas pelos próprios moradores, na maior parte dos casos, podem nos indicar tanto relações importantes entre os moradores quanto da casa com a rua. A compreensão destes aspectos, acreditamos, indica de alguma forma hábitos e necessidades práticas destas famílias. Se não foi possível alcançar uma qualidade da moradia por falta de recursos e, mesmo condicionada pelo espaço que resta entre outras ocupações, existem definições e alternativas que de alguma forma configuram escolhas cotidianas de seus moradores.

Não enfocamos uma amostragem quantitativa representativa da favela ou uma análise estatística. Diferente disso, gostaríamos de conseguir pontuar algumas possibilidades de análise e conhecimento do lugar-favela, intuindo formas de interpretação a partir dos objetos selecionados. Mais do que chegar a uma conclusão definitiva, a tentativa será de estruturar “um modo de pensar o habitat social”, “tentando ler caminhos que se desenham e não criando caminhos a seguir – aclarar e não inventar...” (PORTAS, 2004, p. 14). Será, enfim, tatear como as formas de apropriação das favelas estão incorporadas nas propostas de urbanização e de habitação do Programa Vila Viva. E se estão.

A idéia é refletir sobre qual casa estamos falando quando nos propomos a resolver a demanda por moradia nas favelas. O que significa a fala “queremos casa!”? A resposta passa pelo entendimento de “que casa é essa”, não se tratando simplesmente do reconhecimento de um discurso – “quero casa”- mas do reconhecimento da concretização do discurso –“qual casa” - na conformação do lugar-favela. Esta discussão nos parece pouco enfrentada e até difícil de ser feita discursivamente no *espaço da política*. Parece-nos que poderíamos perceber nos rastros dos usos cotidianos do espaço da favela por seus moradores, nas *políticas do espaço*, algumas possibilidades de percepção de alternativas de habitar a cidade construída por suas ações, por suas práticas. Mais do que a fala explicitada nos discursos, trata-se do reconhecimento de atos de ação e de apropriação dos espaços. Trata-se, enfim, de uma questão estética, da realização da forma e da concretude delimitada pelo ato de se habitar cotidianamente um espaço. Este é o caminho que adotamos em nosso trabalho empírico, na tentativa de traçar caminhos que nos permita, pelo viés estético, identificar “qual casa” configura a habitação da favela.

3.2.2. Lugar-favela: morfologia de fragmentos habitados

Nosso percurso será tortuoso, fragmentado e inacabado. Optamos por uma discussão mais de caráter provocativo e que inspire suposições e questionamentos do que por uma análise fechada e detalhada que nos possibilitasse chegar a conclusões e proposições. Até porque, para o caso das favelas, com sua prática fragmentária e em constante transformação, isto nos parece impossível. Pretendemos apontar a amplitude que abrange a definição de uma nova habitação para essas pessoas e a incompatibilidade e risco da adoção de padrões.

Escolhemos dentre as plantas selecionadas pelo recorte do valor da avaliação (anexo D)⁹⁰, cinco para uma análise que visa clarear questões que percebemos repetidamente nas demais⁹¹. Analisaremos as plantas escolhidas como exemplos de categorias que parecem se repetir nas plantas e nas casas das favelas. Não vamos tratar de uma singularização de cada uma delas, mas da identificação de características que nos permita certa generalização. Por fim, vamos pontuar também o agrupamento das casas e como conformam o espaço urbano da favela.

A análise estará permeada pela experiência nas visitas aos apartamentos e casas da favela, que também nos subsidiou para interpretação do espaço por sua forma de maneira mais genérica e abrangente. A fala solta das pessoas, quando não abertamente se posicionando a favor ou contra a proposta, também deixa rastros de seus desejos e necessidades, complementando a concretude da ação explicitados nos espaços das casas da favela.

A primeira e forte presença na favela parece ser exatamente a ausência de padrões, consequência de uma forma construída de forma fragmentada, aproveitando oportunidades e atendendo à novas e renovadas necessidades de expansão. Não nos parece possível uma conclusão do tema, da forma pretendida para moradias que abriguem esta população. Mas nos parece plausível desconstruir a idéia de uma possibilidade fechada, padrão, ou da desconsideração da forma de habitação das favelas. Importa-nos a estética das habitações. Não pela aparência, mas pela possibilidade da forma no cotidiano das famílias.

⁹⁰ O anexo E apresenta as cópias dos desenhos originais, elaborados por técnicos da URBEL, de todas as plantas selecionadas em áreas do Aglomerado da Serra, adotando-se o recorte do valor de avaliação inferior a R\$40.000,00. Dentre estas, cinco foram escolhidas para análise.

⁹¹ Quatro das cinco casas escolhidas localizavam-se em uma mesma área (Rua Capivari - Vila Marçola), apostando no destaque para a diversidade de formas em uma mesma área.

3.2.2.1. Casa 1: flexibilidade da planta

A primeira planta que vamos analisar é de uma casa que se localizava na Vila Marçola, na Rua Capivari, próximo ao limite como o bairro Serra. Com uma área construída de 62,94m² e um terreno de 91,93m², foi avaliada pela Urbel no valor de R\$30.440,34. Possuía dois pavimentos em parte da edificação, com 3 quartos, 2 banheiros, sala e cozinha e um cômodo com uso indefinido, totalizando 9 cômodos fechados. Além disso, tinha uma área externa com canil e uma área de serviço aberta, mas coberta.

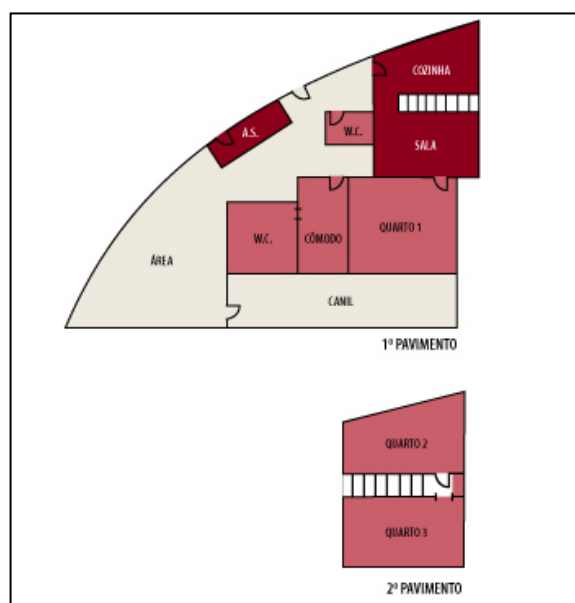


Figura 3.8: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari)
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel⁹²

A maior parte dos cômodos constituem os espaços privados de uso diurno, abrangendo 5 do total de 9 cômodos. Poderíamos especular por uma preponderância de usos mais intimistas. Mas imaginamos que a área externa configura um contraponto para esta percepção, sendo possível que este espaço ocorra como uma área coletiva de múltiplas funções, suprimindo a demanda de espaços de uso diurnos e coletivos de forma flexível e abrangente, como local para secar roupa, espaço de lazer das crianças, festas, plantio de flores e hortaliças, criação de animais, etc. “*Eu tinha quintal com cachorro, galinha. Tinha minhas plantas medicinais. O melhor xampu da casa era para as cachorras. Tinha a casinha delas. Agora só tô com passarinho.*” (D. Zelita, relocada para um apartamento na Av. do Cardoso)⁹³. A proporção

⁹² Adotamos uma apresentação padrão para as plantas das casas escolhidas para serem analisadas: de vermelho escuro estão destacadas as áreas mais públicas da moradia; de vermelho claro as mais intimistas; de cinza as áreas abertas ou com conexão com o exterior, incluindo varandas e lajes, mesmo quando cobertas. Todas as plantas originais selecionadas, com o levantamento feito pelos técnicos da Urbel, que inclui as cotas de cada um dos cômodos e os materiais de acabamento (por siglas, conforme formulário no “anexo C”), estão anexadas ao final deste trabalho.

⁹³ Conforme detalhado na metodologia descrita no item anterior, esta fala não corresponde a um morador da casa representada pela planta em questão. Não foi feita esta identificação. A intenção, no entanto, é exatamente fazer associações aleatórias que nos permitam aproximar de forma lúdica do uso das casas que estão sendo analisadas.

entre a área livre e a construção é de aproximadamente um terço, destacando-se que a área externa permeia praticamente toda a edificação.

O acesso ao terreno é feito através do “quintal”, não sendo possível visualizar da entrada a dimensão da área aberta, sendo esta fragmentada ao redor da edificação. A casa possui dois acessos, sendo um nos fundos, mais privativo (atrás do volume do banheiro) que dá acesso à um quarto, e outro na parte da frente, pela cozinha, de caráter mais público, sendo mais visível e acessível. Esta diferenciação já aponta para uma setorização da casa entre espaços intimistas e coletivos. Insinua também a independência entre os espaços, sendo possível acessar um dos quartos sem passar pela área comum. Este fato pode indicar, possivelmente, a utilização da casa por mais de um núcleo familiar, criando-se alternativas para a convivência entre os diversos moradores pela flexibilidade e independência dos espaços.

Existe uma setorização clara entre os espaços comuns, ou de uso diurno e os privativos, de uso predominantemente noturno. Além da separação em pavimentos diferentes para dois dos três quartos, temos a sala como espaço de distribuição entre as áreas comuns e as íntimas. Separando a cozinha da sala tem a escada que dá acesso ao segundo pavimento, demarcando, provavelmente, um limite preciso entre estes dois ambientes. Interessante destacar, também, o posicionamento de um dos banheiros, externo à moradia⁹⁴. Provavelmente atende aos visitantes, além dos moradores, principalmente os dos quartos superiores (e outros que eventualmente poderiam dormir na sala). O segundo banheiro, espacialmente se configura como sendo mais privativo do quarto 1, apesar de também ser possível acessá-lo pela área externa, através da entrada dos fundos, passando pelo “cômodo”. Além da distância do banheiro em relação à área íntima, e sua localização na área externa, que por nossos hábitos nos parece incômoda, destacamos a conformação da forma do banheiro em relação ao todo. Configura-se como um pequeno fragmento que se acopla à edificação, recortando a área externa, aparentemente construído posteriormente ao restante da edificação. Parece ser um espaço a parte, desconectado tanto funcionalmente quanto espacialmente da moradia, tornando seu uso independente da ocupação dos demais espaços. Poderíamos mesmo especular sobre a autonomia da utilização do banheiro. Se atende à toda a casa, inclusive às visitas, é importante que se garanta certa privacidade, sendo isolado, porém acessível à todos. Dessa forma, parece até estar mais resguardado do que se inserido e dividido dentro da habitação próximo a outros usos que o constroem, ainda mais se pensamos que esta casa

⁹⁴ O banheiro externo às moradias, tão frequente nas favelas, provavelmente se relaciona à utilização de fossas, pela ausência de redes de esgoto, sendo necessário afastar este cômodo do restante da casa.

provavelmente é habitada por um grande número de pessoas. O banheiro pode atender também à festas no quintal, tendo a cozinha como apoio, aberta para a área externa.

Em uma construção condensada, com espaços mínimos garantidos para cada função, destaca-se uma área sem uma destinação definida e com dimensões reduzidas: “o cômodo”.

Possivelmente pode ser uma área para armazenar objetos que excedam a capacidade dos mobiliários, ferramentas de trabalho. “*Minha máquina de costura está lá na casa da Marlene. Como que eu fico? Não dá para mim trabalhar, eu não tenho espaço. Aqui não dá jeito de guardar as coisas que a gente faz.*” (D. Zelita, relocada para um apartamento na Avenida do Cardoso). Um espaço flexível, além de possibilitar este tipo de uso, poderia ser utilizado para usos simultâneos entre os diversos moradores: um utiliza o banheiro, outro se apronta no cômodo, enquanto mais alguém (ou “alguéns”) dorme no quarto. O cômodo que não se define tem acesso pela área externa, independente, sendo acessível a todos. Pode também configurar-se como espaço de passagem (transição?) entre o quarto e o banheiro interno ou mesmo um acesso privativo para este quarto, como especulado anteriormente.

Do que está posto, destacamos a flexibilidade da planta, a elasticidade da capacidade da casa tanto por sua possibilidade de expansão, quanto pela flexibilidade de seus espaços e acessos. Esta configuração abre para uma possibilidade de convivência mais flexível entre seus moradores, além da ampliação da moradia, tanto pela verticalização quanto pela expansão horizontal, visto que aproximadamente a metade do terreno ainda não está construída.

Quanto à área da habitação, todas as atividades essenciais estão garantidas: a cozinha, quartos, banheiros e sala. A setorização e divisão da casa parecem garantir a possibilidade de diversas atividades ocorrerem simultaneamente em função de sua organização interna. Destacamos a separação de dois quartos no segundo pavimento que, além da privacidade noturna, possibilitaria o uso diurno para estudo ou trabalhos que exijam concentração. Obviamente que uma “superlotação” da casa poderia comprometer todas estas funções, mas nossa ênfase é na possibilidade formal da edificação, em como os diversos elementos se articulam.

Complementando, temos o cômodo que também pode aumentar a capacidade da casa de dispor de vários usos simultaneamente, podendo configurar, inclusive, um acesso privativo.

Quanto à inserção no quarteirão, em uma análise ainda isolada, destacamos sua forma irregular, com o volume da cozinha e sala avançando, provavelmente, no terreno do vizinho. Consequência de um processo de ocupação flexível, que se expande em função de demanda e

de disponibilidade de área, subjaz à forma um acordo velado entre os vizinhos, quanto aos limites e possibilidades de expansão de cada moradia.

O espaço exterior da habitação é, aparentemente, de uso mais privativo, tendo pouca relação com a rua. Pelas conexões com a habitação, se interligando principalmente pela cozinha, tem uma possibilidade de utilização reforçada para atividades domésticas e possivelmente para festas, além da criação de animais, como explicitado na delimitação do canil, nos fundos da casa. Destacamos a área livre triangular, localizada do lado esquerdo da planta, que avança sobre o vizinho. Podemos dizer que foi ocupada não pela necessidade de se construir, mas pelo desejo de se preservar um espaço aberto na moradia. Mesmo com a necessidade de expansão da casa, com a construção de mais dois quartos, manteve-se a área aberta, garantindo suas diversas possibilidades, de festa e de uso doméstico. Se existem condicionantes, existem também escolhas no processo de construção das habitações nas favelas.

3.2.2.2. Casa 2: o percurso do acesso

A segunda casa se localizava na Vila Marçola. Com uma área construída de 43m² e um terreno de 83,39m², foi avaliada em R\$24.330,28. Tem 3 quartos, uma cozinha pequena, copa, sala e banheiro, além de uma área externa fragmentada em duas passagens de acesso à moradia.

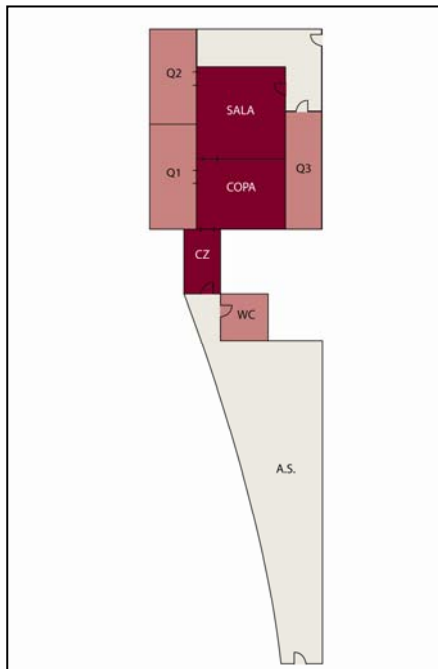


Figura 3.9: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 2.
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

Nesta casa é interessante destacar os acessos, que conformam o limite completamente irregular (no sentido da forma e não da ilegalidade) do terreno e sua provável relação com o entorno. São duas entradas para o terreno, uma bastante distante da outra, indicando possivelmente que ocorrem por vias distintas (ruas ou becos). A área comprida localizada na parte de baixo do desenho parece indicar um trajeto entre outras casas para permitir o acesso à essa moradia que se localiza provavelmente no meio do quarteirão. Interessante observar que existe um núcleo da casa, onde se localizam os quartos, sala e cozinha. Conectando este volume à área livre que dá acesso a casa, estão a cozinha e o banheiro que, formalmente, apenas tocam o volume principal da edificação. Para chegar em casa, o morador deve ter contato com diversos vizinhos passando praticamente por dentro de outras casas. As reentrâncias do contorno da forma da edificação reforçam essa suposição. A estrutura principal da casa se liga ao “comprido acesso” por um banheiro e uma pequena cozinha. O espaço entre estes cômodos parece dar lugar a outra moradia que se encaixa no vizinho, praticamente se fundindo um ao outro.

A casa tem também outro acesso, completamente independente, provavelmente por outro beco ou rua. A partir deste têm-se uma pequena área aberta por onde se entra na edificação pela sala ou por um quarto que, apesar de fisicamente colado na edificação, parece ocorrer de forma independente da mesma. Aqui, diferente da primeira casa, os espaços parecem ser menos flexíveis e com maior interferência entre os de uso noturno e diurno, ou as áreas comuns e as mais privativas da casa.

Mantém-se, no entanto, a independência de acessos o que, de alguma forma, retumba na flexibilização do uso da moradia com menos interferência entre os diferentes espaços. Mas é interessante pensarmos as proporções entre os cômodos. Mesmo com uma cozinha de tamanho reduzido, e com um banheiro externo, ficou garantido o espaço para uma sala e uma copa que ocupam a centralidade da casa, sendo o espaço de distribuição para os espaços privativos (quartos)⁹⁵. A maior parte dos cômodos dá para esta área central, ressaltando, de alguma forma, o lugar de encontro dos moradores. Todos passam necessariamente por aqui. E se encontram.

As áreas externas aqui não parecem exercer uma função de flexibilização do uso dos

⁹⁵ Esta conformação, com a centralidade da sala e os quartos abrindo para este espaço, é muito comum em casas do interior. Assim, a forma pode também representar valores culturais trazidos deste tipo de vivência anterior.

espaços como no primeiro caso. Praticamente desvinculada da edificação, a maior área descoberta parece exercer mais a função de acesso, rompendo a ocupação de outras moradias, do que de um espaço multifuncional da casa. Provavelmente é utilizado para estender roupas e outras tarefas domésticas, dada a proximidade da cozinha à área de serviço. Parece mais um lugar de apoio, além da função primordial do acesso.

Podemos também pensar a outra área externa, no desenho localizado na parte superior à direita, em relação aos seus vizinhos e ao adensamento do entorno. Parece que este espaço não tem uma intencionalidade de utilização para algum fim determinado, mas ocorre simplesmente como afastamento em relação a edificações vizinhas, possibilitando a iluminação e ventilação mínima dos quartos e sala. Se observamos a ligação entre a área externa e interna, praticamente não existe conexão entre os espaços, a área aberta configurando mais uma margem / afastamento da edificação. Obviamente que podemos imaginar que pela provável alta densidade de moradores na casa, como acontece na maior parte das moradias na favela, este espaço deve ser utilizado para guardar objetos ou para usos mais pontuais, mas não parece exercer uma função central na moradia, como especulamos para o primeiro caso.

Mais uma vez, podemos destacar o posicionamento do banheiro. Localizado na área externa, próximo à cozinha, está distante de todos os quartos, sendo obrigatória a passagem pela sala / copa para sua utilização pelas pessoas que dormem. Seu volume parece estar mais ligado à área externa, praticamente destacado do restante da edificação, podendo, inclusive atender a pessoas de outras moradias. Se imaginarmos a inserção desta casa em um grande terreno que abriga diversos núcleos de uma família, como ocorre frequentemente na favela, podemos especular que o banheiro, e até mesmo a pequena cozinha, sirva também à outras casas vizinhas. De alguma forma, poderíamos imaginar a inserção desta casa em um agrupamento maior, que mais do que serem vizinhos, entrelaçam o usos de seus espaços. “*A favela é um aglomerado de casas, todas juntas*” (Gabriel, morador da região do Pocinho, na vila Marçola).

A forma recortada da edificação, principalmente da parte de baixo, parece insinuar o limite imposto pelas casas vizinhas. A edificação parece ter crescido em interstícios que restaram entre outras já implantadas. Parece se espremer, se comprimir pelas casas que a cercam, pedindo passagem para se ligar à rua. Pedindo licença e delimitando um acordo silencioso com os vizinhos que lhe deram passagem. “*Já acostumei. Gosto dos*

vizinhos, conheço todo mundo. Eles moram na minha janela” (Édina, moradora de uma casa na Vila Marçola, na área do Pocinho, que ainda não foi removida).

A vizinha que “mora na janela” indica uma proximidade que parece impossível pelas regras da cidade formal. E se poderia ser percebida com incômodo, a inter-relação das casas pode ser vista também como algo positivo, da proximidade entre vizinhos. A idéia da janela, onde “mora o vizinho”, dá noção da proximidade e do limite tênue entre o externo e o interno da edificação. Muitas casas se conectam entre si, sendo difícil as vezes perceber o limite entre elas. Qualquer espaço deixado por um é aproveitado por outro, em ajustes formais que se constroem em negociações diárias nem sempre explícitas entre vizinhos que se entreolham e casas que se penetram.

3.2.2.3. Casa 3: flexibilidade dos limites

A próxima planta é de uma casa na Rua Capivari, na Vila Marçola. Com uma área de 54,98m², possui apenas um quarto, além de sala, cozinha, varanda e área livre. Foi avaliada pela Urbel em R\$21.258,84.

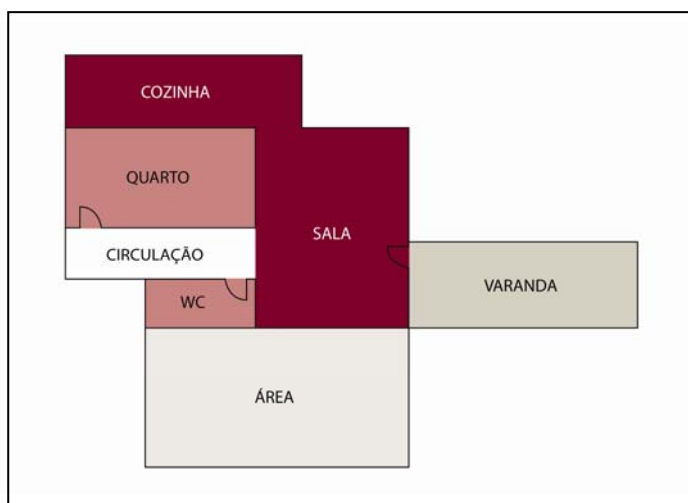


Figura 3.10: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 3.
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

A casa é pequena e com poucos cômodos, tendo apenas um quarto. Apesar disso, observa-se uma delimitação clara da área privativa, com a implantação de um corredor que separa esta área e dá acesso ao único banheiro da casa, localizado entre a sala e o quarto. Pela varanda é a entrada da edificação, de onde se adentra a sala, indicando o caráter público deste espaço.

Formalmente a edificação também é bastante assimétrica, indicando a imbricação ou encaixe com outras edificações. Mesmo assim, mantem-se áreas abertas e sem uso definido, neste

caso correspondendo à aproximadamente um terço da casa, incluindo varanda e área sem definição na parte inferior do desenho. Está colocada a possibilidade de expansão, tanto pela verticalização quanto pela ocupação dos espaços livres. A área delimitada na parte de baixo do desenho pode ser, inclusive, uma laje pronta para expansão da moradia. Estaria ela em um segundo pavimento, sobre a residência de outros familiares?

Mais uma vez ressalta-se a irregularidade dos limites da edificação. A casa parece se esparramar sobre um terreno que se delimita pela ocupação continuada de espaços vazios que sobram de outras invasões. Ou seria uma edificação sobre outras, aproveitando formas já construídas? Para onde avança esta varanda, para onde se abre e o que avista?

Especulamos algumas situações: a varanda construída sobre a laje de outra casa, uma varanda que avança na rua (apesar de sua extensão) ou uma varanda inserida em um terreno maior com diversas casas construídas dando para uma área livre. Em qualquer uma dessas hipóteses, o que se observa é uma extensão da moradia para o externo, para a área pública. Além da forma, a especulação se faz pertinente pelo própria caracterização de uma varanda, que se abre para o exterior. Mas no caso, formalmente se reforça esta função: o desenho da varanda parece apontar pra frente e escapular do corpo da edificação, se configurando quase como um cômodo a parte, somente pontualmente conectado ao corpo da edificação. Uma varanda que abre a casa não apenas para os vizinhos, mas para a cidade. De alguma forma abre-se uma possibilidade de maior relação também com o ambiente, com a terra e com o céu, com os impressionantes pores-do-sol que se avista da Favela da Serra. “*Eu tinha duas varandas e uma vista linda da cidade*” (Cineide, relocada para apartamento na R. São João).

3.2.2.4. Casa 4: irregularidade da forma

A quarta casa localiza-se na Vila Nossa Senhora Aparecida, a menor e mais antiga vila do Aglomerado da Serra. Com uma área construída de aproximadamente 60m² em dois pavimentos, além da área da laje, foi avaliada em R\$15.501,71. A diferença do preço em relação à área da edificação provavelmente indica a precariedade dos materiais e acabamentos, que não será o foco de nossa análise, conforme destacado na descrição da metodologia. Discutiremos as possibilidades da forma conformada pela apropriação cotidiana de seus moradores e a conexão entre os espaços que deixam rastros dos usos diários da casa.

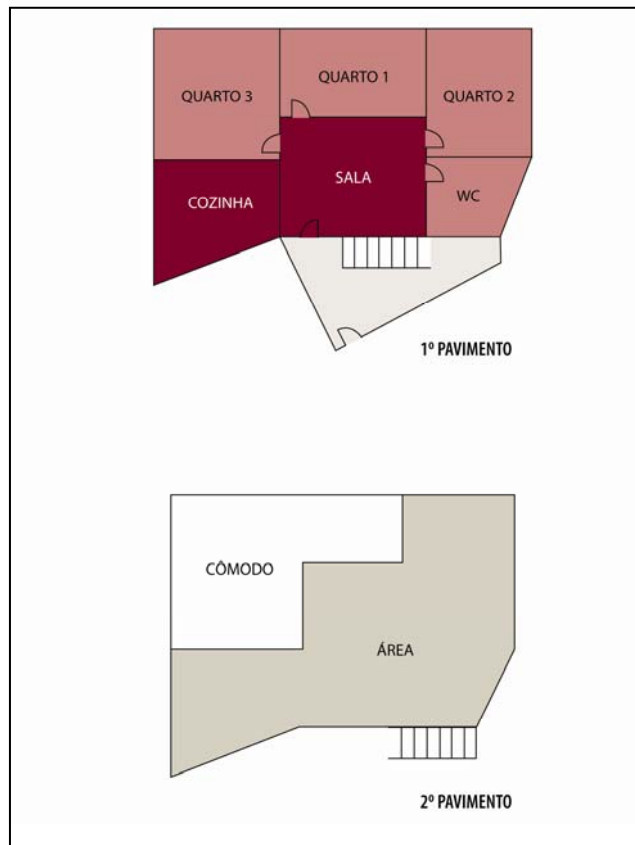


Figura 3.11: Planta de casa na Vila N. Sra. Aparecida (Rua Falcão).
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

Esta casa se destaca por um elemento que é muito comum na favela: a laje. Localizada no segundo pavimento, além de ser um espaço flexível e independente para diversos usos, é a possibilidade, já preparada, de expansão da moradia. *“Lá em casa tinha laje e eu pretendia construir para minha filha ter o canto dela”* (Marisete, relocada para conjunto habitacional na Avenida do Cardoso).

No caso desta edificação, um cômodo localizado na parte superior amplia ainda mais a possibilidade de utilização desta área. De forma completamente independente do piso inferior, diversas atividades poderiam se desenvolver ali: local para varal de roupa, espaço para festas, local de trabalho ou estudo e até criação de animais. *“Fazia artesanato na laje. Tinha lugar separado de fazer as coisas. Ela [a filha] pinta.”* (D. Zelita, congadeira e moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso). A laje, além de ser uma segurança de moradia futura para a família, pode possibilitar atividades de geração de renda e encontro entre moradores e vizinhos.

Normalmente da laje se tem uma vista da favela e até da cidade. A laje torna a edificação permeável ao entorno, sendo muitas vezes um ponto de contato entre vizinhos que se

avistam e conversam a partir das lajes. Do alto se observa a vida nas ruas e na vizinhança e, da laje, o que é externo mistura com que é de dentro, tornando permeável a vida que acontece dentro e fora de cada casa. Além das festas rotineiras e do encontro para construção da expansão da casa, a laje é parte da festa que acontece na rua, é o camarote. *“Lá eu tinha um lajão. Punha seis mesas e o DJ. E já era a festa na favela. Quem via de baixo, entrava.”* (Cineide, relocada para apartamento na Rua São João).

Interessante observar que o acesso à laje nesta casa é independente pela área externa. Pela escada, é possível chegar ao segundo pavimento sem passar por dentro da casa. Isto possibilita tanto a independência de utilização dos dois andares, quanto a construção futura de uma moradia independente no segundo andar. Mais ainda ela parece se conectar com a rua, não interferindo na parte interna da habitação.

A setorização da casa se desenvolve ao redor da sala. Todos os demais cômodos abrem-se para este espaço que, provavelmente, é o local de encontro da família. Neste caso, o banheiro é interno, estando mais próximo dos quartos, mas atendendo também a área comum da edificação. Todos os quartos são independentes, garantindo certa privacidade aos moradores. Apesar de compacta, a casa tem definida a subdivisão de cômodos para abrigar de forma diferenciadas as atividades do dia-a-dia. Some-se a isso, a área do piso superior que possibilita maior flexibilidade e entre os diversos usos. Mesmo com tamanho reduzido, está garantida a flexibilidade dos espaços e possibilidade de ampliação futura da casa.

A forma da edificação também indica provável proximidade com as edificações vizinhas. O chanfro no banheiro e na cozinha parece indicar o limite com outra casa, que acaba determinando a forma desses cômodos. Impossível não imaginar no quadrado formado pelo encontro da cozinha e da área livre de acesso um cômodo de outra moradia, que encosta nessa e a delimita. Ainda mais se observamos a forma da área de serviço, por onde se acessa o terreno, podemos imaginar que se conforma como ocupação de uma área restante na quadra, que se encaixa entre outras diversas ocupações.

Garantida a privacidade da edificação, constituída por cômodos que se abrem de forma privativa para o interior da sala, e protegidos pela área externa de acesso que separa o volume da casa da rua, não se perde a conexão com o exterior. Pela laje, ou pelo encontro com outras moradias, está demarcado o contato, a abertura visual e o uso permeável à rua. A área livre que avança na frente da edificação parece apontar para o exterior e, fazendo a

conexão da rua com a casa, delimita claramente um espaço que separa o que é privativo de seus moradores e o que, de alguma forma está mais permeável aos olhos e experiências dos outros.

Se poderíamos imaginar a precariedade da moradia pelo valor de avaliação da casa em mínimos R\$15.501,71 para 60m² de área construída, optamos por ressaltar as diversas possibilidades de seus espaços. Optamos por destacar as soluções adotadas para construção das casas pelos próprios moradores, que indicam e necessidades práticas destas famílias. O que não quer dizer que desconsideramos a necessidade de se investir na melhoria da qualidade ambiental dessas moradias.

3.2.2.5. Casa 5: vazios de um espaço compacto

A próxima casa foi relocada também da vila Marçola. Possui uma área total de 53,75m² divididos em três pavimentos de aproximadamente 18m² cada. Foi avaliada pela Urbel no valor de R\$24.483,86, quase metade do valor estimado para o apartamento.

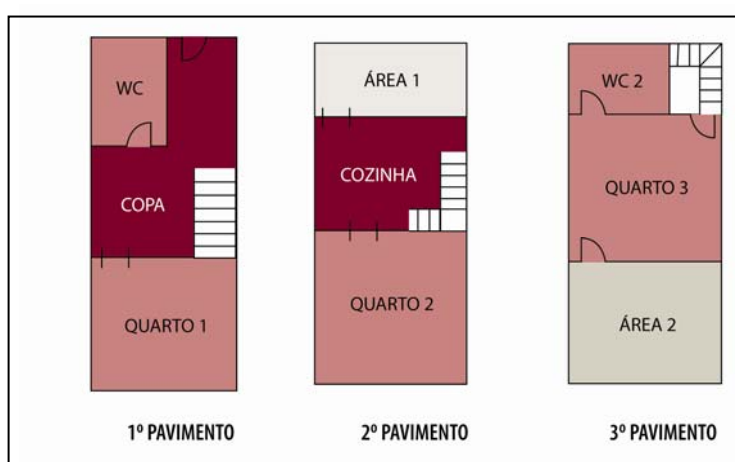


Figura 3.12: Planta de casa na Vila Marçola (Rua Capivari) - 4.
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

Interessante observarmos o “terreno” mínimo que ocupa esta edificação. Em uma área de aproximadamente 3m por 6,5m desenvolve-se uma casa com 10 cômodos, além da circulação vertical, totalizando três quartos, copa, cozinha, dois banheiros e duas áreas abertas sem uso definido. Uma destas, provavelmente, é utilizada como área de serviço ou para estender roupa, visto que não há um local definido para tal fim.

Os espaços se desenvolvem verticalmente, não havendo uma divisão clara entre área íntima e comum, que ocorrem simultaneamente em todos os pavimentos. Se observarmos

que existe um quarto em cada andar, com mais outro cômodo que configura uma copa no primeiro pavimento, cozinha e área aberta no segundo e outra área livre no terceiro, podemos imaginar que se trata de andares praticamente independentes que se articulam pela circulação vertical. “*A casa tinha dois andares, cada qual tinha seu lugar de morar, eles em cima eu embaixo*” (D. Zelita, congadeira e moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso). A circulação vertical, localizada nas áreas comuns, permite o “trânsito” entre os pavimentos sem passar pelas áreas íntimas da casa, dando certa independência entre os andares. Especulamos também que a setorização ocorreu em função do processo construtivo em etapas, garantindo-se um mínimo no primeiro e ampliando as funções da casa a medida que se verticalizava. A separação entre copa e cozinha reforça esta percepção. Além disso, se observarmos que a escada entre o primeiro e segundo pavimento é diferente da que acessa o terceiro, ocupando mais espaço em uma moradia tão compacta, podemos imaginar também que se trata da falta de planejamento ou projeto final da moradia. Esta vai sendo construída e se expandindo conforme as demandas e possibilidades de seus moradores.

Pela configuração e tamanho dos cômodos, a casa parece ter um uso mais intimista, apesar das áreas abertas dos andares superiores que podem abrir a edificação para a rua. Aparentemente a área interna não é muito adequada para o recebimento de visitas, exatamente pela fragmentação das áreas comuns, estando, provavelmente, mais vinculado ao uso diário de seus moradores. A copa possivelmente exerce uma função flexível, sendo o local de acesso da moradia e passagem obrigatória de todos. Por seu tamanho reduzido, incluindo ainda a escada de acesso ao segundo pavimento, não parece um espaço de recepção de pessoas externas à moradia.

A casa possui dois banheiros para três quartos, um destaque se compararmos com os exemplos anteriores. Além disso, estes se localizam na parte interna da casa, provavelmente pelo seu tamanho reduzido que não permite um distanciamento deste cômodo. Ou, também, pode ser uma casa já mais recente, que não se utilizou do sistema de fossa.

Aparentemente a casa só tem abertura na frente e nos fundos, indicando que deve estar “espremida” entre os vizinhos, sem afastamentos nas laterais. Mesmo assim, apesar da limitação de terreno e da impossibilidade de expansão lateral, mantiveram-se duas áreas abertas (sendo uma delas coberta), como espaços de uso flexível e que abrem a casa para o exterior, para frente, na rua, e para os fundos. Apesar de compacta e com limites bem definidos e, diferente das demais, com uma forma regular, percebe-se uma tentativa de

garantir a flexibilidade de uso da moradia, além da abertura para o exterior: a favela, a cidade e o ambiente. Não bastam janelas e pequenas aberturas; a casa, mais do que isso, parece permeável à rua (apesar do caráter intimista dos demais cômodos).

As áreas abertas configuram, ainda, uma possibilidade de expansão deixada “em aberto”, por acontecer. Partindo de uma ocupação de uma área mínima de terreno, a casa aumenta em direção ao céu, abrigando uma família que cresce ou que, com o passar do tempo, luta por uma moradia mais adequada para conciliação de suas atividades. Não parece estar acabada, sendo constante o processo de construção. Existem brechas abertas, que deixam suspenso o tempo por vir.

3.2.2.6. Aglomerado de casas: relação de espaços penetráveis

A partir da análise das casas podemos perceber características que se repetem, algumas delas já explicitada no estudo da Paola Berenstein Jacques que apresentamos no segundo capítulo. Mesmo não sendo possível propor uma generalização, ou mesmo uma definição de uma forma de habitar o espaço da favela (ou mesmo do Aglomerado da Serra ou de alguma de suas vilas) destacaremos algumas características para, à luz das mesmas, e incorporando aspectos do cotidiano das famílias nos novos apartamentos e ruas implantadas, analisarmos os projetos em implementação pelo Programa Vila Viva. Entendemos que a forma tem estreita relação com o cotidiano que a habita e (re) constrói, sendo importante incorporar esta discussão na proposição de alternativas para as nossas cidades. Mesmo sabendo que a complexidade formal das favelas extrapola esta caracterização genérica, destacaremos algumas que consideramos como uma primeira possibilidade de percurso para se avaliar a adequação das intervenções do Programa Vila Viva. A idéia, como já dissemos, não é ter uma análise conclusiva, nem quanto à forma de habitar a favela (que também é diversa) nem quanto às propostas do Programa.

A flexibilidade das formas parece ser determinante na forma de habitar o espaço na favela da Serra. Esta se destaca em diversos aspectos, às vezes até contraditórios entre si, que genericamente configuram questões importantes para o cotidiano destas pessoas: 1) a forma irregular; 2) a relação fluida ou permeável entre o espaço público e privado (interno / externo); 3) a flexibilidade dos espaços, tanto quanto ao uso quanto pela possibilidade de expansão 4) a interpenetração entre as edificações e entre os espaços internos; 5) a superposição por aglutinação entre os volumes das edificações; 6) a individualidade de cada residência; 7) a autonomia e independência entre os espaços e acessos. Todas essas características vinculam-se a necessidades e formas de apropriação do espaço por estes

moradores, possibilitando, por exemplo, a expansão da moradia, a troca de favores entre vizinhos que se vigiam entre si, a otimização de espaços mínimos para usos diversos e por várias pessoas, entre outros.

Não há limites claros entre os espaços de cada edificação. As casas parecem encaixar-se umas nas outras, em um intrincado sistema de ocupação que sorrateiramente se apropria do vazio conforme a necessidade da cada um e até o limite do vizinho. O agrupamento das casas na favela se dá como um “conjunto de expressão contínua e expressiva” (PORTAS, 2004), em uma continuidade que garante estreita relação entre vizinhos em espaços sociais comunicantes. Espaços de contato, se não de encontro, de proximidade e inter-relação (não necessariamente positiva), em lotes que se encaixam e aproximam, de lado, as células de famílias que se entremeiam. Os espaços exteriores na favela se definem por seus interiores, e vice-versa, não havendo definição precisa de qual determina ou conforma o outro.

Não existe uma repetição da forma e o agrupamento é, antes da totalidade, a diversidade. Espaço denso, complexo, resultado da inter-relação e imbricação de formas e da abertura para novos entrelaçamentos e expansões. Em geral, as casas são dispostas de forma nuclear, definindo grupos em uma malha entrelaçada, afirmando a força da singularidade do espaço interno de cada célula. Neste sistema são abertas as possibilidades de individualização de cada unidade, não existindo uma sequência lógica que se repete indefinidamente. A forma se dá pela ligação entre as unidades e não por cada uma isoladamente. O contato e encaixe entre as edificações definem os limites e formas, assim como as relações de vizinhança conformam uma intrincada e intensa rede de relações entre seus moradores. A vista aérea de um quarteirão, extrapolando o limite de cada edificação, nos permite uma visualização mais clara desta interpenetração entre os fragmentos de cada moradia.



Figura 3.13: Vista aérea de um quarteirão da Vila Cafezal.
Fonte: Google maps, jun. 2009.

A forma de organização e agrupamento das edificações extrapola para o espaço público. O intrincado sistema de becos, ruas e vielas parece repetir a flexibilidade das edificações. Também se alteram e crescem conforme os usos que se fazem deles, conforme o percurso e ao que se pretende acessar. Tanto pela forma quanto pela apropriação são também flexíveis, se adequando, inclusive, a novas edificações que surgem com o crescimento da favela. Consolidam-se pelo percurso insistente de novos moradores. Assim, se conforma um espaço público orgânico que serpenteia um lugar entre as casas e minimamente separa o que é público e privado.

Do ponto de vista físico, a proximidade das moradias amplia essa intimidade social, muitas portas ficam abertas, o espaço privado se estende: pessoas conversam nas soleiras de suas casas, roupas secam em varais comunitários, a rua tem outras funções além da circulação. (OSTOS, 2004, p. 82)

Não existe um limite definido da moradia, tanto em relação à vizinhança quanto em relação ao espaço público. É tênue a separação tanto formalmente quanto no uso destes espaços que se misturam e entrelaçam. Esta lógica diverge diametralmente do que é proposto, mesmo que nem sempre alcançado, para a cidade regulada e formalizada⁹⁶. A demarcação clara do limite de cada propriedade, de onde começa e termina o espaço público é determinante nas regras de regulação da cidade. O que pertence a cada um e o que é de todos configura uma base de negociação que é estritamente atrelada à definição de limites. Na favela os limites parecem ser mais fluidos, mais flexíveis, construídos pela estratégia de aproveitamento de pequenos espaços e de contínua expansão. Espaço público orgânico definido mais pela apropriação e uso dos espaços do que por regras e limites claros, assim como as casas.

3.2.3. Espaços planejados: apropriação e uso de novos lugares institucionalizados

À luz das discussões sobre o espaço na favela, vamos analisar as plantas dos apartamentos e as implantações dos conjuntos habitacionais do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra e, a partir dessas, apontaremos algumas questões em relação às obras no espaço público, como ruas, praças e equipamentos. Apesar do caráter estruturador e grandioso do Programa, nossa ênfase será a habitação, a escala menor a partir da qual poderemos extrapolar para a escala das obras no espaço público.

A relocação para novas unidades habitacionais construídas nas proximidades ou dentro do

⁹⁶ Pelo incômodo com o termo “cidade formal” para os bairros da cidade em contraposição às áreas irregulares / favelas, exatamente quando estamos tratando de um reconhecimento de “formas das favelas”, vamos adotar “cidade formalizada”, mais próximo da idéia que nos parece a mais correlata do que de fato ocorre, que é o reconhecimento mais efetivo pelo poder público e por toda a cidade destas áreas ditas “formais” (mesmo quando grande parte também se mantém irregular).

Aglomerado da Serra é uma das alternativas apresentadas às famílias removidas, além da possibilidade da desapropriação ou de reassentamento monitorado (PROAS). No caso das novas unidades habitacionais, adotou-se o padrão multifamiliar verticalizado em edifícios de até quatro pavimentos, sem a implantação de elevadores. Incorporaremos em nossa crítica a necessidade de se adotar unidades multifamiliares na construção de conjuntos habitacionais de interesse social. Consideramos que esta é uma determinação pertinente em função do alto custo do terreno em cidades grandes, o que inviabiliza unidades unifamiliares como, a princípio, é o desejo da maior parte dos moradores. A partir disto, o que pretendemos argumentar é que mesmo adotando-se o padrão multifamiliar, podemos trabalhar alternativas que sejam mais adequadas ao espaço da favela e aos hábitos e necessidades de seus moradores. Além disso, argumentamos não ser simplesmente a definição por moradias multifamiliares o principal motivo de resistência e insatisfação dos moradores (o que aparece em diversas falas), mas a inadequação dos projetos à suas necessidades. Pretendemos refletir se existem possibilidades mais adequadas, mesmo mantendo-se o padrão multifamiliar.

Argumentamos também que as moradias na favela não se concretizam no padrão unifamiliar típico, com limites claros e definitivos entre as moradias. Diferente disso, se pensarmos na interpenetração e proximidade entre as casas, havendo inclusive casos de superposições (às vezes parcial), podemos dizer que o sistema é misto, parcialmente unifamiliar e parcialmente multifamiliar, que poderíamos denominar de “polifamiliar”. Mesmo se aproximando de características de habitações multifamiliares, com a alta densidade e imbricação das casas, é interessante observar que estão garantidas algumas das características consideradas benéficas da habitação unifamiliar, como a possibilidade de expansão, a proximidade do terreno natural ou de alguma área aberta, a independência entre as moradias. E mais: pela proximidade das edificações, de alguma forma rompe-se com o individualismo exagerado típico de casas individualizadas em lotes distintos.

No Programa Vila Viva do Aglomerado da Serra foram adotadas quatro tipologias de edifícios residenciais, variando o número de quartos dos apartamentos⁹⁷, o número de apartamentos por andar e principalmente a localização da circulação vertical.

Trabalharemos com três modelos que apresentam especificidades que serão importantes para nossa discussão. Diferente da análise que fizemos com as casas da favela, vamos apresentar todas as tipologias em conjunto, destacando aquilo que no parece relevante na

⁹⁷ De acordo com diretriz da Política Municipal de Habitação, os apartamentos de três quartos são destinados a famílias com mais de dois filhos ou que tenham filhos de sexos diferentes, sendo necessário especificar quartos diferenciados.

discussão, principalmente quanto à capacidade da unidade, flexibilidade para ampliação ou alteração, setorização interna da casa (zonas noturnas e diurnas) e relação com o espaço exterior. Depois trataremos do agrupamento dos edifícios, a partir de algumas propostas de implantação em diversas áreas do Aglomerado.

Ao contrário do observado nas casas, as plantas dos apartamentos são bastante parecidas, com formas regulares decorrentes do rebatimento de apartamentos iguais em cada pavimento. A principal diferença, além do número de quartos, será a articulação entre os cômodos internos que, apesar disso, apresentam um padrão identificável em todos, como veremos. Este foi nosso primeiro incômodo quanto às alternativas adotadas, pois, de maneira oposta, as casas apresentadas anteriormente tinham por princípio a singularização da forma e flexibilidade dos espaços. Mesmo tratando-se de espaços verticalizados e produzidos em maior escala, acreditamos que seja necessário, e possível, incorporarmos as questões da singularidade e da flexibilidade da habitação.

3.2.3.1. A organização interna da célula familiar

A primeira tipologia é a mais compacta das três, com dois apartamentos por pavimento, totalizando oito unidades por edifício. Cada apartamento possui uma área de 45, 84m², com dois quartos, um banheiro, uma sala, cozinha e área de serviço.

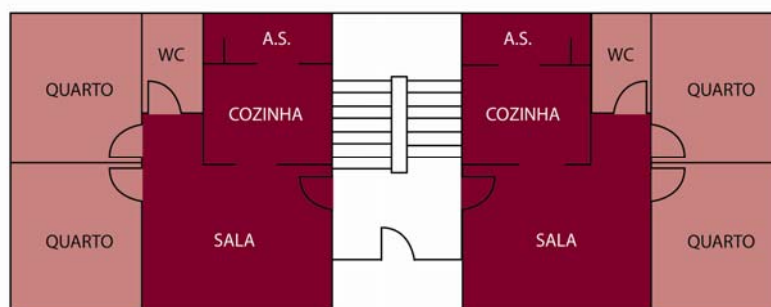


Figura 3.14: Planta esquemática da tipologia de dois quartos do Programa Vila Viva
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel⁹⁸

O acesso à residência se dá através de circulação vertical, incrustada entre os volumes dos apartamentos. Nos patamares se faz a distribuição para cada unidade do pavimento. A área comum em cada andar limita-se, praticamente, ao espaço para circulação e acesso.

A única entrada para o apartamento é pela sala, a partir da qual se dá o acesso aos demais

⁹⁸ Todas as plantas foram redesenhadas aproximando-se da apresentação adotada nas plantas das casas da favela, diferenciando-se, da mesma forma: as áreas de uso noturno em vermelho escuro e as de uso diurno em vermelho mais claro. As plantas originais fornecidas pela Urbel encontram-se no anexo F.

cômodos, sendo que um dos quartos e o banheiro são recuados, formando um pequeno hall. Em uma disposição nuclear dos espaços, a zona de permanência comum dos moradores assume posição central.

Apesar de setorizadas em lados opostos do apartamento, não existe uma separação nítida entre áreas de uso noturno (íntimas) e diurno. Os quartos se abrem para a sala, definindo uma relação estreita entre esses espaços. Todas as funções da casa parecem se convergir em torno da sala que é o local de encontro e também espaço de circulação e comunicação entre as outras dependências. Apesar de esta situação ter sido observada também em casas da favela, nessas havia maior independência e flexibilidade dos espaços. No caso deste apartamento, a proximidade e contato direto entre todos os cômodos restringem a flexibilidade de uso e de separação entre as atividades de cada espaço. Não havendo área externa, esta situação se agrava.

Além da reduzida área do apartamento, a inflexibilidade de utilização dos cômodos e a setorização da casa tornam sua capacidade bastante restrita, limitando-se às atividades corriqueiras da habitação. Como uma grande parte dos moradores permanece muito tempo em casa, têm famílias numerosas e muitas vezes exercem atividades para complementar a renda familiar na própria casa, com a distribuição de espaços descrita estas atividades complementares ficam prejudicadas. *“Diz que apartamento tem que ser arrumado, mas aqui não dá jeito não. Não tem espaço. Lá era tudo arrumadinho”*. (D. Zelita, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso).

Neste sentido, destaca-se o tamanho da área de serviço que é separada da cozinha por meia parede. Sabendo-se que esta solução tem sido frequentemente utilizada em apartamentos populares em toda a cidade, destacamos sua inconveniência ainda maior para o caso em questão. Além de lavar e estender roupas, atividades para as quais o espaço disponível já parece insuficiente, a área de serviço atende muitas vezes outras atividades na casa. *“Onde estende roupa? Dia que fritar frango não pode lavar roupa não. (...) Nós estamos fazendo uma coisa que eles falaram que não podia fazer. Um varal lá fora. Está tudo colorido lá trás.”* (Gleice, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso).

O apartamento tem pouca ligação com o exterior, o que ocorre apenas através de pequenas janelas em cada cômodo. No caso do primeiro pavimento, a proximidade é maior em função dos trajetos e passagens comuns ao edifício. Diferente das casas analisadas na favela, no apartamento é priorizada a privacidade de cada unidade. Existe pouca conexão

entre apartamentos, não sendo previsto no prédio nenhum local que propicie o encontro e o convívio entre os vizinhos. Cada qual tem seu apartamento e as regras se definem não por acordos de convivência, mas principalmente pelas determinações das normas do condomínio, muitas vezes distanciadas de suas necessidades. “*Não pode correr dentro de casa. Batê o pé. O Prefeito falou*” (menino na rua, voltando de uma visita ao primo, em um dos apartamentos).

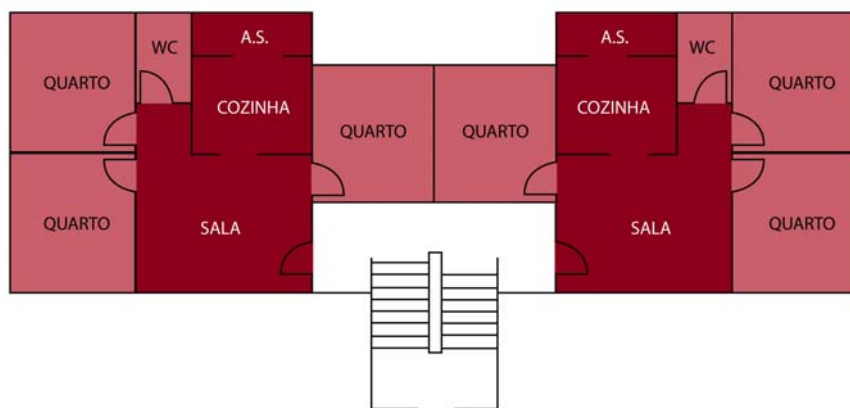


Figura 3.15: Planta esquemática da tipologia de três quartos do Programa Vila Viva
Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

A segunda tipologia de apartamento é bem parecida com a primeira, destacando-se, no entanto, o número de quartos e a circulação vertical entre os pavimentos. O apartamento possui três quartos de tamanhos iguais, um banheiro, uma sala, cozinha e área de serviço, totalizando uma área de 48,03m².

A setorização interna é bastante semelhante ao da tipologia anterior, com todos os cômodos se abrindo para a sala, inclusive o terceiro quarto. Se aqui, em função do maior número de cômodos, poderíamos pensar em maior flexibilidade da planta, lembramos que neste caso, em geral, é maior também o tamanho da família, ou mais dividida as suas necessidades, como filhos de sexo diferentes (que exigem quartos diferenciados). De qualquer forma, abre-se a possibilidade de certa flexibilidade, com usos mistos para alguns cômodos, dependendo do número de moradores.

A principal diferença que gostaríamos de destacar é a caixa de escada que se projeta para fora do volume da edificação, avançando sobre o espaço comum. Além de permitir uma melhor circulação entre os apartamentos, essa alteração poderia possibilitar maior integração da edificação com seu entorno. O volume da escada, que é utilizada pela maior parte dos moradores, poderia ser um local de encontro destes, se os patamares fossem flexibilizados para tal fim. Além disso, poderiam permitir maior visibilidade e integração

com o espaço externo, as áreas comuns do prédio e a própria cidade. Esta integração, tão comum nas casas da favela, abre a possibilidade, mesmo que mínima, de inter-relação entre os moradores. No entanto, o que se observa é que este volume foi fechado com paredes, limitando visibilidade e caracterizando-se apenas como uma caixa de escada e circulação.

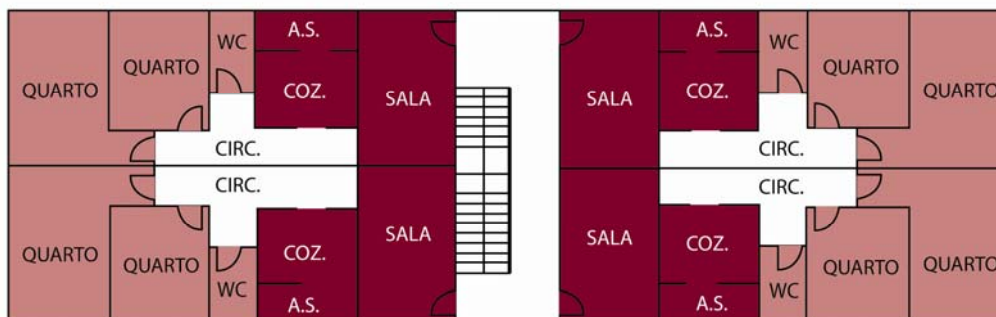


Figura 3.16: Planta esquemática da tipologia em fita do Programa Vila Viva, com 2 quartos e 4 apartamentos por andar. Fonte: redesenhado sobre arquivo da Urbel

A última tipologia difere-se um pouco das primeiras na setorização dos cômodos e apartamentos, mas mantém a regularidade da forma e rigidez dos espaços. Com dois quartos, um banheiro, sala cozinha e área de serviço, o apartamento possui uma área de 47,11m². Utilizado principalmente para áreas próximas às encostas, o edifício é escalonado, com dois apartamentos por andar nos dois primeiros andares e quatro nos demais (conforme esquema abaixo). A distribuição dos apartamentos, da mesma maneira como os anteriores, é feita dois a dois, nos patamares das escadas, sendo a área de acesso bastante reduzida.

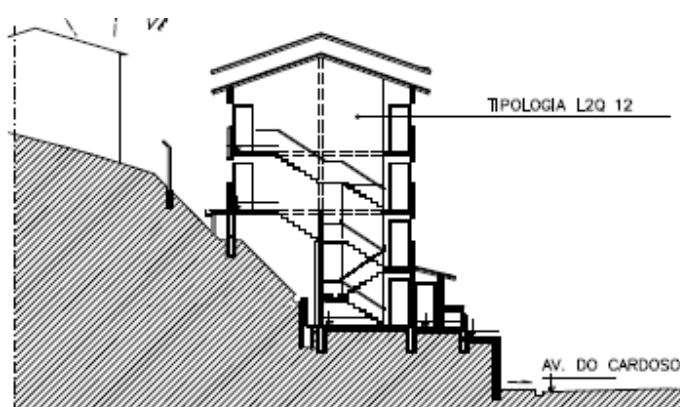


Figura 3.17: Corte esquemático da tipologia em fita do Programa Vila Viva. Fonte: Urbel.

Internamente a setorização dos cômodos é um diferente, com separação mais definida entre as áreas íntimas e as de uso diurno. Sendo o acesso feito também pela sala, os demais cômodos são distribuídos linearmente por uma circulação que perpassa o apartamento.

Considerando o tamanho reduzido do apartamento, esta solução possibilita maior autonomia entre a utilização dos diferentes cômodos, com menos interferência entre eles. Os quartos têm mais privacidade em relação ao restante da casa, se comparados com os das tipologias anteriores. Mantém-se, no entanto, a inflexibilidade no uso dos espaços, tanto em função da rigidez da estrutura (alvenaria estrutural), quanto pelo tamanho do apartamento e regularidade da forma.

Quanto à relação com o espaço exterior esta solução é ainda mais limitada. Todos os cômodos estão voltados para uma única fachada e os apartamentos possuem somente uma visada. Esta situação inibe também a possibilidade de uma ventilação cruzada no apartamento, que possibilitaria melhor qualidade ambiental da moradia.

3.2.3.2. O agrupamento dos apartamentos: individualização e relação entre vizinhos

“Porque aqui é tudo coladinho por baixo e por cima. Um em cima do outro. Lá é igual, mas é de ladinho, um colado no outro só que do lado. Acho que fica melhor, cada um tem o seu céu em cima.”

Menino na rua, morador do Aglomerado da Serra.

Lá na favela é igual, só que de ladinho. E cada um tem seu céu em cima! O que significa isso? A definição deste menino, morador da favela da Serra é esclarecedora para o que estamos pretendendo argumentar. Ele declarou poeticamente a diferença formal que existe entre as casas das favelas e os prédios propostos. Mais ainda, percebeu o que isto significa em sua prática cotidiana.

Nas duas situações observa-se um grande adensamento e interposição entre as habitações. No entanto, na favela, em função da sobreposição parcial e da manutenção de pequenos vazios apropriados por cada habitação, garante-se a possibilidade de abrir para o que lhe é externo, sua necessidade de expansão e autonomia: “cada um tem o seu céu em cima”! Nos apartamentos, na rigidez do volume compacto e de sua estrutura formal e a ausência de vazios no volume, também se observa uma aproximação e contato entre as unidades, porém a sobreposição é compacta e definitiva. Difere-se a forma como se resolve a necessidade de otimizar o espaço do que decorre o adensamento. E esta diferença tem relação direta com as possibilidades de uso destes espaços. Os prédios são “colados por baixo e por cima”, um em cima do outro. As casas na favela são coladas de lado, uma se encaixando na outra. Paradoxalmente, é igual mas completamente diferente.

Avaliando as três tipologias o que se observa é uma repetição de soluções com pequenas variações que agregam poucos benefícios a cada alternativa. Partindo de uma forma rígida e bastante regular, os apartamentos padronizados foram construídos em uma área mínima que parece ser a principal condicionante na proposta, com pouquíssima flexibilidade para adaptação de seu uso às necessidades de seus moradores. Vejamos como isso se resolve no agrupamento das unidades e na configuração das áreas comuns. Vamos analisar, a título de exemplo, três implantações.



Figura 3.18: Implantação do Conjunto Habitacional da Vila Nossa Senhora da Conceição. Fonte: Urbel.

O conjunto habitacional da Vila Nossa Senhora da Conceição localiza-se no encontro das ruas Herval e União, no limite com o bairro Serra onde predominam edifícios multifamiliares. O condomínio abrange quatro edifícios com apartamentos de 3 quartos e um com de 2 quartos, totalizando 40 unidades em um terreno de aproximadamente 1.800m². Está previsto no projeto do condomínio 14 vagas comuns para estacionamento de veículos.

Localizado em terreno em aclave, a maior parte das áreas livres configuram-se como taludes de alta declividade. Os edifícios e os estacionamentos estão implantados em um platô mais alto em relação à Rua Herval, que configura a única área plana do conjunto. Na parte do fundo um talude de alta declividade ocupa o restante do terreno que termina no

Beco Santo Antônio, em nível bastante superior. Existe um único acesso para o conjunto, através da Rua União localizada dentro da vila, diferenciando veículos e pedestres, a partir da qual se subdividem os caminhos para cada um dos blocos. Não existe acesso ao conjunto pelo Beco Santo Antônio, localizado na parte alta, limite mais próximo com as demais casas da favela. Na Rua União, do lado oposto ao conjunto, está prevista a implantação de uma área pública de lazer para atender toda a vila, com quadra e equipamentos esportivos.

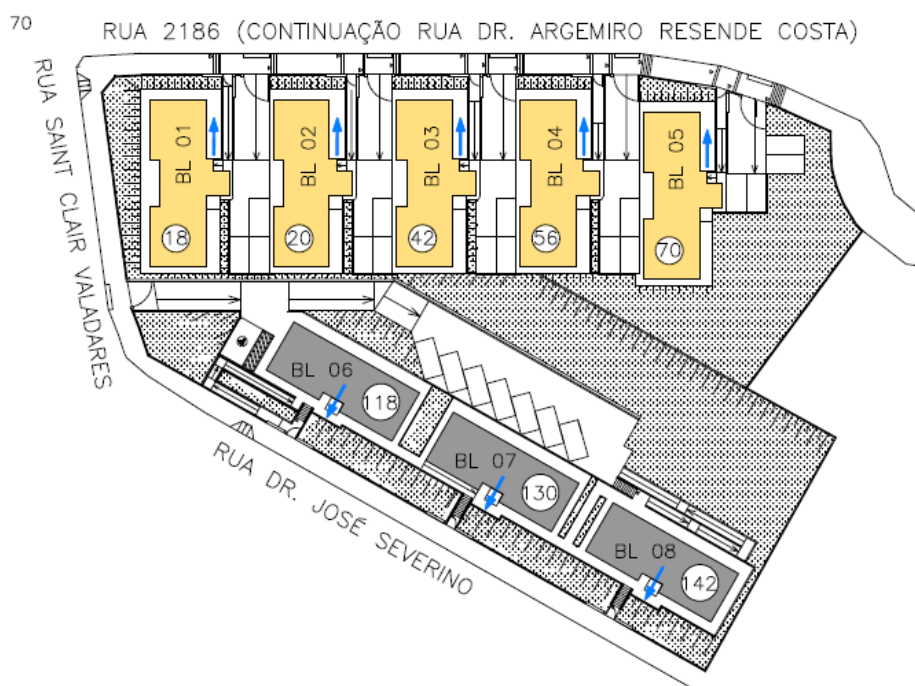


Figura 3.19: Implantação do Conjunto Habitacional Argemiro Resende Costa.

Fonte: Urbel

O conjunto habitacional Argemiro Resende Costa localiza-se no limite da Vila Novo São Lucas, no encontro dos bairros Paraíso e São Lucas. O condomínio é formado por cinco edifícios com apartamentos de 3 quartos e três blocos de 2 quartos, totalizando 64 unidades. Está previsto no projeto a implantação de 7 vagas para estacionamento de veículos, próximas aos edifícios de dois quartos. O conjunto é dividido em dois grandes platôs, ficando no mais alto os edifícios de 3 quartos e no mais baixo os prédios de dois quartos, não existindo ligação entre eles. O acesso para veículos é único, pela Rua Saint Clair Valadares, sem ligação com o platô de cima, onde estão os apartamentos de três quartos. Cada edifício tem acesso independente para pedestres, sendo que para os apartamentos de dois quartos é feito a partir da Rua Dr. José Severino e para os de três quartos, no platô de cima, pela Rua Dr. Argemiro Resende Costa, que faz limite com casas

da Vila Novo São Lucas. Cada bloco tem total autonomia em relação aos demais, com exceção do estacionamento que parece ser comum aos apartamentos de dois quartos, mas podendo, provavelmente, atender também os de três quartos (apesar de não haver uma ligação). A maior parte das áreas livres no condomínio constituem-se como taludes decorrentes da terraplenagem entre os dois platôs do conjunto.



Figura 3.20: Implantação de Conjuntos Habitacionais da Avenida do Cardoso
Fonte: Urbel

Os conjuntos habitacionais “do Cardoso”, na Vila Nossa Senhora de Fátima, são implantados linearmente na via de mesmo nome, que é a maior obra viária do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra. Foram adotadas duas tipologias nestes casos: o padrão linear para áreas próximas às encostas, com dois apartamentos por andar nos dois primeiros pavimentos e quatro nos demais, totalizando doze apartamentos por bloco; outro com quatro pavimentos iguais, totalizando oito apartamentos por bloco. A maior parte dos edifícios tem acesso e funcionamento independente. Praticamente não existe área livre nos conjuntos da Avenida do Cardoso, com exceção de taludes nos fundos do terreno e afastamentos mínimos que garantem a circulação ao redor dos edifícios. No entanto,

estes estão localizados próximo ao Parque da Primeira Água e de pequenas praças de lazer implantadas ao longo do córrego.

Estes três exemplos de implantações de conjuntos habitacionais pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra sintetizam a maior parte dos condomínios implantados, conforme demais plantas no “anexo F”, podendo ser destacadas algumas características: 1) Os edifícios são independentes entre si, por repetição formal da implantação, não havendo a preocupação clara na interrelação entre eles; 2) A maior parte dos acessos é individualizada por bloco. Quando é necessária uma entrada comum, internamente ela se individualiza a partir de bifurcações no caminho que interliga os edifícios; 3) Praticamente não existem áreas comuns ou de convivência entre os blocos. A maior parte dos espaços livres é constituída por garagens ou taludes e por margens dos terrenos não destinadas para nenhum uso específico, exceto para paisagismo; 4) a maior parte dos conjuntos está implantada no limite entre a favela e os bairros formalizados; 5) Parece haver uma priorização de acessos por vias veiculares e voltadas para os bairros formalizados, mesmo para acessos exclusivos de pedestres. Os becos, em sua maioria, localizam-se nos fundos do conjunto, não havendo na maior parte dos casos uma ligação direta com a favela.

Em linhas gerais, predomina um agrupamento entre os blocos que garante a independência e autonomia entre os edifícios e, quando existem áreas de lazer coletivas, elas são externas ao conjunto. A separação entre cada bloco se dá tanto pela configuração da implantação, a maior parte com blocos paralelos, quanto pela definição de acessos independentes. Isto se reforça pela maneira como são tratadas as áreas livres: mais como margens dos prédios, sendo muitas vezes compartimentadas entre os edifícios como caminhos circundantes de cada um. Mesmo fragmentadas e de tamanho reduzidos, pelos limites dos apartamentos, aos poucos ocorrem apropriações destes espaços: *“Agora eu faço churrasco na grama do prédio. Uso o corredor e a área do prédio. Aos poucos estamos trazendo a favela para cá.”* (Cineide, relocada para apartamento na Rua São João).

Pensando a definição do espaço exterior ou a inserção da habitação no entorno, podemos pensar como as “formas de conceber o agrupamento garantem ou fomentam a sua integração numa vizinhança e, desta, nas sucessivas partes da vida urbana” (PORTAS: 2004:93). Uma diferença que parece clara entre a relação da estrutura espacial do entorno da favela quando comparada com a dos conjuntos implantados é a independência e autonomia da edificação. Nas casas da favela destacamos um “conjunto de expressão contínua e intensiva”, com maior proximidade em função da escala e da maleabilidade

estrutural das unidades. Continuidade que propicia estreitas relações, ou “espaços socialmente comunicantes”. De maneira diferente, em linhas gerais o que se observa nos conjuntos habitacionais implantados pelo Programa Vila Viva é um agrupamento “por simples justaposição de unidades organizadas”⁹⁹. Nos conjuntos, apesar de cada unidade ser bem delimitada, cada uma é pensada isoladamente, como meios autônomos de vida. Nuno Portas destaca alguns problemas deste tipo de agrupamento, fazendo uma crítica que parece se referir aos conjuntos do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.

Se a família pode perder uma individualização da sua personalidade no volume-massa do conjunto, também, por outro lado, o grupo pode ser afastado de uma noção de comunidade mais rica do que a delimitada aos componentes de cada bloco. (PORTAS, 2004, p. 95).

Em nossa pesquisa de campo observamos diversos conflitos entre famílias que moram em blocos diferentes, apesar da proximidade dos edifícios e de às vezes dividirem uma mesma área comum. “*É difícil os vizinhos. Ninguém limpa nada. Parece uma boiada que soltou. Não sabe andar, conversar, não sabe fazer nada.*” (Lucimara, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso). Foram observados conflitos na utilização das áreas comuns entre os blocos, nos estacionamentos, nos jardins, no controle de entrada e saída de pessoas externas ao condomínio e na utilização dos halls comuns dos apartamentos.

Neste ponto, o que destacamos é a configuração dos acessos e percursos no condomínio. Conseguimos perceber uma característica que nos parece importante em relação à apropriação dos espaços comuns e relação entre as áreas privativas (os apartamentos) e públicas (hall, circulação vertical, estacionamento, etc.). Estas áreas são intensamente utilizadas pelos moradores, principalmente nos finais de semana. A relação entre o externo e interno da habitação parece mais fluida, como se fosse o resgate da apropriação dos espaços na favela. Muitos apartamentos mantêm suas portas abertas, abrindo a casa ao vizinho e ao passante do andar superior. Nem sempre isto parece ser bem aceito nas regras do condomínio: “*Lá no meu barracão a porta só ficava aberta, fechava de noite. Aqui os vizinhos reclamam.*” (Gleice, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso).

Realmente a sensação que acaba se configurando é a de certa separação em grupos de cada um dos prédios que se rivalizam entre si. Não está muito presente a perspectiva de comunidade ou de atividades e aspectos em comum. Parece-nos que a própria configuração das áreas externas acaba determinando esta separação. Não existem espaços

⁹⁹ Estas categorias de agrupamento definidas como “conjunto de expressão contínua e intensiva” e “simples justaposição de unidades organizadas” foram adaptadas da metodologia adotada por Nuno Portas (2004, p. 93-97) para análise de projetos de habitação social, conforme esclarecido anteriormente.

de convivência que estimulem o encontro entre os moradores, pois a maior parte dos espaços livres são resquícios de terreno, muitas vezes pouco utilizáveis.

Com este raciocínio podemos pensar que a implantação das edificações é determinante na configuração de espaços de convívio e de encontro entre os moradores. A comunidade é definida em função das coisas comuns e de lugares de encontro, configuradas pelos caminhos de acesso à moradia e pelos espaços de interseção entre os prédios e apartamentos: a chegada e a saída de casa. O percurso, tão determinante na estrutura dos espaços da favela, e as relações entre os vizinhos especificam espaços de sociabilidade que acabam sendo interrompidos na configuração espacial dos conjuntos.

Neste ponto, é importante retomarmos outra colocação daquele menino que citamos no início desta parte, que definia com clareza, apesar da subjetividade, algumas diferenças significativas entre as casas e os apartamentos. Em uma de suas frases, expressou a diferença da relação com as regras em cada uma das situações, destacando que, apesar de ser a mesma “comunidade”, as reações eram diferentes em cada um dos locais: *“Aqui não pode dar festa, fazer barulho, som ligado até de noite. No morro pode fazer o que quiser. Ninguém reclama, todo mundo faz. E são os mesmos vizinhos que estão aqui e lá! Acho que é porque aqui é apartamento, e tem lei. Lá não, a gente combina com o vizinho o que quer. Lá os vizinhos ficam acordados até tarde da noite”*.

Apesar de não explícito, e talvez com alguma distorção e otimismo exagerado em relação a uma suposta harmonia nos “acordos” da favela, podemos perceber nesta fala uma diferenciação clara na relação entre os vizinhos, como se as regras impostas nos apartamentos, provavelmente pelas convenções de condomínio e em função de práticas de convivência apresentadas na mobilização social feita pela Urbel, alterassem automaticamente estas relações. Um pouco diferente disso, nos parece que esta modificação tem vinculação direta com a forma do agrupamento e com a configuração de seus espaços exteriores. Se na favela temos uma imbricação da forma, nos conjuntos temos exatamente o contrário: uma obsessão pela autonomia e independência da cada um dos blocos.

Ao contrário do pretendido, na configuração dos conjuntos as regras parecem provocar a intolerância entre os vizinhos, reforçando os limites entre cada um, já demarcados pelo espaço físico de cada bloco. Existe uma demarcação clara de onde termina o limite de um e começa o do outro, sendo fácil explicitar isto na definição de regras em substituição aos

“acordos” mais fluidos e pessoais das favelas¹⁰⁰.

Neste sentido, pretendemos argumentar que não é necessário um espaço específico para tal fim, mas é preciso garantir espaços internos de inter-relações primárias e progressivas, não limitado ao espaço público comum da cidade. O próprio percurso poderia proporcionar o encontro entre os moradores. Portas (2004, p. 96) cita uma solução de espaço celular, configurando espaços comunitários entre os prédios onde se faz permeável a vida entre vizinhos, permitindo de alguma forma uma relação entre os diferentes blocos que conformam um conjunto mais contínuo. Observando a implantação de um exemplo de habitação popular no bairro de Falchera (Turim / Itália)¹⁰¹, citado pelo autor, podemos discutir as possibilidades e potencialidades deste tipo de espaço.

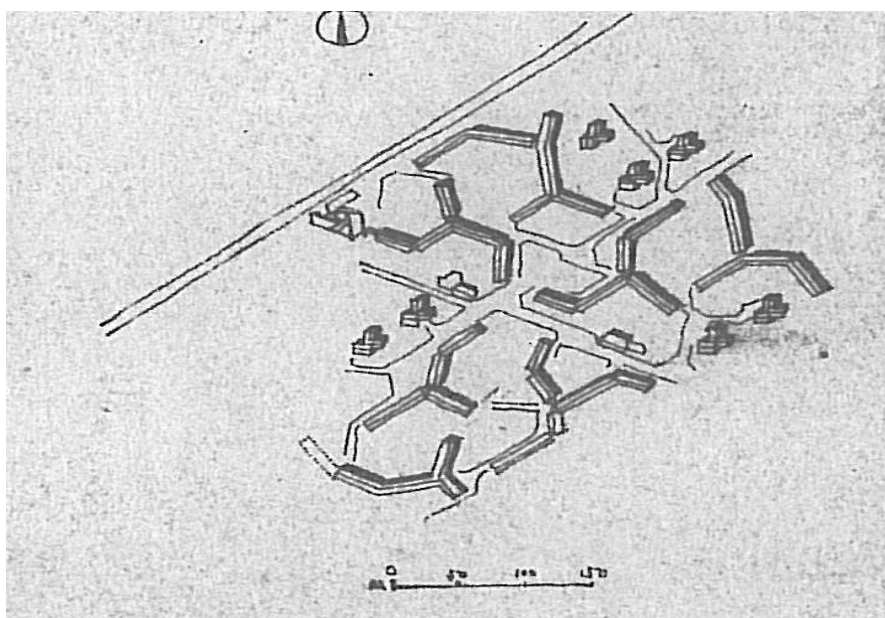


Figura 3.21: Croqui da implantação de um conjunto habitacional popular no bairro de Falchera, em Turim, na Itália. Fonte: PORTAS, 2004, p. 96

Observando a planta, podemos especular sobre uma maior interação entre os moradores dos diferentes blocos pelos vazios que se conformam entre os edifícios, configurando

¹⁰⁰ Não pretendemos com esta análise supervalorizar as relações nas favelas, como se houvesse uma harmonia e passividade em todas as relações. Não se propõe uma análise valorativa. Mas é necessário diferenciarmos as situações, para identificarmos possíveis deficiências ou incompatibilidades das propostas. Dependendo do caso, as regras formais podem ser a solução para se garantir a boa convivência, mas nem sempre.

¹⁰¹ A adoção de exemplos de outros países com realidades tão diferentes da que estamos analisando não significa que estamos ignorando estas especificidades ou propondo a transposição de modelos. Diferente disso, a nossa proposta é, a partir de uma abstração permitida pela planta (desenho), pensarmos possibilidades da forma destas habitações que nos permita contrapor e exemplificar o que estamos identificando nas plantas dos apartamentos do Programa Vila Viva e da favela da Serra. Acreditamos que estes exemplos nos dão suporte para a análise conceitual que estamos propondo, não sendo adequados como modelos de projetos a serem transpostos para situações tão diversas. Não estamos falando de uma tipicização da forma, mas da adoção de soluções mistas que possibilitem soluções mais adequadas para a especificidade da realidade que se pretende atender.

passagens obrigatórias de todos. Apesar de formalmente bastante diferentes da estrutura espacial identificada no conjunto de plantas da favela da Serra, podemos observar certa semelhança de concepção (se é que podemos falar em “concepção” para o caso da favela): a interrelação entre as unidades (de casas ou de prédios) que formam um conjunto onde há explícita interação entre os elementos; os locais de encontro são também os locais de passagem e o percurso de seus moradores não desvincula completamente o público do privado. As áreas centrais entre os prédios são permeáveis a todos os vizinhos e, além de locais de encontro, configuram um acesso coletivo para diversos prédios, onde se encontram os moradores de blocos diferentes, configurando um espaço de interesses comuns. Um bloco se delimita e se opõe em relação ao outro de forma interativa e relacional, conformando a unicidade do conjunto e garantindo certa privacidade pela distância entre os apartamentos (apesar dos edifícios estarem encostados em um dos lados). Diferente disso, as implantações dos conjuntos habitacionais do Programa Vila Viva mostram edifícios que praticamente não se relacionam entre si, conformando blocos completamente separados e desconectados (repetição de elementos multifamiliares isolados), reproduzindo a lógica de individualização de lotes de casas unifamiliares nos bairros da cidade formalizada, o que não lhes garante individualidade e independência (tanto pela repetição da forma em todos os edifícios quanto pela proximidade entre os blocos). Os conjuntos viabilizam-se pela sobreposição das unidades que possibilita um maior adensamento e melhor aproveitamento do terreno. A sobreposição, neste caso, é em bloco, sem flexibilidade entre os pavimentos que se sobrepõem por repetição contínua da forma.

Também as casas da favela se utilizam do artifício da sobreposição na otimização do espaço, porém de forma imprevisível, diversificada e incompleta. As edificações se entrelaçam, sobrepondo-se parcialmente na medida das necessidades, garantindo independência e “desafogo” entre as moradias. As sobreposições parciais garantem a manutenção de espaços vazios sobre edificações do pavimento inferior que configuram espaços ao ar livre (“lajes”) para os pisos superiores, abrindo inclusive a possibilidade de expansão futura da moradia. A lógica formal que permeia a produção destes espaços está vinculada a hábitos e necessidades destes moradores, tanto quanto à utilização de áreas livres quanto à possibilidade de expansão da casa, que não podem ser desconsiderados. Talvez em projetos concebidos sem perder de vista estas especificidades e estruturas formais, pudéssemos produzir moradias mais adequadas às necessidades de seus moradores, além de considerar a qualidade ambiental das mesmas.

Esta alternativa de sobreposição parcial pode ser vista também em projetos de conjuntos habitacionais implantados em encostas, topografia típica do Aglomerado da Serra. Este é o caso do projeto de uma edificação do finlandês Kauttua que aproveita a encosta como rampa de distribuição em diferentes níveis e acesso para unidades parcialmente sobrepostas, em solução de nível (“sobreposição em degrau”), que possibilitam a criação de terraços em todos os pavimentos.

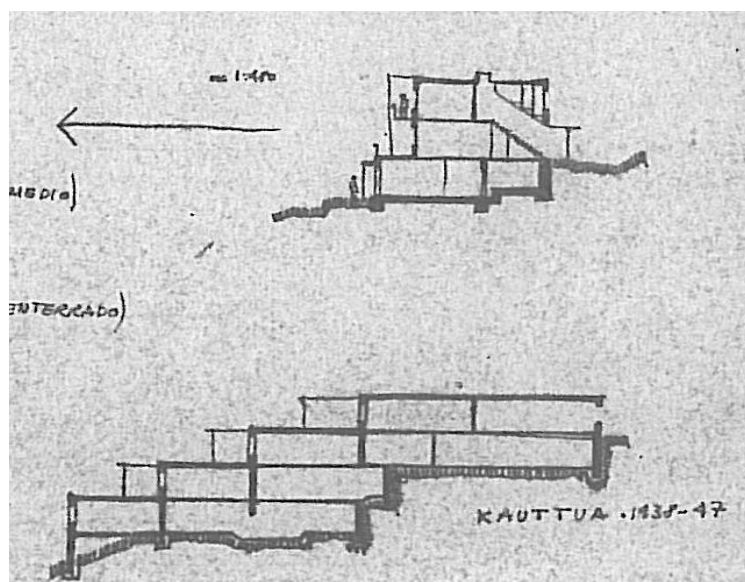


Figura 3.22: Croqui da seção de uma edificação em encosta, em Kauttua, na Finlândia.

Fonte: PORTAS, 2004, p. 98.

Mesmo que em situações muito distintas, a solução se aproxima da estrutura formal observadas nas casas analisadas no Aglomerado da Serra. Em solução relativamente simples, temos a possibilidade dos espaços abertos e até mesmo de expansão (dependendo de como se estrutura o prédio).

Os acessos e espaços de distribuição são os caminhos e percursos que formam o esquema distributivo do agrupamento e configuram-se “como locais de vida de relação entre os vizinhos (“contato inter-grupos”). Locais de vida da relação entre vizinhos, correspondendo ao “contato inter-grupos”. O espaços de relação estão localizados mais nitidamente nas estruturas de acesso e circulação. O esquema distributivo de um agrupamento envolve a entrada e as distribuições horizontais e verticais (nos casos de soluções verticalizadas), dando sentido à movimentação dentro do assentamento.

Uma criação arquitetônica joga-se em última análise no plano poético ou figurativo: o ritmo que uma escada ou uma galeria imprime ao movimento das pessoas, o tratamento dos espaços criando pontos de encontro ou evitando-os, são aspectos mais sutis, mas talvez mais determinantes da própria eficácia social. (PORTAS, 2004, p. 107)

Mesmo os patamares de distribuição vertical das unidades podem ser reconhecidos como importantes no fomento do encontro e relação entre os vizinhos. No caso dos edifícios do Vila Viva, temos simplesmente patamares de acesso a duas unidades habitacionais, limitados ao tamanho exigido para circulação. Portas (2004), no entanto destaca que em geral a comunicação entre as famílias ocorre mais no terreno ou nas áreas comuns do que nos andares. Trata-se de potencializar socialmente os espaços de circulação, pelas oportunidades de relação oferecidas nos deslocamentos dos moradores.

Quanto ao adensamento das unidades podemos avaliar que os conjuntos habitacionais do Programa não se diferenciam muito do que existe na favela. A diferença que observamos é quanto a forma de organização: a dos edifícios é mais pontual, com volumetria mais maciça e concentrada e a das casas é uma aglomeração em extensão com volumetria característica de fragmentos entrelaçados. A primeira, em tese, possibilitaria a concentração da ocupação e liberação de espaços vazios para usos comunitários. Não é o que ocorre em todos os casos, observando-se muitas vezes, como já destacado, áreas livres como margens dos edifícios. Destaca-se ainda, que na solução de casas sobrepostas e emaranhadas adotada nas favelas, pequenos espaços livres se configuram como lugares essenciais de flexibilização e abertura da moradia. Diferente do apartamento, onde pequenos espaços, coletivizados, configuram-se como resquícios da ocupação sendo mais difícil sua apropriação pelo coletivo.

O problema que aqui se nos põe é sobretudo o da expressão exterior do fogo [unidade habitacional] na massa do conjunto, das possibilidades maiores ou menores de individualização que a fórmula do agrupamento lhe permite e, logo, da intensidade como ele se liga aos outros e traduz as relações de vizinhança e a unidade do conjunto. (PORTAS, 2004, p. 101).

De acordo como Portas (2004), soluções multifamiliares ou “polifamiliares” (como reconhecemos na solução mista das favelas, de imbricação de casas unifamiliares) podem ter caráter individualista, coletivista ou mais ainda organicamente associativista, dependendo dos agrupamentos e predomínio da massa formal do conjunto (bloco) em relação à expressão diferenciada da célula individual. A articulação da favela se aproxima mais de um desenvolvimento contínuo e sinuoso, sem definir uma seriação. Diferente disso, os volumes dos prédios se definem por blocos monolíticos, concentrados pontualmente e incorporando em sua estrutura todas as funções afeitas aos moradores daquela estrutura. O desafio parece estar na relação e equilíbrio entre o público e o privado, o coletivo e o individual ou na vida de relação entre vizinhos e a vida íntima da família.

Também estas aberturas e projeções externas da habitação configuram espaços possíveis

de individualidade, pela utilização pública e explícita por cada morador, caracterizando espaços diferenciados externamente. É o processo de identificação pela caracterização da interface personalizada de cada habitação com o espaço exterior.

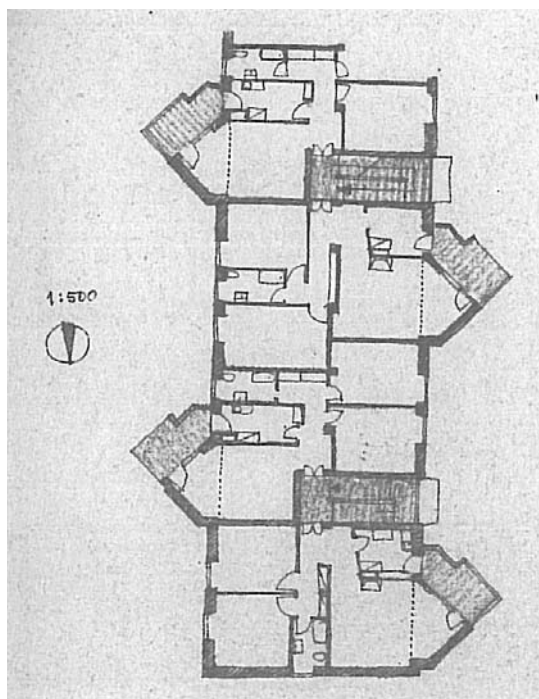


Figura 3.23: Planta de edificação projetada por G. Pediconi

Fonte: PORTAS, 2004, p. 170

Ainda pensando a capacidade da forma do agrupamento, passemos ao seu aspecto dinâmico, ou seja, as possibilidades de suportar alterações de programa que o crescimento da família ou necessidades específicas exige. Aqui nos interessa a capacidade de aumentar ou alterar as unidades. Essas modificações podem ocorrer tanto pelo aumento da área original, por ocupação de vazios ou por subdivisão ou alteração dos cômodos da moradia.

Mesmo sabendo que o modelo mais favorável para dinamizar as alterações da moradia é o da casa unifamiliar, é possível também possibilitar modificações em unidades multifamiliares, dependendo da forma de agrupamento das unidades. Nesse caso, os principais condicionamentos são as estruturas das edificações, que implicam em maior ou menor rigidez do conjunto.

No caso dos apartamentos do Programa Vila Viva não existe qualquer flexibilidade de alteração das habitações. A rigidez estrutural dos edifícios se dá tanto pela ausência de vazios na configuração do compacto volume quanto pela alternativa estrutural adotada.

Todos os conjuntos estão sendo construídos em alvenaria estrutural, o que significa que as paredes são a própria sustentação do edifício, não sendo possível qualquer alteração entre os espaços. Além de não ser possível expandir a habitação, não é possível flexibilizá-la internamente como, por exemplo, a junção da sala e cozinha. Além do custo, outra justificativa usada como argumento é a de impedir o processo de favelização destas áreas. A prática do "puxadinho" tão frequente nas favelas é o principal receio que condiciona a adoção de unidades compactas. Além das dificuldades impostas pela forma adotada no prédio, o trabalho social e de acompanhamento das famílias após a remoção (acompanhamento pós-morar) tem por perspectiva um ajustamento dos moradores no sentido de evitar a "favelização".

E, assim, limitados pelo custo e por um padrão de habitação que em tese otimiza o prazo de projeto e execução, o que se observa é uma moradia inadequada para as famílias que irão habitar os apartamentos, desvinculados de seus hábitos e necessidades. O que poderá significar um custo social bem mais alto, que inviabilizaria a solução: "*Eu gosto do apartamento porque é da gente. A gente é obrigado a ficar aqui. Até eu juntar outro dinheiro e poder mudar daqui. Eu gosto é de casa.*" (D. Zelita, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso); "*Não vejo a hora de mudar daqui. As contas são muito altas. Eu enjoiei.*" (Marlene, moradora do primeiro conjunto implantado, na avenida do Cardoso).

3.2.3.3. O espaço público: nova estrutura espacial para a favela?

A mudança de habitação, da casa para o apartamento, traz alterações importantes para a vivência das pessoas que foram relocadas, tanto em relação à vida privada, às rotinas das famílias, quanto em relação aos espaços e convívios com vizinhos e moradores da região. Além da diferença significativa entre os dois tipos de moradias, e das possibilidades das diferentes habitações, como destacado anteriormente, a mudança de local também influencia na transformação. Se no caso da mudança para os apartamentos identificamos diversas inadequações nas soluções adotadas, principalmente em relação à estrutura rígida dos prédios, à padronização e a inflexibilidade dos espaços e à forma individualizada dos agrupamentos, vamos agora tentar identificar possíveis alterações como consequência das obras no espaço público.

Inicialmente, vale ressaltar que a maior parte das famílias foi removida para viabilizar as obras viárias e de equipamentos, e a menor parte devido a situações declaradas de

precariedade ou de risco. Sabendo-se que as obras estão sendo implantadas nas áreas mais precárias do assentamento, podemos inferir que as famílias relocadas estão entre as que têm piores condições de habitabilidade. No entanto, se para as pessoas removidas a mudança pode não ter sido de todo positiva, como insinuamos acima, a intervenção só se justificaria se, contrapondo a isso, tivermos reconhecidos benefícios para a população que permaneceu.

Conforme destacamos no início deste capítulo, a ênfase da nossa análise será a discussão sobre o caráter estruturante da intervenção proposta para o programa Vila Viva, enfocando a questão do porte das intervenções e a premissa de reestruturação espacial da favela. Não nos deteremos na discussão dos benefícios (ou problemas) da intersectorialidade da proposta, que abrange além das obras urbanístico-ambientais, a regularização fundiária e a inserção econômica da população. Enfatizaremos as intervenções habitacionais e urbanístico-ambientais que, obviamente, têm repercussões diretas determinadas também pelas outras duas linhas de ação. Interessa-nos, sobretudo, as alternativas adotadas nas intervenções e como estas interferem no cotidiano de seus moradores.

A reestruturação urbana apresentada conceitualmente no Plano Global Específico do Aglomerado da Serra, conforme apresentado anteriormente, parece ter se efetivado no Programa Vila Viva principalmente pela implantação da Avenida do Cardoso e toda a estrutura que a engloba, como: a) a implantação de parques e áreas de preservação de contribuintes do Córrego do Cardoso (1ª, 2ª e 3ª Águas de Fátima), a qual a avenida margeia; b) os conjuntos habitacionais construídos para relocar as famílias em função das obras e; c) uma grande área de lazer e equipamentos implantada em uma alça viária da avenida no topo do morro, nas proximidades do bairro Serra (ver mapa síntese no anexo A).

Além desse grande conjunto de obras, em linhas gerais, está previsto ou em implantação: a) intervenções viárias mais localizadas em cada uma das vilas, destacando-se pelo porte, a Rua Regional Binário que faz uma alça viária na Vila Santana do Cafezal; b) implantação da Praça de Esportes, com toda a estrutura para eventos de maior porte, nas proximidades do Hospital da Baleia, próximo à Vila Fazendinha, mas já fora do Aglomerado e distante da maior parte das vilas; c) implantação de equipamentos comunitários, como postos de saúde, Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEIs), Centros do BH Cidadania, entre outros; d) recuperação e melhoria de praças e áreas de lazer, aproveitando-se também as sobras de terrenos após a implantação das obras viárias.

Com exceção do conjunto da obra da Avenida do Cardoso destacada acima, as demais

intervenções possuem impacto pouco significativo no Aglomerado como um todo, sendo os benefícios mais pontuais e semelhantes às obras já realizadas anteriormente, por exemplo, através do Orçamento Participativo. Se a diferença do Programa é também o grande volume de recursos investidos de uma só vez, nos interessa saber como foram gastos estes investimentos e a quem beneficiaram. Até então, abrangendo financiamentos da *Caixa Econômica Federal* (CEF) e do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social* (BNDES), os investimentos se concentraram no conjunto de obras da Avenida do Cardoso, correspondendo a aproximadamente 60% do valor investido, se incorporarmos as remoções realizadas em consequência da implantação da via e para implantação dos parques e áreas de preservação (onde o maior custo é remoção).

A Avenida do Cardoso atravessa o Aglomerado de norte a sudoeste, ligando a Avenida Men de Sá, nos bairros Novo São Lucas e Paraíso, na Regional Leste, até a Rua Capivari, no bairro Serra, na Regional Centro Sul. Originalmente, antes da elaboração do Plano Global Específico - PGE, esta via estava prevista no Plano Diretor do Município como parte da Via 276, ligando a Avenida Bandeirantes à Avenida Mem de Sá e articulando duas regionais da cidade. De acordo com o próprio PGE, o traçado inicialmente estudado pela equipe técnica da *Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte* (BHTRANS), com pista de rolamento mais ampla, previa a construção de um túnel por baixo de setores das Vilas Marçola e Nossa Senhora de Fátima, segregando a circulação em relação à favela e reforçando sua caracterização como tráfego de passagem. No desenvolvimento do Plano Global, foi proposta uma alternativa ao traçado, que visava “contribu[ir] para o aumento do nível de acessibilidade interno nas Vilas, (...) e para a integração do Aglomerado com o restante da cidade”, com a adoção da pista em nível ao invés do túnel.

Parece claro que a Avenida do Cardoso não se limita à melhoria da acessibilidade na favela, abrangendo também a ligação de duas regionais e sendo uma importante estrutura viária para toda a região. No entanto, o maior impacto negativo é na área da favela, em decorrência das obras e do grande número de famílias removidas. Não nos parece suficiente, neste caso, a justificativa de que as famílias removidas estavam em situação de precariedade habitacional, tanto por aspectos do assentamento quanto pela precariedade da própria moradia. Além dos argumentos apresentados anteriormente, quanto à inadequação da solução adotada para as novas unidades habitacionais construídas pelo Programa, vale refletirmos sobre os impactos desta obra na favela e seus supostos benefícios.

Muitas das famílias removidas moravam em becos ou em ruas locais, a maior parte

distante dos limites com a cidade formalizada. A princípio, sem entrar no mérito de quão positivo ou negativo isto venha a ser, podemos destacar algumas mudanças em relação ao espaço urbano: melhor acessibilidade de ônibus e serviços; maior proximidade de equipamentos; inserção da habitação em vias mais largas e com maior trânsito de veículos. *“Têm ônibus na porta da minha casa. Antes tinha que saí lá de cima.”* (Gleice, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso).

Assim como as famílias removidas para os apartamentos, a maior parte localizada próximos aos limites com os bairros formalizados, também as pessoas que permaneceram tiveram suas vidas alteradas pelas obras. O que significa uma via deste porte cortando a favela e delimitando um espaço que se diferencia completamente de sua conformação?



Figura 3.24: Vista da Av. do Cardoso, na Vila Nossa Senhora de Fátima
Fonte: acervo próprio

Uma avenida que corta o Aglomerado possibilita a entrada de ônibus e outros veículos de apoio e serviço, mas também interrompe passagens existentes, separa núcleos que se interligavam e traz para a porta de alguns moradores o trânsito constante de carros que inviabiliza usos alternativos para as vias, como o futebol do final de tarde. Uma fala do Reinaldo, durante nossas caminhadas pelo Aglomerado sintetiza esta questão: *“Nós podemos até chegar aqui de ônibus ou de carro. Isto melhora. Mas aqui dentro a gente anda é a pé. O acesso melhorou, mas a mobilidade piorou”*.

A Avenida do Cardoso, por seu porte e localização em uma área de alta declividade, dividiu o Aglomerado em dois, sendo difícil transpor esta barreira a pé. A via possui uma contenção de aproximadamente 10 metros de altura em alguns pontos, com pistas

desniveladas e sem travessia aérea para pedestres, sendo impossível transpô-la. É impressionante como diversas áreas do Aglomerado ficaram mais distantes para quem caminha a pé, sendo necessário contornar toda a avenida para transpor o obstáculo. Antes de sua implantação, já havia o grande desnível do talvegue do córrego, mas trilhas alternativas possibilitavam trajetos mais curtos e a ligação de áreas hoje definitivamente separadas. No pouco que caminhamos na região, se compararmos com um morador que rotineiramente faz seu trajeto no Aglomerado, diversas vezes avistávamos o local onde queríamos chegar, mas tínhamos que dar uma grande volta para transpor obstáculos de vias e contenções que dificultavam o trânsito de pedestres: *“Aqui antes tinha uma escadinha que chegava ali ó. Era meio ruim, mas a gente chegava rapidinho.”* (Reinaldo, morador da Vila Marçola). Realmente a acessibilidade melhorou, mas parece que, pelo menos em alguns pontos, a mobilidade piorou.



Figura 3.25: Vista da Av. do Cardoso, com a vila Santana do Cafezal no Fundo
Fonte: acervo próprio

Podemos ainda pensar a via de forma mais localizada, quanto à sua utilização e interferência com o cotidiano dos moradores que a utilizam mais frequentemente. Mesmo sabendo que foi apenas recentemente liberada para o fluxo de veículos, o que significa que ainda não está sendo totalmente utilizada para o trânsito de veículos, observamos em nossa pesquisa algumas incompatibilidades quanto ao seu uso. Assim como as residências, as ruas na favela, mesmo as de maior porte (que nem se comparam com o tamanho da Avenida do Cardoso), têm usos flexíveis, não se limitando à circulação de pedestres e veículos. Não há mesmo a delimitação entre estes dois usos. Muitas vezes como extensão da casa, a rua é o local do futebol, da conversa na soleira de casa, da brincadeira das crianças. Mesmo observando que pouquíssimas casas ficaram voltadas para a avenida, o que reforça seu caráter exclusivo de passagem e circulação, destacam-se os conjuntos

habitacionais que foram implantados nesta via, que ficaram expostos a inseguranças se forem adotados os significados que tem uma rua da favela. “A avenida é muito maravilhosa, só é perigosa a noite, porque eles vêm fazer “racha” aqui, de carro e moto, tarde da noite” (D. Zelita, moradora de um apartamento na Avenida do Cardoso).

Podemos refletir também quanto à proporção entre as pistas de rolamento e os passeios. Lembrando: os moradores chegam de ônibus, mas em sua maioria andam a pé no interior do Aglomerado. Além disso, existe a possibilidade do uso da bicicleta, desconsiderada nesta intervenção de porte tão grandioso em relação aos espaços da favela. Observamos que mesmo que não seja adotada como meio de transporte, diversas crianças circulam e brincam nas ruas com suas bicicletas, o que será dificultado com o fluxo de veículos que se espera na Avenida do Cardoso.



Figura 3.26: Av. do Cardoso, na Vila Nossa Senhora de Fátima. Fonte: acervo próprio.

Considerando-se que para o Aglomerado da Serra a principal finalidade da Avenida é a melhoria da acessibilidade e integração com a malha da cidade, nos parece exagerado e distorcido o porte da intervenção. Obviamente que é necessário pensá-la dentro da estrutura da cidade, conciliando com outras demandas e intervenções previstas. O que nos intriga, neste ponto, é o discurso em relação à obra como sendo uma proposta de reestruturação espacial para melhoria das condições habitacionais dos moradores da favela. Ora, se pensarmos que a principal justificativa para a adoção dos padrões dos apartamentos para relocação das pessoas, que consideramos insuficientes e inadequados, é a limitação de recurso e do custo investido por família, chegamos a uma encruzilhada: por que o recurso investido em uma obra viária de custo tão elevado e que, acreditamos, beneficia mais a

cidade do que a própria favela, é contabilizada na fatia de investimentos destinada à melhoria habitacional das áreas de favela? Para atendimento somente à favela, para acessibilidade e mobilidade de seus moradores, bastaria uma via bem mais estreita e com impacto e custo bem menos significativos. Pensado dessa forma, por que este recurso não poderia ser investido em melhorias nos conjuntos ou em outras áreas do Aglomerado? O custo de uma obra que beneficia toda a cidade, articulando duas regionais que anteriormente não tinham uma ligação direta, é uma das mais impactantes no custo final por família na totalidade das intervenções! Se o porte da via é importante para a cidade e necessária de ser implantada, esta diferença de custo não deveria ser contabilizada nos investimentos previstos para as favelas.

Sabemos que as propostas do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra não se limitam à obra da Avenida do Cardoso, mas esta consumiu boa parte dos recursos investidos, aumentando ainda mais as condicionantes de custo das demais intervenções. Por outro lado, não acreditamos que obras de grande porte nas favelas tenham apenas impactos negativos. Imaginamos que, em alguns casos, seja necessário e positivo, mas é preciso que se avalie o custo em relação ao benefício da obra e, mais ainda, a adequação de sua concepção às formas de ocupação dos espaços da favela.

Assim, se o Programa tem ganhos quanto ao volume de investimentos alcançados e, principalmente, pela intersectorialidade das ações, são insuficientes os avanços quanto à forma destas intervenções, no que se refere à adequação ao uso e apropriação dos espaços pelos moradores da favela. As propostas implementadas constituem-se ainda como simples transposições de modelos e padrões de moradias produzidas pelo mercado para a classe média e média-baixa, sem incorporar especificidades das demandas dos moradores que se pretende atender. De forma incoerente e inconsistente, o argumento da limitação de recursos, que na verdade refere-se mais à forma como este recurso é distribuído entre as diversas ações que se pretende implementar, acaba gerando uma situação de inadequação que pode acarretar em custos sociais muito maiores do que as economias realizadas pela adoção dos padrões considerados econômicos. Esta é uma distorção que deve ser revista e considerada se pretendemos alcançar os objetivos que o Programa Vila Viva propõe: a melhoria da qualidade de vida nas favelas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as propostas do Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, podemos retomar nosso questionamento inicial: como as ações cotidianas são consideradas nas soluções adotadas nas intervenções urbanas implementadas pelo Estado?

A proposta de avaliar intervenções construídas a partir de arenas institucionalizadas de participação (*espaço da política*), como é o caso dos Grupos de Referência no Programa Vila Viva, era discutir o limite destes sistemas participativos institucionalizados para democratização das políticas públicas. A questão que levantamos refere-se ao distanciamento em relação às formas cotidianas de apropriação expressas na vivência do espaço (*políticas do espaço*), baseadas em experiências estéticas e não apenas em uma racionalidade argumentativa.

O que fica explícito na experiência do Programa Vila Viva é que, mesmo com a participação dos moradores na discussão das propostas, as intervenções implementadas, tanto para as habitações quanto para o espaço urbano, apresentam inadequações em relação à especificidade da ocupação urbana da favela e às necessidades e hábitos de seus moradores. Se houve um acordo construído nos Grupos de Referência do Plano Global Específico, este espaço foi insuficiente para se garantir a adequação das alternativas. A partir disso, podemos retomar a idéia do desentendimento proposta por Rancière, em relação à distância entre acepções de compreender, vinculados a diferentes modos de experienciar o mundo.

Se no espaço da política onde se discutiu a proposta houve a construção de um consenso quanto à questão “queremos casa”, por exemplo, existe ainda uma falta de compreensão sobre o que significa essa “casa”. Esta é a situação de desentendimento onde um dos interlocutores – o Estado – ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro – o morador da favela. Se para a Prefeitura garantir a habitação está relacionado à construção de apartamentos seguindo o padrão mínimo adotado em outras áreas da cidade, em uma região dotada de infra-estrutura e próximo da moradia de origem dos moradores, para as pessoas relocadas isso pode ser ainda inadequado.

É como se houvesse um consenso quanto uma forma única de habitar a cidade, como se a experiência de morar na favela não tivesse significado nenhuma mudança nos hábitos e necessidades destas famílias. O desentendimento não é uma questão semântica: casa é casa. É uma questão conceitual e formal: como é esta casa que se deseja? Como o exemplo de Rancière sobre o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas que não entendem a mesma coisa pelo nome de brancura.

Não se trata de discutir as intenções por parte da Prefeitura, mas de identificar uma situação de desentendimento em relação ao que significa esta “casa” que se deseja ou que é adequada para caminharmos para a solução do problema. E mais, sobre o que significam as melhorias urbanas para o espaço da favela que proporcionem uma mudança significativa na qualidade de vida dos moradores. O desentendimento, neste sentido, diz respeito a diferentes formas de habitar a cidade.

Reconhecendo que as definições do espaço se dão a partir das práticas dos sujeitos e que, também por este motivo, o espaço expressa a diversidade de alternativas construídas pelas múltiplas experiências das relações entre os indivíduos no mundo, acreditamos que os espaços construídos pelos moradores do Aglomerado da Serra têm vinculação com seus hábitos e necessidades, não sendo completamente determinados pela situação de precariedade e pobreza a que estão expostos. A definição por uma alternativa inadequada às necessidades de seus moradores, mesmo legitimada nos Grupos de Referência, significa o não reconhecimento das práticas destas pessoas. A não incorporação destas formas construídas por ações cotidianas está relacionada, a nosso ver, ao não reconhecimento destas pessoas e de suas práticas. Assim se exemplifica a insuficiência de espaços discursivos conseguirem legitimar um acordo que se aproxime realmente das expectativas e necessidades da comunidade. Mesmo adotando-se métodos alternativos, como dinâmicas, mapas mentais, etc, estes espaços são importantes, mas podem ser insuficientes para se garantir a efetividade das proposições. Ao comparar as plantas das casas da favela e os apartamentos construídos para relocar pessoas removidas foi possível observar este distanciamento. A transposição de um padrão, de uma maneira de morar da cidade, para a favela, desconsidera a voz que se expressa na multiplicidade de formas construídas por seus moradores, pondo em jogo a validade dos enunciados que se apresentam na concretização da forma de ocupação e apropriação dos espaços da favela. Esta forma singular de cidade parece ainda não ser admitida no sistema normativo que supostamente representa os anseios da sociedade.

Por esta percepção, que incorpora a experiência estética como espaço de ação, a política não se baseia em uma argumentação puramente racional. A política se configura no campo da experiência, como a introdução de um visível que não era antes considerado, modificando ou reconfigurando a própria realidade ou o que é percebido como realidade, como é o caso da diferença e da presença do espaço da favela. Na própria experiência, relacionadas às vivências práticas cotidianas das favelas, desabrocham mundos singulares irreconhecíveis na estrutura sistêmica e nos padrões de urbanização.

Para que haja compreensão entre experiências distintas, é necessário que haja o reconhecimento da configuração estética a partir da qual se inscreve a voz do ser falante, a saber, a estruturação urbana singular e a forma das casas do Aglomerado da Serra. A favela é o questionamento das regras, não de uma maneira discursiva, mas pela prática de seus moradores de se incluírem e habitarem espaços estratégicos na cidade. O que legitima a política, neste sentido, não é sua força reguladora, mas sua capacidade de reconhecer as diferenças e incorporá-las em suas práticas. Mesmo não estando vinculada a uma formulação racional ou de discurso, que possam ser abordadas nas esferas de discussão pública da cidade, as ações cotidianas estão relacionados ao uso e apropriação das regras, das lógicas racionalizadas e das leis acordadas, para ajustá-las às práticas das pessoas. Não se trata de buscar coerências, o que estaria mais próximo da idéia de institucionalização, mas de incorporar certa imprevisibilidade que se renova e se refaz no encontro e reencontro de novas ligações e relações. Práticas que se estruturam em certo lugar.

Neste sentido é importante repensarmos o conceito de lugar proposto por Massey, como uma construção contínua e relacional, aberta a novas perspectivas e possibilidades de transformação. Diferentemente da idéia de limites reforçados e da demarcação de propriedades que configura uma situação onde a tentativa é sempre o distanciamento em relação ao que lhe é diferente, o conceito de lugar se dá exatamente pela abertura ao outro.

Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, poder-se ia imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si. (...) Isso permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo (MASSEY, 2002, p. 184).

Visto desta maneira, a favela não é um estágio diferente a ser superado, mas uma experiência diversa que deve ser considerada. Não existe este limite tão definido, como expressa na materialidade de sua ocupação. A abrangência das relações do espaço, a exterioridade do lugar nos traz a perspectiva de um espaço que extrapole seus limites e suporte e propicie as diferenças. Lugar como espaço de imprevisibilidades, da abertura ao outro e não de delimitações e propriedades.

O que se vislumbra, ao final, de maneira arriscada e talvez até exageradamente otimista, seria a possibilidade de a favela ser reconhecida como um bom lugar para se viver na cidade. Obviamente que para isso, temos um enorme desafio a superar quanto à violência nestas áreas e também quanto à precariedade que está relacionada à escassez de investimentos tanto nos espaços públicos quanto nos privados. O que reconhecemos é que, formalmente, existe uma

singularidade na organização espacial das favelas que em grande parte está sendo ignorada pelas ações políticas institucionalizadas, como o Programa Vila Viva.

Pode haver um equívoco na maneira das políticas públicas tratarem o problema das favelas que se relaciona com uma exacerbação de sua precariedade (não que ela não exista e seja importante) que contamina toda a perspectiva em relação às possibilidades destas áreas. Ao se observar a favela focando-se em suas precariedades, chega-se à proposição de adequá-la à ordem da cidade. Mas, afinal, quais são essas regras e o que elas reproduzem? Como efetivamente contribuem para a redução da desigualdade e reconhecimento dos direitos de pessoas excluídas dos processos de tomada de decisão?

Parece que estamos perdendo a oportunidade de uma discussão mais ampliada sobre o que queremos para nossas cidades ao tratarmos de uma dualidade entre os espaços da favela e os espaços da cidade, como sendo os primeiros a precariedade a ser superada e os segundos o modelo a ser seguido. Como se fossem comparáveis simplesmente como momentos distintos de uma mesma perspectiva histórica, sendo um, a favela, apenas o momento atrás do outro, a cidade formalizada e sendo a diferença a própria desigualdade. Mesmo que isto não seja o que transparece no discurso, se observarmos a prática das intervenções públicas, tomando como estudo de caso o próprio Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra, é isto que de alguma forma se observa.

A adoção de um padrão de apartamento que reproduz um modelo de mercado, inadequado às práticas e expressões culturais de seus moradores, assim como a estrutura urbana proposta tendo por referência e prioridade a circulação de veículos em detrimento dos pedestres, se mostra claramente uma ação no sentido de ignorar a singularidade do espaço da favela. O argumento de que isso significa a oportunidade a direitos iguais, como, por exemplo, a idéia de que também os moradores das favelas têm direito a ter o carro na porta de casa, que eles também podem querer “isto ou aquilo” parece ser um desvio da questão. Para essa demanda bastaria vias mais estreitas, de trânsito mais local, ou alternativas de transporte coletivo, como o próprio microônibus adotado em favelas de Belo Horizonte. E, por outro lado, não desejaríamos poder andar livremente em frente de nossas casas, ter prioridade como pedestre ao invés de estarmos obstinados e subordinados ao império dos carros? Repetindo: que ordem é esta que se pretende repetir e homogeneizar para toda a cidade? Não deveríamos discutir que cidade é essa que estamos construindo e expandindo?

Outro argumento para adoção de padrões é o discurso da escassez de recurso. Este nos parece, como dito, desvelador do que realmente subjaz estas decisões, mesmo que não de forma

explícita ou totalmente consciente: a ignorância e desconsideração de saberes que estão à margem de um discurso hegemônico, que desconstruem um suposto consenso do que é bom e necessário para as pessoas. Como mostramos, o limite do mínimo possível de se investir em uma área é construído a partir de uma definição sobre o que é considerado como aceitável e necessário. A definição do mínimo relaciona-se com um reconhecimento político diferente em relação a cada grupo social. Não é o limite de custo simplesmente, é o limite do que se pretende com um determinado padrão adotado como o mínimo adequado. Se o teto do valor existe, e consideramos que seja necessário em função da escassez dos recursos frente ao tamanho da demanda habitacional do país, acreditamos que para caminharmos para uma solução mais definitiva do problema teremos que considerar a revisão deste teto e sua adequação à necessidade das famílias. Um mínimo que não resolve a questão pode sair “mais caro do que a encomenda”.

Neste sentido a crítica não se restringe ao Programa Vila Viva. Tem relação com programas de financiamento e subsídios de habitações de interesse social, em âmbito federal e até internacional, que delimitam um custo máximo por família, decorrência de um padrão mínimo considerado como adequado, mas que não aponta para a solução do problema. Este mínimo deve ser revisto, na tentativa de incorporar e, mais ainda, reconhecer estas demandas por espaços de qualidade que propiciem a melhoria real da qualidade de vida destas famílias.

Os programas de intervenções em vilas e favelas, com recursos externos, têm maior potencial de realizar, na prática, a Intervenção Estrutural, pois compreendem recursos de maior porte. No entanto, este *espaço da política* onde se discutem as propostas e alternativas de intervenção, está de alguma forma engessado em função de um limitador forte do custo da moradia, que já define, *a priori*, a solução a ser adotada, não sendo as questões verdadeiramente definidas pelos espaços de discussão instituídos pelo Estado. Acrescente-se ao não reconhecimento de práticas do senso comum, um olhar tecnicista que desconsidera formas marginais e impõe um padrão único de morar e habitar os espaços.

Uma questão necessária de ser abordada na solução das favelas é exatamente a falta de investimentos, abrangendo as diversas áreas, não apenas de infra-estrutura, mas social (educação, emprego, lazer, etc) e segurança pública e jurídica (regularização fundiária). E quanto a isso gostaríamos de tocar em um ponto talvez bastante polêmico, mas que é importante de ser pensado: o investimento em melhorias não apenas do espaço público das favelas, mas também no espaço privativo das casas. A idéia que contrapõe este tipo de proposta de alguma forma se relaciona com o entendimento de que a intervenção pública deve

se limitar ao espaço público acessível a todos, não beneficiando de forma desigual um indivíduo ou grupo de cidadãos. Sabemos que não é assim que acontece.

Se tivermos por perspectiva o que se vislumbra com a intervenção nas favelas – a garantia de permanência com qualidade de vida para seus moradores – esta alternativa começa a nos parecer mais plausível. A nosso ver, a precariedade da favela relacionada à falta de investimentos está presente não apenas no espaço público, mas de forma marcante nas moradias e espaços privativos. Também nestes há uma carência de investimentos que, mesmo com as estratégias criativas de seus moradores, inviabiliza a garantia de uma qualidade habitacional adequada. Também esta falta de possibilidade de investimento nas casas se insere no processo de exclusão a que está sujeita esta população, sendo totalmente plausível investir nesta reversão pela intervenção também no espaço privado, ou no que viria a ser a propriedade dessas pessoas. Ainda mais se pensarmos em toda a discussão desenvolvida quanto à necessidade de se considerar na proposição de alternativas a forma de habitar construída na prática da favela. A garantia de permanência destas famílias pela melhoria das casas que já habitam, talvez seja também um caminho para se alcançar a adequação da solução.

Poderíamos ser questionados quanto ao custo inviável deste tipo proposta. Lançaríamos a pergunta: quantas casas poderiam ser melhoradas com o recurso investido somente na Avenida do Cardoso? Em uma conta rápida, mantendo-se o investimento nas demais ruas, becos e parques que estão sendo implementados, poderíamos pensar em R\$10.000,00 por moradia, abrangendo aproximadamente um terço das casas do aglomerado (5.000 de um total de aproximadamente 14.000 domicílios¹⁰²). É um recurso significativo, principalmente se pensarmos em uma compra de material e execução da obra em escala de atacado. Talvez essa seja uma possibilidade de intervenção estruturante, no sentido de melhorar a qualidade de vida de forma mais efetiva e não de alterar a forma urbana da favela.

O discurso da limitação de recursos e de tempo como determinantes nas propostas, tem relação também com o não reconhecimento da própria favela como alternativa, como uma experiência que de alguma forma pode apresentar possibilidades para a cidade como um todo. A proposta de urbanização como está sendo implementada, escamoteada na proposta de reconhecimento de direitos, pode esconder uma representação fundada na desvalorização e ignorância em relação aos processos e modos de vidas alternativos nas favelas, inferiorizando

¹⁰² Conforme dados da Urbel (2009) o valor gasto na obra da Avenida do Cardoso, incluindo as barragens e parte as unidades habitacionais construídas em função da relocação de famílias para as obras, é de aproximadamente R\$50 milhões, sendo aproximadamente R\$ 25 milhões na via, R\$12 milhões nas barragens e R\$15 milhões nas unidades habitacionais. Na contagem de domicílios realizada no Plano Global Específico em 1999, foram identificados nas seis vilas 13.462 domicílios.

as práticas destas pessoas ao associá-las simplesmente, e automaticamente, a limitações relacionadas à situação de pobreza e exclusão em que se encontram.

O que se percebe é que o *espaço da política* é ainda pouco permeado pelas diferenciações postas pelas *políticas do espaço*, estando, de alguma forma, delimitado por espaços idealizados e planificados para atender uma demanda prévia do sistema (por exemplo, de redução do custo destas habitações ao mínimo). Se pensarmos a idealização do espaço diferencial de Lefebvre, que multiplicaria as diferenças pela aproximação das representações do espaço às práticas e vivências das pessoas, reforçamos que as propostas de urbanização das favelas estão ainda distante de garantir o reconhecimento das diferenças e, conseqüentemente, possibilitar a inclusão destas pessoas. Pensando que um espaço abstrato de “modernização” das cidades produziu um modelo excludente e um processo de favelização em áreas até então sem interesse para ocupação e que, pela prática dos moradores de favelas que impuseram sua presença se produziu uma forma de ocupação diferente, contrapondo o espaço idealizado pelos urbanistas e pela elite da sociedade, podemos refletir: O processo de urbanização em andamento no Programa Vila Viva, de alguma forma contrapõe esta diferenciação da forma de ocupação da favela e reforça a homogeneização dos espaços, mantendo-se uma cidade idealizada distante das práticas de seus moradores e aproximando-se de um espaço abstrato que pode excluir os moradores da favela.

Entendemos que, para caminharmos em direção a um espaço diferencial que incorpore as práticas e vivências das pessoas, primeiramente é preciso que se reconheça a legitimidade destas ações cotidianas e das práticas dos moradores da cidade. Trata-se, talvez, de um exercício que permita reconhecer as diferenças não como estágios de uma única história, mas como possibilidades que se constroem pela diversidade de experiências das pessoas e suas relações. Trata-se de vislumbrar um espaço que suporte as diferenças, compreendendo a espacialidade como construção legítima da diferença e da multiplicidade de trajetórias. Dessa forma, abre-se a possibilidade da percepção do espaço-favela como sendo legítimo.

Se estamos falando do reconhecimento do direito à cidade para estas pessoas, não há como pensar em uma habitação sem possibilidades de ampliação e que desconsidera as condições socioculturais e o uso criativo das moradias e espaços públicos nas favelas. Não há como negar a necessidade de investimentos e de melhorias na infra-estrutura, mas esta não pode sobrepor as peculiaridades do *lugar-favela*, ao contrário, deve incorporá-las. Não se trata apenas de um preciosismo formal, ou de uma idealização do espaço da favela. Não estamos desconsiderando suas precariedades, os problemas de ordem urbanística, habitacional,

socioeconômico e fundiário. Estamos questionando como serão feitas estas melhorias e quais serão os benefícios reais para os moradores das favelas, para a melhoria da qualidade de vida do cotidiano destas famílias. Estamos, por fim, defendendo a autonomia desses usuários-constructores de interferirem na produção do espaço e na construção de novos significados e prioridades para suas habitações.

Por esta perspectiva, o *direito à cidade* não seria uma inserção cidadã nos direitos e deveres constituídos pelas regras – já como pressuposto de uma sociedade igualitária - mais do que isto seria o direito à uma prática diferencial da cidade, o direito de revisitar as regras pela prática e vivência cotidiana:

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao *habitat* e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito de propriedade) estão implicados no direito à cidade. (LEFEBVRE, 2001, p. 135, *grifos do autor*)

A colocação de Lefebvre (2001) é magnífica neste sentido: o “direito à obra” como direito à prática e construção da cidade por seu habitante. Direito a uma cidade que não seja higienizada, amorfa, onde só fazem parte as regras, a planificação. Direito à participação não só nos espaços decisórios, mas também na construção e reconstrução das cidades por sua prática, sua vivência. Direito à cidade como um direito à vida urbana, transformada, renovada e não apenas como uma cidade planejada e regulada. Ou mais do que isso, uma cidade concebida por sua diferença e diversidade, para garanti-la e incorporá-la. Afinal, “porque o imaginário acarretaria fatos apenas fora do real, em lugar de fecundar a realidade?” (LEFEBVRE, 2001, p. 127), se o espaço é produzido pela sociedade, pela práxis e vivência das pessoas na forma como se apropriam e usam o espaço idealizado.

O direito à cidade deve incorporar a diversidade das práticas. Para tanto, não basta garantir o acesso aos bens da cidade, à infraestutura. Não basta garantir a progressão em um sistema linear de desenvolvimento. Deve-se, muito mais do que isso, reconhecer as diferentes alternativas de cidade construídas pela diversidade de experiências dos sujeitos no mundo. O que pressupõe uma abertura do espaço e a compreensão da força política do lugar. Como o reconhecimento do espaço-favela, de suas qualidades e possibilidades, que contrapõe “sistemas de gestos sem surpresa”, uma rotina mecanizada (SANTOS, 2006). Lembrando, nas palavras de Certeau (1994, p. 273), que “é sempre bom recordar que não devem se tomar os outros por idiotas”.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Lúcia Karine. *Programa Vila Viva: intervenções estruturantes em áreas especiais de interesse social - Belo Horizonte / Brasil*. Apresentado no Seminário: *A mobilidade urbana e o desenvolvimento sustentável*, promovido pela Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano da Rede Mercocidades – UTDU. Vitória, ES, 2008.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001. 10ª edição.

AULETE, Caldas. *Dicionário Caldas Aulete da língua portuguesa: edição de bolso*. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia: ensaios em teoria habermasiana e teoria democrática*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *Democracia, participação e instituições híbridas*. Teoria & Sociedade, número especial, março de 2005. p. 16-41.

AZEVEDO, Sérgio; RENNÓ DOS MARES GUIA, Vírginia; TOTTI, Maria Eugênia. *Ação coletiva, participação e políticas regulatórias nas metrópoles brasileiras: algumas considerações teóricas sobre gestão de órgãos colegiados*. Caderno Crh, Salvador, volume 35, 2001.

BELO HORIZONTE. *Lei Municipal n. 8.137, de 21 de dezembro de 2000*. Altera as leis n.os 7.165 e 7.166, ambas de 27 de agosto de 1996, e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 22 dez. 2000.

_____. *Lei Municipal n. 7.165, de 27 de agosto de 1996*. Institui o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 28 ago. 1996a.

_____. *Lei Municipal n. 7.166, de 27 de agosto de 1996*. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, 28 ago. 1996b.

_____. *Lei Municipal n. 6.508, de 12 de janeiro de 1994*. Cria o Conselho Municipal de Habitação e dá outras providências, apud URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, SMAHAB – Secretaria Municipal Adjunta de Habitação. *Documento preliminar e parcial do Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2007. 40f.

_____. *Resolução n. III do Conselho Municipal de Habitação, de 08 de fevereiro de 1996*. Estabelece Normas para o Financiamento e Concessão de subsídios para o Fundo Municipal de Habitação Popular – FMHP, apud URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, SMAHAB – Secretaria Municipal Adjunta de Habitação. *Documento preliminar e parcial do Plano Local de Habitação de Interesse Social*.

_____. Resolução n. II do Conselho Municipal de Habitação, de 01 de dezembro de 1994. Aprova a Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte, apud URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, SMAHAB – Secretaria Municipal Adjunta de Habitação. *Documento preliminar e parcial do Plano Local de Habitação de Interesse Social*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal, 2007. 40f.

BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. *Trajetória da Formulação e Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente BH Popular 1993/1996*. 2005. 302f. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

BLANK, Gilda. Paola. *Brás de Pina: experiência de urbanização de favela*. In: VALLADARES, Lícia (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p. 93-124.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 10ª edição

BRASIL, André. *Sob O risco da estética*. In: Pinto, J.; Serelle, M. (org). *Interações Midiáticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

BRASIL, Flávia de Paula Duque. *Espaços públicos, participação cidadã e renovação nas políticas urbanas locais nos anos 90*. Dissertação de Mestrado. Orientador: PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

_____. *Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 6, nº 2, nov. 2004b, p.35-51.

_____. *O campo das políticas urbanas e do planejamento: derivas e disjunções*. Izabela Hendrix Em Revista Arquitetura Design e Urbanismo, Belo Horizonte, v. 1, p. 151-168, 2004c.

BURGOS, Marcelo Baumann. *Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro*. In: ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba. *Cem anos de favela*. Rio de Janeiro: FVG, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS. Manuel. *City, class and power*. Londres: The Macmillan Press, 1978

_____. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000 (1ª reimpressão).

CASÉ, Paulo. *Favela: uma exege a partir da Mangueira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, PMRJ, 1996.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 5ª edição

_____. *A criação histórica e a instituição da sociedade*. In: CASTORIADIS, Cornelius et al. *A criação histórica*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1992, p.81-101.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 7ª edição

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo; Companhia das letras, 1996.

COSTA. Geraldo Magela. *Teoria, pesquisa, problemas e planejamento urbano no Brasil. Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, v.6, n.1, 1991.

_____. *Exclusão sócio-espacial na era urbano-industrial: uma introdução ao tema*. In: VII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Anais. Recife: MDU-UFPE, v.2, 1997.

_____. *Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?* Artigo apresentado no VIII Encontro Nacional da ANPUR, Porto Alegre, maio de 1999.

_____. *A contribuição da teoria de Lefebvre para a análise urbana*. In: Limonad, E. *Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir do pensamento de Henry Lefebvre*. Niterói: GECEL-UFF, 2003.

COSTA. Heloisa Soares de Moura. *A reforma urbana e a busca da cidadania*. Revista Indicador, n. 27. Belo Horizonte: ALEMGO, 1988.

_____. *Gestão urbana e controle social: a trajetória recente e alguns desdobramentos do Orçamento Participativo em Belo Horizonte*. In: GONÇALVES, M.F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C. (orgs) *Regiões e cidades, cidades as regiões. O desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP: ANPUR, 2003.

COSTA. Heloisa Soares de Moura; BRAGA, T.M. *Entre a conciliação e o conflito: dilemas para o planejamento e a gestão urbana e ambiental*. In: PAULA, João Antônio de, et. Al (Ed.). ANAIS do X Seminário sobre Economia Mineira, 2002.

COSTA. Heloisa Soares de Moura; COSTA. Geraldo Magela. *Repensando a análise e a práxis urbana: algumas contribuições da teoria do espaço e do pensamento ambiental*. In: Diniz, C. C.; Lemos, M. B. (org). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

COSTA, Sérgio. *As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002a.

CRUZ, Márcia Maria da; MAIA, Rousiley Celi Moreira. *Vozes das favelas na internet disputas discursivas por estímulos sociais*. 2007. enc. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Cinco vezes favela – uma reflexão*. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro: UFRJ, FGV, 1996. p.188-217.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, SC: Argos, 2007, Introdução, p. 9-21.

- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. Tradução: Beatriz Medina. Editora Boitempo: São Paulo, 2006.
- FAINSTEIN, Susan S. *Justice, politics and the creation of urban space*. In: MERRIFIELD, A.; SWYNGEDOUW, E. *The urbanisation of injustice*. New York University Press, 1997. p. 18-44.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª edição revista e atualizada, Curitiba: Positivo, 2004.
- FERNANDES, Edésio. *A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte*. In: FERNANDES, Edésio. (org). *Direito Urbanístico*. Belo Horizonte: Del Rey, 1988.
- GIARD, Luce. *História de uma pesquisa*. In: CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 7ª edição, p. 9-32.
- GOMES, Lilian Cristina Bernardo. *Entre o legal e o ilegal: uma perspectiva comparada do associativismo e da participação da cidade*. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, SC: Argos Editora Universitária, 2007, p. 567-590.
- GOMES, Lilian Cristina Bernardo; AVRITZER, Leonardo. *Entre o legal e o ilegal associativismo e participação em três vilas e favelas de Belo Horizonte - um estudo de caso comparativo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.
- GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). *Mídia, esfera pública e identidades coletivas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 49-61.
- GUIMARÃES, Berenice Martins; VALLADARES, Lícia do Prado. *Cafuas, Barracos e Barracões: Belo Horizonte, cidade planejada*. Tese (doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.
- _____. *Favelas em Belo Horizonte – Tendências e desafios*. In: *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n. 2 e 3, maio / dez. 1992.
- GUPTA, Akhil; FERGUSON, James.. *Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença..* In: ARANTES: Antônio Augusto. *O Espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2002.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: 1989
- _____. *The theory of communicative action: Lifeworld and system: a critique of functionalist reason*. Boston: Beacon Tress, 1989b, v.2.
- _____. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1999.

HARVEY, David. 1981 . *The urban process under capitalism*. In: Dear, M. e Scott, A. J. (eds), 1981. *Urbanization and urban planning in capitalist societies*. New York: Methen and Co, 1981.

HISSA, Cássio Eduardo Viana e CORGOSINHO, Rosana Rios. *Recortes de lugar*. Geografias, Belo Horizonte, v.2, n.1, p.7-21, jan-dez. 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *Mobilidade das Fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

JACQUES, Paola Bereinstein. *Estética da Ginga: A arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2001.

_____. *Cartografias da Maré*. In: VARELLA, Drauzio. BERTAZZO, Ivaldo. BEREINSTEIN JACQUES, Paola. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2002.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 327p.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Os instrumentos da reforma urbana e o ideal da cidadania: as contradições em curso*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.6, n° 2, 2004.

LEFEBVRE, Henry. Conversa com Henry Lefebvre. Espaço & Debates, no 30, 1990.

_____. *The production of space*. Oxford: Blackwell. 3a edição na língua inglesa, 1993.

_____. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *Espace et politique: le droit à la ville II*. 2e ed. Paris: Anthropos, 2000.

_____. *O direito a cidade*. Trad. De Rubens Eduardo Frias. 2. ed. São Paulo: Moraes, 2001.

LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Trad. de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

MARICATO, Ermínia. *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias*. In: Arantes, O. et alli *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR*, ano XI, n^{os}. 1 e 2, jan. dez.,1997.

MARTINS, Bruno Guimarães. *Tipografia Popular: potências do ilegível na experiência do cotidiano*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte, 2007.

MASSEY, Doreen B. *Um sentido global do lugar*. In: ARANTES: Antônio Augusto. *O Espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2002.

_____. *Pelo Espaço: uma Nova Política da Espacialidade*. Tradução de Hilda Pareto Maciel, Rogerio Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONTE-MÓR, Roberto Luis de Melo. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: Santos, M.; Souza, M. A.; Silveira, M. L. 1994. *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC – ANPUR, 1994.

_____. *Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira*. In: Castriota, L. B. (org) *Urbanização Brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003.

NOVAES. Adauto. *Elogio da Política*. Texto do caderno do Seminário *O Esquecimento da Política, cultura e pensamento em tempos de incerteza*. Belo Horizonte, 2006.

OLIVEIRA. Francisco de. *Acumulação monopolista, estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes*. In: Moisés, J. A. et al. (orgs) *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *A Colonização da Política*. Texto do caderno do Seminário *O Esquecimento da Política, cultura e pensamento em tempos de incerteza*. Belo Horizonte, 2006.

_____. *Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal*. In: OLIVEIRA. Francisco de; PAOLI, Maria Célia.(orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, 2ª edição, p.55-81.

OSTOS. Luciana Moreira; MARTINS, Sérgio Manuel Merêncio. *As idéias dentro do lugar: Plano Global Específico. As idéias brotadas do lugar: participação e conteúdo. Um estudo a partir da Vila da Paz em Belo Horizonte – MG*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

PAOLI, Maria Célia. *Prefácio*. In: LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004, p. 11-17.

_____. *Apresentação e Introdução*. In: OLIVEIRA. Francisco de; PAOLI, Maria Célia.(orgs.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999, 2ª edição, p.7-23.

PANDOLFI, Dulce Chaves; GRYNSZPAN, Mario. *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003 360 p.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. *As políticas públicas locais e os processos de “hibridação” no Brasil e na América Latina*. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, SC: Argos, 2007, p. 331-350.

PERLMAN, Janice E. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 377p.

PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego: composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa*. Organizado por Richard Zenith. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PORTAS, Nuno. *A habitação social: propostas para a metodologia da sua arquitetura*. 2 volumes. Porto, Portugal: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2004.

RANCIERE, Jacques. *O desentendimento – política e filosofia*. Trad. de Ângela Leite Lopes. Editora 34: São Paulo. 1ª edição na língua portuguesa, 1996.

_____. *O dissenso*. In: NOVAES, Adauto (org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 b, p. 367-382.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org) *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, 3ª edição, p. 39-82.

SANTOS, Boaventura de Souza (org) *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A Gramática do Tempo – para uma nova cultura política*. (Coleção para um novo senso comum; v.4). São Paulo: Cortez, 2008. 2ª edição

_____. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, 4ª edição, 2ª reimpressão.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007a, 7ª edição.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007b, 5ª edição.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 6ª edição.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Rio: (X) Brasil, 2005. 229p.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 3ª edição.

TORRES, João Carlos Brum. História e política em Castoriadis. In: CASTORIADIS, Cornelius et al. *A criação histórica*. Porto Alegre: Editora Artes e Ofícios, 1992, p.55-63.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Levantamento de dados do Plano Global do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Diagnóstico do Plano Global do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2000a.

URBEL – Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte. *Propostas e Hierarquização do Plano Global do Aglomerado da Serra*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2001.

VALLA, Victor Vincent (org). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Co-edição: Associação Brasileira de pós-graduação em saúde coletiva. Petrópolis: 1986. 213p.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 1ª edição.

_____. *A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais / ANPOCS, Rio de Janeiro, v.15, n. 44, p. 5-34, out. 2000.

_____. *Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil*. In: BOSHI, Renato (org.). *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ, Rio Fundo, 1991. p. 81-11

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ANEXO A

**MAPA SÍNTESE DAS INTERVENÇÕES DO PROGRAMA VILA VIVA,
NO AGLOMERADO DA SERRA.**

ANEXO B

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS NO AGLOMERADO DA SERRA.

Rotina Diária – AGLOMERADO DA SERRA

Nome: casa apartamento

Data / hora da pesquisa: Local:

Tempo de residência no Aglomerado: no apartamento:

Manhã

Tarde

Noite

OBS

Tem alguma coisa que você fazia antes e não faz mais?

E tem alguma coisa que você não fazia e agora faz?

Tem alguma coisa que você fazia fora de casa e agora faz dentro de casa?

Para você o que é uma favela?

Hoje você mora na favela?

Gosta de morar no apartamento? Por quê?

O que é bom?

O que é ruim?

Idade:

Quem mora no apartamento (família):

Quem morava na casa (família):

Quantos cômodos tinha na sua casa?

Tinha área aberta (ou laje ou varanda)? Você utilizava para quê?

ANEXO C

**FOLHETO DO PROJETO “AGLOMERE-SE: CONSTRUINDO E
DESCONSTRUINDO”.**

Projeto RedeMUM de Arte e Cultura

Coordenação geral:

C.R.I.ARTE (Comunidade Reivindicando e Interagindo com ARTE)
Danilo Leão, Jansey Valdez, Luciano Reis, Moisés Vianna, Pollana Gomes, Reinaldo Santana, Schirley Araújo e Sheyla Santana.

Comunicação:

Equipe jornal: Hudson Carlos, Jairo Pacheco, Paulo Vitor e Pollana Gomes.

Equipe design: Ricardo Miranda, Eduardo Nascente, Danilo Leão, Luciene Rodrigues, Roselaine Faria, Lutz Antônio.

Equipe rádio: Leone Reis, Simone Marques, Luiz Antônio e Samuel de Paula, Moisés Viana.

Equipe site: Jonathas Nascimento, Marina Marinho, Flávia Nolasco, Dayane dos Anjos e Fernanda Silvério, Sheyla Santana.

Coordenação de comunicação: Ludmila Ribeiro e Lício Daf (Ora Boa Arte e Comunicação Social)

Tutor de site: Marcus Augusto

Tutor de design: Edson de Lima

Produção:

Equipe: Alexandre Maximiano, André Luiz dos Reis, André Martins Bião, Fátima Aparecida, José Roberto Pedra, Wallison Lutz, Jansey Valdez, Luciano Reis, Schirley Araújo

Coordenação e Apoio Cultural: Bárbara Bof, Rodrigo Soares, Eliezer Junior e Natália Dornas (Associação No Ato Cultura, Educação e Meio Ambiente)

Incubadora de Ideias:

José Márcio Barros

www.criarte.org



Alto Jogue este folheto no chão, Mantenha sua cidade limpa.

Eu sou do morro

O Aglomerado da Serra vem passando por um momento histórico no cotidiano dos moradores. Um projeto de urbanização de vilas e favelas está dando início a uma nova era nas vilas da Favela.

"VILAVIVA". Assim será. Um projeto voltado para construção de uma "Avenida do Cardoso". Agora ruas e equipamentos públicos como praças, quadras, campos e parques estão sendo construídos. O que antes era beco vai virar rua e o que antes era casa vai virar prédio e praças... E as famílias? Como será sua vida em outro cotidiano?

Será que todos esperavam por isto? E quem não quer sair da casa? E as pessoas que aqui constituíram uma história de vida, grupos culturais, pessoas, famílias, amigos, parentes, vizinhos, senhoras e senhores que construíram tudo com seus esforços? Essas pessoas que ajudaram o Aglomerado da Serra a existir vão carregar sempre os valores daqui. E os que ficam?

No meio das obras e das transformações a arte pede passagem. E o RedeMUIJIM te convida a estar junto com a gente, pra manter vivo esse sentimento de proximidade e construir com paz e criatividade nosso breve futuro.

Reinaldo Santana - C.R.I.ARTE

06 de outubro / sábado

Roda de conversa

Artistas, grupos culturais, lideranças comunitárias e todos os interessados participem dessa roda de conversa sobre as transformações e o futuro do Aglomerado da Serra.

Mediação: C.R.I.ARTE

Local: Praça de Esportes do Cafezal – Aglomerado da Serra

Horário: 15h às 18h

07 de outubro / domingo

Construindo e Desconstruindo

O evento que vai reunir grandes artistas do Aglomerado da Serra.

Local: Rua Nossa Senhora de Fátima (Terceira Água, próximo ao número 1.244) Vila Nossa Senhora de Fátima – Aglomerado da Serra

Horário: 14h às 21h

Como chegar: ponto final do ônibus 9031 ou do micro-ônibus 102

Atrações: Construindo e Desconstruindo

Rap, rock, dança de rua, tradição e soul music com:

Ice Band e os Sobreviventes	Pélos de Cachorro	Folia de Santos Reis
HF	Navalha	Coisa de Preto
Estado de Coma	Grupo Faces	Spectro
	Cia Fil	

E ainda: artes plásticas com Ana Paula Alves, graffiti com Eduardo Nascente e exposição dos grupos de Artesanato do Fórum Metropolitano de E.P.S.: Grupo Tor - Trabalhos Os Recicláveis, Grupo Cantinho da Arte, Ateliê de Bambu e Grupo Mulheres de Cerâmica.



Informações: 9814.6050 / 3225.2480 **Entrada gratuita**

ANEXO D

PLANILHAS DE LEVANTAMENTO E AVALIAÇÃO DOS IMÓVEIS PARA
FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PELA URBEL PARA O PROGRAMA
VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA.

URBEL Cia. Urbanizadora de Belo Horizonte	PROAS PROGRAMA DE REASSENTAMENTO DE FAMÍLIAS REMOVIDAS EM DECORRÊNCIA DA EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS OU VÍTIMAS DE CALAMIDADE	
OBRA : -	RT responsável levantamentos	
PROPRIETÁRIOS: -	-	
ENDEREÇO: -	-	
SELO: -	DATA: -	-
FOTO DO IMÓVEL DE ORIGEM		

MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBRA:	-	INDICE MÉDIO	-
PROPRIETÁRIO:	-	LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL	-
ENDEREÇO:	-	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	-
PROGRAMA:	-	TEMPO DE USO	-
SELO:	Responsável Técnico	DATA:	-

ÁREA CONSTRUÍDA (m²):	1ª	2ª	3ª	4ª	ESCAVAÇÃO MANUAL TERRA	L	C	H	ESCADAS

ÁREA DE LIMPEZA E REGULARIZAÇÃO M²

INSTALAÇÕES HIDRO-SANITÁRIAS		QUANT.	IDENTIFICADOR
DESCRIÇÃO			
PADRÃO COPASA - CASA E HOSPIÉDIO 2x1/2"			
INDICAÇÃO DE LOCAL DE PADRÃO COPASA			
PONTE DE ÁGUA E EFLUÍDO	-		
CASA D'ÁGUA - PISOAMENTO O TAMPA ISOL. - COMPLETA			
REGISTRO DE FERRAGEM DE SAVIPTS			
BOLO INCL. PARA INJ.			
BOLO INCL. PARA LAVATÓRIO			
LAVATÓRIO			
COLUNA PARA LAVATÓRIO			
SAÍDA SANITÁRIO COM CASA ACOPADA			
SAÍDA SANITÁRIO			
DUCHA HIGIÊNICA			
REJOLTA DE DESCARGA			
CASA DE DESCARGA EXTREMA ALTA (CL)			
RA. DE COZINHA COM BOLO DE BOIA			
RA. DE COZINHA DE MANEIRO ELÉTRICO			
TANQUE COM DRENO			
TANQUE COM DOIS BOIOS			

ESQUADRIAS DE MADEIRA		QUANT.	ESCADAS
DESCRIÇÃO			
PORTA DE ABIR MADEIRA DE L.B. PISOANTE COMPLETA			
JANELA MADEIRA COMPLETA			
JANELA MADEIRA COLONIAL COMPLETA			
SAÍDA MADEIRA			
SERRALHERIA		UN	QUANT.
DESCRIÇÃO			
JANELA DE FERROVITRALO	UN		
BARCALANTE DE FERRO	UN		
BARCALANTE DE FERRO 30x30 CM	UN		
GRADE DE FERRO (M)	M²		
PORTA DE ABIR DE FERROVITRALO	UN		
PORTA DE ABIR DE CHAPA SOBREADA	UN		
PORTA DE COZINHA DE FERROVITRALO	UN		
PORTA DE VITRALO (Painel 1,20" x 1,10")	UN		
PORTA DE CHAPA SOBREADA	UN		
Porta - Chapa de Telo de 2,00 x 2,00 (L)	UN		
GRANJA PARA ESCADA METÁLICA DE CARRILHO	UN		
CALHA	M		
CORREIA	M		

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E TELEFÔNICAS		QUANT.	IDENTIFICADOR
DESCRIÇÃO			
PADRÃO CBNE - TRAFEGO ATÉ 30 KVAs			
INDICAÇÃO DE LOCAL DE PADRÃO CBNE			
PONTE DE ENERGIA	-		
QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO COMPLETO			

URBANIZAÇÃO / DIVERSOS		
DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
PAREDE DE CONCRETO PAREDE ALICATADA	M²	
MURO D'ÁGUA, S.V. INCL. SAPATA 1:3 (SABONETE) BLOCO DE CONC.	M	
MURO D'ÁGUA, S.V. INCL. SAPATA 1:3 (SABONETE) TUBULO PUNDAORBIT	M	
MURO D'ÁGUA (M) PLACA PERMEABILIZADA DE CONCRETO	M	
CERCA DE BARRIO CONC. A CADA 3,00 M COM 4 ROS DE ARAME	M	
TELA DE VIBRADA 7" PG 10	M²	
CHARRCO COM BARRERA 1:4 E PÉREDO	M²	
LULA IMPRIMIBILIZADA DE CONCRETO 1:3 (SABONETE) - (CHARRCO NO. 0 CONTRA FURTO)	M²	
PORTA ASFALTADA DE PVC	UN	

MURO 01							
PAREDE							
SAPATA							
TUBULÕES	h	CINTA	b	h	PILAR	a	b
Quant.							

MURO 02							
PAREDE							
SAPATA							
TUBULÕES	h	CINTA	b	h	PILAR	a	b
Quant.							

MURO 03							
PAREDE							
SAPATA							
TUBULÕES	h	CINTA	b	h	PILAR	a	b
Quant.							

CONTENÇÃO EM MURO DE ARRIMO
 10 - MURO DE CONCRETO CICLOPICO
 21 - CONCRETO ARMADO EM SAPATA 22 - CONCRETO ARMADO EM TUBULÃO
 31 - BLOCO DE CONCRETO EM SAPATA 32 - BLOCO DE CONCRETO EM TUBULÃO

MURO 04							
PAREDE							
SAPATA							
TUBULÕES	h	CINTA	b	h	PILAR	a	b
Quant.							

FUNDAÇÕES	B	H	SALZIMANTE
SAPATA			C.L.
SAPATA			H
SAPATA			C.L.
CINTA			H
CINTA			C.L.
CINTA			H
TUBULÃO	QUANT.	H	FERRAGEM (KG)

ALVENARIA	PAVTO	1ª			2ª			3ª		
		1	2	3	1	2	3	1	2	3
	TIPO									
	C.L.									
	H.									

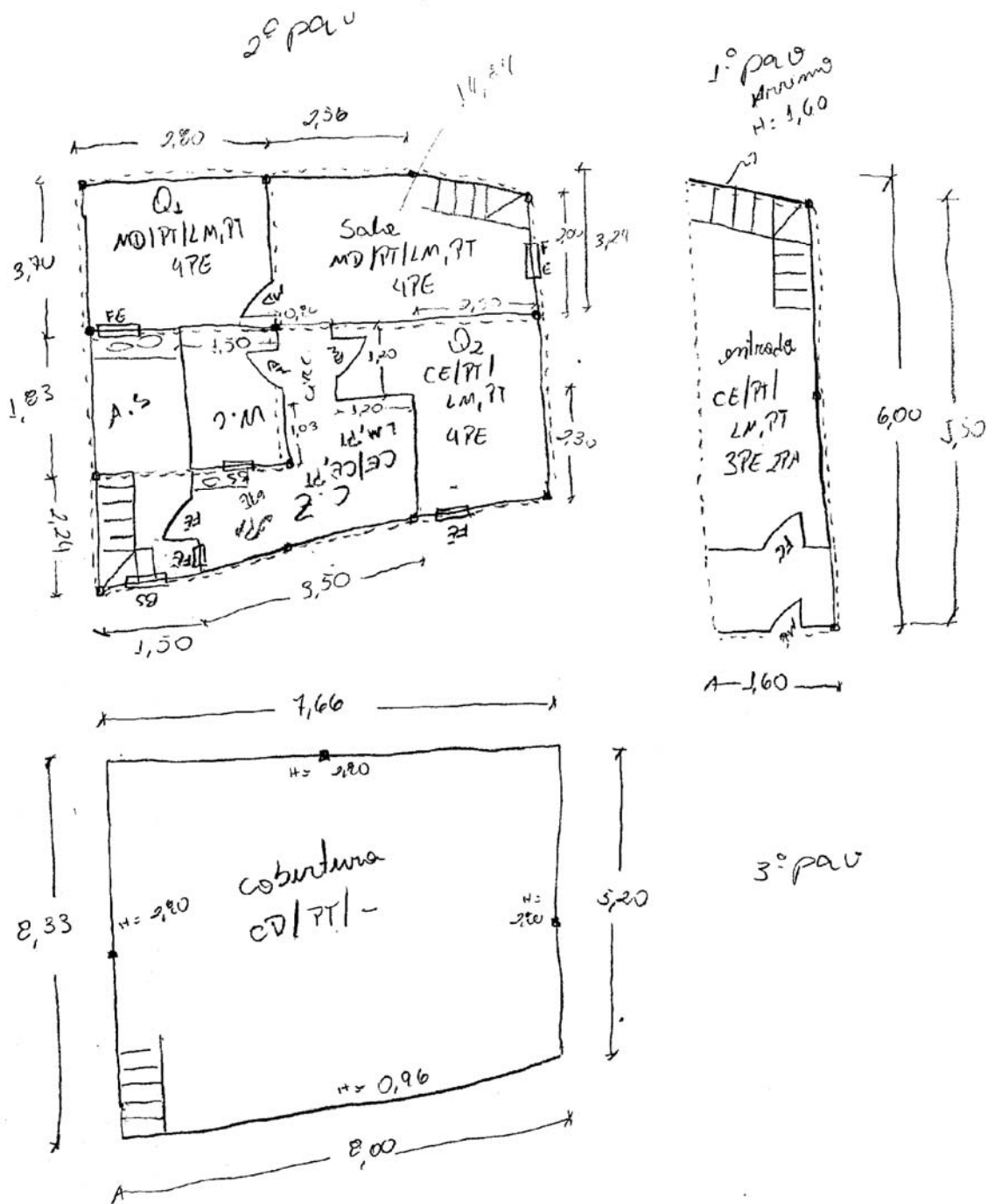
ESTRUTURAS DE CONCRETO	PILAR						VIGA							
	PILAR	1ª			2ª			VIGA	1ª			2ª		
	QUANT.	B	H	NO	B	H	NO	C.L.	B	H	NO	B	H	NO
	B	H	NO	B	H	NO	C.L.	B	H	NO	B	H	NO	

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

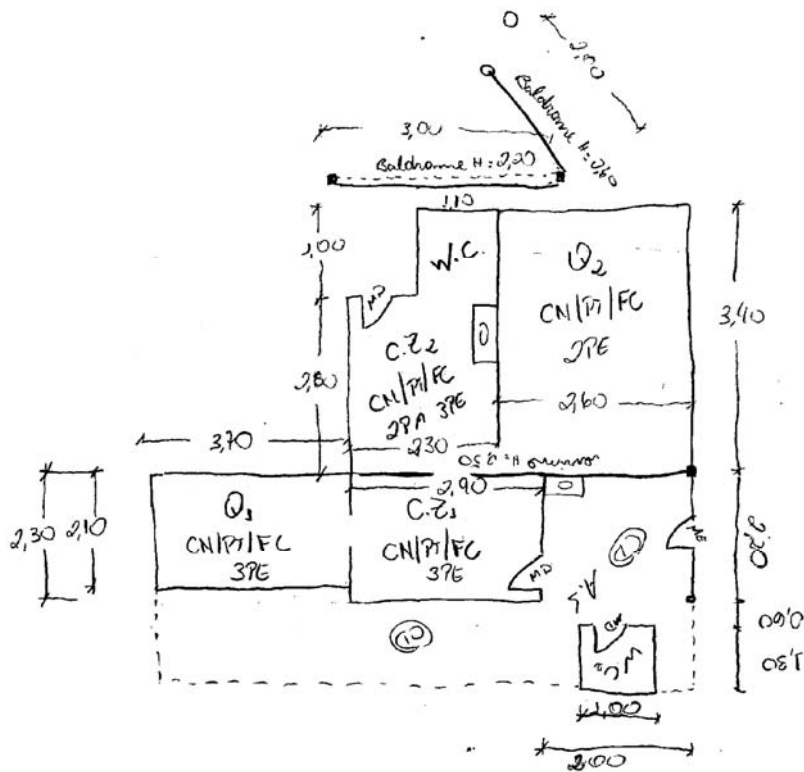
OBRA		PROGRAMA			
PROPRIETÁRIOS					
ENDEREÇO					
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA		SELO:			
ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QUANT	PR.UNIT(R\$)	PR.TOTAL (R\$)
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				0,00
1.1	Desmatamento, destocamento e limpeza do terreno	m ²	0,00	0,65	0,00
1.2	Escavação manual do terreno	m ³	0,00	18,72	0,00
1.3	Regularização e compactação manual de terreno	m ²	0,00	2,06	0,00
1.4	Transporte de material de qualquer natureza em caminho de mão	m ³	0,00	9,36	0,00
2.0	FUNDAÇÕES E CONTENÇÕES				0,00
2.1	Escavação manual de valas	m ³	0,00	18,72	0,00
2.2	Baldrame de alvenaria de bloco de concreto E=20cm, com concreto 1:4:8	m ³	0,00	291,32	0,00
2.3	Forma, Escoramento e desforma em estrutura de compensado resinado tipo C	m ²	0,00	26,78	0,00
2.4	Armação incluindo corte, dobra e colocação em fundação aço CA-50/60	kg	0,00	6,22	0,00
2.5	Concreto Ciclóptico Lançado em fundação e arrimo 1:4:8 c/ 30% pedra de mão	m ³	0,00	165,98	0,00
2.6	Escavação e Concretagem de tubulão a céu aberto 1:4:8 c/30% pedra de mão	m ³	0,00	254,09	0,00
2.7	Concreto convencional B1, B2 lançado em estrutura FKC >=13,5 Mpa	m ³	0,00	263,89	0,00
3.0	ESTRUTURAS DE CONCRETO				0,00
3.1	Forma, Escoramento e desforma em estrutura de compensado resinado tipo C	m ²	0,00	27,15	0,00
3.2	Armação incluindo corte, dobra e colocação em estrutura de aço CA-50	kg	0,00	6,22	0,00
3.3	Concreto convencional B1, B2 lançado em estrutura FKC >=13,5 Mpa	m ³	0,00	263,89	0,00
3.4	Laje pré-moldada, aparente inclusive capeamento 8C=100 kg / M ² , L=5,0 - forro	m ²	0,00	58,84	0,00
3.5	Laje pré-moldada, aparente inclusive capeamento 8C=300 kg / M ² , L=5,0 - piso	m ²	0,00	63,14	0,00
4.0	ALVENARIA E DMSÕES				0,00
4.1	Alvenaria de tijolo maciço requemado E=10 cm	m ²	0,00	47,11	0,00
4.2	Alvenaria de tijolo furado E= 10 cm	m ²	0,00	20,83	0,00
4.3	Alvenaria de tijolo furado E= 15 cm	m ²	0,00	27,03	0,00
4.4	Alvenaria de tijolo furado E= 20 cm	m ²	0,00	33,58	0,00
4.5	Alvenaria de cobogó cerâmico (18X18X7 cm, E=7cm)	m ²	0,00	70,61	0,00
4.6	Alvenaria de bloco de concreto E = 10 cm	m ²	0,00	20,78	0,00
4.7	Alvenaria de bloco de concreto E= 15 cm	m ²	0,00	25,25	0,00
4.8	Alvenaria de bloco de concreto E = 20 cm	m ²	0,00	29,06	0,00
4.9	Alvenaria de materiais reaproveitados - Latão, telhas metálicas, compensado resinado, etc.	m ²	0,00	15,55	0,00
6.0	COBERTURAS E FORROS				0,00
6.1	Engradamento de madeira (Telha Ondulada)	m ²	0,00	26,79	0,00
6.2	Engradamento de madeira (Telha Cerâmica), calços e ripas	m ²	0,00	29,31	0,00
6.3	Engradamento de madeira (Telha Cerâmica), com tesoura completa	m ²	0,00	60,80	0,00
6.4	Engradamento metálico	m ²	0,00	67,94	0,00
6.5	Cobertura em telha cerâmica francesa	m ²	0,00	29,40	0,00
6.6	Cobertura em telha cerâmica colonial plana ou curva	m ²	0,00	28,75	0,00
6.7	Cobertura em telha de fibrocimento ondulada , E = 6,00mm	m ²	0,00	20,50	0,00
6.8	Cobertura em telha metálica	m ²	0,00	38,67	0,00
6.9	Forro de madeira em pinus	m ²	0,00	34,93	0,00
6.10	Forro de gesso	m ²	0,00	25,00	0,00
6.11	Forro de PVC	m ²	0,00	30,00	0,00

ANEXO E

AMOSTRAGEM DE PLANTAS DE CASAS
DO AGLOMERADO DA SERRA, DESENHADAS POR TÉCNICOS DA
URBEL PARA FINS DE AVALIAÇÃO.

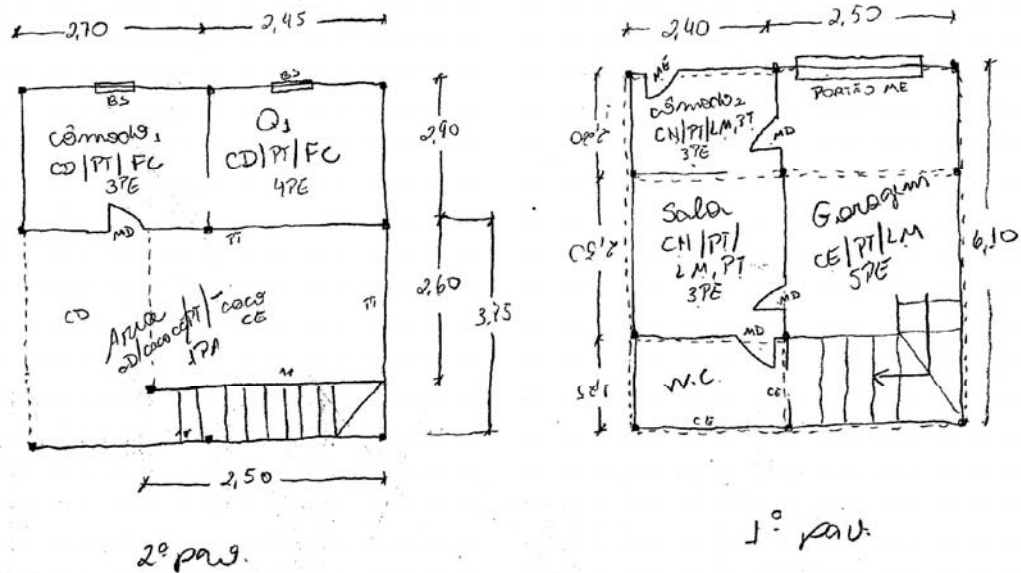


Casa 1: Rua Bandoneon – Vila Marçola
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



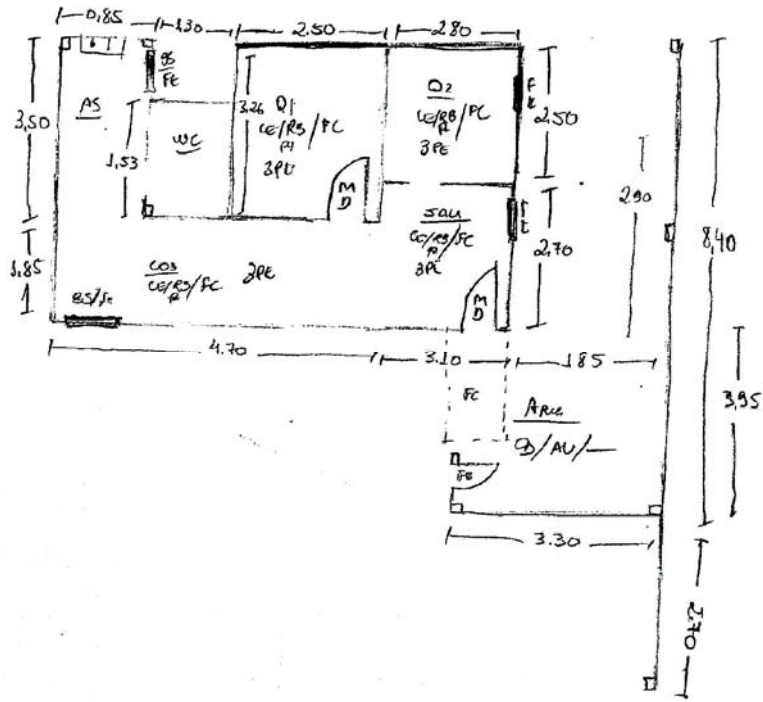
Casa 2: Rua Bandoneon – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



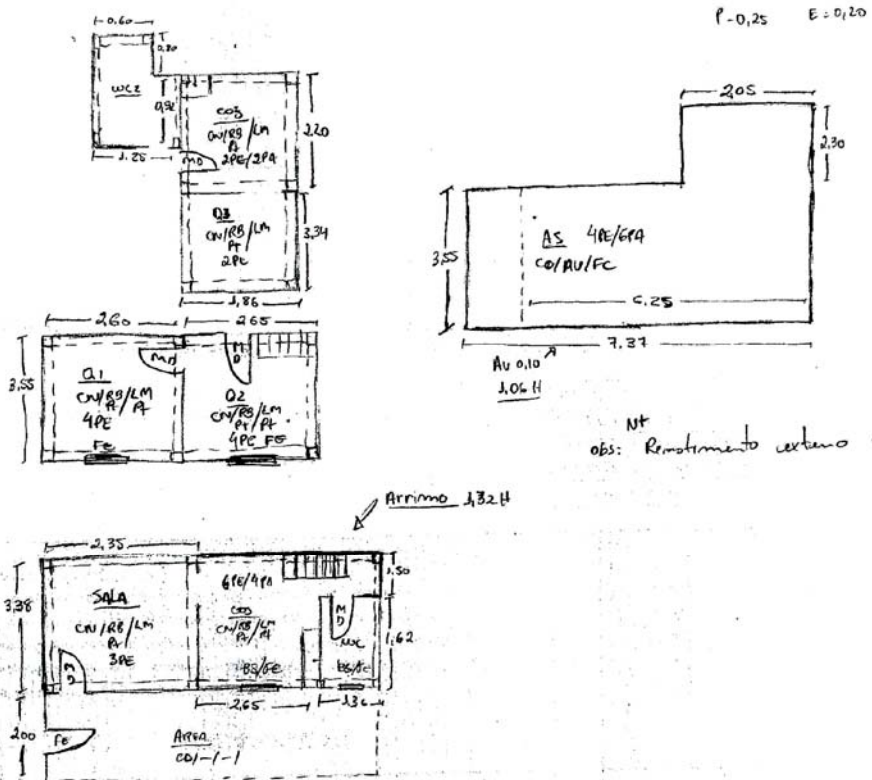
Casa 3: Rua Bandoneon – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 4: Rua Bandoneon – Vila Marçola

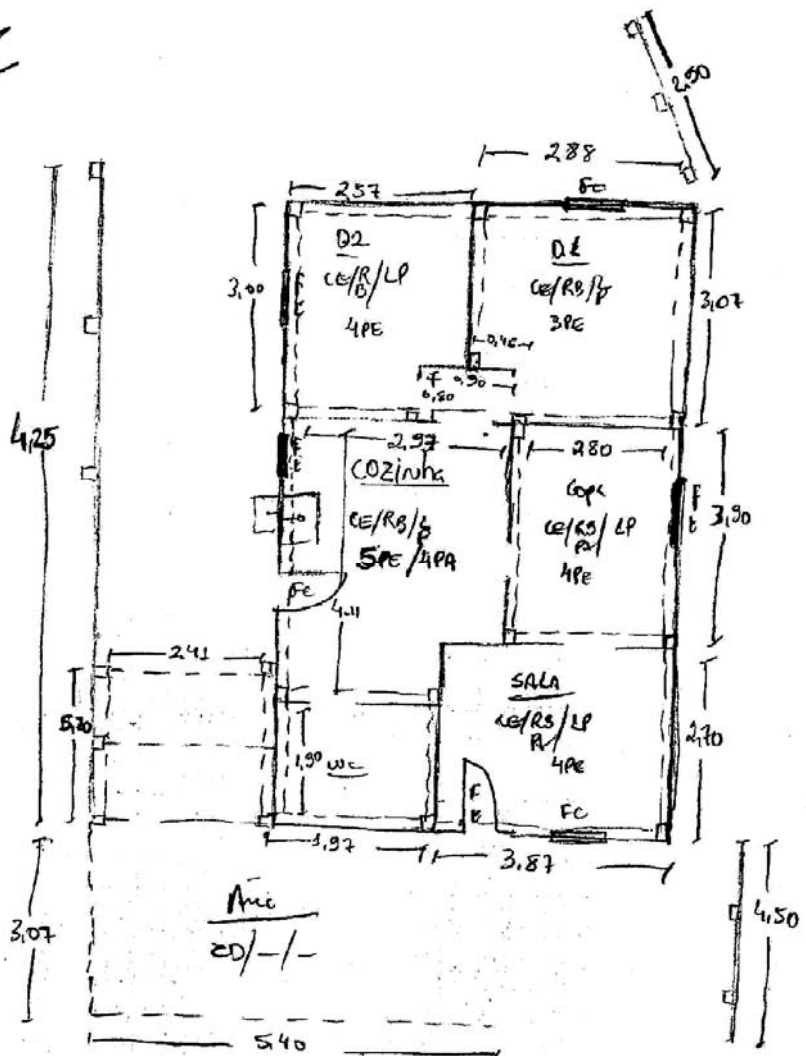
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 5: Rua Bandoneon – Vila Marçola

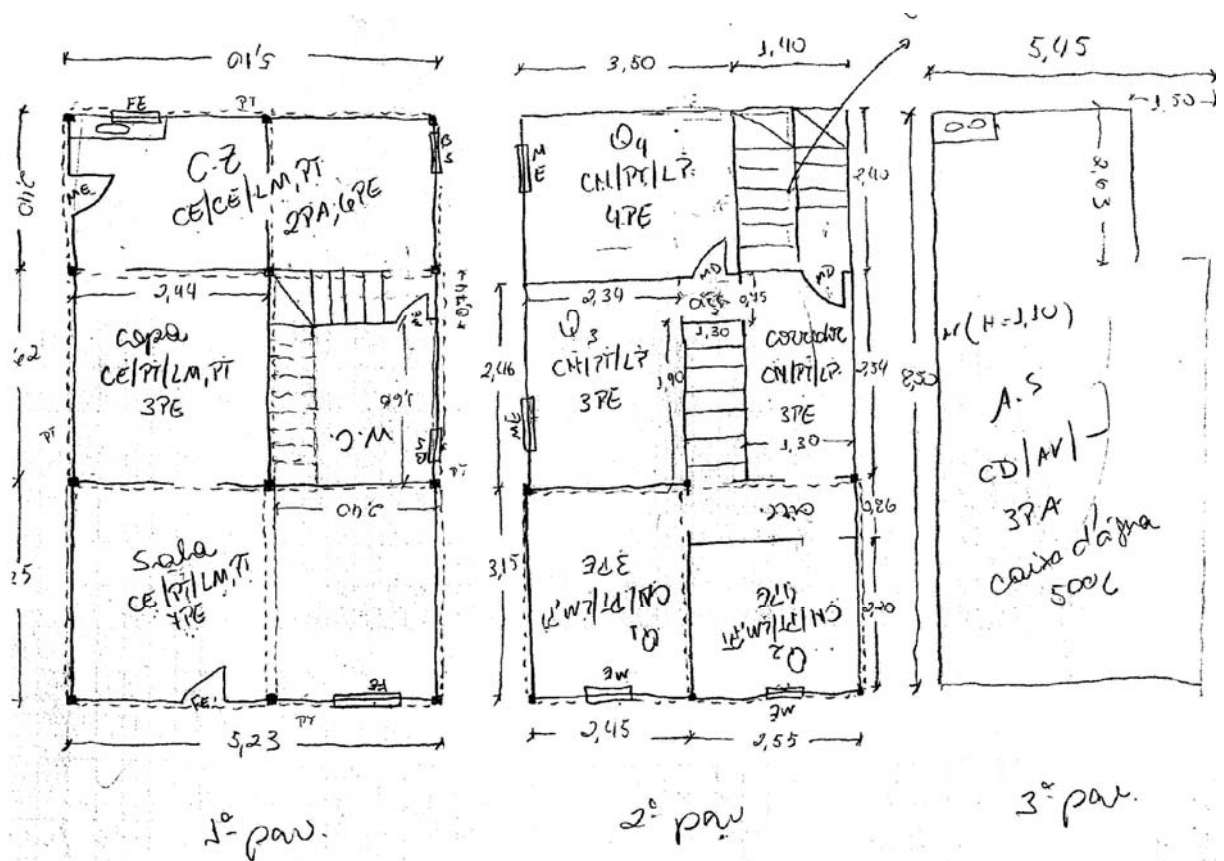
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

Abas
2,00 H
mm



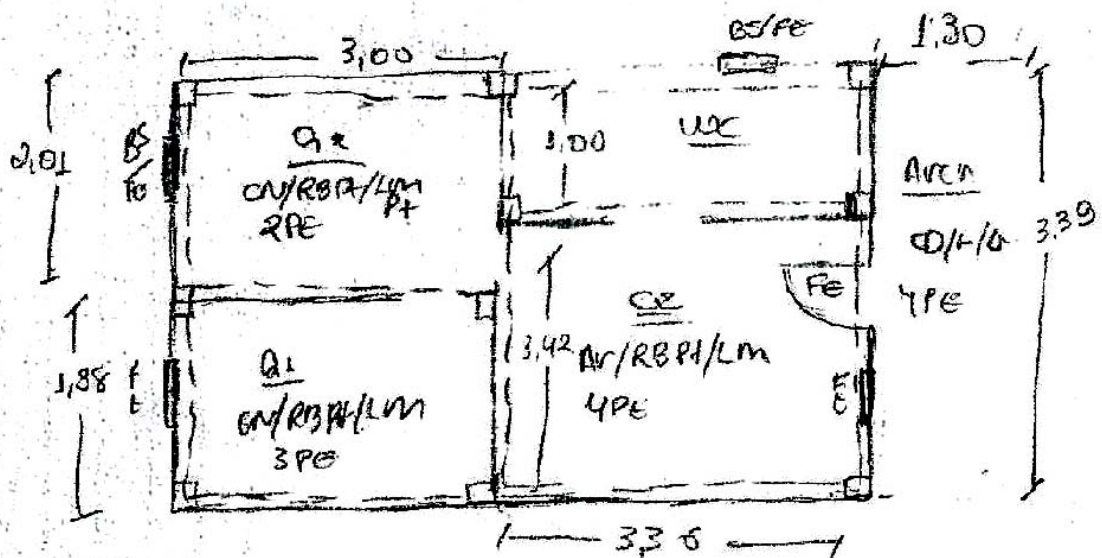
Casa 6: Rua Bandoneon – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



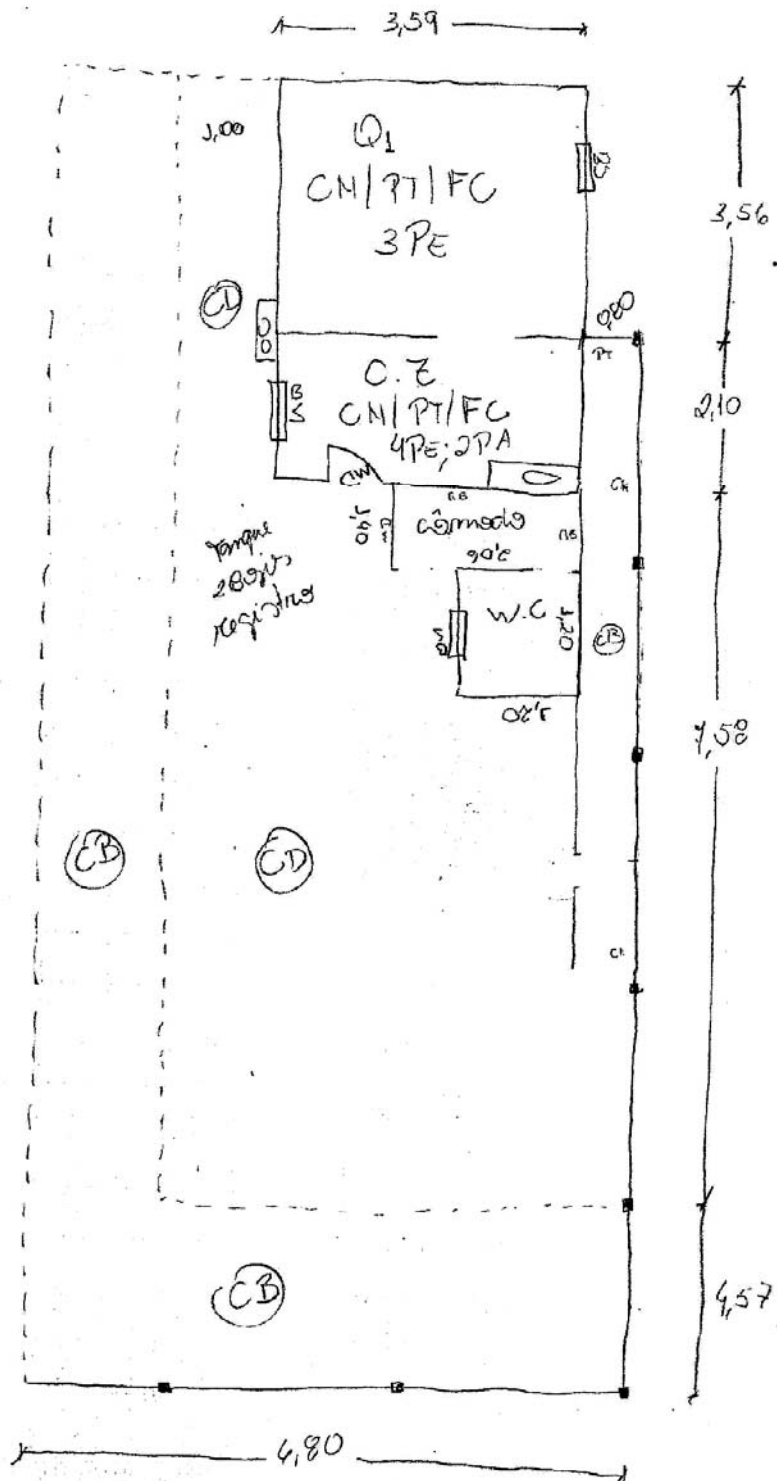
Casa 7: Rua Bandoneon – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

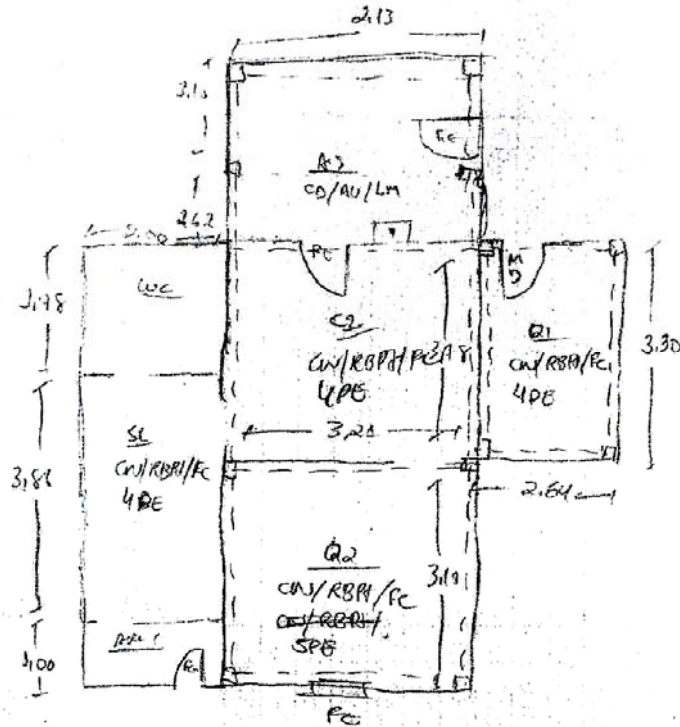


Casa 8: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

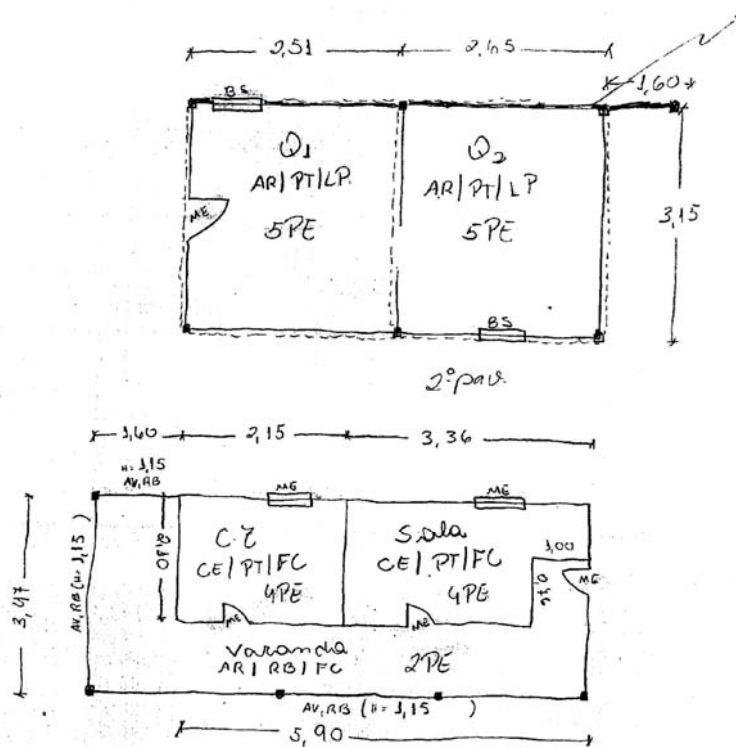


Casa 9: Rua Capivari – Vila Marçola
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



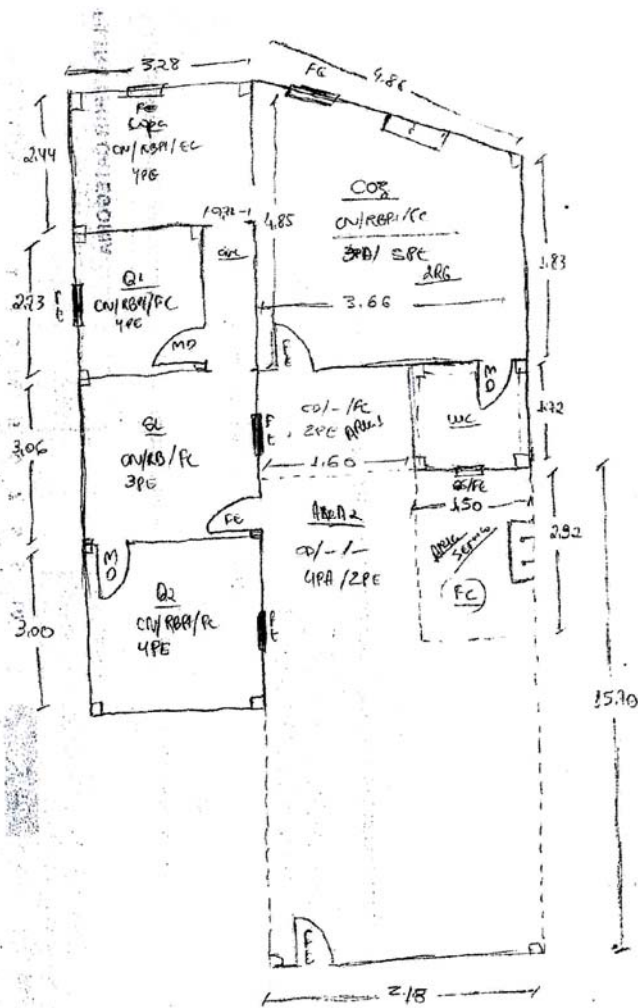
Casa 10: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



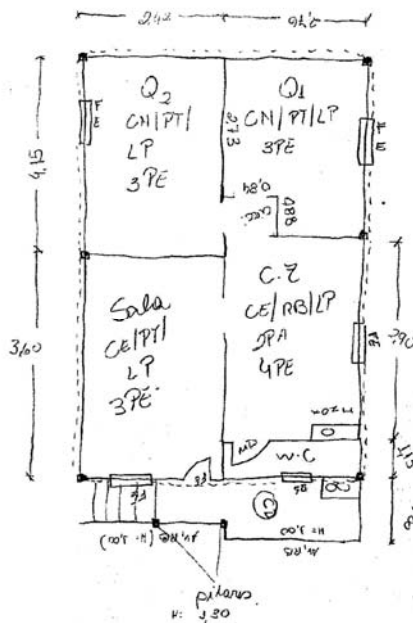
Casa 11: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



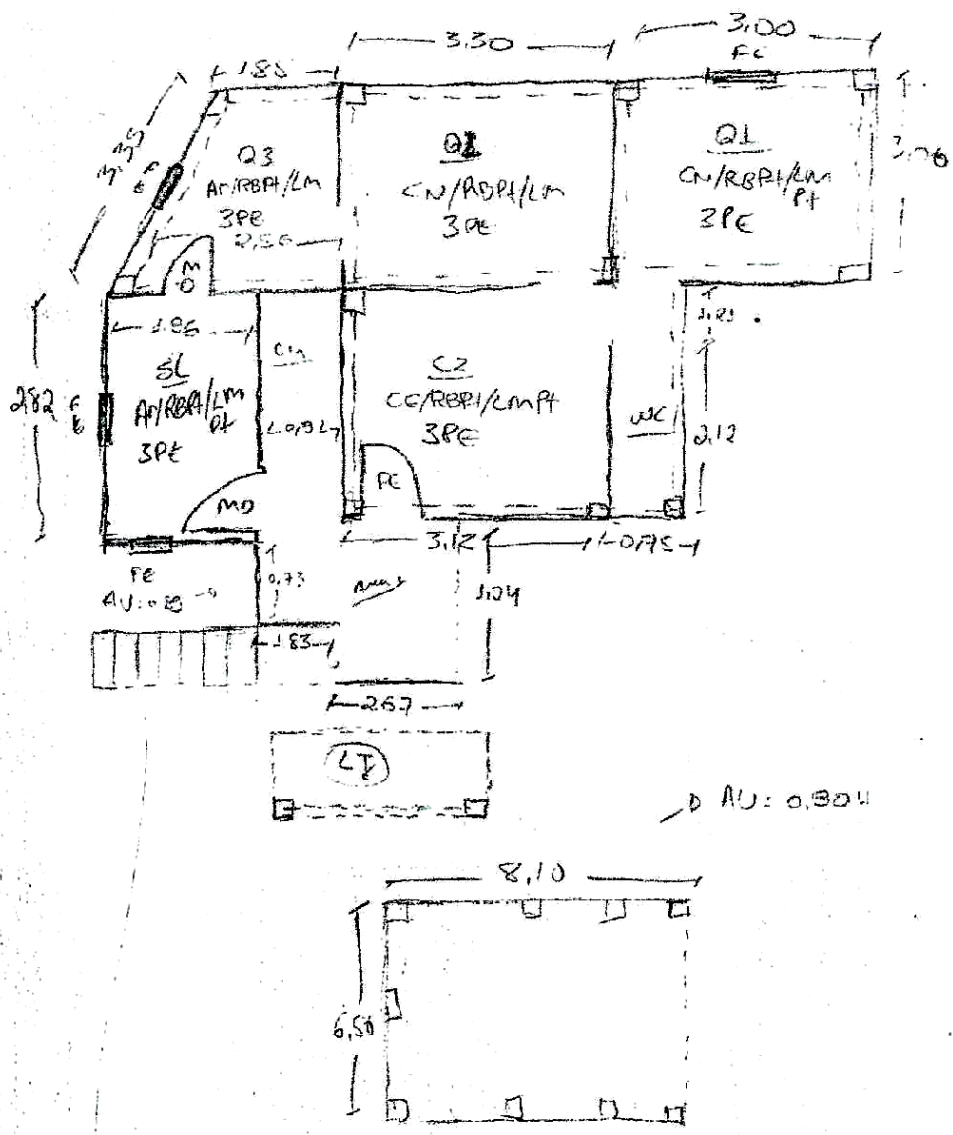
Casa 12: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



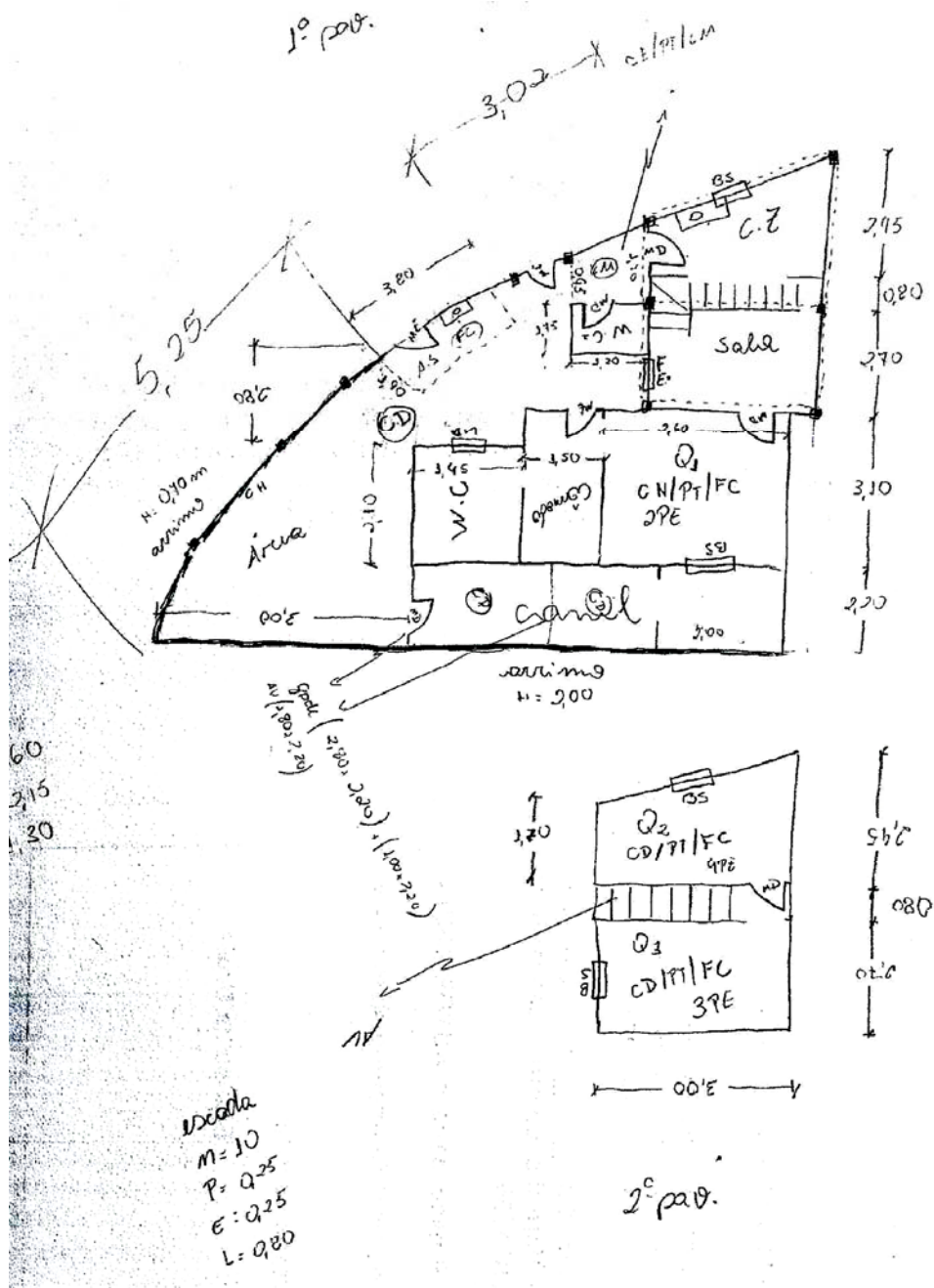
Casa 13: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



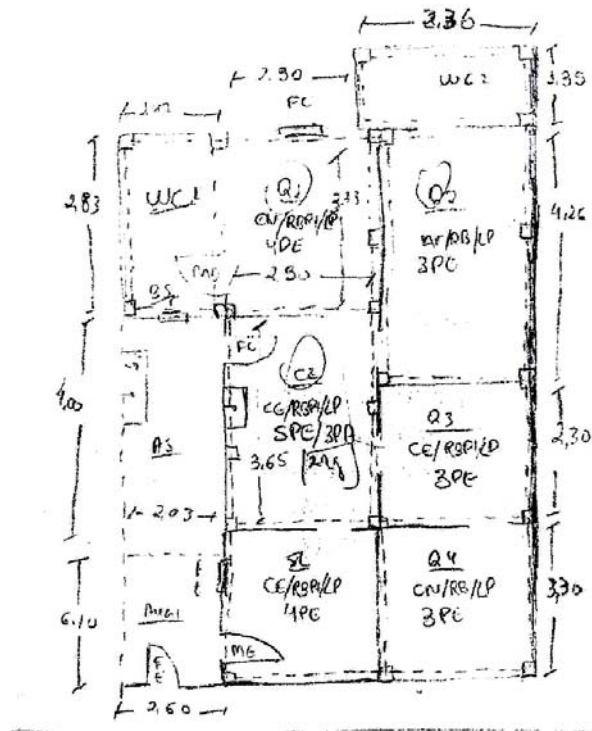
Casa 14: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



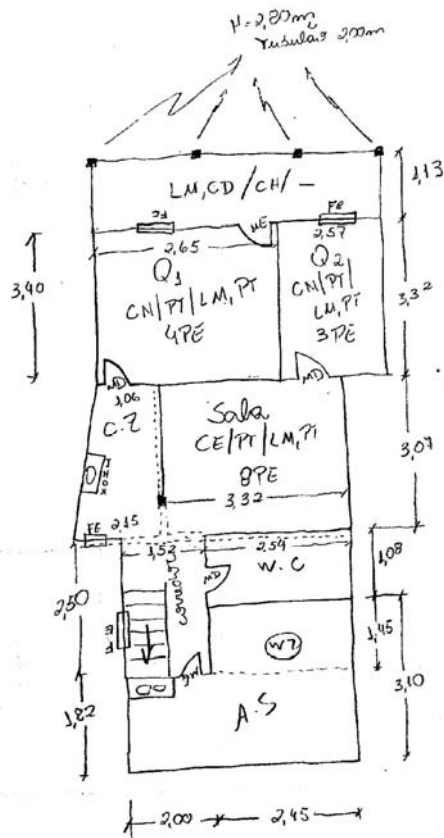
Casa 15: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



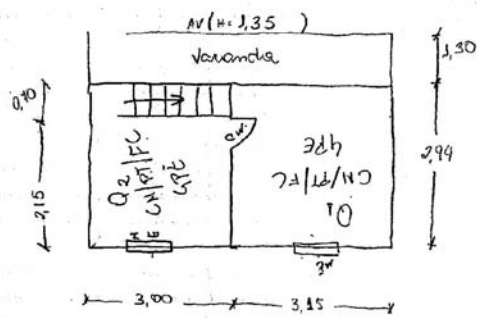
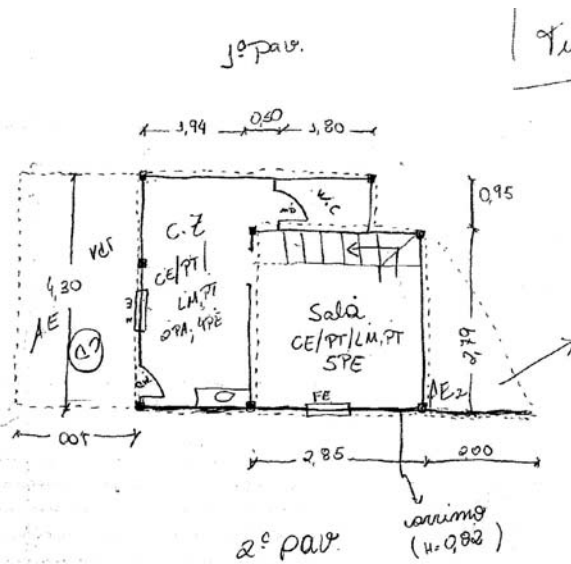
Casa 16: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



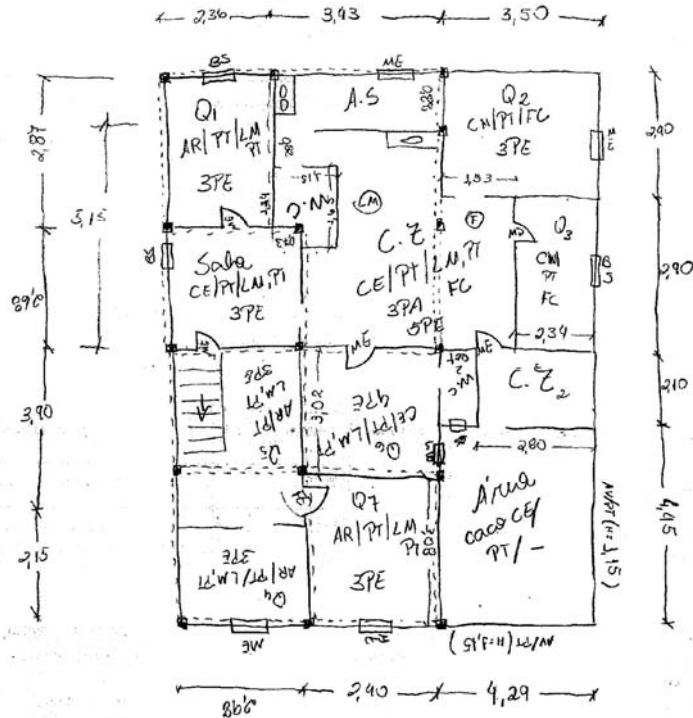
Casa 17: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



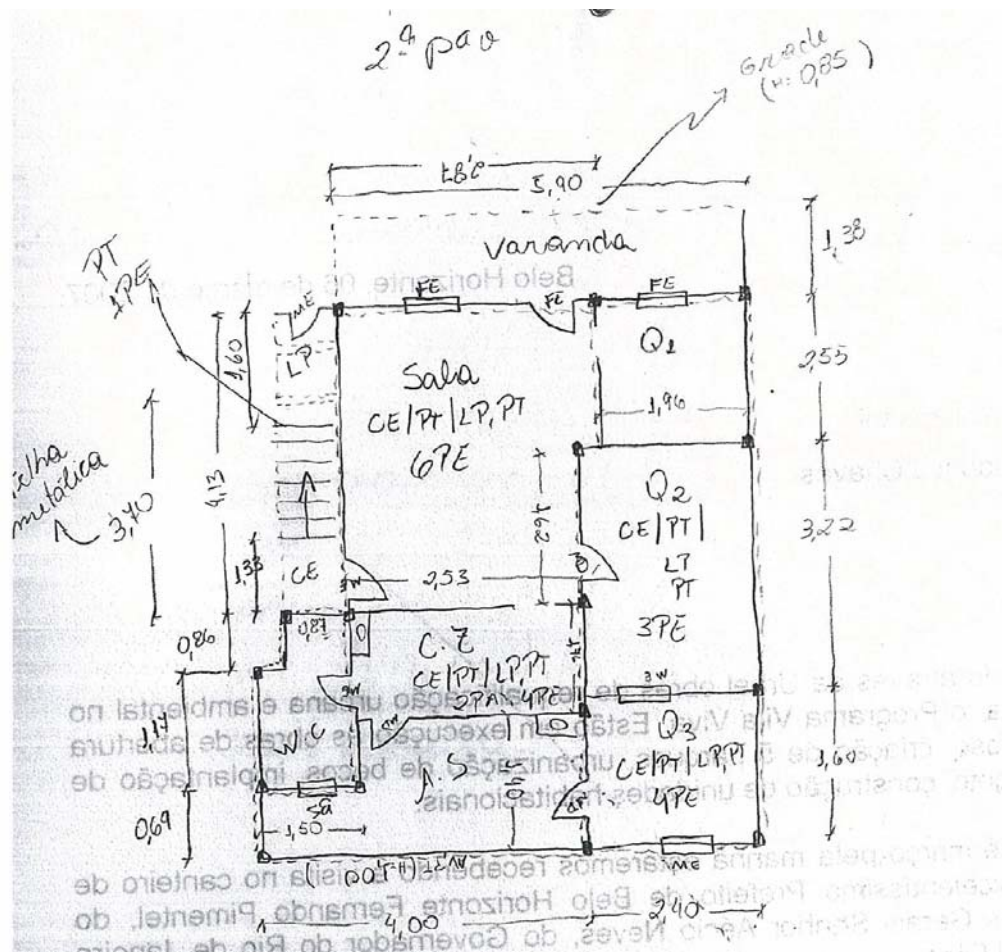
Casa 18: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 19: Rua Capivari – Vila Marçola

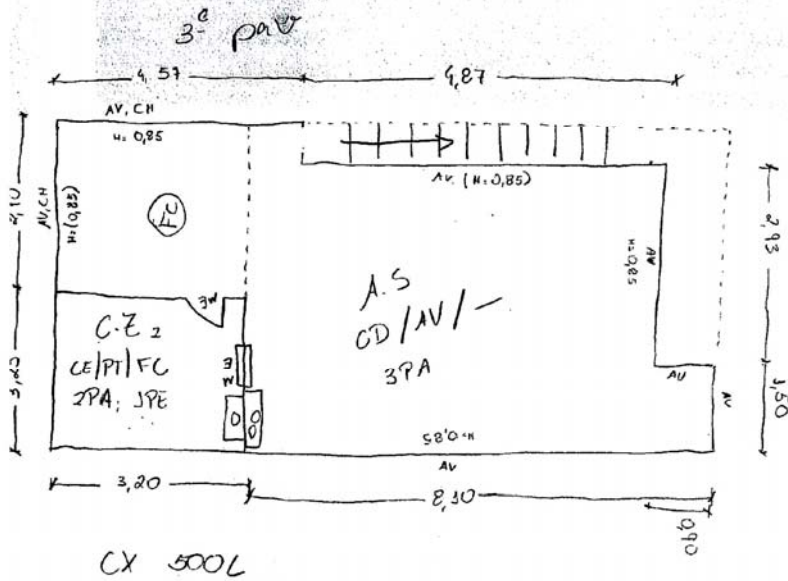
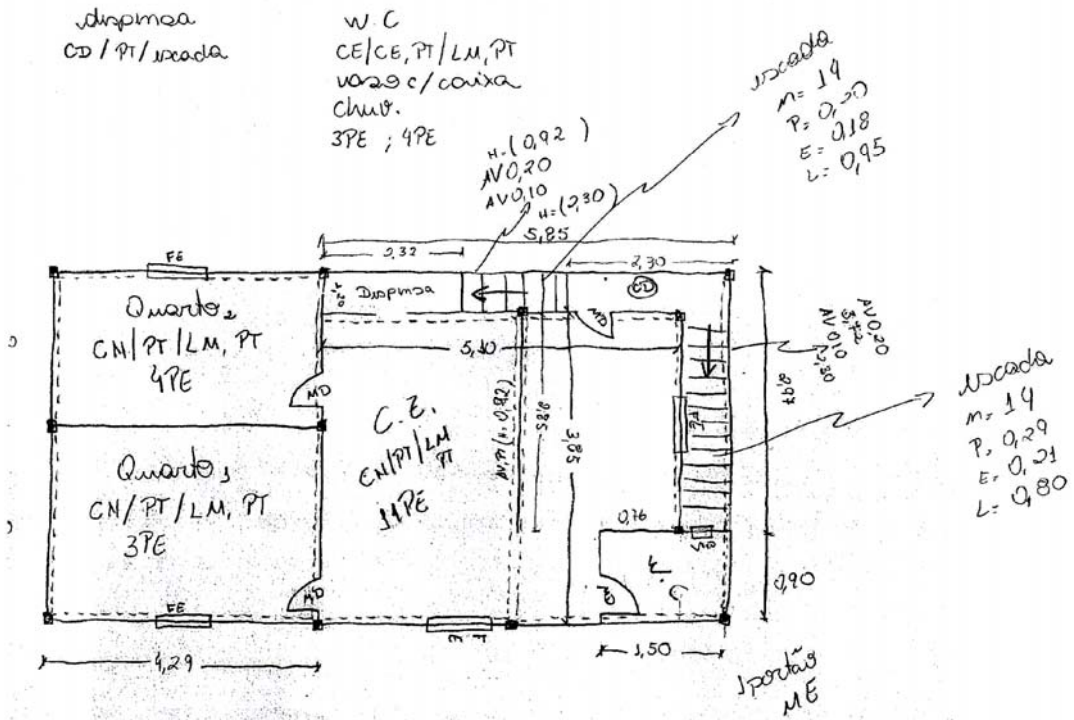
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 20: Rua Capivari – Vila Marçola

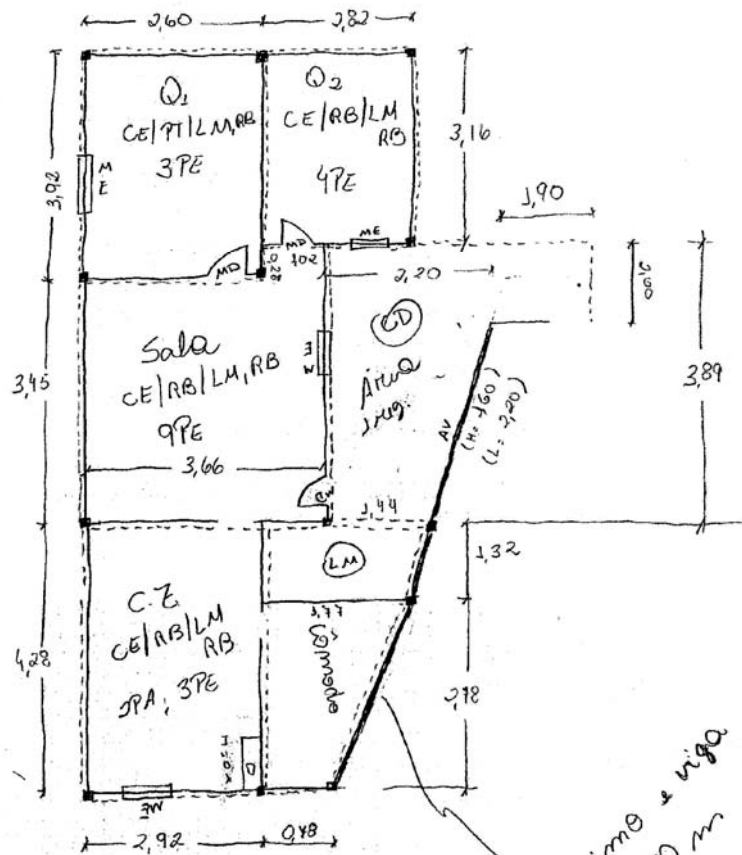
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

12.3 2ª pav.



Casa 21: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



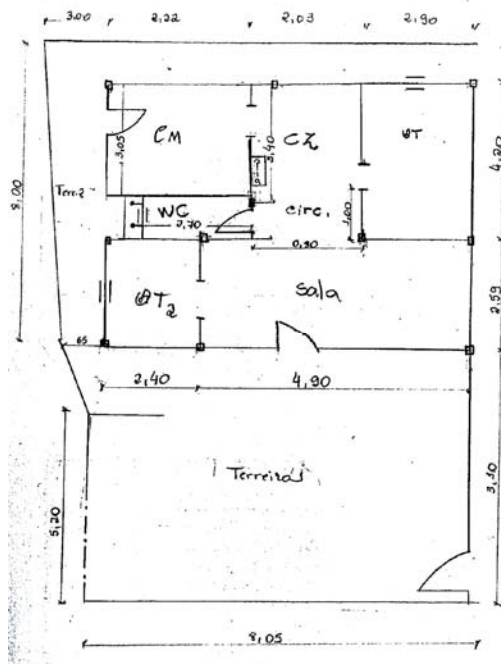
44.5

volume + niga
2,80 + 1,50 m

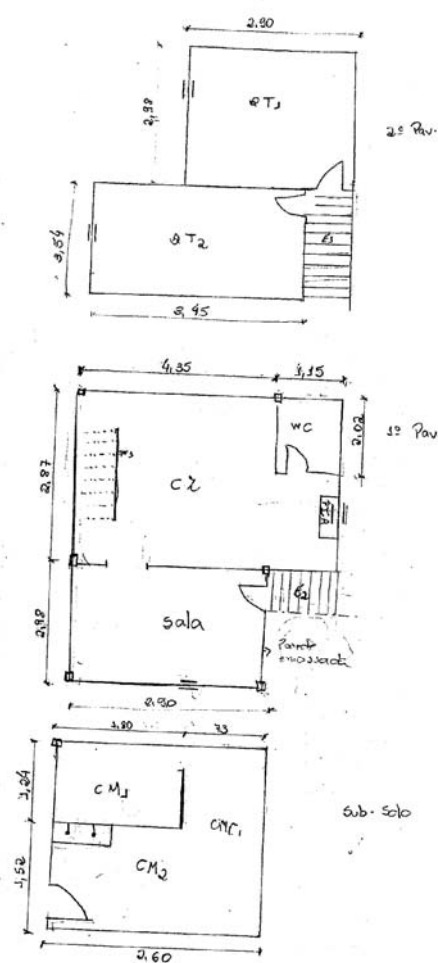


Casa 22: Rua Capivari – Vila Marçola

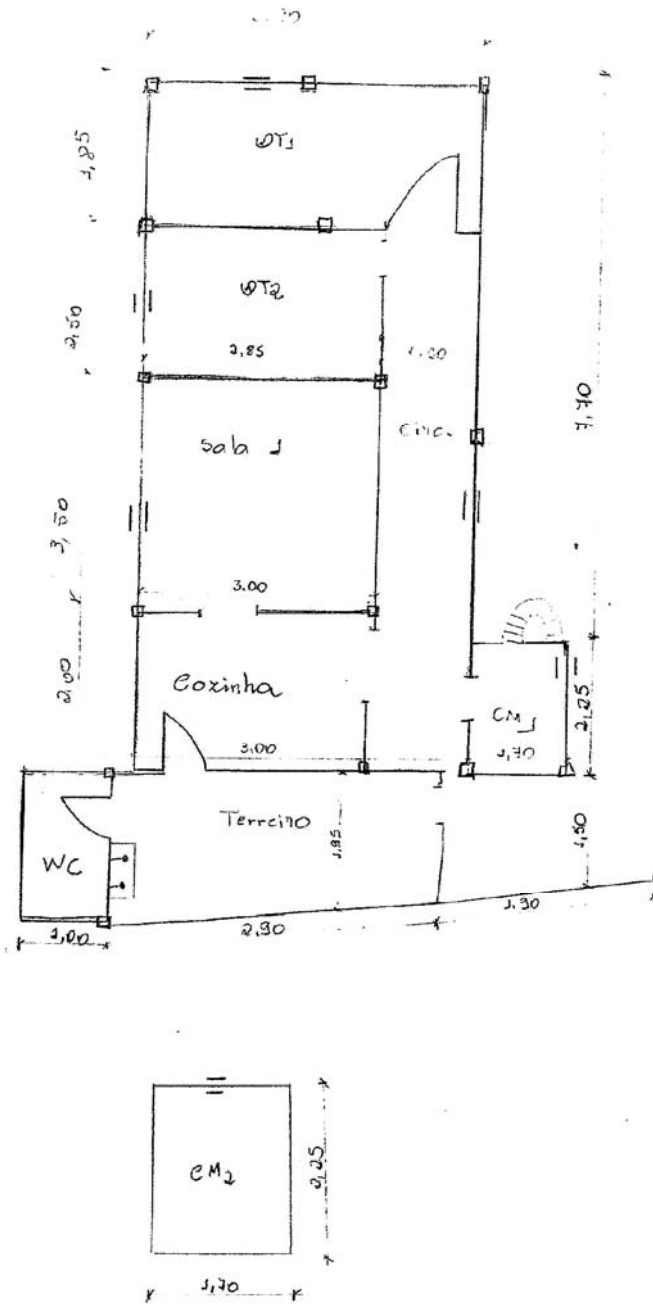
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



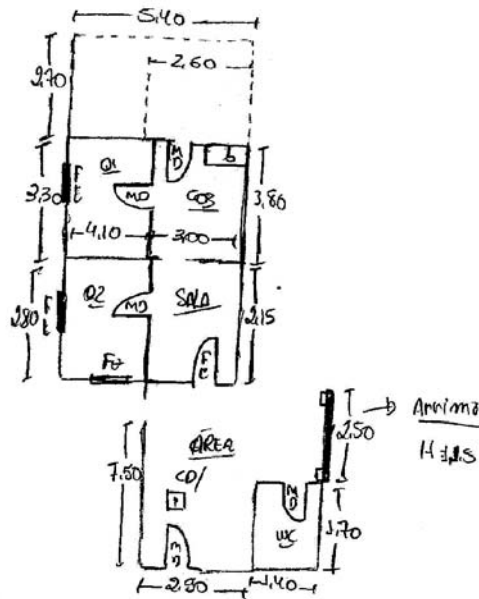
Casa 23: Parque do Cardoso— Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 24: Parque do Cardoso— Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

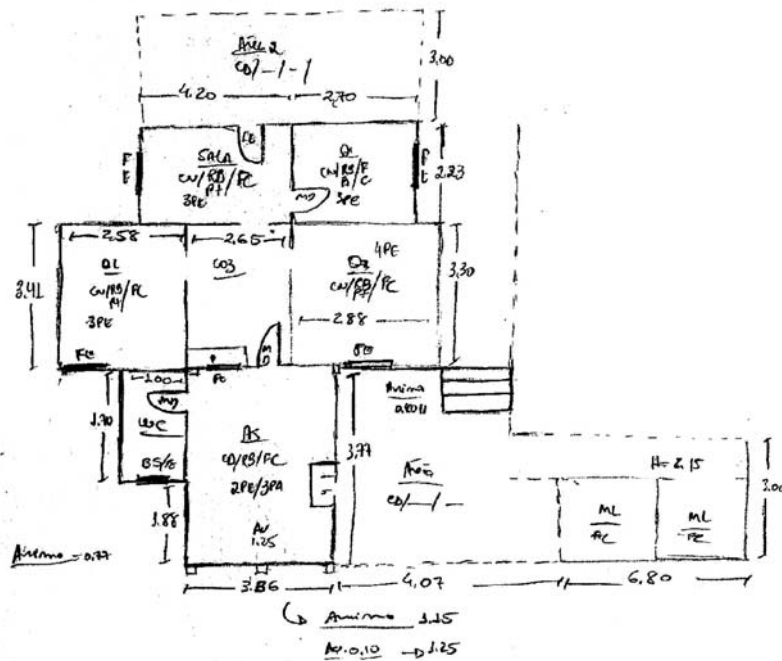


Casa 25: Parque do Cardoso– Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



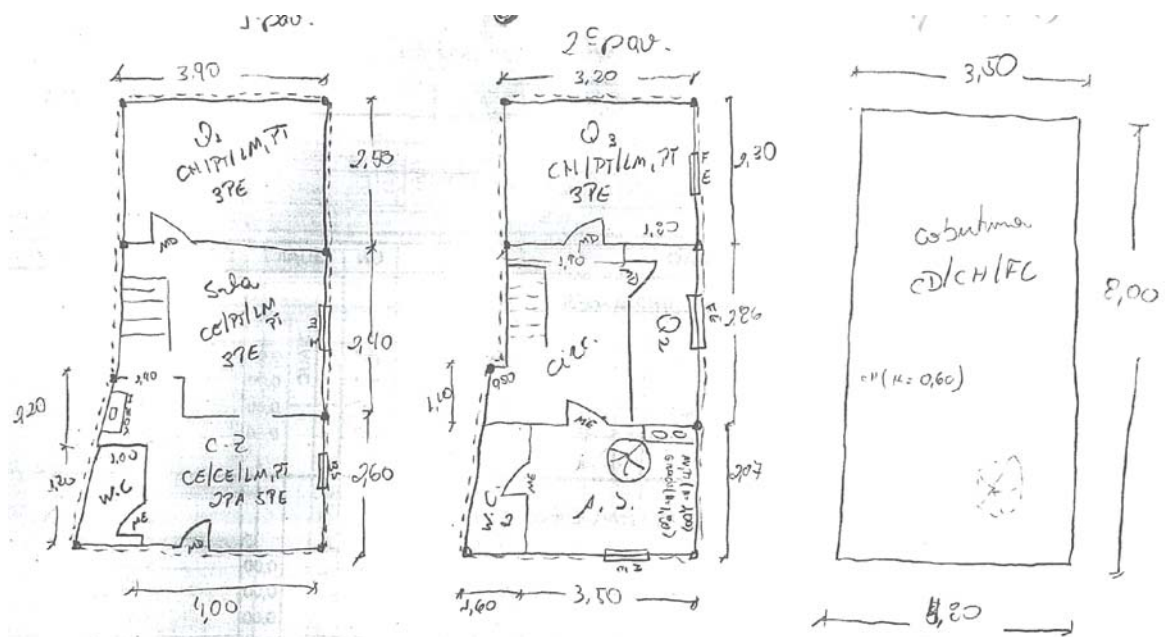
Casa 26: Parque do Cardoso– Vila Santana do Cafezal

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



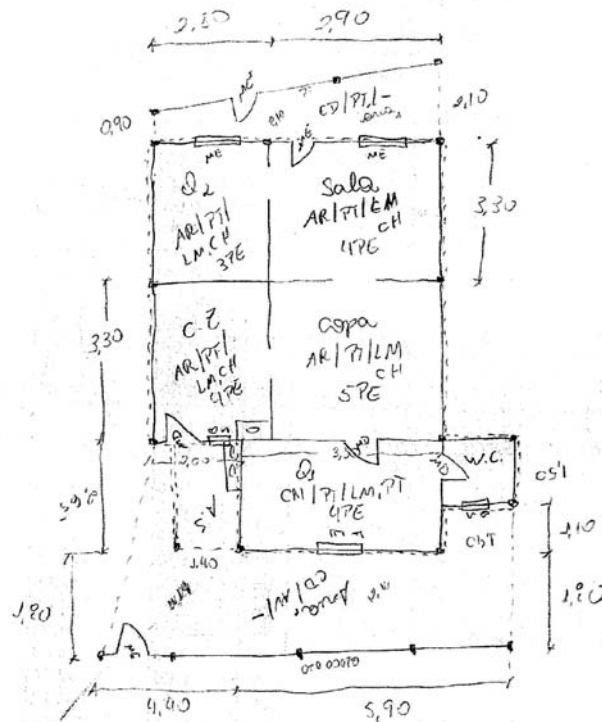
Casa 27: Parque da 1ª Água– Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



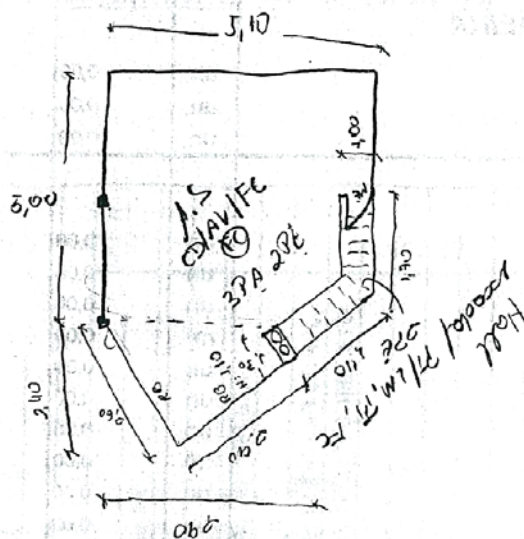
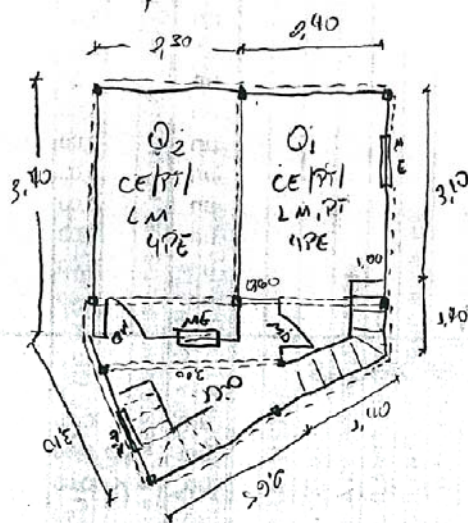
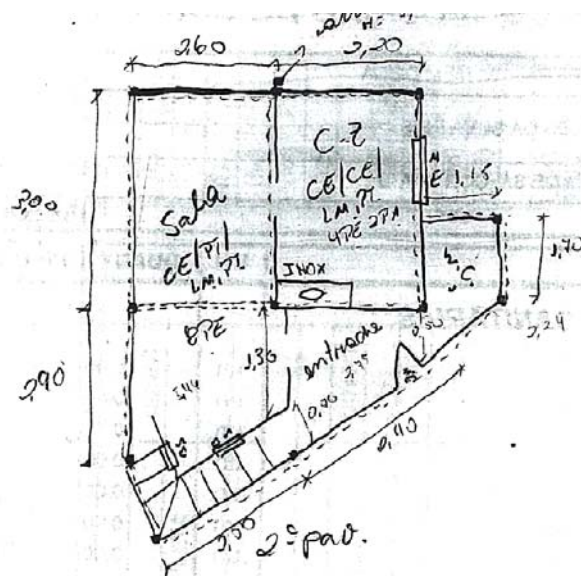
Casa 28: Rua Falcão – Vila Aparecida

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

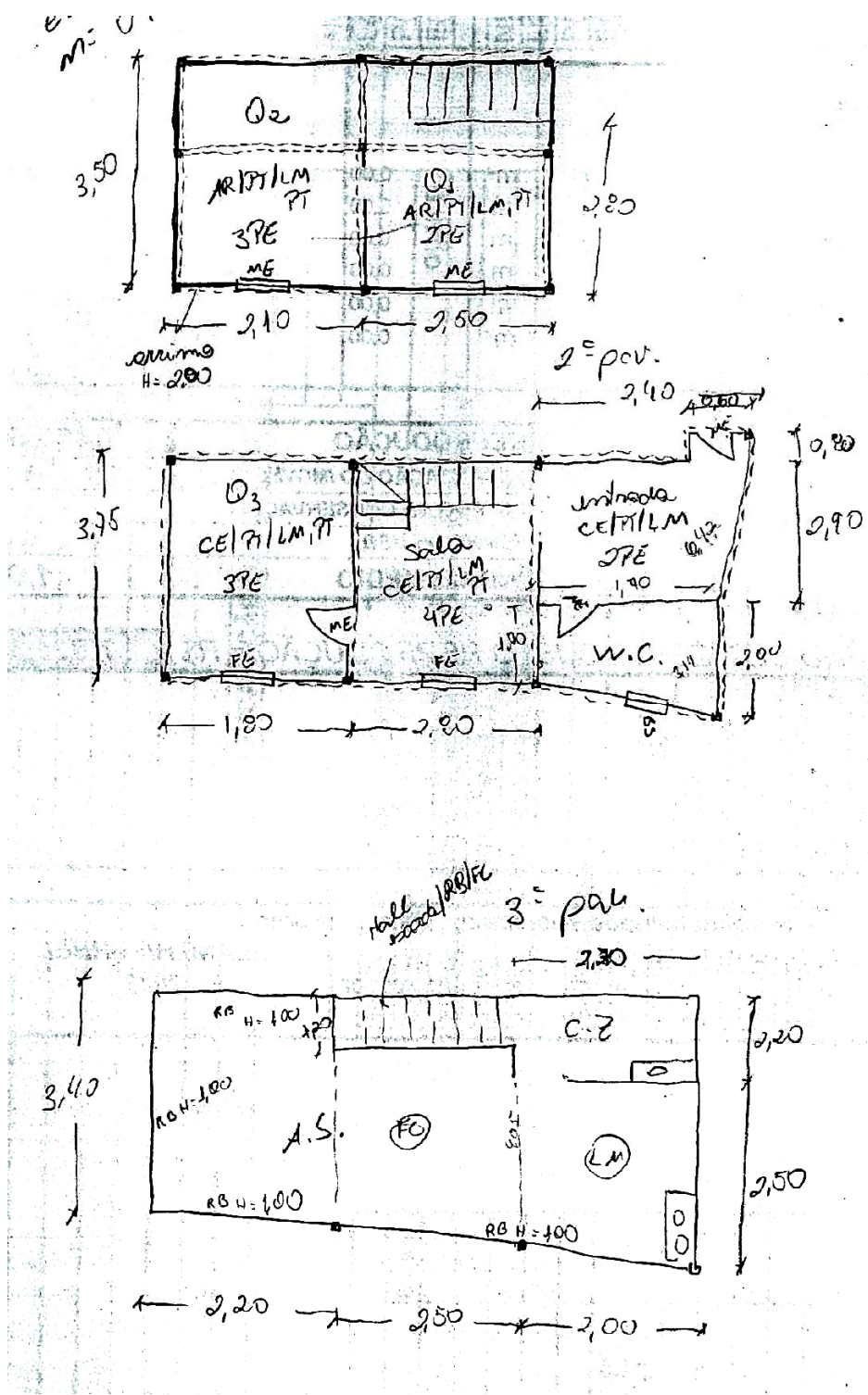


Casa 27: Rua Falcão – Vila Aparecida

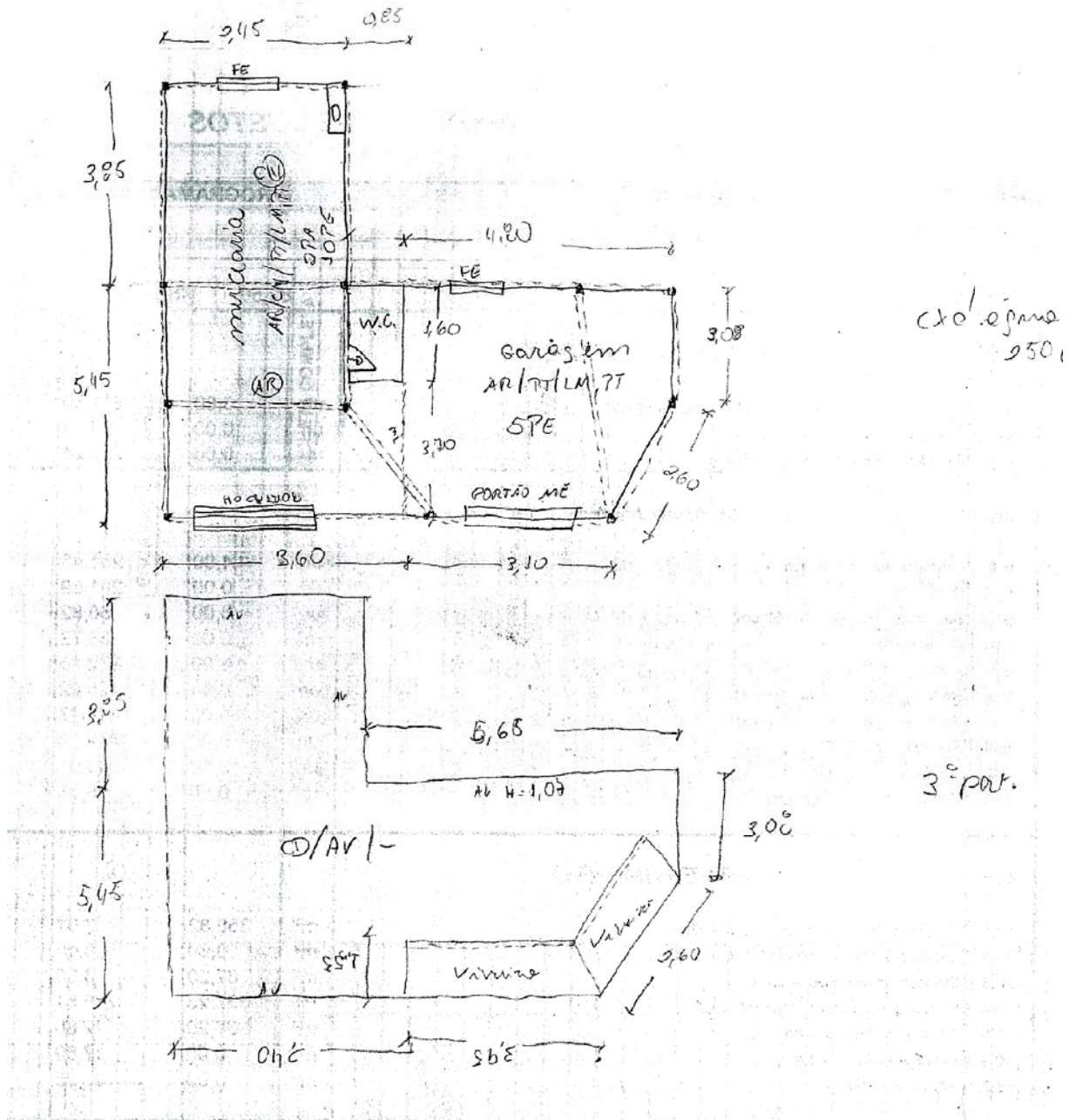
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



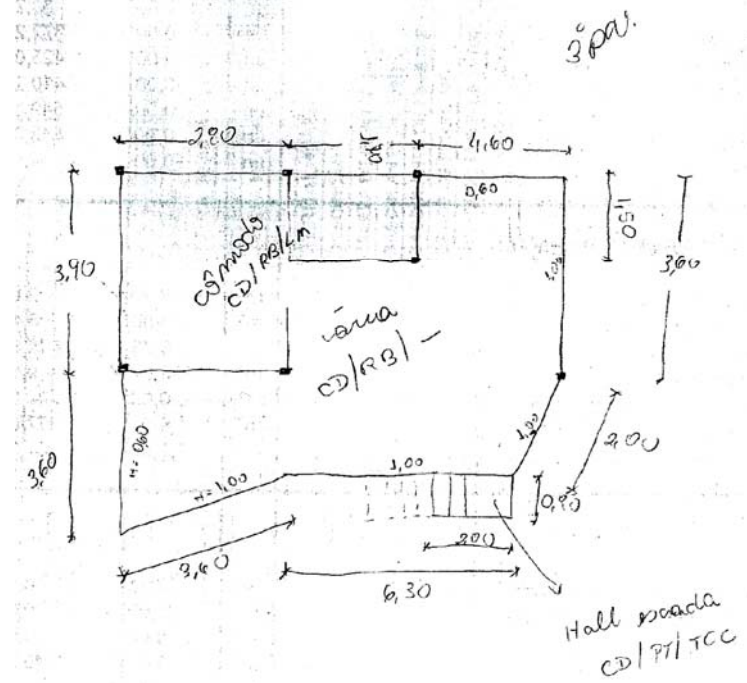
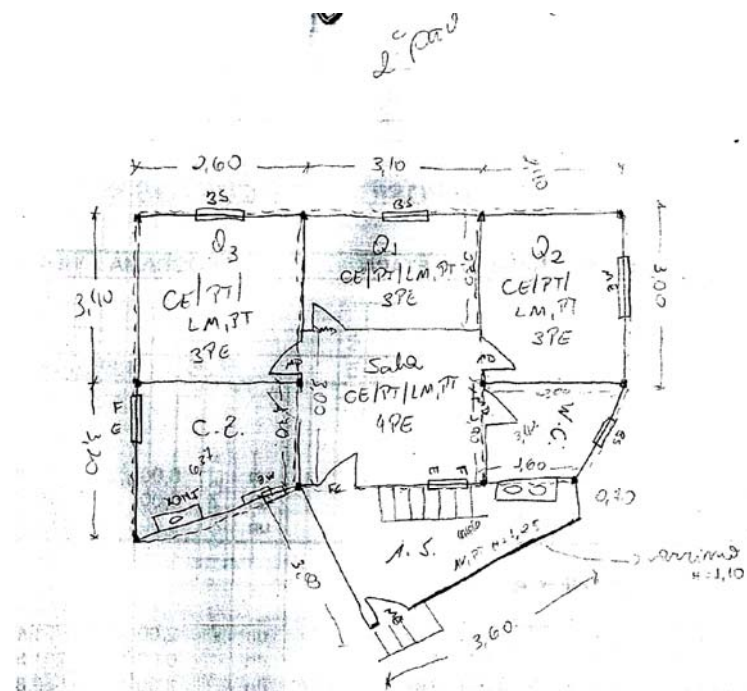
Casa 28: Rua Falcão – Vila Aparecida
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 29: Rua Falcão – Vila Aparecida
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

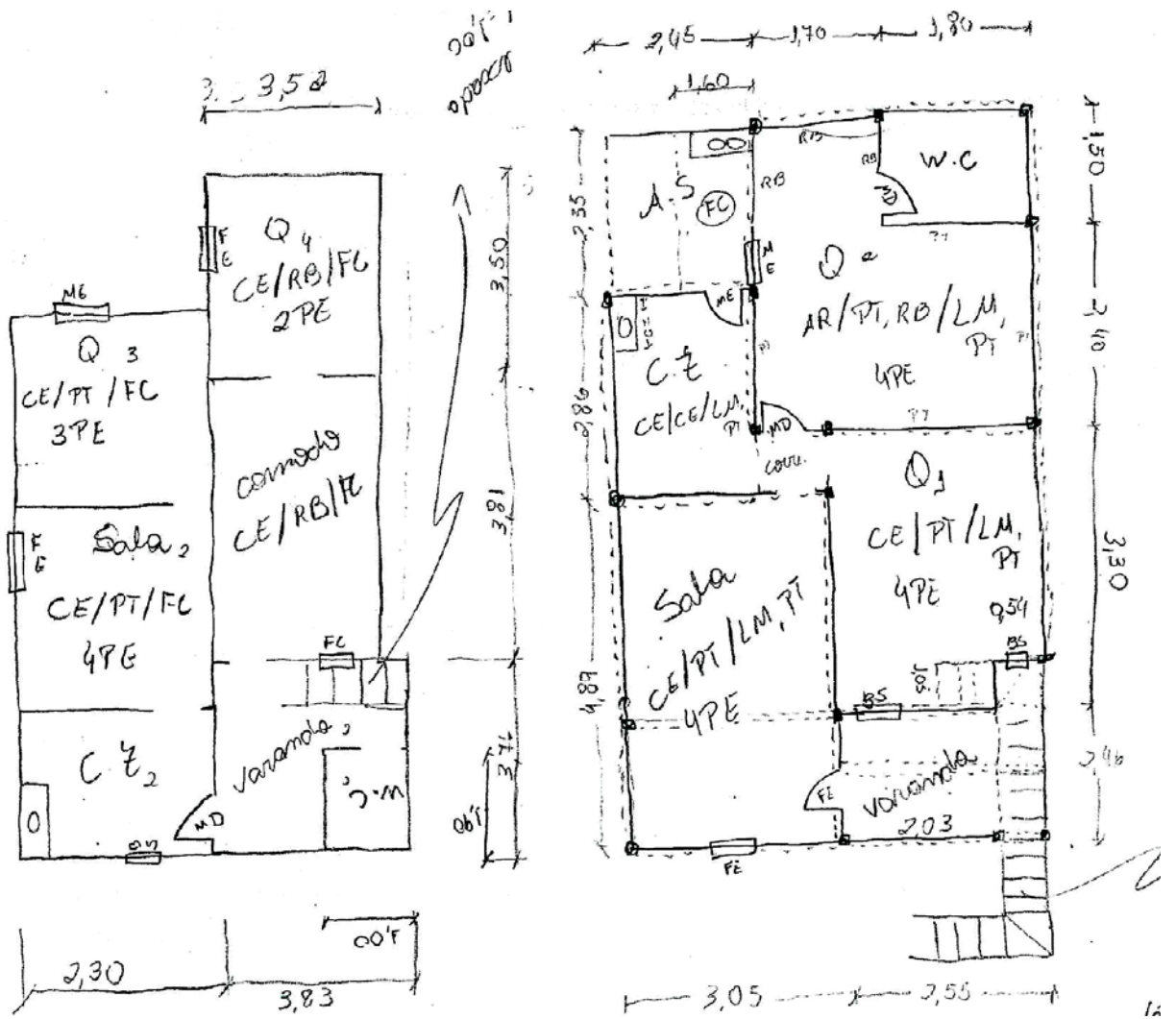


Casa 30: Rua Falcão – Vila Aparecida
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



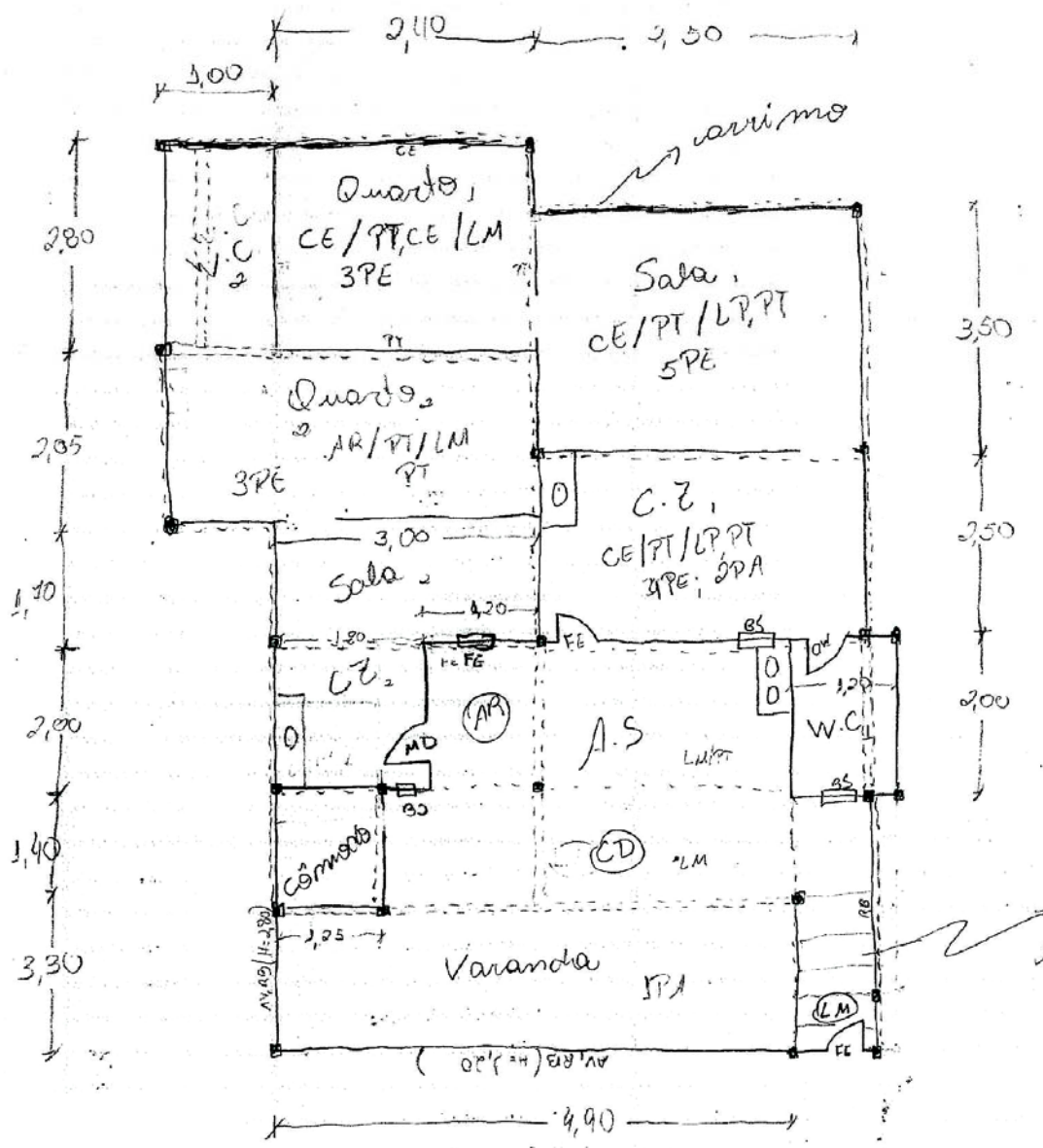
Casa 31: Rua Falcão – Vila Aparecida

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



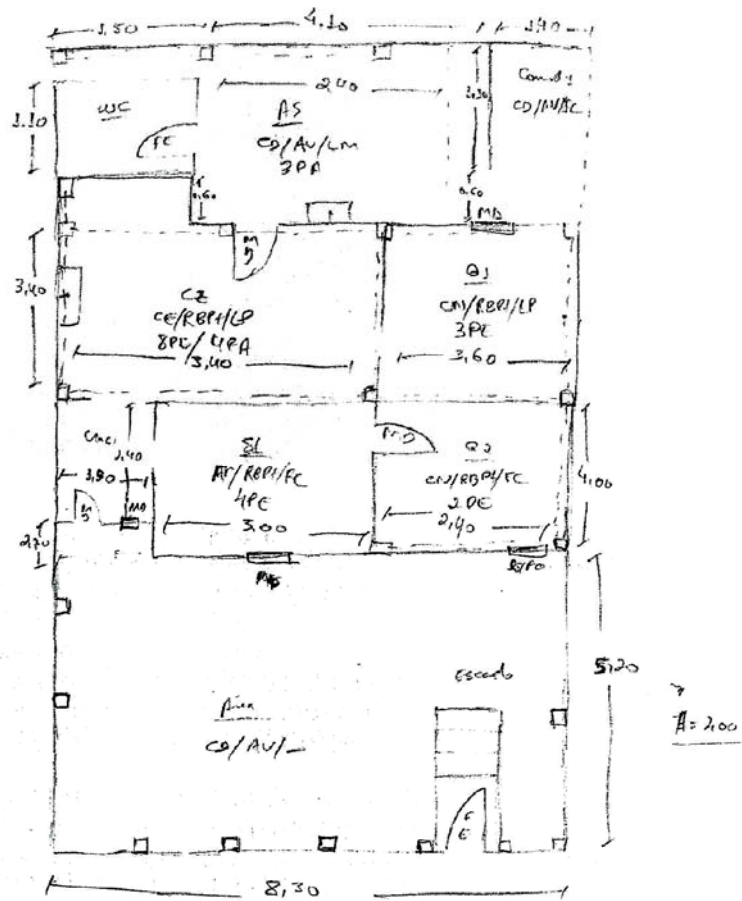
Casa 32: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

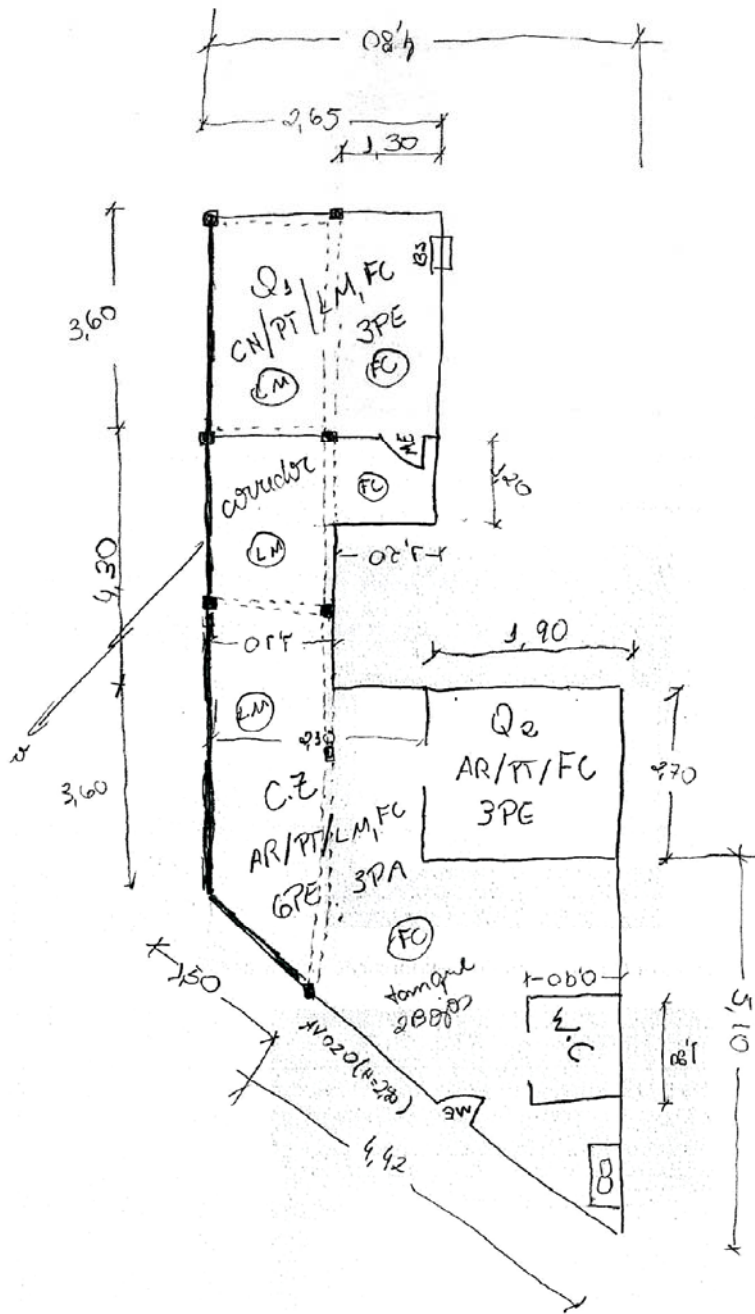


Casa 33: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

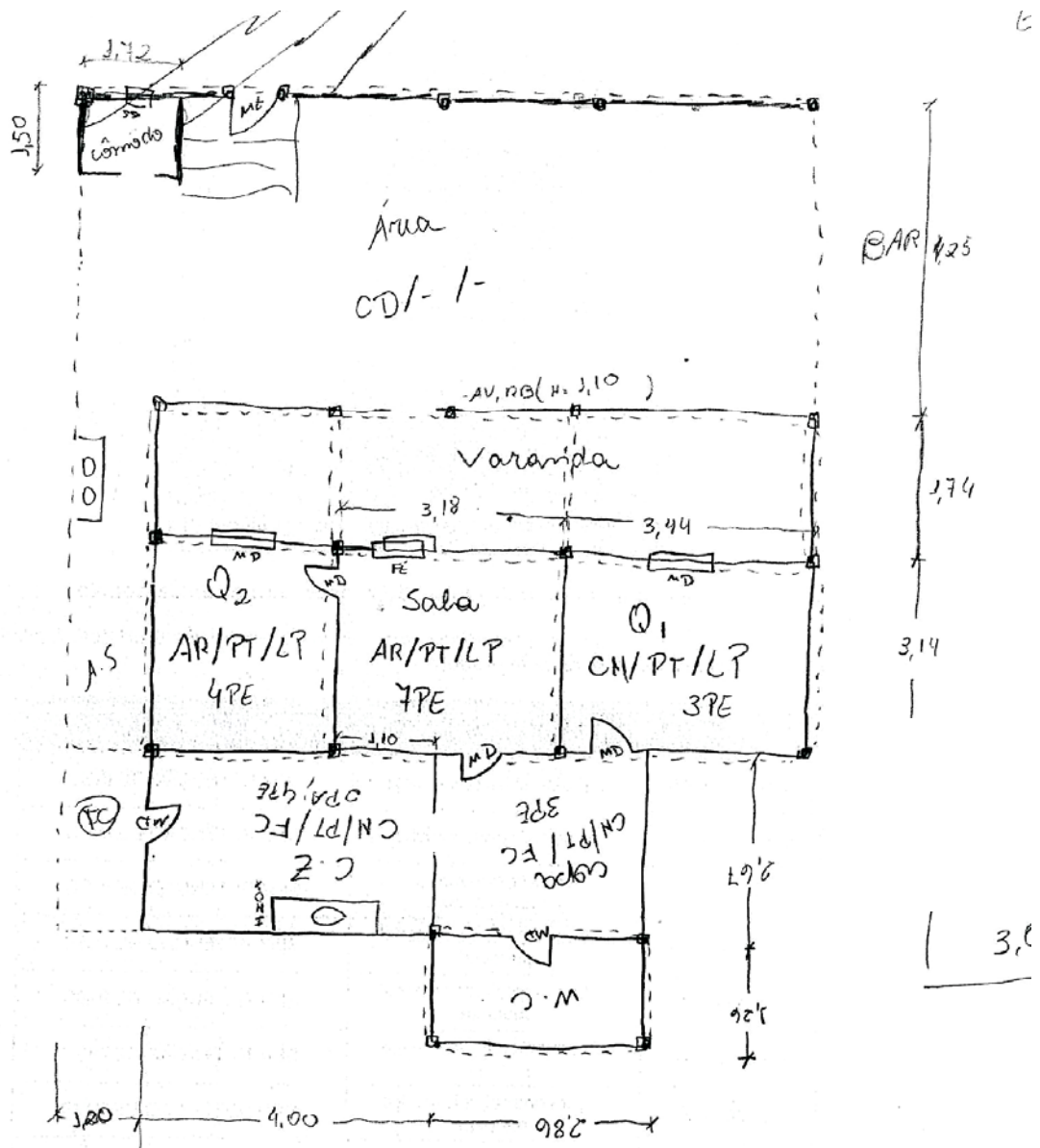


Casa 34: Rua Capivari – Vila Marçola
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



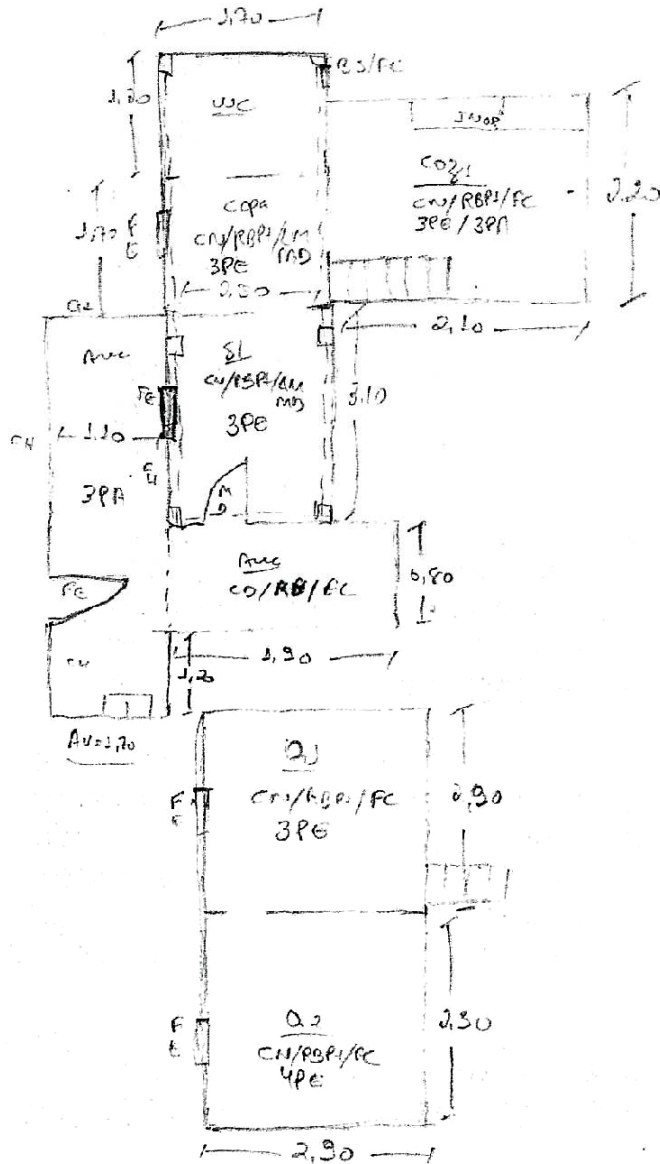
Casa 35: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



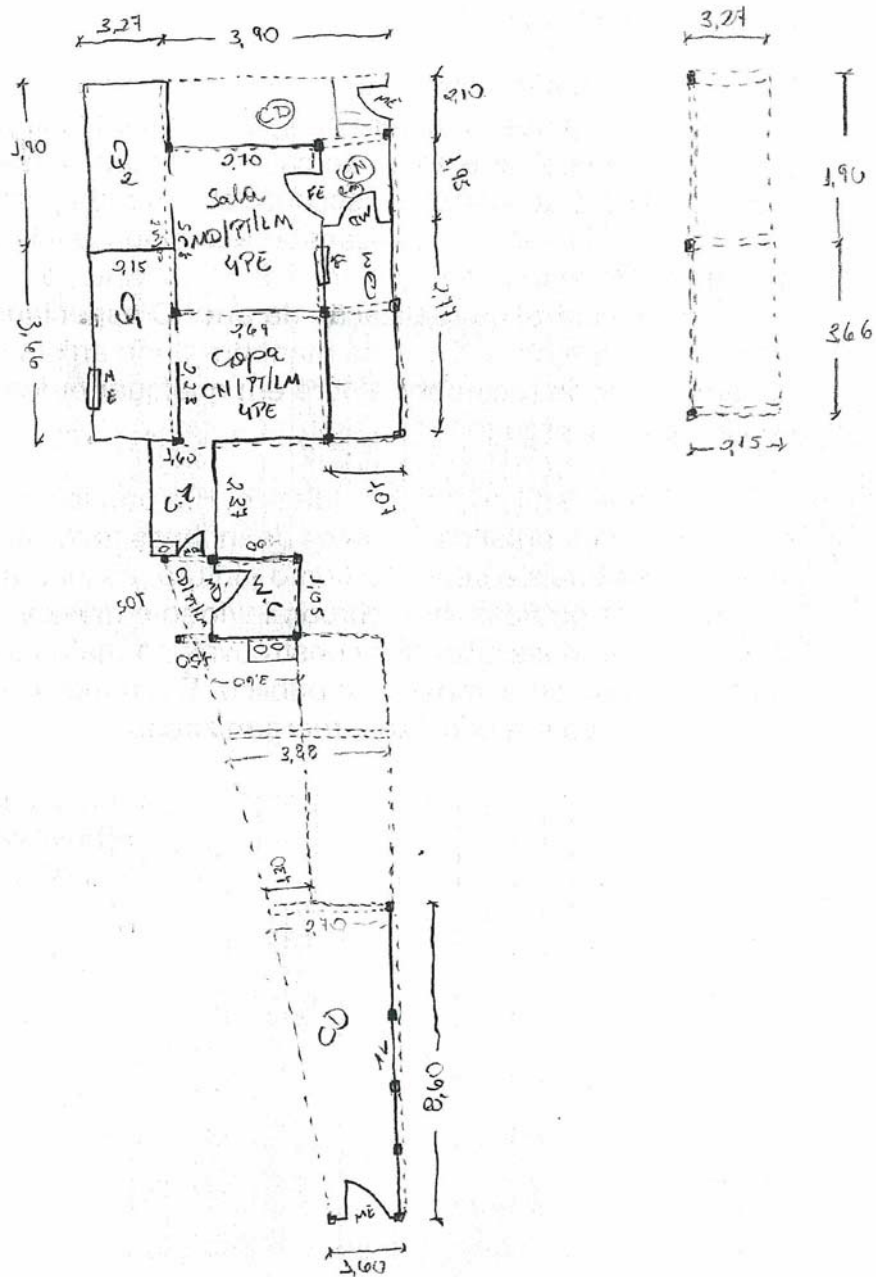
Casa 36: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



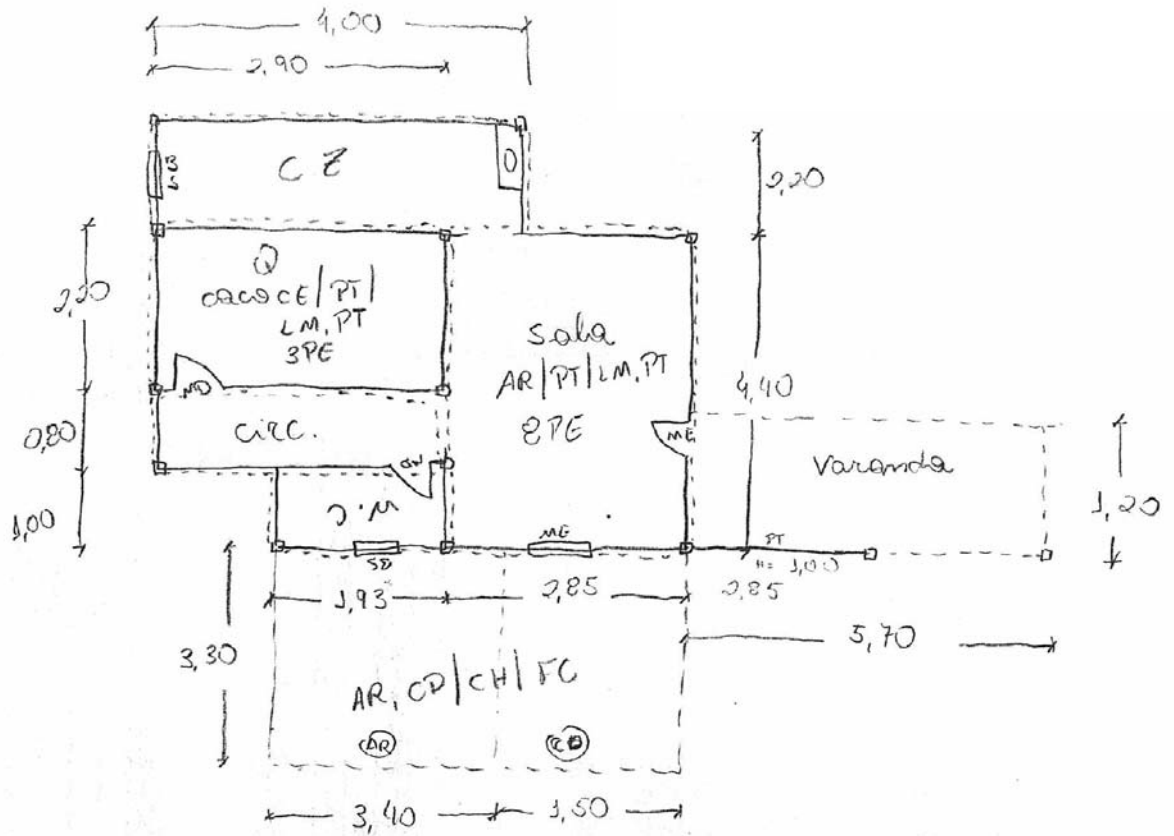
Casa 37: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



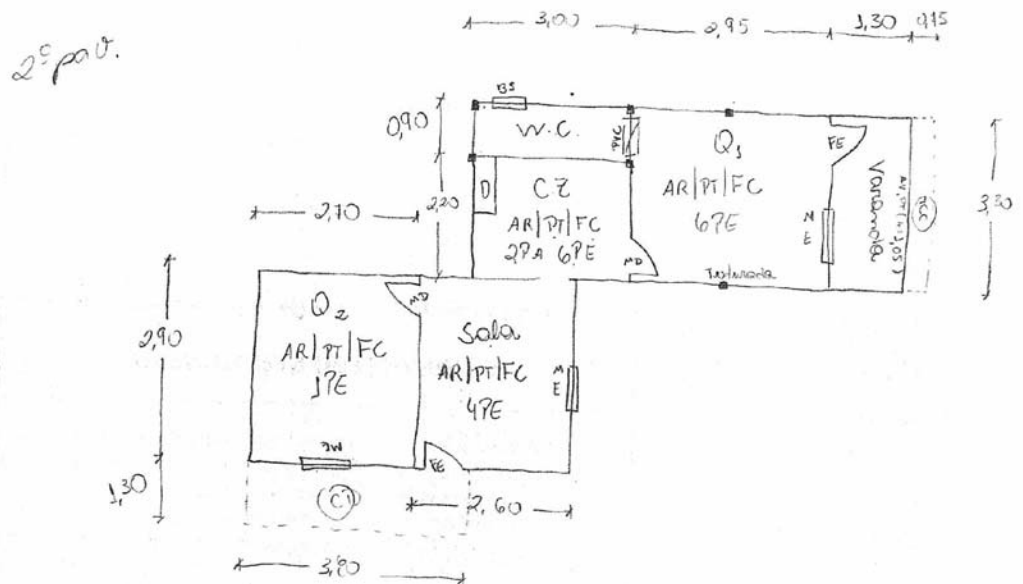
Casa 38: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



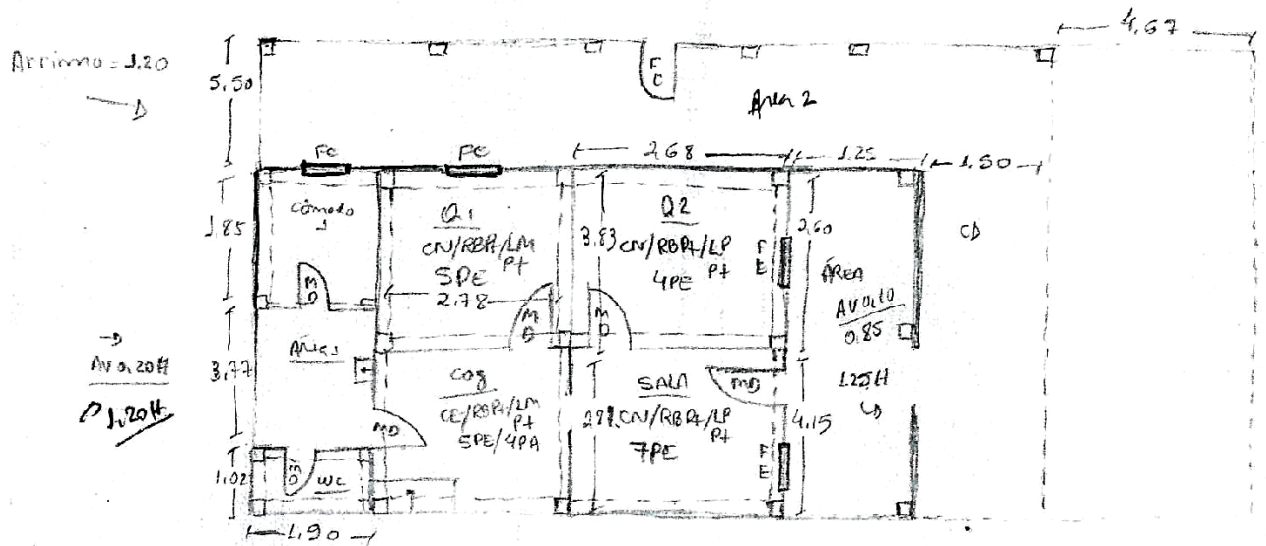
Casa 39: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



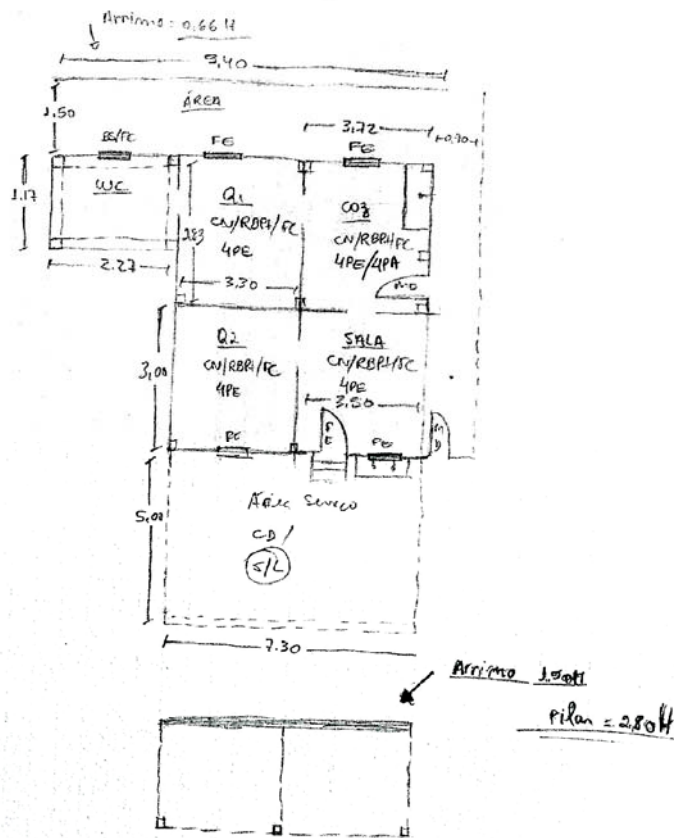
Casa 40: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



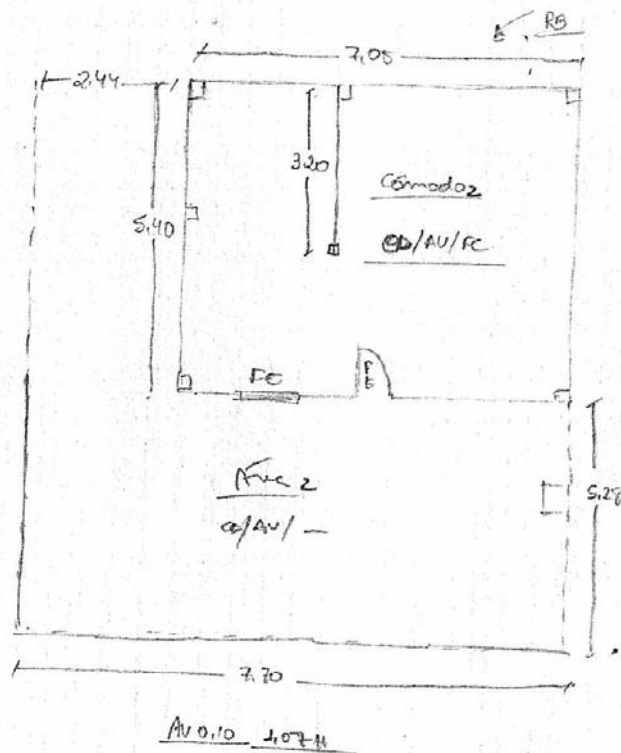
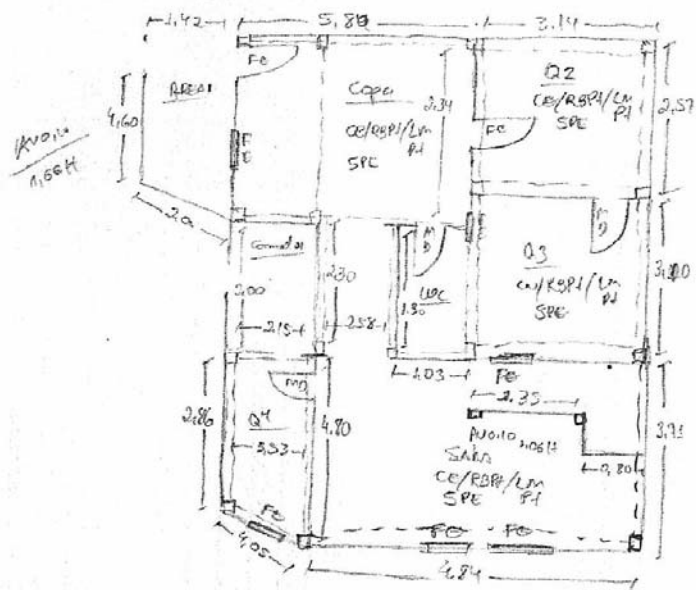
Casa 41: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



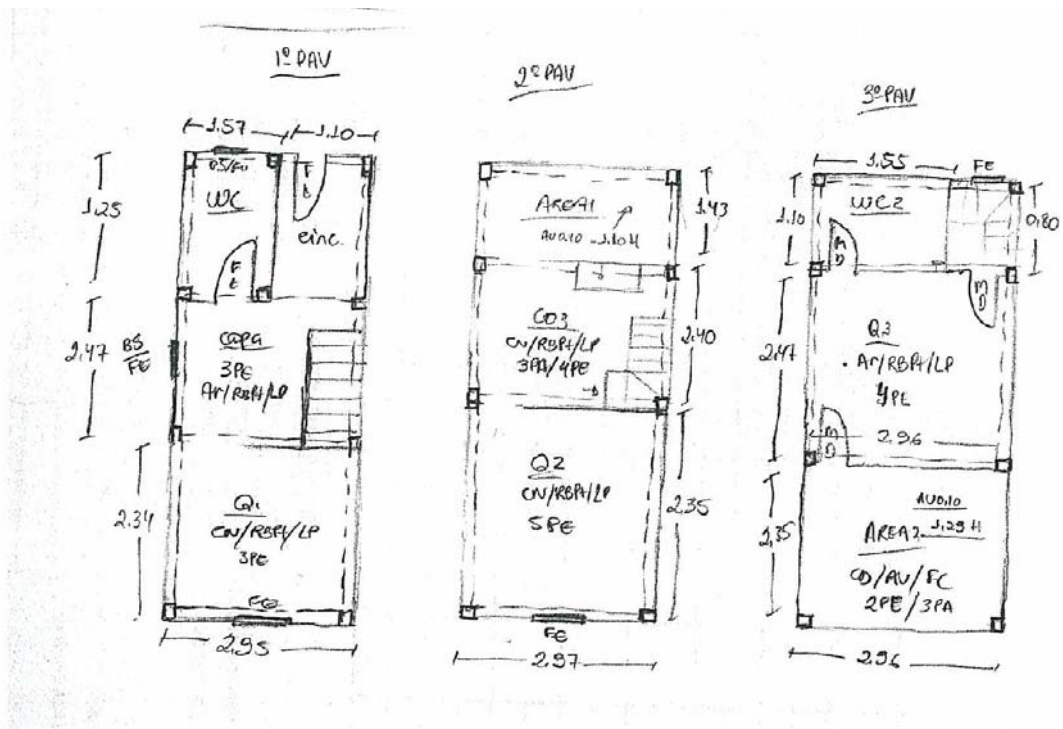
Casa 42: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



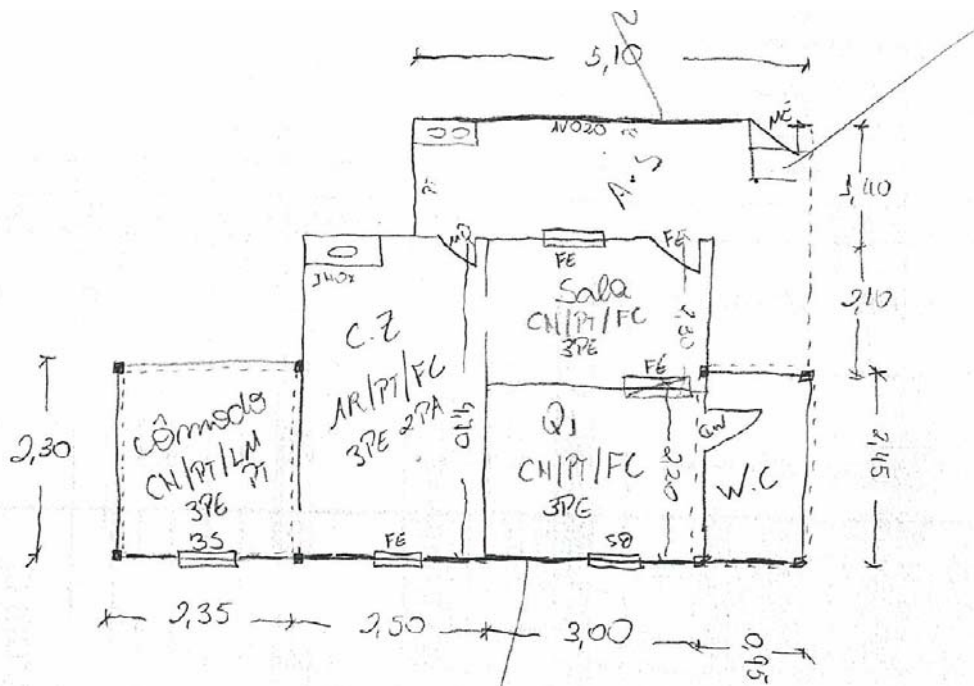
Casa 43: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



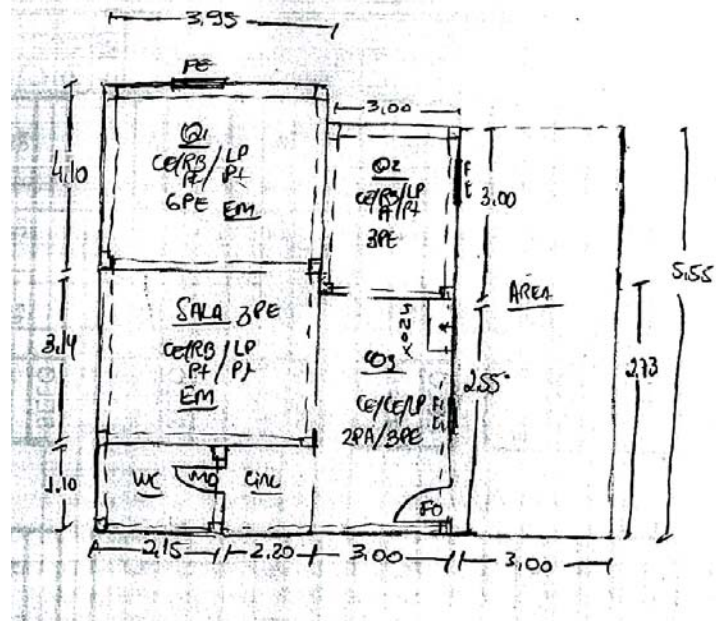
Casa 44: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

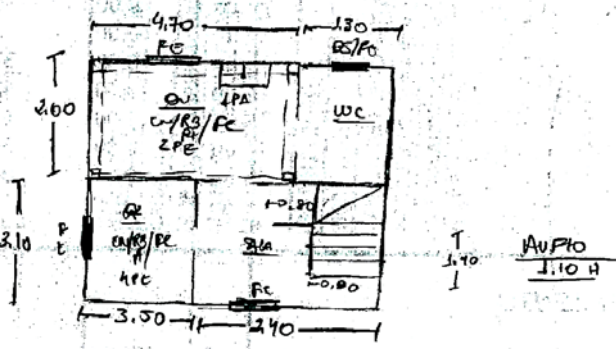
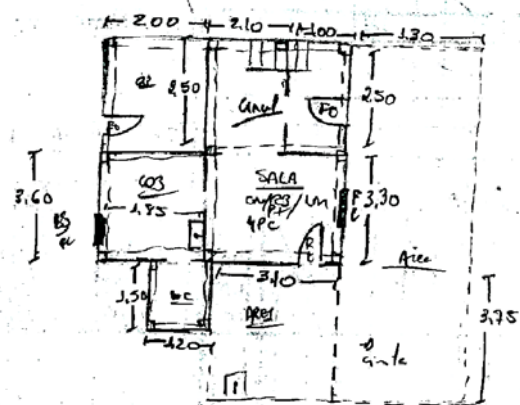


Casa 45: Rua Capivari – Vila Marçola

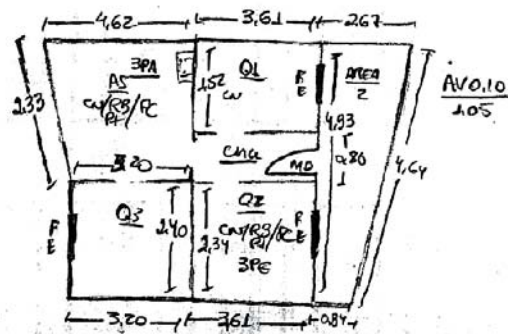
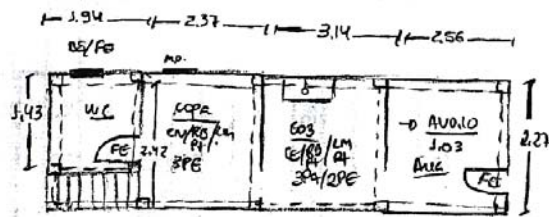
Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



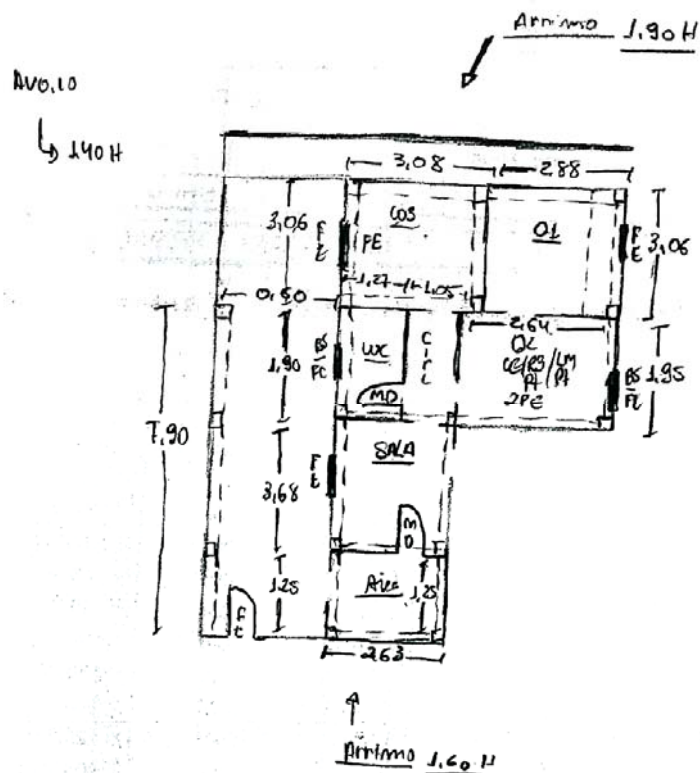
Casa 46: Ruas Regional e Binário– Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



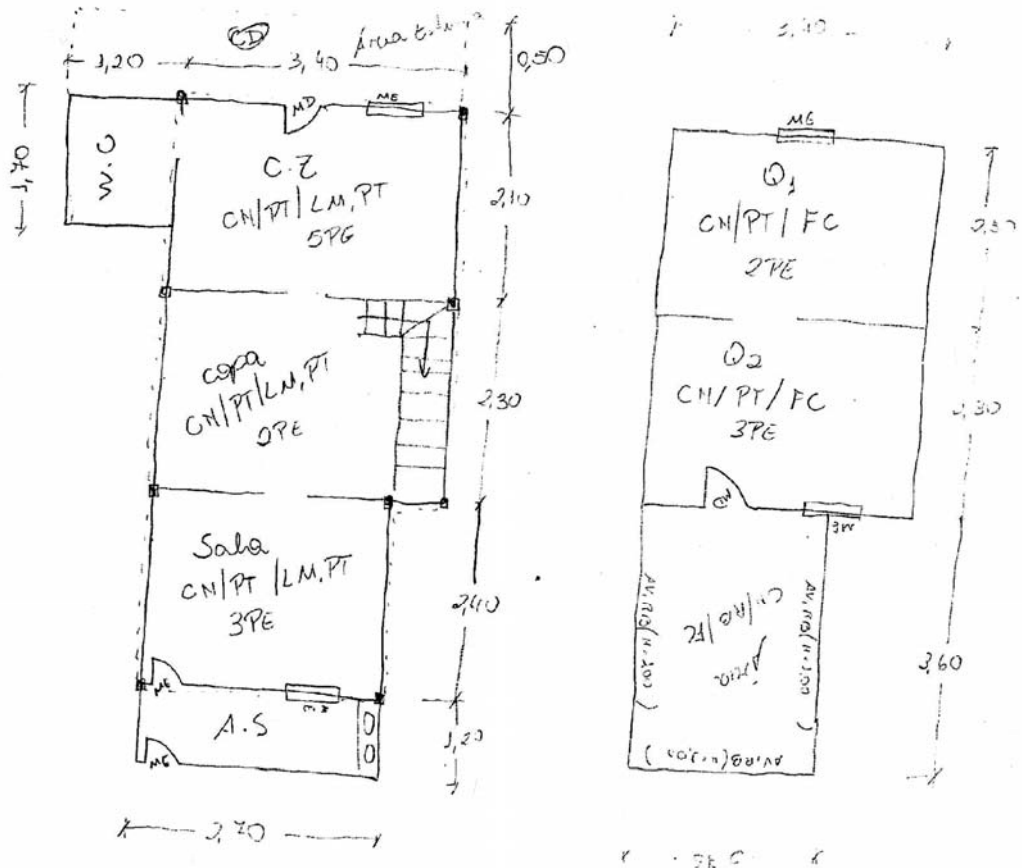
Casa 47: Ruas Regional e Binário– Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 48: Ruas Regional e Binário– Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

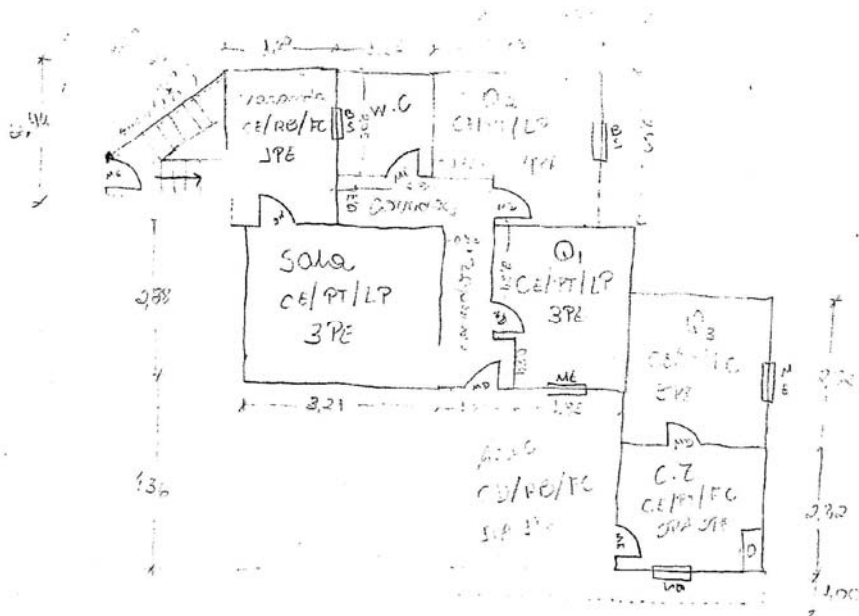


Casa 49: Ruas Regional e Binário– Vila Santana do Cafezal
 Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



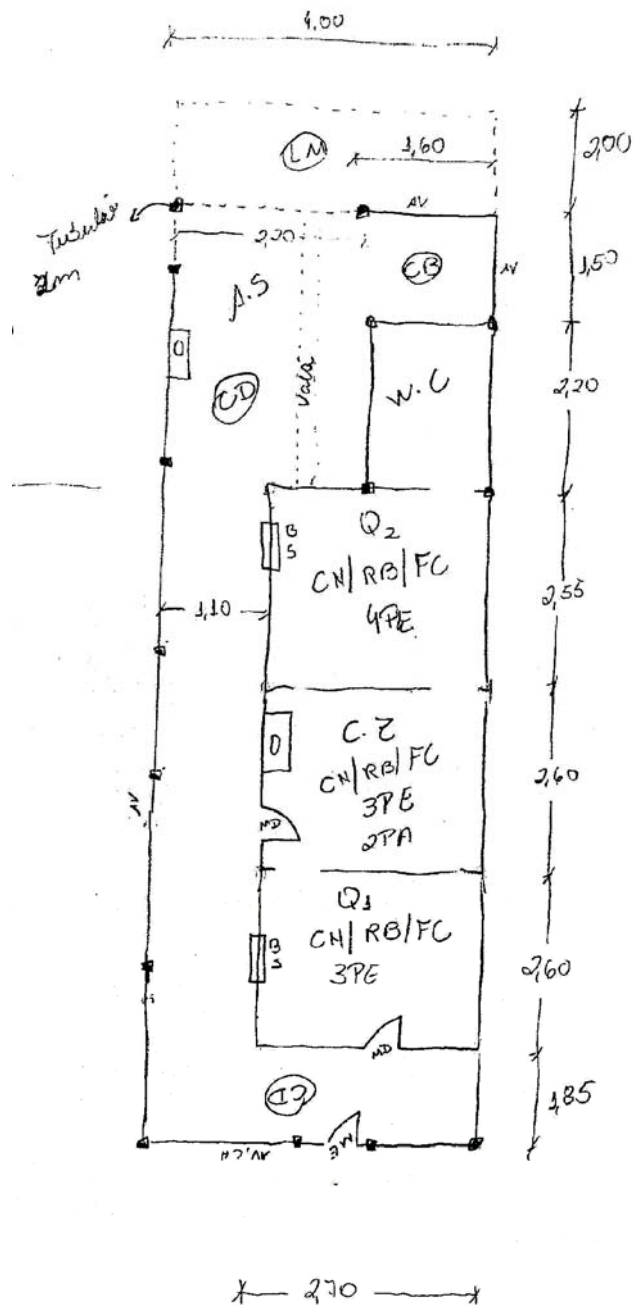
Casa 51: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 52: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.



Casa 53: Rua Capivari – Vila Marçola

Fonte: Original de planta desenhada para cadastro de desapropriação por técnicos da URBEL.

ANEXO F

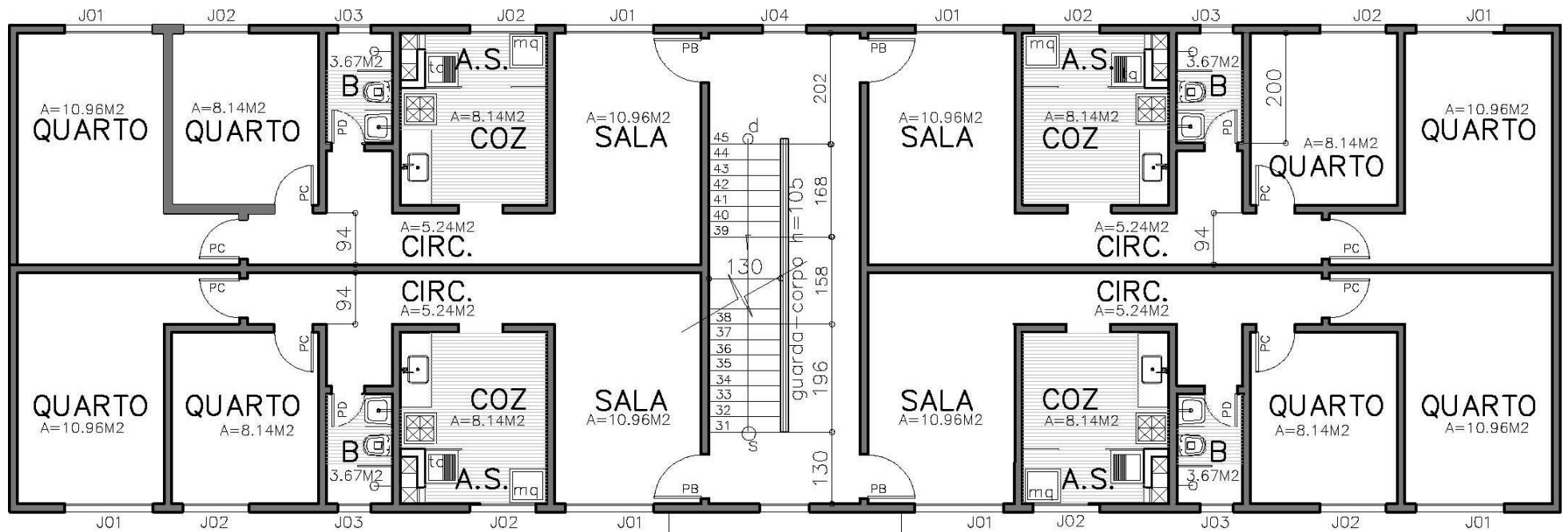
**PROJETO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ADOTADOS NO
PROGRAMA VILA VIVA NO AGLOMERADO DA SERRA.**



TIPOLOGIA F2Q8 – PAVIMENTO TÉRREO

ÁREA APTO. = 45,84m²





PLANTA DOS PAVIMENTOS 3 E 4

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)